

INDICE

NOTA DA COORDENAÇÃO, 5

ENTREVISTA

DE D. PELÉ A D. ZUMBI

Por J. Chasin, Ester Vaisman, Rui G. Dantas e José Maria T. de Andrade, 31

ESCRITOS POLÍTICOS

A BURGUESIA E A CONTRA-REVOLUÇÃO

Karl Marx

Apresentação

MARX É A REVOLUÇÃO DE 1848

J. Chasin, 57

ENTREVISTA COM ADAM SCHAFF

CONTRA O STALINISMO E A ALIENAÇÃO

Por J. Chasin, Ester Vaisman, Theresa Calvet, José Maria T. de Andrade e Rui G. Dantas, 91

ENSAIO

DIALÉTICA DO SIONISMO

Maurício Tragtenberg, 105

DOCUMENTOS

O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Caio Prado Jr.

Apresentação

CAIO PRADO JR.: UM INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO

Ricardo Antunes, 117

ENSAIC

O P.C.B. E AS OUTRAS ESQUERDAS — DA ANISTIA

DE 1945 À POSSE DE DUTRA

Sílvio Frank Alem, 137

ENSAIO

NAS ORIGENS DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Edgard Carone, 175

LITERATURA

SOBRE "A GUERRA DO FIM DO MUNDO"

Carlos Eduardo Berriel, 189

VIDA OPERÁRIA

VIDA E MORTE DAS LIGAS CAMPONESAS

Por J. Chasin e Ester Vaisman, 195

RESENHAS

1930 — O SILÊNCIO DOS VENCIDOS — Edgard de Decca

Por Terezinha Ferrari, 207

CLASSE OPERÁRIA, SINDICATOS E PARTIDOS NO BRASIL -

DA REVOLUÇÃO DE 30 ATÉ A ALIANÇA NACIONAL

LIBERTADORA — Ricardo Antunes

Por Paulo Douglas Barsotti, 212

SOBRE A EDUCAÇÃO, POLÍTICA E

SINDICALISMO — V. I — Maurício Tragtenberg

Por Elisabeth Juliska Rago, 218

OPINIÃO DO LEITOR

CORRESPONDÊNCIA ENTRE LUÍS INÁCIO LULA

DA SILVA E YASSER ARAFAT, 221

EXPEDIENTE

Coordenação Geral

J. Chasin

Secretaria Executiva

Ester Vaisman — Narciso J. Rodrigues Jr. — Paulo Douglas Barsotti

Conselho Consultivo

Florestan Fernandes — J. Chasin — Maurício Tragtenberg — Heleieth Saffioti José Paulo Neto — Ricardo Antunes — Francisco de Oliveira — Clóvis Moura Francisco Pereira da Nóbrega — Manuel Correia de Andrade

Colaboradores Permanentes

Afrânio M. Catani — Annez Andraus Troyano — Anouar Aiex — Antônio Moacyr Madruga — Antônio José R. Valverde — Antônio Rago Filho — Antônio Rufino Vieira Antônio Possidônio Sampaio — Arnaldo Nogueira — Carlos Alberto Jales Costa Carlos Eduardo Antunes — Carlos Eduardo Berriel — Celso Frederico — Clóvis Melo Décio Saes — Edgard Carone — Eleonora de Oliveira Soares — Elimar Nascimento Ewerton Capri Freire — Fernando C. Antunes — Hermano Machado Ferreira Lima Itamar Lopes de Azevedo — Ivo Tonet — José Arlindo Soares — José de Anchieta Correa — José Crisóstomo de Souza — José Luiz Pottes Jr. — José Maria Tavares de Andrade — Luiz Pingueli Rosa — Maria Aparecida de Paula Rago Maria Angélica Borges Rodrigues — Maria Dolores Prades — Marilene G. S. Pottes Márcio Navez — Mauro Guilherme Khoury — Moniz Bandeira — Norma C. B. Casseb — Olga M. Marques Charro — Paulo Alves de Lima Filho — Paulô Edgar Rezende — Paulo de Tarso P. Camargo — Raimundo Marques — Renato Ortiz Roberson Campos de Oliveira — Romero Ximenes Ponte — Rosa Maria Vieira Rui Gomes Dantas — Sebastião Trogo — Sérgio Amad Costa — Sidney Valadares Pimentel — Sílvio Frank Alem — Theresa Calvet — Terezinha Ferrari — Vanya Sant'Anna — Vicente Faleiros — Wanda Jorge — Wanderley Scatolim e Silva Wolfgand Leo Maar

Diagramação

Equipe Nova Ensaio

Capa

Hélio S. Pottes

Produção Gráfica e Revisão

Tereza Guilares de Aguiar

Editor

Wladyr Nader

Direitos reservados à Editora e Livraria Escrita Ltda. Rua General Jardim, 570 01223 — São Paulo-S.P. — Brasil Registro na D.C.D.P. do D.P.F., sob o n.º 464 P. 209/73 1982

NOTA DA COORDENAÇÃO

"HASTA CUANDO"?

A Propósito das Eleições de Novembro



"No Brasil nada se acumula. Todos os dias se começa tudo, novamente." Fernanda Montenegro Folha de São Paulo, 15-8-82

Permita-me o leitor o espanholismo, pois a atmosfera brasileira só está para bolero, no máximo para tango...

Tango ou bolero, nas danças e contradanças do sistema e das oposições. Gestos largos, passadas longas, volteios rápidos — tudo para causar efeito, impressionar as galerias, arrancar votos da multidão, que não baila... ou, se dança, o faz em outro terreiro, às voltas com salários arrochados, custo de vida em sustenido, saúde desprotegida e abandonada, educação perdida na pancada monótona de um surdo solitário.

Tango ou bolero, nas máscaras lívidas, sob luz suspeita, que sorriem ou esgazeiam, buscando sempre o crédito do eleitor; este — por esta vez importante, mas sempre tratado com o desprezo feroz e dissimulado de quem o usa... De todo o lado e de toda a parte, pois, como no tango ou no bolero estereotipados, não há mensagem ou conteúdo, murchados em simples forma, que sempre se repete: boneco mecânico, mal-azeitado, a afirmar, com gesto oco e sincopado, as glórias do sistema ou as virtudes do contra-sistema.

Tango ou bolero: tango velho e encarquilhado; bolero de data mais que remota, esgotado pelo tempo. E lá vai o par sem viço, em rodopios sempre os mesmos: ele, o cavalheiro do sistema, jaqueta longa, quase batendo nos joelhos, cabelo englostorado, envernizando o crânio sestroso, rico e poderoso em manobras e recursos; ela, a dama das oposições, saiote de cetim partido ao lado, exibindo a coxa magra e a liga rota de tantas cavalgadas, finge de mocinha, tem faniquitos, lança a cabeça para trás em ânsia de entrega, e, quando vai ser tomada, bate o salto na passarela e proclama em voz anacrônica a sua anacrônica virtude.

10

11

14

Nos olhos do par vicioso, uma mesma luz velada: sabem que enganam, com uma diferença — um sempre teve, o que a outra sempre quis...

Ao fundo os olhos vivos e fortes dos que não dançam, que ainda não

entendem e, quando entendem, não podem...

Tango ou bolero...
"Hasta cuando"?

Metáforas à parte, o panorama brasileiro, quase vinte anos após o desencadeamento do processo contra-revolucionário de 64, é, para dizer o mínimo, melancólico.

O número 10 da Nova Escrita/Ensaio vem à luz precisamente às véspe-

ras do tango (ou bolero?) eleitoral de 15 de novembro.

Tango eleitoral com música e letra do sistema, por band leader — João, um brasileiro, não lhe faltando, porém, a orquestração das oposições.

Para o compositor, letrista e regente, tanto quanto para as orquestradoras, as bailarinas hão de ser as massas eleitorais. E estas, a gosto ou a contragosto, já estão "dançando"... E com elas "dançam!" as melhores perspectivas, as possibilidades mais generosas — "dança!" a alternativa única e verdadeira, que teria se firmado se não houvessem rasgado a letra que as massas esboçaram de 78 a 80, se não tivessem queimado a vigorosa partitura que elas rascunharam na mesma época, se às massas tivesse sido possível encontrar uma vanguarda que lhes oferecesse uma orquestração e um regente ideologicamente independente (não basta ser organizacional e politicamente autônomo), do ponto de vista proletário.

Muitos "ses", dirão. Mas há ses e "ses". Há o "se" da conjectura trivial, do devaneio barato e escapista, mas há o se da possibilidade objetiva, inscrita na lógica do real. É deste que falo, pois é deste que se tratou, naqueles anos tão recentes, e tão enterrados. É um se de oportunidade objetiva, objetivamente perdida. Um se de possibilidade concreta, concretamente malbaratada.

Em face da rica alternativa que se foi põe-se, hoje, a pobreza de um tango (ou bolero?) ruim. Um velho e estereotipado "Tcharan!, tchan, tchan, Tchan, TCHAN!" de tônica manjada e pirueta ridícula. Final de cena, explodem os acordes estrepitosos, todas as luzes sobre o par: jaz a dama fenecida sobre o esgotado joelho lunfardo, enquanto de perna estirada, com a ponteira aguda do sapatinho de verniz, dá um pontapé ... na Lua. Surpreendida, de lado, exibe uma calçola antiga, toda ressequida... É toda uma política sem tesão.

Disse que o panorama é melancólico. Sou, acaso, injusto ou, pelo

menos, exagero?

Qualquer processo eleitoral, excluídas situações excepcionais e falsas teorias — é importante. Muitas vezes, não tanto pela escolha possível que se pratica, mas por tudo aquilo que o processo enseja a nível de contato, esclarecimento e organização populares. De todo modo, importante. Mais ainda quando se trata de episódio que envolve pela primeira vez, depois de mais de quinze anos, relevantes cargos executivos. Quando, em suma, o evento poderia transformar-se em algo decisivo na pugna pelo abatimento do sistema imposto desde 1964. Poderia, friso, não pode mais; está perdido como instrumento para tal finalidade. E isto é uma vitória antecipada do sistema, sejam quais forem os resultados numéricos que venham a se configurar.

Não se iludam (adianta recomendar?) as oposições constituídas — legais ou semiclandestinas —: sob este ângulo essencial elas já perderam.

10

11

14

2

3

4

5

E, lamentavelmente, junto com elas perdemos todos nós — as massas e todas as individualidades sem-partido, que somam a esmagadora maioria dos eleitores e a quase totalidade da população brasileira. Perdemos dramaticamente, sem alternativa por responsabilidade delas, da mesma forma que não temos opção partidária integral, que seja legítima, válida, racionalmente sustentável

e praticamente coerente.

E, se já perdemos, além de cumprir a 15 de novembro a ritualística do voto — o que sem dúvida faremos (pois qualquer forma de abstenção é insustentável, absurda, erro grosseiro, diante da oportunidade mesmo essencialmente desgastada, quase não mais que simbólica, de negar o sistema e seu valete — o PDS), trata-se, além da obrigatória consumação do rito a que lamentavelmente estão reduzidas as eleições de novembro, de saber por que já estamos batidos. Por que amargaremos a derrota, por mais que possa, eventualmente, se desenhar a "vitória" aritmética dos algarismos.

Principio por uma afirmação sumária: estamos vencidos porque o processo político eleitoral foi politicizado por interesse e iniciativa do sistema e pela hegemonia ideológica castradora a que estão submersas as oposições.

Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional.

Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo.

O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das "partes" (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada.

Em suma, consiste na liquefação da rica carnação da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como a política, enquanto não passa de uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica que, nesta

distorção, nega a si mesma.

2

3

4

5

Em outros termos, convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real — complexo repleto de mediações — num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o politicismo configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta de bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos.

O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político.

Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal. É mesmo uma certa forma de acentuação do princípio liberal: a economia pertence à intangível esfera do privado (hoje, arautos de diversas procedências se deleitam na invocação pagã da sociedade civil), enquanto a política vai, formalmente estufada, para o terreno da "coisa" pública.

10

11

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao "aperfeiçoamento". Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado.

Veja-se, como iluminura mais nítida, de 64 para cá: tempo em que a burguesia brasileira atinge seu ponto mais alto de desenvolvimento, e em que, decorrentemente, explicita com maior expressão seus caracteres essenciais. O regime político-institucional, desde Castelo, sempre foi afirmado, pelos donos do poder, como passível de "aperfeiçoamento". Em contrapartida, a política econômica, em tudo que ela reúne de estrutural e decisivo, sempre foi e continua sendo dada como intocável.

Politicista por essência de sua formação histórica, a burguesia, a partir de 64, já com ampla consciência para o manuseio ativo desta sua característica intrinseca, e em progressivo aperfeiçoamento, converteu-a em recurso estratégico, que se manifesta, desde o discurso de posse de Castelo, até o momento atual da auto-reforma do sistema, alcunhada de "abertura", engolfando, por inteiro, neste estratagema, o conjunto das oposições. Numa palavra, fez com que estas adotassem o princípio politicista, no que é, em grande medida, um arrastar das oposições ao campo ideológico do sistema. Se este pôde domar ideologicamente as oposições, isto não é devido apenas aos seus "méritos", à sua efetiva, ainda que odiosa e exasperante, capacidade de operar os jogos do poder. A base sobre a qual atuou é a razão fundamental do sucesso que obteve, ou seja, tal como o sistema, as oposições brasileiras estão sob hegemonia ideológica burguesa. A ambas — sistema e oposições o politicismo corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio. Para além deste ficam as perspectivas das massas trabalhadoras, as únicas que poderiam e estão interessadas em romper o politicismo. Mas estas, entregues a si próprias, não têm como determinar os processos e conferir, ao conjunto do movimento, a direção implícita aos conteúdos que desenvolvem espontaneamente em certas iniciativas. Têm-se estiolado em várias oportunidades e acabam sempre por ficar como ponto de apoio tolhido, sobre o qual incide a prática da "oposição pelo alto", tão própria ao politicismo,

10

11

14

3

4

5

que tem caracterizado a ação das legendas e dos partidos de oposição, mesmo daqueles que se pretendem vanguardas da classe trabalhadora.

A engrenagem perversa, vista no conjunto de seu funcionamento, opera o desfibramento e a subordinação, especialmente ideológica, mas com todas as derivações políticas, das oposições ao sistema e das massas às oposições. Resulta o óbvio e o gritante: o sistema vê-se em condições de reproduzir, sem interrupção, sua capacidade de controlar os processos e de manter a vantagem das iniciativas.

O quadro atual é a penúltima etapa da reconversão do sistema, sob controle e iniciativa do próprio sistema. Encaminhamento —, cujas síndromes mais remotas e ambíguas, velhas de quase dez anos, encontram-se já nos preparativos, com vistas ao exercício do poder, do "candidato" Ernesto Geisel —, itinerário que, sob formas dominantemente contraditórias, vem atravessando fluxos e refluxos, persiste e vem objetivando a passagem de uma forma de poder para outra, conservando intactas a natureza deste mesmo poder e a sustentação fundamental que o gera e anima: o complexo de um período de uma particular acumulação capitalista, expresso numa política econômica que não é posta em causa. Aparato e linha econômica por cuja sobrevivência estrutural, ao inverso, todas as "mudanças" são justificadas, e em benefício da qual todas as "alterações" são toleradas e propostas. Ou seja, mudar aparentemente tudo para assegurar a inamovibilidade do centro fundante, nesta plástica incruenta que apenas dessangra as energias dos adversários.

Quais os marcos, de partida e de chegada, do andamento em curso?

O trânsito em efetuação vai do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa.

Deslocamento admitido, a nível hipotético e como nota genérica do ideário da contra-revolução, desde 64 (basta lembrar dos desejos proclamados e das possibilidades sempre reiteradas, quanto aos propósitos de "aperfeiçoamento institucional", e, posteriormente, das sístoles e diástoles golberidianas), converte-se em necessidade prática com a emergente crise do "milagre", a partir de meados de 1973.

A forma bonapartista, que então vigorava em sua plenitude, tem sua base social estremecida; sofre o lassiamento decorrente da desconjunção entre as distintas frações monopolistas, nacionais e estrangeiras, até então satisfeitas com os proventos do "milagre", mas que naturalmente se recusam a pagar os ônus da crise, que se manifesta e se inclina, sem reversão, para o agravamento. Tende a desaparecer, pois, a unanimidade que garantia o monolitismo (mais operacional que essencial) de um governo incontrastável que, nos "bons tempos", ainda oferecia um duplo serviço: representava, "evanescente" — parecendo ser e não sendo, com suas estrelas e dragonas, uma posição "acima das classes", portanto, "acima das contradições", ao mesmo tempo que fazia, sem quaisquer melindres, todo o trabalho sujo da suja repressão.

As frações da burguesia intranquilizadas, tementes aos danos materiais, que dos morais elas não cogitam, esfregaram e desentorpeceram as línguas, desejosas de manifestarem suas queixas e decididas, agora, a buscarem "novas soluções". Era preciso falar! É se a falar se passa, não mais apenas aos cochichos nas câmaras e antecâmaras do poder, mas nas ruas e pelos jornais, como é possível calar os jornais e emudecer as ruas? — Abertura!

10

11

2

3

4

5

Mas falar não é apenas informar; acima de tudo é propor uma ação. Quando neste "diálogo", entre 78 e 80, entraram as massas trabalhadoras, elas introduziram o argumento concreto das greves. Forçaram o tecido lassiado, esgarçaram-no, romperam-no em alguns pontos; em suma, dilataram as fissuras do sistema. Mas foram impedidas de prosseguirem: pelo sistema e pelas oposições.

A fala das massas e a fala das frações monopolistas: desde logo, falas radicalmente distintas; propostas de ação qualitativamente opostas.

As frações monopolistas (refiro apenas as componentes decisivas) ansiosas para remendar a plataforma benquista de seus bons negócios, ardentes por lhe aplicar uma meia-sola redentora, carecida com urgência, mas só enquanto certificadas de não lhe arranhar, nem de leve, o caráter e a direção, parolavam pelo "aperfeiçoamento das instituições". Na velha linha e na velha forma. Politicismo!

As massas, muito mais no ato que no verbo, exibiram a chaga alargada de antiga fome e com ela derrubaram, por um momento, instituições depravadas (lei antigreve, por exemplo) e apontaram o caminho necessário: liquidar o alicerce econômico da ditadura, despedaçar a política econômica da superexploração do trabalho, dizer não, definitivamente, ao arrocho salarial e com isto puxar o tapete sob os pés do sistema. Romper, portanto, o politicismo, fazendo prevalecer os conteúdos de raiz, na forma de um movimento das bases. Pela ação das bases atingir a raiz do sistema. E, assim, no desdobramento complexo de um complexo processo, chegar a abatê-lo. Dar-lhe fim pela combinação das exigências e prioridades autênticas das especificidades efetivas do todo concreto, resgatando, desse modo, pela morte do políticismo, a verdadeira prática da prática política verdadeira. Linha nova de novos conteúdos. Política!

Desfeitas, pela crise do "milagre", as condições de sustentação da ditadura militar bonapartista, tratava-se de encaminhar o desenho de outra forma de sustentar a mesma dominação. Perecidos estavam os fundamentos do bonapartismo, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: economicamente, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação — nada mais do que a "inchação modernizadora" do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; politicamente, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.

Premida, pois, pela crise econômica e tendo, do outro lado, a imensa insatisfação das massas, entregues, porém, à orfandade política, a travessia do sistema, em que pesem dissenções e dificuldades intestinas e complicadores emergentes de seu lado externo, pôde ser empreitada, pois, sob condições que lhe deixavam razoável espaço de manobra e boa margem de probabilidade de realização. O fundamental seria imobilizar as massas; estas, pelos seus fins e pelos seus meios, estratégica e taticamente, eram o grande obstáculo eventual. No mais, seria continuar arrastando e confundindo as oposi-

10

11

14

3

4

ções partidárias, além de controlar as resistências e as ambições internas ao sistema.

Na essência, portanto, a passagem do bonapartismo à autocracia burguesa institucionalizada é transpassada, de ponta a ponta, pelo politicismo. Este se revela como via, mediação e objetivo; mostra-se na fisionomia de chave decisiva de todo o encaminhamento.

O movimento espontâneo das massas trabalhadoras, que se verificou entre 78 e 80, ameaçou fletir o percurso, negando o politicismo e abrindo caminho para a política, para o historicamente novo. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram baldados.

Entre a política e o politicismo prevaleceu, lastimavelmente, o segundo, o historicamente velho, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições partidárias.

Predominando o velho politicismo, a travessia, partindo do bonapartismo, desemboca, sem alternativa, na institucionalização da autocracia burguesa.

Importa dizer que a institucionalização da autocracia burguesa é a expressão jurídica do politicismo, enquanto o bonapartismo é sua expressão explicitamente armada, na exata medida em que ambos são formas (no plural) de poder político de uma mesma forma de capital, de um mesmo modo de ser capitalista, que o politicismo sintetiza. No sentido de que o politicismo é a essência, tanto de uma como do outro, exprimindo a estratégia e a tática da incompletude econômica da nossa burguesia e da sua correspondente estreiteza política. Determinada, histórica e estruturalmente, a ficar muito aquém dos limites mais ricos e amplos das entificações burguesas clássicas e até mesmo prussianas, desconhece a autonomia econômica e lhe é completamente estranho o encargo de universalizante político — não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto. Vedados lhe são o "luxo" e o simulacro desta representação, mesmo na forma de pretensão clássica, dado que se encontra sempre, pela sua atrofia estrutural e pela época em que surge e se manifesta em seus desdobramentos, em conflito aberto com as categorias sociais que tem por baixo, enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela. Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a truculência de classe manifesta e a imposição de classe velada ou semivelada, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade da hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Vale repetir, esta é uma inviabilidade, no quadro nacional, enquanto um regime minimamente estável e coerente. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em "tempos de paz", o bonapartismo é sua forma em "tempos de guerra". E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia.

2

3

4

5

6

14

12

10

Fico apenas com um exemplo, para remeter à afinidade estrutural e indicar as diferenciações singularizadoras entre 37 e 64, dois momentos de vigência da forma bonapartista, e entre 45/6 e nossos dias, duas manifestações de passagem à autocracia burguesa institucionalizada.

No plano econômico, 64 é muito mais amplo que 37, ao passo que, do ponto de vista político, 45/6 é muito mais generoso que o quadro atual.

A saída do Estado Novo, o Brasil, dono então, no exterior, de significativos créditos em dólares, era um país a meio de um trânsito hipertardio para o capitalismo verdadeiro (industrial), apresentando um perfil econômico extremamente regionalizado, cuja interligação das partes era ainda frouxa, desenhando um mercado capitalista puntiforme; sua subordinação ao capital estrangeiro continha ainda ambigüidades, lacunas ou latências próprias de um processo inconcluso, que ainda permitiam, talvez, a suposição ou a projeção de possibilidades de um capitalismo autônomo.

Hoje, emergindo da forma bonapartista do sistema montado em 64, o país, titular, negativamente privilegiado, de uma imensa e inamortizável dívida externa, atestado e radiografia da natureza da acumulação praticada no período, é um território econômico estruturado na figura de um capitalismo monopolista subordinado, sotoposto às engrenagens de um mundo definido pelos monopólios imperialistas. País que conservou e inflou desníveis e contrastes regionais, mas que se apresenta organicamente centralizado, com um mercado capitalista integralmente formado. A internacionalização da economia completou e aprofundou sua subsunção econômica, conferindo-lhe os limites de sua acumulação industrial, que se concretizou na distorção e na incompletude, determinando a total e definitiva impossibilidade de qualquer fantasia quanto à autonomização do sistema capitalista nacional.

Na euforia peculiar do pós-guerra, que registrou acentuada elevação de prestígio do campo socialista, o PC, em meados dos anos quarenta, ressurgindo do pouco que dele restara na década anterior, conheceu enorme crescimento numérico, expandiu sua influência com rapidez detendo (independentemente de méritos ou deméritos, que neste ponto não discuto), praticamente sem êmulo, a hegemonia da esquerda brasileira.

Naquele momento o próprio ethos liberal, também fortalecido na luta contra o fascismo, parecia recuperar, no plano internacional, algum espaço, que estava inteiramente corroído desde a Primeira Guerra Mundial, reforçava, assim, a aparente inclinação intrínseca ao quadro brasileiro, no sentido de uma resolução burguesa de ordem democrático-liberal.

País, à época, com um contingente proletário relativamente pequeno, veria, apesar disto, o desenvolvimento essencial do dispositivo perverso, porém muito eficiente, através do qual, a hiper-retardatária burguesia brasileira, deu forma institucional ao poder autocrático que lhe é próprio. A combinação de um aparato constitucional de feitio e ingredientes liberais (Constituição de 46) com um amplo complexo legal destinado a "organizar", controlar e reprimir o movimento operário em especial e o sindicalismo em geral. Que os ramos, desta armação jurídica, neguem um ao outro é próprio da lógica orgânica dessa burguesia incompleta e imperfeita; é o seu modo legal de exercer ao limite máximo o poder de sua dominação, histórica e estruturalmente restrita.

Completa este perfil da segunda metade da década de quarenta, cujos lineamentos políticos essenciais perdurarão até 64, a lembrança de que o

10

11

15

14

2

3

5

aparelho repressor do Estado Novo era, digamos assim, para fixar diferenças, feito em boa parte de "improvisos" e tinha, em certa medida, todo um cunho "amador".

Por derradeiro, mas não por último, não se há de esquecer que Vargas tentou empreender, mas não conseguiu chegar à auto-reforma do bonapartismo do Estado Novo. Foi deposto. Com certeza não por aqueles que desejavam mudar as coisas. Talvez porque tenha intentado algo para além da simples auto-reforma.

O sumário de nossos dias mostra-se bem diverso.

Em que pese sua ampliação e fortalecimento, o campo "socialista" (socialismo de acumulação) apresenta-se radicalmente desgastado; desnudado em suas aberrações e dilemas, vive uma crise enorme e indisfarçável, contribuindo assim, de modo decisivo, para a crise ideológica geral do mundo contemporâneo.

No interior do país, os diversos braços do stalinismo, em que se pulverizou o antigo PC, mostram-se como organismos restritos e amesquinhados, definitivamente exauridos e embrutecidos. Sua tendência é prosseguir no plano inclinado das sucessivas subdivisões e no aprofundamento da alienação teórica e ideológica em que estão submersos. A esquerda em geral, do mesmo modo, apresenta-se estilhaçada, em ampla dispersão ideológica. Neste quadro, mais do que penoso, não se esboça, nem pode-se esboçar, qualquer sombra, por mais remota que seja, de hegemonia.

Por seu lado, o ideário liberal, internacionalmente reduzido à mera condição de sanção teórica do "reformismo" no poder, é uma vaga ideológica anacrônica em refluxo. Sob certos aspectos tem ainda guarida entre alguns curiosos penitentes do stalinismo, e em determinadas formas do "gauchismo" não marxista, cuja radicalidade se esgota na fronteira acanhada do liberalismo radical. No que tange à realidade política concreta do país e das classes, hoje, já não desempenha qualquer função ou influência de importância. A não ser, e apenas como sucedâneo, na periferia do sistema, nas áreas e regiões (por ex.: Norte/Nordeste) de maior expressão subcapitalista, onde a arrogância e a infertilidade oligárquicas das burguesias locais expressam, em determinados espaços, a radicalidade de seu caráter parasitário (forma extrema da negatividade da burguesia que se origina e reproduz pela via colonial), para as quais não só falta a capacidade, mas até mesmo o desejo e a coragem de produzir, pois integrar e participar da teia produtiva seria a morte de seu parasitismo lucrativo, conseqüentemente a sua própria morte.

Ainda diversamente do que ocorria nos anos posteriores à queda do Estado Novo, o país atual apresenta um amplo e extenso proletariado, inclusive de milhões de trabalhadores do campo. Mas, na mesma trilha daquela época, permanece armado e profundamente reforçado o dispositivo de "organização", controle e repressão do movimento operário e das massas trabalhadoras em geral, ao mesmo tempo que, no presente, ele está jungido a um mosaico constitucional e a disposições jurídicas como a LSN, que bem testemunham a "largueza" democrática da auto-reforma do sistema. De modo que, se o dispositivo montado na transição do Estado Novo já era perverso, e o era, a sua perversidade na transição atual só fez crescer.

O que está em perfeita consonância com o gigantismo do aparelho repressor montado pelo bonapartismo de 64 e por ele posto a funcionar, e a funcionar está, em moldes profissionais, apoiado em tecnologia avançada.

10

11

2

3

4

5

Resta dizer que, duplamente ao contrário de Vargas, o sistema atual busca apenas e tão-somente a auto-reforma, e já se encontra em ponto muito adiantado de sua execução. E nada permite suspeitar, no momento, de que

não completará inteiramente seu objetivo.

Quanto a estes dois períodos singularizados, de um mesmo tipo de passagem — do bonapartismo para a autocracia burguesa institucionalizada —, arroladas que foram certas diferenciações, há que notar e grifar uma ocorrência comum a ambos: a desconsideração, por parte das oposições constituídas, especialmente das esquerdas, de que a edificação democrática, no Brasil, é essencialmente função do movimento das massas trabalhadoras; em outros termos, o desconhecimento ou a ignorância prática do caráter decisivo da centralidade operária na questão democrática.

Não se trata apenas do aspecto universal de que, a partir dos meados do século passado, a burguesia deixou de ser uma categoria social interessada na criação e desenvolvimento da democracia. Trata-se de algo mais e de mais específico. Diz respeito ao fato histórico de que apenas para algumas burguesias, como a francesa, a inglesa, a democracia foi um objetivo real; de que outras, como a alemã, nunca estiveram predispostas para tal edificação; e de que para outras ainda, como a brasileira, tal propósito jamais poderia ter ocorrido. Vale fazer aqui uma transposição, recordando, no espírito de uma passagem de A Sagrada Família, que — não se trata do que este ou aquele burguês, ou mesmo a burguesia inteira, conceba em dado momento como o seu alvo; e, sim, do que é a burguesia, e do que, em conformidade com o seu ser, ela historicamente é compelida a fazer. Arremato: e, de conformidade com o seu ser, historicamente compelida, ela o faz, realizando sua universalidade nas formas particulares de sua gênese, objetivação e reprodução.

Em decorrência, de um modo geral, a partir da época referida, e, de modo clivado em especial, nas particularidades aludidas, a democracia passa a ser objetivável fundamentalmente como empreendimento proletário e da sua ótica. Assim, de modos diversos e em graus crescentes, ou o proletariado arrasta a burguesia para uma equação democrática, ou é por ela submergido na diluição dos formalismos liberais, quando não sufocado sob esta ou aquela forma de opressão despótica, tudo na dimensão peculiar, sem linearidades ou mecanicismos, das formas particulares de objetivação do capitalismo.

Na particularidade da via colonial, alternando-se as formas genuinamente burguesas de dominação entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada, que excluem a figura da democracia liberal, a emersão democrática fica, sem remissão, a cargo das massas trabalhadoras, sob nucleação da perspectiva operária. Estas detêm, no caso, com primazia de classe, o interesse real e coerente pela efetivação democrática. Tendo, ademais, a possibilidade de atrair ou arrastar para a mesma direção a outras categorias sociais. No que, aí, se refere à burguesia, pode ela ser arrastada ou compelida à democracia, esta pode ser feita à sua revelia, mas ela própria não é nunca seu agente.

Mas, no quadro da especificidade referida, quando a construção democrática se evidencia como tarefa histórica dos trabalhadores, simultaneamente se revela uma mudança qualitativa. Na medida em que o agente democrático é por excelência a massa trabalhadora, tendo por centro aglutinador e norteador o proletariado, a motivação e o direcionamento não permanecem voltados, pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais. Especial-

10

11

14

3

4

5

mente, quando, pela hegemonia burguesa de um processo, elas são as mesmas formas que integram o desdobramento da auto-reforma e a concretização da autocracia burguesa institucionalizada. Não há desprezo dos trabalhadores mesmo pelas franquias legais as mais elementares, ao contrário; mas, à medida em que até mesmo estas só são dispositivos integralizáveis na proporção de sua interferência, têm de estar articuladas a matrizes mais substantivas: em primeiro lugar, às condições de salário e trabalho sob as quais, cada trabalhador e os trabalhadores em seu conjunto, na imediaticidade, são compelidos a produzir e reproduzir suas existências materiais.

Em síntese e de modo direto, a objetivação democrática sob a égide dos trabalhadores, a única possível no capitalismo explicitado pela via colonial, implica o rompimento do politicismo. Ou seja, imediatamente tem de ferir o molde econômico do sistema. A intervenção do movimento das massas trabalhadoras recompõe a apreensão política e põe em jogo, de imediato, a totalidade do social. Sua construção democrática não é, pois, nem ao primeiro momento, a mera perseguição às franquias formais do liberalismo. O que lhe torna completamente estranha — com ela não se identificando, nem a ela se submetendo —, a tática impossível do impossível objetivo de primeiro conquistar a "democracia" para depois "tratar da vida". Que, aliás, só não é estranha para a lógica adstringente do mais pobre liberalismo, e que, na essência, não difere da razão autocrática da auto-reforma em curso, no sentido de que a "democracia" possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia.

A dinâmica da construção democrática pelas bases não é, simplesmente, ter as massas em movimento, mas dotar o movimento das massas, ao mesmo tempo, da arma programática que reordena a sistemática da produção. Num primeiro, mas talvez longo momento, reordenação na vigência ainda do modo de produção atual, posto que a demanda de rompimento e superação imediatas deste, não seria mais do que um voto piedoso ou uma tirada demagógica. Mas, reordenação de tal ordem, que implicasse um montante significativo de "desarrumação" e "desmontagem" de porções e aspectos de seu aparato, de modo a impedi-lo a reproduzir a prática da superexploração do trabalho, que hoje agudamente o caracteriza. Numa palavra: compreender que democracia, minimamente efetiva, e arrocho salarial não coexistem, nem podem coexistir, a não ser na "democracia" da autocracia burguesa institucionalizada.

Foi precisamente isto, foi precisamente o desconhecimento da centralidade operária na questão democrática, que implica o rompimento do politicismo, e que demanda um programa econômico de transição democrática, foi exatamente tudo isto que a esquerda ignorou em meados dos anos quarenta, e, sob diversas modulações, até os fins do pré-64. E é tudo isto que ela continua ignorando hoje.

Com uma diferença — para pior. O quadro da transição de 45/6 era menos favorável, do que o atual, para o sistema econômico-político dominante, inversamente, o panorama daquela época era mais favorável às forças democráticas do que o é hoje.

Em linha de resultantes: a autocracia burguesa institucionalizada, que foi implantada em 45/6 e que se desdobrou até 64, terá sido, provavelmente, aquela da maior liberalidade que pode estar contida em tal forma de domi-

10

11

2

3

4

5

6

nação política; muito menos "generosa" tende a ser a autocracia burguesa institucionalizada ora em fase adiantada de implantação.

Na medida em que as oposições, em especial as esquerdas — mantiveram e reproduziram a ignorância prática da centralidade operária, desconheceram a necessidade de romper o politicismo, e não compreenderam o imperativo de um programa econômico de transição democrática — é que elas sucumbiram ao ardil do politicismo e, hoje, depois de uma longa trajetória, à qual não se nega valor de resistência e até momentos de pesado sacrificio, mas essencialmente tecida de equívocos, desembocam na melancólica posição de colaboracionistas da politicização das eleições de novembro, levada a cabo pelos interesses e a vocação do sistema.

Por isto as eleições de novembro já se perderam como arma, no processo de abatimento do regime vigente. Este logra mais um passo bem sucedido, em seu encaminhamento da auto-reforma, pois as eleições politicizadas de novembro materializam o penúltimo ato de reconversão do bonapartismo em autocracia burguesa institucionalizada, cuja cena derradeira, projeta o sistema, será a apoteose da próxima sucessão presidencial.

As eleições politicistas estão para a sustentação da auto-reforma, como a auto-reforma está para a conservação do poder. Mediações, portanto, de uma cadeia de mediações, que visa e possibilita, especificamente, a conservação da atual fisionomia do solo econômico.

Mas conservar a política econômica vigente é negar, na essência e de todo o modo, qualquer postulação democrática coerente. É, inclusive, na aparência, tornar incongruentes até mesmo suas contrafações mais débeis, como as produzidas pelo sistema para gasto e consumo eleitorais. Incoerência do sistema ou amálgama politicista? Considerada a apreensão, que determina a amálgama politicista como substância da fórmula jurídica da autocracia burguesa institucionalizada e, a esta, enquanto a legalidade da negação da democracia, desaparece a incoerência, para restar algo muito mais importante: a contradição, a contradição de realidade, insuperável pela "síntese" politicista — sua equação econômica nega a legalização democrática, a legalização democrática nega sua equação econômica. Portanto, a contradição, que resta, resta como cerne que entifica a forma particular do capitalismo brasileiro. No que realiza, é evidente, de modo peculiar, o caráter contraditório universal do capitalismo. Enquanto este, na sua particularização clássica e mais evoluída, recusa, é óbvio, de maneira implícita, o questionamento teórico e prático do modo de produção capitalista, mas possui a força e o espaço, e tem com isto como admitir, debaixo de regras democrático-liberais, o questionamento econômico a nível reformista — e todo o segredo da social-democracia reside, meramente, em dar corpo a esta elasticidade —, o capitalismo subordinado da periferia, como o brasileiro, não possuindo a folga daquele, sempre roído pelo seu subordinante, e compelido a roer superlativamente seus subalternos, não só preserva na generalidade o modo de produção, mas nega qualquer gênero de questionamento econômico, pois, não pode lhe escapar que, dentro da realidade de sua estreiteza capitalista, toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem, algo, portanto, em seu detrimento, no prejuízo imediato e na abertura de uma perigosa perspectiva.

10

11

14

3

4

5

Portanto, descartar o questionamento econômico, que significa garantir seu molde atual, e garantir o "aperfeiçoamento institucional", que significa descartar a democracia, não é uma tática circunstancial, um "casuísmo" da "improvisação desesperada". É a tática consciente, mediadora de uma finalidade perfeitamente estabelecida.

È profundamente lastimável, porém, tática e estratégia, no campo oposi-

cionista, não se mostram com o mesmo nível de lucidez.

Enquanto o sistema faz as eleições politicizadas para afastar e garantir o quadro econômico, as oposições, enredadas, por dentro e por fora, pelo ardil politicista, afastam a questão econômica para "garantir as eleições" e "conquistar a democracia".

O diabólico, neste pôr de lado a questão econômica, é que, para além de fazer o processo convergir na direção dos interesses do sistema, as oposições confundem e desarmam, desorganizam e desmobilizam o movimento de massas.

Não foi outra coisa que se viu, salvo algumas exceções momentâneas, quando entre 78 e 80 as massas trabalhadoras ressurgiram, no panorama político nacional, e, por um breve período, pondo-se à frente dos partidos, evidenciaram a que vinham e o que podiam. Entreabriram a possibilidade de uma efetiva política oposicionista, com objetivo determinado e tática segura: conquistar a democracia pela ação de base das massas, ferindo a base econômica do regime. Por um tempo, geraram sensível intranqüilidade no seio do governo e maior perplexidade no bojo das oposições. Estas, inermes e atabalhoadas, ideologicamente docilizadas, não foram capazes de se ligar e unir à perspectiva de totalidade aberta pelos trabalhadores; mostraram-se incapazes de fundir e vincular sua expressão político-parlamentar à força político-social das massas; não souberam sintetizar os interesses sociais e econômicos das maiorias com os passos genéticos da emersão democrática.

Pior que isto. Alguns, de início, e progressivamente quase todos findaram por enxergar o movimento de massas como êmulo perigoso da "abertura". "Não tensionar as contradições de classe" foi a palavra e a prática covarde e degenerada que, sob diversos oportunismos, acabou prevalecendo. E quando o movimento de massas, sozinho, premido pelo desemprego e fustigado pela repressão, refluiu, as tolas cabeças balançaram sua travestida complacência, na satisfação de sua pútrida "acuidade".

Abatido e domesticado o movimento de massas, as oposições trataram de pôr a mão nele, de canalizá-lo para as eleições, num ato de conversão e desfibramento do movimento de massas em cândida pletora de eleitores da massa.

Monumental serviço prestado pelas oposições ao sistema. O que este só podia alcançar por mal, aquelas lhe facilitaram por bem, sob a aura da batalha oposicionista e democrática. Em lugar de travarem uma campanha eleitoral fundada na luta e política totalizante das massas, as oposições, inertes na parcialização das perspectivas, desmobilizaram as massas em proveito das eleições. Inverteram radicalmente os termos da equação: em vez de partirem das massas e visarem as eleições, visaram as eleições e foram às massas; levaram às massas a perspectiva das eleições, invés de levarem às eleições a perspectiva das massas. Eleições, sim, enfim alcançadas, mas agora irremediavelmente eleições politicistas. Politicistas em razão dos motivos conscientes do sistema, na sustentação prioritária de seu cerne econômico; politicistas

10

11

2

3

4

5

pela oposição, porque, desarmado o movimento de massas, extinguiu-se, para efeitos imediatos, a possibilidade, entreaberta pela prática das massas, de dar início ao combate por um programa econômico de transição democrática, e até mesmo a consideração teórica deste, na aparência, voltou a se distanciar do plano das premências políticas, reforçando o pressuposto não provado e a debilidade comprovada das correntes de oposição.

Adiando a questão econômica, o que implica afastar as massas, e afastando as massas, o que implica adiar a questão econômica, a oposição adiou

e afastou, sine die, a democracia.

E ambas, sistema e oposições, se enlaçam, ideologicamente, no tango (ou bolero?) eleitoral, sob o rufar da charanga que executa o tema do "aperfeiçoamento institucional", contratema da "democracia abstrata" das oposições. Tema e contratema de uma mesma partitura, em que pesem as notas diferenciais de motivação, convicção e até mesmo das boas, mas burras, intenções; compassos harmônicos do mesmo simulacro de democracia liberal que, no caso brasileiro, é sinônimo e faz a melodia de fundo da autocracia burguesa institucionalizada.

Diante desta orquestração desoladora, sobra muito pouco para alguma dança, verdadeiramente proveitosa, do eleitor. Mas, para além do imediato,

é imperioso indagar...

Contudo, se ao velho Lênin, no caminho certo, foi possível perguntar, com o peso da seriedade e a energia da determinação — Que Fazer?, a nós, melancolicamente, à garupa deste instante, resta apenas o saboroso, mas prosaico e arrefecido, ainda que gesticuloso: "E adesso che facciamo?"

O pouco que resta a fazer, numa eleição duplamente politicizada, é a sobra da escolha tópica, a opção reduzida entre o ruim e o péssimo, enxotado, evidentemente, o tenebroso, que é o valete partidário do sistema, o PDS.

Sob que critérios?

Nestas eleições de novembro, viciadas até à raiz pelo politicismo, através do qual, objetivamente, o sistema se reproduz econômica e politicamente, e as oposições reproduzem, de forma ampliada, a alienação da "oposição pelo alto", é evidente não ser possível encontrar uma opção partidária satisfatória, una e integral. Mesmo, elementarmente, dado que nenhuma das legendas de oposição apresenta uniformidade ou homogeneidade nacional, no que tange à definição ideológica, expressão organizacional e significado programático. Diferenças de região para região, de Estado para Estado, e de cidade para cidade, mais em alguns casos, menos em outros, marcam e clivam cada uma das agremiações. Partidos nacionais de oposição não há, nem os legais e muitíssimo menos os semiclandestinos.

Uma escolha, razoavelmente praticada, em condições tão adversas, há de considerar pelo menos, para cada caso, o que há de definição ideológica, significado programático, expressão organizacional, potencialidade eleitoral e também de perspectiva de futuro para cada partido político, bem como a representatividade e a autenticidade das individualidades que, encarnando a cada um deles, postulam os votos de oposição.

Numa pincelada descarta-se, penalizável por todos os critérios, ao PTB,

10

11

14

15

súmula torpe do mero apetite político acanalhado.

Do PDT também não há muito a dizer. Algo mais do que um partido de um homem só, nutre-se da idéia de um socialismo reformista, distributivista. Disto e de um nacionalismo, que busca atualizar, deseja fazer a presen-

2

3

4

tificação da proposta getulista. Ainda que um Vargas, paramentado de socialdemocrata, componha uma figura extravagante, o PDT, por suas referências às questões sociais e econômicas, não deixa de veicular, aqui e ali, algo de sério, que merece atenção. Um aqui e um ali, que se resumem ao Rio com Brizola e Saturnino Braga e ao Rio Grande do Sul com Colares, mas que, dado o deserto penoso e pavoroso em que estão convertidas as oposições, ganha um significado que não alcançaria em outras circunstâncias.

Sobre o PMDB, que traz a berança da resistência democrática dos anos mais duros, cacife único de sua longa cruzada, inside a dose maior de toda

a crítica apresentada.

3

4

5

6

Enfant gaté das oposições, cheio de melindres, como se os imensos equivocos de seu passado não lhe dissessem respeito, é o monstrinho prodigioso do circo político nacional, praticamente fervoroso e beneficiário principal da "oposição pelo alto". Teima, oportunisticamente, em usar as calças curtas da roupagem frentista, quando suas longas pernas ossudas, cobertas de pêlo, de há muito exigem o traje adulto da definição partidária. Travestido de infante, escamoteia a anatomia de seu velho corpo "liberal". Não é bem culpa deste, nem de sua hegemonia, que as correntes "mais avançadas", nele afluentes, aceitem sua regência, amem seu corpo flácido e nele se desmanchem, e na diluição arrastem, corroam e desfaçam as energias das massas. Não, verdadeiramente não é bem culpa dos "liberais", que outros ponham ao seu comando um enorme contingente de votos dos trabalhadores, invés de arrastar os votos "liberais" para a órbita de um programa demarcado pelo interesse dos trabalhadores. Não é bem culpa sua, mas, sem dúvida, resulta em seu proveito, e no desproveito das massas, o que novamente o beneficia. Proveito e benefício que não despreza, muito ao contrário, nem lhe vão às mãos por ingenuidade ou inocência. O mecanismo geral que patrocina tal fagocitose, o politicismo, é o mesmo do qual se aproveitou o sistema, no seu brilhante golpe da fusão entre PMDB e PP. Incluida na "solução" frentista, de molde e caráter "liberais", as esquerdas são fletidas a uma posição mais à direita, do mesmo modo que, incorporando o PP, o PMDB foi empurrado ainda mais para a mesma direção.

Não vai aí qualquer repúdio a uma autêntica política de frente. Mas esta é algo muito diverso do que está compreendido no PMDB, e do que vem sendo praticado tradicionalmente pela esquerda brasileira. Os supostos imprescindíveis de uma verdadeira política de frente, concebida e praticada da perspectiva do trabalho, compreendem a independência ideológica, a organização política autônoma e a definição precisa de um programa dos trabalhadores. É assim apetrechados e assumidos enquanto classe que os trabalhadores podem, diante e com outras classes, estabelecer uma plataforma comum, em atendimento a exigências políticas de uma realidade dada. É uma articulação, pois, de classes, assumidas estas em sua completa independência. E não a somatória tópica de meras individualidades, muitas vezes insomáveis, que é a via única a que induz o esquema frentista de inspiração liberal, que não é representativo das classes, nem é por estas controlado.

Distanciando-se das bases materiais da vida social, o que as afasta das bases de massa dos trabalhadores, as esquerdas, ao fim e ao cabo, despojadas de força e representatividade, perdem até mesmo a condição de componentes válidos para a constituição de uma válida política de frente, quando esta se impõe e viabiliza; e, assim, desqualificadas e degeneradas compõem a solu-

10

11

ção frentista de talhe liberal, que acaba por as descredenciar, desacreditar e deglutir até aos ossos. Assim ocorreu no passado, no PTB, PSP etc. e de forma ainda pior, no presente, vem ocorrendo dentro do PMDB. É por tudo isto que não são as esquerdas que empurram o PMDB mais para a esquerda, mas é a hegemonia "liberal" do PMDB que atira as esquerdas ainda mais para a direita. Resultado da "solução frentista" que tolera, absorve e condiciona todas as venalidades "políticas", praticadas no passado e no presente, onde o conchavo substitui a luta pela hegemonia, e a "plataforma frentista" esvazia os conteúdos de classe. Assim, por exemplo, foi possível haver um Ademar de Barros e há um Miro Teixeira. Isto, só para aludir a algo do pior, e não apenas de um ponto de vista ético...

O fato de a sustentação frentista residir sobre uma precária somatória de individualidades, não enraizada ou legitimada pelas massas, é que lhe confere uma permanente instabilidade. Sua fraqueza política tem seu equivalente na sua debilidade orgânica e no raquitismo de seus compromissos programáticos e ideológicos. Está, assim, continuamente sujeita a reconversões de propósitos e a expansões e contrações agudas. A rapidez da saída e da volta dos membros do PMDB, que integraram o PP, é bem uma ilustração disto. É, neste sentido, que o PMDB é, de todas as legendas existentes, a mais exposta a divisões e evasões. Após as eleições, e diretamente relacionado com os resultados efetivos destas, a demanda de um novo esquema partidário, especialmente, mas não apenas, por parte do sistema, tende a levar o PMDB a uma significativa retração. Basta refletir, com realismo, sobre o que sucederá se o sistema tornar a entreabrir a possibilidade de redifinições partidárias. E vale pensar também a respeito do desejo confesso, de não poucos, de ressuscitar o PP ou de um seu sucedâneo; o que, aliás, não está apenas no terreno dos sonhos, mas nas pontas dos cordéis que vêm sendo entretecidos, de norte a sul do país, e aos quais não são estranhos muitas das figuras de proa do PMDB.

Mesmo porque, este airado PMDB, que tem feito uma pobre guerrilha de salão pelo resto do banquete dos poderosos — a que mais pretendem suas alas hegemônicas, se não apenas a uma mera reordenação "técnica" e de superfície da esfera econômica, que lhes permita, aí, uma inserção mais cômoda e segura, com os correspondentes saldos no terreno do poder? —, não teve nada de melhor para oferecer, a toda a presente campanha eleitoral, do que o arroubo atroz de uma fantástica ideologia da grande vitória.

Hoje, exatamente a trinta dias do pleito, o plano de realidade, para quem não deseja iludir-se mostra-se bastante diverso do apregoado por esta mísera e alienante ideologia: até mesmo certos rincões dos "votos úteis" e das "vitórias certas", através dos quais foi tentado o atropelamento da consciência eleitoral mais exigente, estão sensivelmente abalados. Quase sempre, lamentavelmente, a favor do sistema, mas o PMDB torna, assim, a exibir o verdadeiro tamanho de seu corpo e o mosaico efetivo de seu rosto. Fisionomia de escoteiro taludo, troncho na farda de menino, velho para ser coroinha, mas já não tão moço que não possa ser bandido.

Escoteiro político capaz de juntar a sovinice ideológica de Franco Montoro — cuja única ferocidade é seu conhecido anticomunismo, senador de aspiração a feitio e talhe carvalhista, por cuja herança briga com o fantasma caricatural de Jânio Quadros —, com a impudência desabrida e besuntada deste camelô chaguista que é Miro Teixeira, parido e nutrido, feito e refeito,

10

11

só e só e não mais do que só, de repelente oportunismo. E a isto, junta o escoteiro, a provectice "liberal-mineira" (ou "mineiro-liberal"?) do manjadíssimo Tancredo Neves. Menos mal, conhecido em todos os seus limites, não há o que esperar. Ao sul se agrega algo que até faz parte do menos ruim, o bom-burguês do Pedro Simon. Todavia, é na outra ponta do país que o PMDB encontra seu melhor e mais reto candidato, o pernambucano Marcos Freire. Não mais que uma personalidade íntegra e dedicada, de corte "liberal" (sempre esta palavra, que tão mal se ajusta ao Brasil) com forte sensibilidade e ressonâncias populares. Sem desabono para este candidato, melhor seria que fosse Arraes, algo do melhor do pré-64, mas parece que arribou um pouco desassossegado... e, enfim, sempre há que respeitar esquemas... em tudo se mete o politicismo... em tudo aparece, mesmo no lado bom, o lado bandido do PMDB... não fosse este o partido escoteiro, coroinha e malandro, de uma das partes — sempre bandida —, da bandida burguesia brasileira...

Por fim, resta olhar para o PT.

A primeira tragédia do chamado Partido dos Trabalhadores é o suposto entre muitos de seus dirigentes e ideólogos, de que ele seja uma idéia, e não uma necessidade. E, evidentemente, uma idéia deles. Uma idéia de ideólogos, não uma necessidade dos trabalhadores.

Não compreenderam, ou não quiseram compreender, que, ao longo e depois dos eventos operários de 78/80 (para não falar de antes), era gritante e manifesta a necessidade da criação de um organismo político da perspectiva dos trabalhadores. Necessidade dos trabalhadores posta pela lógica de seu próprio movimento, pois tornara-se patente a falência completa e definitiva de todos os braços do stalinismo, que até então se arvoravam da representação operária. Abrira-se, ou melhor, alargara-se ostensivamente um espaço decisivo, porém vago, que exigia preenchimento. Explicitara-se, de modo agudo, uma necessidade. Se ela seria bem ou mal resolvida, dependia, aí sim, de idéias e condições, favoráveis ou desfavoráveis para a sua concretização.

A segunda tragédia do PT são precisamente as idéias de seus mais

influentes ideólogos.

O que Marx pensou, em Crítica da Economia Nacional, texto de 1845, dos ideólogos alemães, vale pensar para alguns de seus confrades nacionais — não fazem mais do que repetir historicamente, sob forma de comédia e post

festum, as formas ultrapassadas e envelhecidas da história mundial.

A curta história do PT é a história de um desencontro, ou talvez seja melhor dizer de um encontro infeliz. O encontro desafortunado entre o que de melhor e mais autêntico emergiu do movimento operário no pós-64, e da figura mais brilhante do sindicalismo brasileiro de todos os tempos — Lula, com um produto ideológico de baixa qualidade, uma espécie de "resíduo calcinado" da crise ideológica dos nossos tempos. Crise ideológica e "resíduo" que, embora parecendo mais questionar do que responder, questionam mal e respondem errado. Tem de se reconhecer aí uma grande dose de perplexidade, mas também grande parcela de temor por eventuais contaminações stalinianas. Este grande responsável reaparece, mas isto não explica, nem justifica prevenções ou preconceitos, muito menos saltos ideológicos para trás. Da perplexidade, do temor, das prevenções e dos preconceitos, bem como das acrobacias ideativas a ré, que recusam a razão e a história — em última análise ao próprio proletariado, acaba por originar-se uma postura de

liberal-radicalismo entrelaçado com as formas mais banais e descarnadas do pensamento anarquista, tudo de permeio com uma lastimável atitude de quem está "descobrindo a América": o anacronismo da repetição histórica, sob

forma de comédia e post festum.

Resulta de tudo uma obsessão pelas formas de organização e procedimento. Tudo passa a girar em torno disto: importa mais como se faz, do que aquilo que se faz; ao limite, o conteúdo é a forma, mesmo porque o conteúdo é suposto como partogeneticamente secretado pelas massas. Confunde-se força, ação, interesse e testemunho, que as massas podem e, de fato, oferecem, com as carências que elas próprias sentem de orientação, esclarecimento e condução. Enfim, o basismo e o espontaneísmo, sob todas as modalidades, se revelam e manifestam. Anda-se para trás, na ordem de um século, para reencontrar insipiências martovianas ou pré-martovianas.

Em suma, a riqueza substantiva do ressurgimento operário de 78/80, a matéria-prima estuante de vida, ávida por orientação política, que só pode provir da análise científica rigorosa e completa, foi, desgraçadamente, encon-

trar o raquitismo arrogante de um enxoval ideológico em crise.

Antes mesmo de formado, o próprio embrião deste PT, parasitado por semelhante enxoval ideológico, já influiu negativamente sobre o movimento operário do ABC, levando a greve de 80 ao impasse e à derrota, na busca de um "mártir político", que lhe servisse de ponta-de-lança e de carro-chefe.

Depois, foi um progressivo "ir tomando conta das coisas", que faz, hoje, o PT uma pequena agremiação, vazia de operários, arrastada às costas por um única homem: Lula, que "tecnicamente" muito aprendeu, no processo que o vem transformando, de um grande líder sindical, num modesto e politicamente debilitado dirigente partidário; mas, até hoje, não pôde aprender que não basta a independência sindical, nem a independência partidária; que sem independência ideológica o movimento operário está exposto a sutis e terríveis servidões. Sem independência ideológica, o PT sucumbiu, não sendo, na atualidade, mais do que uma legenda de magra parcela dos assalariados, vivendo um clima pequeno-burguês de subjetiva radicalidade, através de uma espécie de "filosofia-mundana", bem tolerada pelo sistema, nesta hora eleitoral. Para muitos não passa de um exotismo. Mas o que pensar de um partido, que se quer dos trabalhadores, mas que apenas diz que tudo depende de sua organização, que se recusa a orientá-los, que se nega a apontar-lhes o caminho, que não se assume como vanguarda e se oferece meramente como canal de pressão?

O PT está no pleito de novembro buscando sua viabilização, em atendimento a dispostos legais. E isto é legítimo. Mas, já não se pode ser tão categórico, nem muito menos, quando, em razão do que apresentou, até hoje, no plano ideológico, programático e organizativo, se indaga se merece sua viabilização, se esta corresponde às necessidades atuais e futuras das massas trabalhadoras.

O PT, em vista da questão eleitoral, não escapou ao politicismo geral das oposições. Um politicismo forçado, pode-se talvez dizer, mas o fato é que se distanciou do movimento sindical, não procurou fazer uma campanha apoiada sobre o movimento de massas, e não atinou com as necessidades de um programa econômico de transição democrática. Suas imperdoáveis vacilações, quanto à realização da Conclat, são disto grande e significativa evidência. A realização da Conclat, às vésperas das eleições, seria precisamente a

10

11

14

2

3

4

5

última oportunidade para uma tentativa de modificação qualitativa do processo eleitoral. Seria a chance de tentar arrancá-lo do absoluto domínio politicista sob o qual fenece. Sucumbiu especialmente o PT quando, posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas "ou" através da via eleitoral, não foi capaz de somar e articular os dois caminhos e acabou por embaraçar-se, até à alma, apenas no jogo eleitoral, soçobrando às exigências deste. E neste campo será fatalmente batido. Procurará, então, reencontrar a necessidade originária de seu advento, ou se contentará em ser a microlegenda de uma ideologia menor?

De tudo isso resulta a clara evidência de que, na débil torrente democrática do processo brasileiro, fraca é também a corrente proletária que nele atua. Fraca pela incompletude de classe, que também atinge o proletariado no Brasil, e superenfraquecida pela desorientação a que é submetida, sistematicamente, pelos partidos que o querem representar e conduzir. Assim, a história do movimento de massas em geral e do proletariado em especial, no país, tem sido e é até hoje, antes de mais nada, a história de seu arrastamento

e subordinação à hegemonia burguesa.

Diante deste panorama, mais uma vez, é preciso cumprir a ritualistica

do voto. Obrigatoriamente, de norte a sul do país!

Não seria razoável, depois de extensa crítica, ser inconcludente, ou seja, omitir a expressão concreta de um voto. Assim, concluo, sem outra pretensão que não seja o registro de uma simples opinião. Opino. E o faço puramente na primeira pessoa do singular. Quem dela vier a gostar e desejá-la para si, não precisa de licença, mas assume, como no amor, toda a responsa-

bilidade que houver.

Nas regiões Norte-Nordeste não há como escapar: é PMDB. Um de seus piores candidatos, o amazonense Gilberto Mestrinho, provavelmente vencerá, e o melhor deles, Marcos Freire, dificilmente fará o mesmo. Mas a questão, contra a própria ideologia da grande vitória do PMDB, é bem mais complexa. E no Norte-Nordeste, simplesmente complicar as coisas para o sistema, tentar barrar o caminho de um "bandido maior" com as mãos de um "bandido menor", e gerar o hábito e a descontração políticas para um voto de oposição, bem como de um voto desvinculado de trocas clientelistas, é já alguma coisa não desprezível, principalmente quando não há nenhuma outra opção, que tenha algum significado ou representatividade, seja no plano ideológico, seja no plano da abertura de perspectivas futuras. No Norte-Nordeste, o PT simplesmente não existe, em qualquer destes planos. Algumas pessoas, que lhe envergam o "fardão", são respeitáveis como individualidades comprometidas com boas causas e, às vezes, com maus roteiros, mas não alcançam qualquer nível de representatividade efetiva dos trabalhadores, rurais e urbanos, aí compreendidos.

No Rio, há que se contentar com Brizola. Da velha guarda foi aquele que retornou mais inteiro. Nada mais, no passado, do que uma espécie de "republicano radical", que foi confundido como "perigoso incendiário", é, hoje, um discípulo avançado da social-democracia. Pena que fique por aí, mas tem a seu lado uma presença válida e estimulante, a quem a vivência de PMDB prejudicou muito, mas que soube, ao limite, romper com ela, não transigindo com a deliqüescência final sofrida pelo PMDB carioca: Saturnino Braga. Há uma razão a mais, Brizola pode e provavelmente derrotará o boneco chaguista. Basta isto, nas circunstâncias, para credenciá-lo. A digni-

dade dos trabalhadores cariocas merece, ao menos, isto. E a bofetada é mais para atingir a degenerescência dos que movem os cordões eleitorais do boneco, do que a este, coisa de ínfimo valor. Aqueles, sim, não podem

ficar impunes.

Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul que tenham a honra proletária lavada pelos candidatos do PT. Lula e Olívio Dutra por tudo que representaram, e espero que voltem a representar, no movimento operário. E em Minas, simplesmente porque não resta outra alternativa. Valerá mais, como perspectiva de futuro, um voto de esgarçado sentido ideológico, do que a reiteração do vício politicista, de que Tancredo Neves é campeão. Em outras circunstâncias, firmemente empurrado pelo movimento de massas, e não empurrando, como hoje, poderia, ao limite de injunções, ser cogitado. Nunca hoje.

Em São Paulo, o voto em Lula é a manifestação de apoio e resgate do que os trabalhadores fizeram entre 78 e 80, na esperança de que tornem a fazê-lo em breve. O voto em Lula é a reafirmação dos eventos memoráveis de São Bernardo, a certeza de que aí foi indicado o caminho que este terá de ser e será retomado e desenvolvido, caso se queira, de fato, chegar a alguma democracia. É, portanto, infinitamente mais um voto em Lula do

que em Luis Inácio da Silva.

Está visto, o critério que prevalece não é o da mera vitória eleitoral, que nenhum dos três, nem remotamente, detem esta possibilidade, ainda que a votação de Lula será, com certeza, para dor e raiva de todos os politicistas, mais do que expressiva — o que é bom e certo. Mas, numa eleição, não se joga apenas com a sorte e a cifra das urnas. Há vitórias decisivas, como fustigar impostores e sustentar padrões ideológicos, que são feitas mais de verdade e coragem do que de votos. Principalmente quando se semeia futuro, sem impaciências, e se encara o presente de olhos abertos.

Por fim, vá lá que seja, em mais um capítulo da história do "bom bandido", e no caso de "bandidos" vitoriosos: Iris Rezende em Goiás e José

Richa no Paraná, ambos do PMDB.

No pré-64, chegou a ser moda política falar em "generais do povo"; como de lá para cá declinamos abruptamente, quem sabe se a campanha eleitoral de 82 não acabe por consagrar o título de honra de "bandidos do povo"...

Findo por aqui. Encerro meu voto. Opinei o quanto basta.

E diante do cenário triste que se fecha, lembro que principiei com a irreverência de um espanholismo, gancho para a ironia feroz do tango lunfardo. Concluo com o pesar de uma antiga indignação romana. Com as palavras de Cícero, a todos os Catilinas, refaço a pergunta feita de partida: Quousque tandem? "Até quando, afinal, abusareis da nossa paciência?"

J. Chasin

A NOVA ESCRITA/ENSAIO, com este décimo número, completa seu programa de 1982.

O volume, tal como os anteriores desta nova fase, mescla o depoimento aprofundado, o debate vivo, a entrevista resgatadora de idéias e homens, o

testemunho de lutas e experiências com a reflexão teórica vertida em artigos, ensaios e resenhas, onde a matéria-prima é a realidade e o pensamento do nosso mundo e, evidentemente, de nosso país.

Na já tradicional entrevista de capa temos, desta vez, uma das figuras mais destacadas e combativas da nova igreja: D. Pelé, como é internacionalmente conhecido, ou D. José Maria Pires, como foi batizado, ou ainda D. Zumbi, como está sendo rebatizado, pois o primeiro apelido "deixou de ser uma expressão anti-sistema, e Zumbi será sempre contra o sistema". Até mesmo no nome, este tranqüilissimo prelado negro, faz questão que se torne evidente sua firme e serena ânsia de mudança e transformação. Que se estampe, na própria face, sua madura, refletida e definitiva "opção pelos pobres". E ele narra como sofreu esta transformação, bispo já, a partir do Concílio Vaticano II, pois não se ressente, resolvida que tem para si toda a questão, em reconhecer seu passado de sacerdote tradicional, que "deu muito trabalho a D. Hélder Câmara". Hoje, e faz tempo, dá é muito trabalho aos inimigos do povo.

É de enorme importância tomar contato com as idéias e as posições deste homem de fé que, pela fé, tem toda uma prática política, cuidando permânentemente de formar e desenvolver uma completa reflexão sobre o social. e o econômico. Conhecer tais idéias e posições é conhecer uma das lideranças mais respeitadas e consolidadas da CNBB, que recentemente completou 30 anos de existência. É tomar contato direto com uma parte vital de uma igreja que exerce, e exercerá cada vez mais, um papel decisivo no processo político nacional. É inimaginável pensar as grandes transformações do quadro brasileiro, a conscientização, a organização e a luta dos trabalhadores, sem tomar em decisiva linha de conta a essa nova igreja, à qual D. Zumbi pertence e à qual ajuda a construir.

Para instigar a polêmica e não permitir que, talvez, se forme um mal-entendido, há que deixar claro que não desejo, simplesmente, acenar com concordâncias. Ao lado de imensa positividade que se grifa, surpreende-se toda uma enorme inexperiência política, toda uma ingenuidade histórica, própria do "noviciato" dessa igreja em transformação, e, muitas vezes, até mesmo "temores" doutrinários, receios e fronteiras que o processo há de romper. E provavelmente romperá, mesmo porque a nova igreja é, antes de mais nada, um processo permanente que está andando depressa, mas, felizmente, está apenas no início da caminhada.

Em recente visita ao Brasil, a NOVA ESCRITA/ENSAIO ouviu, em entrevista exclusiva, o filósofo polonês Adam Schaff.

Adam Schaff é um renomado combatente marxista do anti-stalinismo, autor de vasta obra, interessada na lingüística enquanto parte da teoria do conhecimento, na metodologia das ciências sociais, em especial da história, e enfaticamente na "teoria filosófica do homem, na antropologia filosófica", como ele a denomina. É por este último lado que se põe sua dedicação ao estudo da problemática da alienação, ao seu ver "fundamental para o marxismo", pois sem a compreensão dela o "socialismo marxista não pode ser entendido". Caminho penoso, "porque os marxistas rejeitaram essa teoria, e a rejeitaram porque não conhecem o marxismo" e porque é uma "teoria perigosa".

Adam Schaff é bem uma expressão do universo de tendências e problemas do marxismo contemporâneo: dos esforços por sua reconstrução, da crise que o transpassa e dos descaminhos velhos e novos que o habitam.

Quase setuagenário, Schaff demarca uma existência de mais de meio século de militância revolucionária. No movimento operário e comunista desde os 18 anos foi, por muito tempo, e até março de 1968, membro do Comitê Central do Partido Polonês, ao qual está ligado até hoje: "com todas as minhas críticas", diz, "mas permaneci no partido".

Creio que, através desta afirmação sumária, Schaff deixa entrever involuntariamente, a canga que suportou e acreditou ter que suportar, dado seu tempo e espaço, por toda a vida, bem como desenha a fronteira de seu empe-

nho teórico e crítico.

Não se pode recusar-lhe decidido horror pela chaga stalinista, mas, igualmente, não se pode deixar de perceber que a aversão é maior do que a amplitude e a coerência da crítica. Ainda que compreenda bastante bem a questão dos elos débeis, enquanto realidades condicionantes das aberrações de socialismo de acumulação, Schaff não se livra de uma ponderável dose de empenho pelo resgate da figura de Stalin, cometendo a injustiça e a grande impropriedade de considerar as idéias deste como a "emanação do melhor de toda uma geração"; injustiça e impropriedade que se repetem quando afirma vagamente que o mesmo "escreveu coisas muito justas", que "não se pode rejeitar por completo as suas obras", através das quais "várias gerações aprenderam (sic) o marxismo", chegando mesmo a afirmar que a obra lingüística de Stalin "é válida até hoje", concluindo que "era um grande líder e um grande pensador". Graves impropriedades e imensas injustiças a favor de Stalin, assim como, ao inverso, comete sérios erros de avaliação e julgamentos improcedentes contra figuras como Lukács, ao qual revela, sem confessar, conhecer muito limitadamente.

Toda essa sorte de equivocos, no entanto, não é apenas "vício político" ou "incongruência pessoal". Estão em jogo questões muito mais amplas e fundamentais, ligadas à concepção geral do marxismo e a sua problemática metodológica: Schaff compreende o marxismo, fundamentalmente, como um integrador de conteúdos, na continuidade histórica de uma grande linha de pensamento; confessa não entender a importância de uma ontologia para a fundamentação geral do marxismo; explicita sua recusa total a Hegel, ao qual chama de "maldição de Lukács"; não lhe parece uma questão filosófica essencial para o desenvolvimento do marxismo o problema da concreção dialética. Ao lado disto, em face dos males do socialismo de acumulação, limita-se a aludir à terapêutica da "democratização da vida" sob o socialismo. Tudo isso permite assinalar que, na dispersão da luta ideológica atual, no interior do marxismo, as formas débeis de superação do stalinismo e do néo-stalinismo desmaiam pura e simplesmente na equação de um mero recuo impotente ao liberalismo, o que está perfeitamente de acordo com "soluções" ecléticas no campo gnoseológico e epistemológico.

Valho-me desta ocasião, inclusive em homenagem a Schaff, para registrar a repulsa da NOVA ESCRITA/ENSAIO por tudo que vem ocorrendo na Polônia, e que culminou, com mesquinho ato derradeiro, na ilegalização do Sindicato Solidariedade, através do Congresso fantoche daquele país. As vilanias praticadas, desde dezembro de 81, contra a classe operária polonesa,

10

11

2

3

4

5

são crimes de lesa marxismo e de lesa comunismo, que atrasam o processo de emancipação universal do homem em pelo menos de um século. O estado e o partido da Polônia já estão julgados. O executor será a classe operária. É uma questão de tempo. Não importa quanto.

É com justo orgulho que a NOVA ESCRITA/ENSAIO, também nesse

número, publica A Burguesia e a Contra-Revolução de Karl Marx.

Texto de dezembro de 1848, originariamente aparecido na Nova Gazeta Renana, é um artigo muito pouco difundido. Apenas a segunda, uma das menores de suas quatro partes, tem sido divulgada através das Obras Escolhidas de Marx e Engels, editada em diversas línguas, inclusive o português.

A presente edição de A Burguesia e a Contra-Revolução é a primeira em língua portuguesa que corresponde à integra do texto. Sobre esse trabalho, sobre a Nova Gazeta Renana e a participação de Marx na Revolução Alemã de março de 1848 falo em Marx e a Revolução Alemã de 1848, elaborado exatamente como breve apresentação ao extraordinário texto político de Marx, razão porque, nesta passagem, não há motivo para insistir.

O capítulo libanês da tragédia palestina brutaliza nossa sensibilidade e insulta nossa consciência. Seja pela proximidade da última proeza genocida israelense, seja, em especial, pelo vulto da essência da questão árabe. As tomadas de posições de há muito são inadiáveis, e hoje já estamos na 25.ª

hora deste desafio político, ético e humanitário.

2

3

4

5

6

Maurício Tragtenberg com Dialética do Sionismo presta um serviço mais do que relevante para o exame e compreensão deste grave problema. Traça a história real do advento e da efetivação prática do movimento sionista. E a história retraçada desmistifica o ideal sionista, revelando "o caráter colonial da implantação do sionismo na Palestina". Precisamente, Tragtenberg rastreia o movimento no quadro dos procedimentos imperialistas europeus, evidenciando que "o sionismo nos seus inícios não é somente o produto dos nacionalismos europeus, mas também parte da última vaga da expansão imperialista". No desdobramento, a formação do Estado de Israel é determinada como um processo de expropriação violenta de um território habitado pelos camponeses árabes. Expropriação que, apoiada pelas potências imperialistas, submeterá os "kibutzin" ao capital bancário, convertendo este a uma forma "de exploração coletivista da mão-de-obra assalariada árabe". Eis no que se converteu a "componente socialista" do malfadado sonho sionista.

Com relação a autores e questões brasileiras, diversos são os materiais contidos neste n.º 10.

De Caio Prado Jr. temos O Programa da Aliança Nacional Libertadora, conjunto de oito artigos, publicados no jornal A Platéa, entre julho e agosto de 1935.

Neste momento de oportuna e merecida revalorização da obra deste autor fundamental para a historiografia brasileira, é uma imensa satisfação poder contribuir, na linha de força desse válido empenho, trazendo à luz escritos seus de quase meio século, que haviam caído em completo esquecimento, inclusive do próprio autor.

O resgate de O Programa da Aliança Nacional Libertadora é devido a Ricardo Antunes, que para esta edição preparou a Apresentação — Caio Prado Jr. Um Intelectual Revolucionário — especial que a acompanha.

13

14

15

12

10

Sílvio Frank Alem aborda uma questão de interesse permanente, cuja importância redobra nos dias atuais: o comportamento das esquerdas, em especial a do P.C.B. à saída do Estado Novo.

Com o seu O P.C.B. e as Outras Esquerdas — Da Anistia de 1945 à Posse de Dutra, Sílvio F. Alem faz uma contribuição positiva para a caracterização dos graves equívocos e enormes insuficiências da esquerda brasileira, perpetrados numa quadra bem determinada da vida nacional. Generalizo dizendo: erros do passado que se reproduzem em erros do presente.

O P.C.B. e as Outras Esquerdas possui uma estrutura simples: faz o sumário das formulações dos autores que anteriormente abordaram o tema, aponta suas insuficiências e propõe-se a superá-las; fixa sua própria hipótese de interpretação e debruça-se sobre as fontes, remexe vasto material e oferece ao leitor suas parcelas mais significativas.

Curioso e sintomático é que o autor não se vale das "teorias" mais em voga sobre o caso brasileiro. Fica à distância delas, ainda que se veja obrigado a lhes pagar um certo ônus vocabular. A positividade deste distanciamento evita as falácias mais "consagradas" da nossa "república das letras", o que não é nada pouco, mas desabriga teoricamente o trabalho, obrigando-o a viver em demasiada solidão empírica. Este o limite desta real contribuição, das mais significativas que foram produzidas, até hoje, para o conhecimento da esquerda na década dos anos quarenta.

Edgard Carone faz a crônica de Alexandre Siciliano, "crônica do modesto imigrante a poderoso industrial", fenômeno de ascensão social que é "traço fundamental para a sociedade brasileira do fim do século passado e começo deste", e o faz na preocupação de contribuir para a elucidação das origens da industrialização brasileira. É no que se constitui Nas Origens do Capitalismo Industrial — O Caso de Alexandre Siciliano (1860-1923), que ora se publica.

Sobre "A Guerra do Fim do Mundo" é o registro e o comentário rápido que Carlos Eduardo Berriel faz à última obra de Mário Vargas Llosa, "que atravessa os limites da literatura brasileira, pioneiramente descendo dos Andes para o sertão baiano" para "retomar um tema que parecia destinado a permanecer monopólio de Euclides da Cunha, de Os Sertões".

Vale a pincelada incisiva, que flagra e reclama a atenção com inteligência para uma obra literária que captura "características de sentido essencial da história do Brasil". Em suma, Carlos E. Berriel aponta para a apreensão estética que Vargas Llosa realiza, da via colonial de desenvolvimento capitalista, que preside e rege o processo brasileiro.

Vida Operária é a seção da NOVA ESCRITA/ENSAIO dedicada a depoimentos do mundo do trabalho, em especial do trabalhador urbano. Especialmente, mas não de modo exclusivo. Nesse número, por exemplo, tem a palavra o campo.

Francisco de Assis Lemos e Souza foi presidente da Federação das Ligas Camponesas do Estado da Paraíba, tendo vivido do começo ao fim toda a experiência daquela forma de organização dos trabalhadores rurais em seu Estado, bem como tomado contato com as Ligas de Pernambuco, que se originaram com os sucessos do Engenho Galiléia.

10

11

12

13

14

2

3

4

A entrevista de Francisco de Souza está dividida em duas partes: na primeira, narra as origens e as formas de luta das Associações de Trabalha-lhadores Rurais, nome legal e originário das Ligas; na segunda, conta a morte delas pelo golpe de 64, fazendo inclusive a denúncia do desaparecimento de líderes camponeses como Nego Fubá e Pedro Fazendeiro, dos quais nunca mais houve notícia ou rastro, até hoje sequer seus cadáveres foram localizados. Para Francisco de Assis e Souza — "Nesta altura, já não importa encontrar os cadáveres, mas sim os responsáveis."

Por razões que a entrevista esclarece, o ex-dirigente da Federação paraibana das Ligas encontrava-se no Palácio do Governo de Pernambuco, na manhã em que este foi cercado pelas tropas e Arraes preso. A longa madrugada que precede a violência é narrada em seus desdobramentos, revelando a confiança inocente e o despreparo completo com que aquelas horas foram enfrentadas.

Vida e Morte das Ligas Camponesas é, portanto, muito mais do que um simples depoimento sobre a difícil luta do trabalhador rural. É a palavra de quem foi um observador privilegiado e um dirigente destacado de um movimento que teve ressonância nacional e internacional.

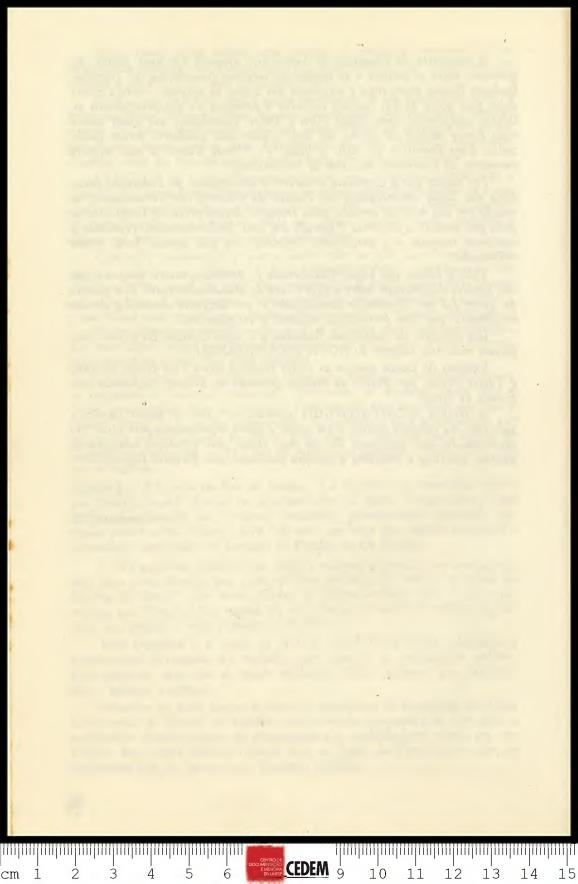
Um conjunto de cuidadosas Resenhas e a seção Opinião do Leitor completam mais este número da NOVA ESCRITA/ENSAIO.

Opinião do Leitor publica as cartas trocadas entre Luís Inácio da Silva e Yasser Arafat, por motivo da invasão genocida do Líbano, perpetrada pelo Estado de Israel.

A NOVA ESCRITA/ENSAIO solidariza-se com os povos libanês e palestino, na tragédia sofrida e em apoio à causa representada pela OLP. Na modéstia de suas páginas e de sua voz, clama pela resolução imediata da questão palestina e proclama a máxima execração pela barbárie Begin-Sharon.

J. Chasin

Outubro/1982



DE D. PELÉ A D. ZUMBI A Prática Política da Fé

Por J. Chasin, Ester Vaisman, Rui Gomes Dantas e José Maria Tavares de Andrade*

"Há muitas escravidões", diz-nos D. José Maria Pires, em seu gabinete na Cúria Metropolitana de João Pessoa. E sobre elas conversamos durante horas, naquele amplo e modesto aposento do que foi outrora o Palácio Episcopal. Nada ali recorda o fausto da velha igreja.

Sempre a paisana, o prelado negro tem, ao fundo de sua sala, uma mesa antiga cheia de papéis e uma estante repleta de livros, e não se tratam apenas de catecismos...

As altas e muitas janelas, que tomam toda uma parede, mostram a passagem do tempo e a mudança das posturas, com suas venezianas gastas e um pouco fora de esquadro. Batem com o vento e não protegem muito bem da chuva. Em compensação deixam entrar muito do verde da cidade, debaixo do qual se escondem "muitas escravidões". Já se tornou moeda corrente falar da nova igreja. Há que compreender, no entanto, que se trata de todo um processo, de um processo permanente, que se desdobra com rapidez, mas que se encontra ainda, felizmente, mesmo com todas as passadas já dadas, apenas no começo. É a convicção que deixa a história, aqui contada, e a palavra, aqui expressa, de D. José Maria Pires, em sua serena ânsia de mudança e transformação.

A equipe presente à entrevista foi de quatro pessoas, mas os entrevistadores são, de fato, cinco. D. Paulo Evaristo Arns, solicitado, honrou-nos com o envio, por escrito, de um conjunto especial de perguntas. Estas, nos momentos adequados, foram formuladas a D. José Maria Pires, tal como aparecem integradas no corpo da matéria publicada.

10

11

14

^(*) Entrevista com D. José Maria Pires, realizada em agosto de 1982.

J. Chasin — Sou paulista e nos princípios da década de 60, antes do fatídico golpe, todo mundo, no Sul, conhecia e ouvia falar de D. Hélder Câmara. A partir de um determinado momento, contudo, começa-se a ouvir o seguinte: há um bispo, companheiro de D. Hélder, que é muito melhor que ele. É um tal de D. Pelé. Como é que surge essa história e como foi D. Pelé enquanto menino?

D. José — A história de D. Pelé surgiu num encontro de bispos em Curitiba. Eu estava discutindo um problema com D. Vicente Távora, que nesse tempo era bispo de Aracajú, quando todos os bispos entraram numa sala. Nós dois, D. Távora e eu, ficamos ainda do lado de fora discutindo e fomos os últimos a entrar na sala. Aí a turma logo aclamou: "Feola e Pelé". Feola era D. Távora, gordão, pesadão; eu, magrinho, bastante jovem ainda - Pelé. Feola não pegou, mas Pelé, a partir daí, se tornou quase internacional. Mesmo durante o Concílio Vaticano II as moças da portaria da casa em que eu estava, a Domus Maria, só me chamava ao telefone com o nome de Pelé: "D. Pelé é desiderato al telefono". Mais recentemente mudaram para D. Zumbi. No ano passado fui rebatizado lá na Serra da Barriga, pois alegaram que Pelé deixou de ser uma expressão anti-sistema e Zumbi será sempre contra o sistema. É muito mais profético ter o nome de Zumbi do que o nome de Pelé. Bem, sobre a minha infância ela, provavelmente, terá sido como a de Pelé. Menino pobre do interior de Minas de uma vila chamada Córregos que pertencia ao município de Conceição de Mato Dentro. Essa vila é pequenina, não chega a ter cem casas, mas nós a chamamos de Fé Sacerdotal, pois de lá saíram 22 padres. É um lugarejo que eu adoro e para o qual desejo me transferir quando estiver aposentado. Penso que é muito interessante esta ligação com as raízes, tanto que todos os anos faço questão de ir lá no dia das mães. Celebro de manhã por todas as mães vivas, e à tarde vamos todos ao cemitério prestar homenagem às mães falecidas. Meu pai é carpinteiro e, lógico, hoje não exerce mais a profissão. Cuida das galinhas dele, da pequena horta. Está com 90 anos. Minha mãe faleceu quando eu era ainda menino. Com o falecimento dela, aos 10 anos, fui para Diamantina em companhia de minha madrinha, terminei o curso primário e entrei imediatamente para o seminário. Assim, minha infância foi entre Córregos e Diamantina, mas sem maiores incidentes.

J. Chasin — E sem maiores problemas também?

- D. José Sem maiores problemas, porque a família era pobre, mas papai, sendo carpinteiro, tinha sempre o suficiente para vivermos modestamente. Nossa casa nunca conheceu riqueza, mas nunca soube também o que era a fome.
 - J. M. Andrade Córregos era uma comunidade muito religiosa?

D. José — Sim, bastante religiosa.

J. M. Andrade — E o sr. se sentia um pouco como filho de José, o carpinteiro?

D. José — É. Quando eu tinha menos de 8 años, um dia, cheguei em casa e disse "eu quero ser padre". E logo me disseram: "nós não temos recursos, aqui é longe e não tem seminário, reze a São José, seu padroeiro, para que ele lhe mostre o caminho. Então, diariamente, eu ia direto para a imagem de São José e dizia "eu quero ser padre". Com isso houve o falecimento de minha mãe, fui para Diamantina, como disse, e era sede de semi-

10

11

12

13

nário. Antes de terminar o primário, procurei o Arcebispo e disse a ele que queria ser padre. Ele mandou chamar a minha madrinha, pediu informações e abriu o seminário para mim. Entrei para o seminário com menos de doze anos.

J. M. Andrade - O sr. tem quantos irmãos?

- D. José Do primeiro casamento somos cinco. Já faleceram o mais velho e outro que era mais novo do que eu. Do segundo casamento nenhum, mas do terceiro são mais seis, e eu tenho um irmão com menos de 12 anos.
 - J. M. Andrade O sr. teria estudado, se não fosse o seminário?
- D. José Eu acredito que não. Na minha terra, fazia-se um primário muito bom, mas ninguém ia para o secundário, a não ser que fosse de uma família mais privilegiada. Estes se transferiam para Conceição do Mato Dentro e aí faziam o ginásio internos, ou no colégio das Irmãs ou no Colégio dos Padres Capuchinhos. O outro recurso era ir para o seminário em Diamantina. Sendo eu de família pobre, se não fosse o seminário, com certeza eu não teria estudado, como meus irmãos não estudaram.

J. M. Andrade — O sr. redescobriu o povo, ou durante o tempo de seminário o sr. se manteve ligado a essa camada pobre que é a sua origem?

D. José — Sabe, uma certa ligação nunca faltou, apesar do sistema que elitizava o seminarista. Todos os anos eu fazia questão de passar as férias lá na minha terra, e saía sempre com o vigário para visitar aquelas comunidades e toda a tarde eu procurava me encontrar com as crianças, com meus amigos. Então sempre existiu esse laço, tanto em Córregos onde eu voltava nas férias, como em Diamantina onde eu tinha um tio que trabalhava num matadouro e através dele eu tinha contato com a faixa mais pobre da cidade. Ele morava lá num bairro, tinha uma casa simples e muitos filhos. O seminário, pela sua estrutura, criava uma separação. Eu me lembro que quando fui de batina pela primeira vez, para surpresa minha, encontrei um quarto novo lá em casa. Meu pai fez um quarto pequenino e disse "esse é para José, ele vem de batina e não pode mais dormir com vocês".

J. Chasin - Que idade o sr. tinha?

D. José — Nessa época eu devia ter 18 para 19 anos. Depois a própria organização eclesiástica nos dava os privilégios, chamados do Cânone e do Coro. Através deles não podíamos ser citados perante um juiz civil e desde que recebíamos a tonsura, não podíamos nos entregar a obras servis. Então criava-se um status que nos separava dos demais. Daí o meu contato com o povo passou a ser de cima para baixo. Eu era seminarista, me encontrava com as pessoas, mas estava num status superior. Era muito ouvido e nas casas que visitava, o que havia de melhor era reservado para mim. Depois de padre a gente adquire uma ascendência junto às populações profundamente religiosas que tratam a gente como príncipe e alguém que não poderia ser contestado. De qualquer forma, permanecia esta ligação. Agora, a descoberta do povo se deu mesmo, aqui no Nordeste, quando eu já era bispo há mais de oito anos. Porque foi aqui onde eu encontrei a maior carga de injusticas sociais. Eu trabalhei numa região muito pobre em Minas, onde há também muito sofrimento, mas não existe esta tensão que há aqui no Nordeste. Pelo menos até aquela época, entre proprietário e trabalhador havia uma convivência; aqui se via uma verdadeira guerra. Eu presenciei casos que me traumatizaram mesmo. Por exemplo, o dia em que me disseram que

10

um fazendeiro que tinha sua propriedade em Caaporã, ao fazer a cerca, mandou que ela passasse dentro da casa de uma viúva. Quando a cerca chegou naquele ponto foram perguntar a ele: "vai dar na cozinha da casa da dona, nós passamos pela frente ou por detrás da casa?" Aí ele disse tranqüilamente: "passa no meio". Eu fui até lá e vi as duas estacas e os três fios de arame passando por dentro da casa, fizeram um buraco na parede de um lado e outro buraco de outro. Houve também um caso, aqui perto em Mungaba, onde um proprietário mandou ligar os cabos do trator numa casa e derrubar tudo. No final da tarde, onde a casa estava, só havia cana plantada. Situações deste tipo obrigam a gente a tomar uma posição ao lado do povo sofredor.

J. Chasin — Quer dizer que essa dimensão de expoliação, de opressão

o sr. só descobriu ao vir para o Nordeste?

D. José — Em Minas, o trabalho era motivar os ricos para que eles ajudassem o povo pobre. Descobrir o pobre como aquele que deve unir-se, organizar-se e lutar para que o direito dele seja respeitado, isso foi para mim a grande novidade, o grande benefício da minha vinda ao Nordeste.

E. Vaisman — Voltando um pouco no tempo, eu queria saber se houve algum episódio que o tenha marcado na época de seminário. Algo que tenha

sido fundamental para sua formação religiosa.

D. José — Era difícil haver algum acontecimento que marcasse profundamente a vida de um seminarista, porque a organização era "tão perfeita" que não havia possibilidade de acontecer nada. Você nunca saía sozinho para a rua, saía sempre com um companheiro. Ainda que você tivesse que ir ao médico, ao dentista, sempre saía com alguém. Antes de sair tinha que avisar ao responsável, ao regente, e ao chegar tinha que anunciar também. Quando ia para as férias um atestado acompanhava o seminarista, e ele entregava ao vigário para que ao final ele fizesse uma avaliação das férias. Então, a gente era de tal maneira "protegido", que não havia condições de acontecer nada. Agora, eu aceitava aquela disciplina como alguém que tem um objetivo. Eu queria ser padre e todas aquelas coisas passavam a ter sentido em vista deste objetivo maior. Mas eu discordava de muita coisa, especialmente dos castigos que recebia. Mesmo quando era regente, responsável por uma turma, levei castigos.

J. M. Andrade — Que tipos de castigos?

5

D. José — Por exemplo, fiquei durante uma semana incomunicável. Ninguém podia falar comigo. Em uma outra vez, fiquei duas horas de joelho sozinho no corredor.

E. Vaisman — Estes castigos eram aplicados em que circunstâncias? D. José — No caso do joelho no corredor, foi em função de uma briga que tive com um colega, eu era muito criança ainda. O garoto me disse um desaforo qualquer e na hora da oração eu disse prá ele: "depois você me paga". Então, terminada a oração, tomamos café, deu o sinal e fomos para o recreio. Aí eu cheguei pra ele e disse: "repete o que você disse!" Então, rolamos os dois no chão. Para aquela época o seminário era um sistema bom, hoje é inaceitável. Era um sistema que criava uma resistência interna que possibilitava a gente, depois como padre, enfrentar as lutas que a gente ia ter. Porque, um padre com 23 anos, largado sozinho numa paróquia de um extremo da diocese e ter que enfrentar aquilo sozinho, tinha que ter ou

10

11

12

13

uma maturidade, que ele não adquiriu, porque não tinha experiência de vida, ou pelo menos determinada estrutura que o protegesse.

J. Chasin — O sr. condena esta dimensão de viver junto, mas separado

do povo?

- D. José Eu não diria condenação. Era a mentalidade do tempo. Não se podia pensar num padre que fosse diferente naquela época. Qualquer um que quisesse ser diferente não era acolhido pelo povo. O próprio ambiente de cristandade que se vivia impedia uma tentativa de ser diferente. Só a partir do Concílio Vaticano II é que as coisas foram-se modificando. Então foi o Concílio que trouxe estas inovações, assim de uma hora para outra, mas houve toda uma preparação que permitiu que o Concílio abrisse mais para uma perspectiva pluralista.
- J. Chasin Antes de entrarmos nestas questões, como e onde foram vividos seus primeiros tempos de padre?
- D. José Em primeiro lugar, assumi com uma alegria enorme o sacerdócio e, logo depois de ordenado, vivi um ano em Diamantina, como professor no seminário e no Colégio Diamantinense que pertencia à Diocese. Logo no final daquele ano o Arcebispo me transferiu para uma paróquia no extremo da diocese, no Vale do Rio Doce e aí vivi 4 anos, como pároco de Travessão de Guanhães, hoje com o nome de Açucena. Já no quarto ano fui transferido para Governador Valadares para trabalhar no Ginásio Diocesano. Eu acumulava trabalho no Ginásio durante a semana e nos fins de semana em Açucena. Foi um período de muito esforço, mas também de muita alegria. Eu tinha que viajar a noite inteira a cavalo, atravessando uma longa mata para poder chegar até uma paróquia. E a única arma que trazia era um fação para cortar os galhos que ficavam no caminho. Depois fui transferido definitivamente para Governador Valadares e fiquei como diretor do Ginásio Ibituruna, hoje Colégio. Aí fiquei 7 anos, até 1953. A partir daí fui missionário, viajando pela diocese toda, o que me deu outro tipo de experiência. E após três anos fui nomeado vigário de Curvelo, que é uma cidade bastante grande, perto de Belo Horizonte. Aí fiquei 18 meses e depois fui nomeado Bispo de Araçoaí, onde fiquei 8 anos antes de vir para João Pessoa.

E. Vaisman — O que o sr. lecionava?

3

- D. José No seminário praticamente tudo. No ginásio era português, matemática, latim e francês. Eu tive que, inclusive, por não ter curso universitário, fazer exame de suficiência na Universidade Federal de Minas Gerais, para poder lecionar. E, em Governador Valadares, como era diretor, tive que me matricular no curso de Letras em Belo Horizonte. Curso que não concluí, porque as exigências em Governador Valadares me impediam de ir sempre a Belo Horizonte.
 - J. Chasin Como é que nasce, se desenvolve o lado missionário?
- D. José Para nós é vocação mesmo, é um apelo, é um chamado. Eu tenho a impressão que, uma vez que aquilo corresponde a um ideal, a criatividade vai-se desenvolvendo perante as situações novas que vão surgindo. Por exemplo, numa paróquia, apesar de termos o direito canônico que estabelecia tudo, surge a cada momento uma situação nova. Tratando-se de alguém, eu diria, que tivesse quase que um espírito de funcionário, ele teria que resolver as coisas pelos cânones, mas quando se trata de alguém que

10

11

13

tem espírito missionário, ele vai tentar criar uma solução para um caso que nem sempre se enquadra nos cânones. Eu penso que é exatamente nisso que estaria a possibilidade de desenvolver, já não digo, só espírito missionário, mas qualquer empreendimento pela ação sacerdotal.

E. Vaisman — O sr. falou dessa vocação religiosa que tinha desde

pequeno, como é que o sr. tematizaria esta questão?

D. José — Como nasceu, acho que é impossível dizer. Eu atribuo ao ambiente em que nasci e fui criado. Prova disto é que aquele lugar, tão pequeno, tinha um número elevado de sacerdotes. Agora, uma primeira visão que eu tinha do padre, foi daquele homem que estava ali orientando o povo. Era um padre idoso que atendia a todos. E eu guardei os traços plásticos da figura dele. Eu o vejo durante a missa no domingo orientando o povo sobre assuntos de medicina. Numa ocasião, era criança ainda, mas, me recordo de tudo, houve uma febre e havia muita gente doente e alguém começou a ensinar que o melhor remédio era chá de bosta de boi. E ele ficou bastante preocupado e no domingo disse: "Meus irmãos, não façam isto! Onde já se viu, tomar chá de bosta de boi e dizer que é remédio pra febre. Tem outros remédios, lá em casa eu tenho vários pra dar pra vocês. E vocês rezem, a oração é um bom remédio, rezem pra São Sebastião, ele é o protetor contra a peste, a fome, a doença, a guerra. Meus irmãos! A melhor bosta de boi é São Sebastião! (risos) Padre não podia votar, mas era ele quem comandava a eleição em Córregos. Eu me lembro dele na rua, parava um, parava outro e dizia: "Você vai votar no compadre fulano de tal", que era candidato de Conceição de Mato Dentro, sede do município, e todo mundo votava. Lá a votação em peso era para a pessoa que o Padre Antonio dizia. Há uma outra coisa que me lembro e que ainda me impressiona bastante. Aos domingos a missa era às 11 horas e havia 3 toques de sino. O terceiro se chamava entrada e era hora de começar a missa. Mas quando tocava a entrada, ele estava na janela da casa de onde se descortinavam as estradas. Então ele ficava dali olhando e enquanto ainda havia uma pessoa descendo o morro, ele não saía de casa. Só quando todos estivessem na igreja é que ele começava a missa. Depois do seminário a imagem de padre foi-se modificando, mas sempre nessa linha de ser vigário para estar com o povo. E quando fiz meu primeiro sermão essa preocupação aparecia. A gente, ainda como seminarista já fazia sermão e fazia na hora do almoço. A gente se preparava, mostrava o sermão escrito ao professor de retórica, fazia uns ensaios, e na hora do almoço subia ao púlpito do refeitório e começava o sermão. Todos ouviam e depois faziam a crítica. Eu me lembro que comecei o meu primeiro sermão assim: "Meus caros paroquianos..." Tinha mesmo este desejo de estar no meio do povo e não ser professor.

J. M. Andrade — Qual foi a influência do Concílio Vaticano II nessa sua "descoberta" do povo, dos conflitos sociais e da opressão do homem do campo aqui na Paraíba?

D. José — Eu vim para cá justamente no final do Concílio. Ele havia-se encerrado no dia 8 de dezembro de 1965 e eu fui transferido para cá no dia 2 de dezembro. Eu tinha vivido os quatro anos de Concílio e foi realmente uma vivência muito interessante. Éramos 85 bispos brasileiros hospedados na mesma casa, a Domus Maria, e tivemos oportunidade de entrar em contato com muitas experiências de católicos, protestantes e ortodoxos.

10

11

Quase toda a noite vinha um conferencista apresentar-nos sua experiência ou para debatermos alguma questão. Isto uniu muito aquele grupo de bispos e deu-nos uma visão muito mais ampla de Igreja. Mas a gente não tinha nada realizado. Ora, termina essa reciclagem extraordinária que foi o Concílio e sou transferido para cá. Talvez se tivesse permanecido em Araçoaí, não teria avançado, porque continuaria o que estava fazendo antes. Mas entro num ambiente completamente novo para mim. A primeira vez que vim a João Pessoa, foi no dia em que vim tomar posse. Esse ambiente novo trouxe para mim uma realidade muito chocante no que diz respeito à justiça social, ao tratamento aos pobres, e isto com toda a certeza teve uma influência determinante em minha vida. Eu em Minas era considerado conservador e me lembro que D. Hélder e mesmo D. Távora sofreram um pouco com minhas resistências, especialmente no MEB (Movimento de Educação de Base) que tinha uma linha que eu considerava avançada demais. Vindo para o Nordeste encontro um quadro totalmente diferente.

E. Vaisman — Ainda com relação à sua experiência do Concílio, como foi a sua participação, a sua reação diante de todas aquelas modificações que estavam ali surgindo?

D. José — Em relação ao Concílio, posso resumir tudo em poucas palavras. Para mim foi, realmente, uma reciclagem teológico-pastoral, isto é, eu tinha uma visão de Igreja muito ligada ao Concílio de Trento e foi essa Igreja que vivi e que dirigi como pastor nos oito anos que passei em Araçoaí. O Concílio muda esta visão. Não é a Igreja que é uma pirâmide, tem lá em cima o papa, depois os padres, os religiosos e a multidão de leigos. Mas é uma Igreja-Povo-de-Deus, onde todos estão no meio. Eu me senti muito melhor nessa nova visão de Igreja, do que na visão que eu cultivava, e que era obrigado por fidelidade a mim mesmo a transmitir. Há, pois, uma reciclagem que muda os referenciais: a Igreja, sem deixar de ser hierárquica, ela é antes de tudo povo de Deus, assim a organização vem depois. Por outro lado, há o aspecto pastoral que é consequência disto tudo. Se a Igreja não é pirâmide, mas é circular porque é povo de Deus, então a pastoral não pode ser mais alguma coisa determinada pelo Bispo, mas deve ser algo que deve ser encontrado com o povo. O Bispo, sendo o animador para se descobrirem os caminhos da pastoral, as metas da pastoral e assim poder realizar a ação pastoral. Quer dizer, o Concílio foi uma experiência de conversão para uma nova eclesiologia. Mas eu mesmo não tive nenhuma contribuição a levar. Eu achei, de início, que o Concílio ia ser um período onde iríamos estudar propostas e simplesmente decidir quando, então, senti que o Concílio era uma outra coisa, era toda uma revisão que iríamos fazer na nova eclesiologia e da nossa ação pastoral.

Rui Dantas — Durante o Concílio o sr. sentiu muita resistência a essa elaboração de uma nova eclesiologia? O sr. deve recordar-se que durante o Concílio houve muitas lutas, inclusive toda uma reação vinda do Cardeal Otavianni.

D. José — Neste ponto procurei participar de tudo, inclusive daquelas iniciativas com as quais não me identificava. Eu fui assistir mais de uma vez as reuniões da "Coetus Internationalis Episcoporum" da qual era presidente D. Lefébvre e na secretaria estava D. Sigaud. Eu recebia e lia todo o material deles, porque queria ter o máximo de informações. E eles achavam que

10

11

o fato de eu estar presente significava uma certa adesão e eu nunca votava de acordo com as proposições apresentadas por eles.

J. Chasin — O sr. se referiu a um primeiro período de atividades em

que o sr. se autodenominou de conservador...

J. M. Andrade - Quem não era conservador naquela época?

D. José — D. Hélder, D. Távora, D. Eugenio Sales, não eram conservadores. Eram pessoas que tinham condições e coragem de darem passos diferentes no dia a dia. Alguns deles, talvez, posteriormente, tenham deixado o carro continuar viagem e, não sei se acompanharam ou não. Mas naquela época havia diversos elementos no episcopado que já buscavam alternativas que não coincidiam com o cotidiano do direito canônico.

J. Chasin — Essa reformulação funcionou como algo que veio ao encontro de problemas que o sr. já vinha sentindo, mas para os quais não havia

encontrado resposta. Estou certo?

D. José — Isso não é alguma coisa do passado somente. Continua hoje. Faz menos de 3 anos que tomei consciência das minhas obrigações como negro. Sou negro, descendente de africanos e nunca tive participação em nenhuma luta e, antes mesmo, sendo negro participei dos preconceitos contra o negro. Tomei consciência disto tudo praticamente em Puebla quando recebi uma carta de um grupo negro na qual eles fizeram uma longa dissertação mostrando que a Igreja era contra os negros, que no passado não havia feito nada em favor deles e terminavam a carta assim: "O sr. como negro é nosso irmão, mas como bispo é nosso adversário."

J. M. Andrade — E como é que o sr. conseguiu "fechar" com esse grupo?

D. José — Bem, logo apresentei a carta na primeira Assembléia Geral da CNBB e li o trecho para os bispos e chamei um padre negro que tem muitos estudos dos cultos afro-brasileiros, é especialista nisso, e disse: "você é especialista em cultos afro-brasileiros, já fiz um curso com você, mas há outro aspecto que ao meu ver é mais urgente, mais importante para nós. É o aspecto que eu diria político e fraterno. Nós temos que nos encontrar com os negros. Eu queria que nós dois iniciássemos um diálogo com eles". Aí procuramos e pudemos nos encontrar com diversos negros em São Paulo e o Padre Mauro, que é esse sacerdote que referi, ficou encarregado de continuar os contatos com eles. Hoje já existe na Igreja, patrocinado pela CNBB, um grupo denominado "União e Consciência Negra". A CNBB não interfere, mas ela dá o alto patrocínio para que as coisas possam realizar-se. E consequência disto já foi a Missa dos Quilombos, tão contestada. A idéia de realização desta missa partiu de uma sugestão feita por D. Pedro Casaldáliga, na medida em que já tinha sido organizado algo de semelhante para os índios, uma missa que foi preparada para cantar os louvores dos índios — Missa da Terra Sem Males. Ele mesmo preparou o texto, Milton Nascimento preparou a música, e grupos negros se encarregaram de divulgarem e de ajudarem na celebração. A meu ver foi um sucesso, não só a celebração, mas o fato da missa, que é uma tomada de posição dos brancos reconhecendo os erros cometidos contra os negros, enquanto povo. Na missa se reproduziu os gemidos dos negros, como as lamentações de Jeremias reproduziram os gemidos dos judeus no cativeiro da Babilônia, e isso trouxe muita contestação, infelizmente. Os jornais de Recife não cansaram de publicar artigos contra aquela celebração, dizendo que era introduzir o racismo, que aqui no

10

11

Brasil não havia nada disso e a missa era uma maneira de fomentar uma discórdia que era prejudicial a todos. E no dia da missa, havia folhetos espalhados no Recife contra a missa. E os cartazes foram modificados, era uma mão preta segurando uma cruz em fundo vermelho, então colocaram em torno da cruz uma foice e, de um lado da cruz, completaram e fizeram um martelo.

J. Chasin — Foi uma provocação anticomunista, portanto.

D. José — Todas essas coisas foram comunicadas e denunciadas à Santa Sé e ela entendeu a missa como sendo um protesto de ordem racial, o que não é permitido, e proibiu a celebração da missa. Respeito essa proibição, mas o fato significa uma tomada de posição, uma tomada de consciência cada vez maior que é progressiva e, ao meu ver, irreversível. O processo de libertação instaurado pelo Vaticano II tem que ser constante, porque há muitas escravidões.

D. Paulo E. Arns — O empenho em favor dos negros é capaz de trazer esperança a eles, ou favoreceria uma discriminação não intencionada?

D. José — A discriminação existe e é profunda entre nós. E temos exemplos claros. Uma das minhas irmãs quis ser religiosa, mas não foi aceita em nenhuma das congregações que ela procurou na época. Apesar de muito querida das irmãs, quando pediu ingresso, lhe foi dito: "não pode, infelizmente nossas instituições não permitem receber pessoas de cor". Por fim a encaminharam à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, uma congregação brasileira que a recebeu, mas para a segunda classe, pois para a primeira classe tinha que ser branca ou formada. Ela não era nem uma coisa nem outra. Isso felizmente desapareceu das normas e vem desaparecendo da mentalidade. Mas há uma discriminação clara no Brasil. O que é errado é sempre atribuído ao negro. O negro que não tem documento, pelo simples fato de tê-los esquecido em casa, ele já é considerado um vagabundo. E quando se quer dar exemplo de uma coisa certa, apresenta-se a figura de um branco e como exemplo de uma coisa errada, a figura de um negro. O fato de se tomar consciência disso não é criar uma discriminação, mas permitir que ela aflore. Eu acredito que na medida em que as pessoas da Igreja assumem este compromisso de lutar em defesa dos direitos dos negros, estas pessoas só podem estar sendo fiéis a uma opção da Igreja, a opção de Puebla, a opção pelos pobres. E não vejo como, alguém sendo negro, possa ter a sua consciência tranquila se não se empenhar nesta luta.

J. Chasin — Realmente, a discriminação racial no Brasil aparece de forma camuflada. Qual é o seu pensamento sobre a relação que se estabelece, de fato e para efeito de libertação das chamadas "minorias raciais", entre uma luta de "minoria" e a dimensão de classe desta minoria. Em última análise, como é que o sr. relaciona a questão das minorias raciais com a questão da luta de classes no Brasil?

D. José — Eu não tinha pensado bastante nisto, a não ser com relação ao negro. Porque o negro está na classe marginalizada. O negro só sai da classe mais baixa socialmente, se tiver estudos, se conseguir dinheiro, se for um bom jogador de futebol ou um artista. Então ele sai individualmente, fura o bloqueio, fora disso está dentro daquele condicionamento dos outros pobres, por isto a luta dos negros nem pode nem deve estar dissociada dos

10

11

esforços de toda a classe dos marginalizados, que vem tentando sair da marginalização.

Por ocasião da visita do Papa, pensava-se em se fazer uma apresentação de negros, sobretudo na Bahia. É o grupo que estava reunido pensou e sugeriu o seguinte: por que fazer uma apresentação de negros para o Papa? A Igreja nunca pensou em reuni-los, porque fazer isto agora? A proposta foi a de que se advertisse o Papa para observar, por exemplo, nas reuniões com o corpo diplomático, quantos negros há; nas reuniões que ele tivesse com o pessoal do governo, quantos negros há; quando ele estivesse em reunião com os bispos e assim por diante. Agora, quando ele viesse a Recife, ou em qualquer outro lugar, e fosse falar ao povo, que ele observasse no meio do povão, qual é a proporção de negros. Assim, nós achamos que não se trata de defender o negro, tomado isoladamente, mas enquanto ele realmente participa daquela faixa maior da população que é marginalizada.

J. Chasin — Em termos gerais, como o sr. se coloca diante da proble-

mática fundamental da terra no Brasil, e em particular no Nordeste?

D. José — Eu venho convivendo com esse problema, praticamente, desde criança. Meu pai, todos os anos, arrendava um pedaço de terra, porque em lugares pequenos ninguém tem uma ocupação só: é pedreiro e é agricultor, é carpinteiro e é agricultor, e assim por diante... E era um problema que eu já sentia, porque ali ele colhia a roça e pagava a terça para o proprietário. Mas, em todo caso, o pessoal aceitava aquilo tranquilamente, porque o dono da terra era um homem bom, vinha, conversava com todos, o pessoal ia até a casa dele... Enfim, existia um relacionamento primário que aparava as arestas. Quando era vigário em Açucena, comecei a sentir os primeiros problemas e aí começaram a me chamar de comunista, só porque eu tomava, nas pregações, a defesa daqueles agricultores cujos roçados eram invadidos pelo gado, e o proprietário não tomava providência nenhuma. Em Araçoaí a coisa se tornou mais forte, mas ainda havia o bom relacionamento entre proprietários e trabalhadores. Os proprietários eram homens que pessoalmente tratavam bem as pessoas que conviviam com ele. O trabalhador, caso chegasse na casa do proprietário, e este estivesse almoçando, convidava o trabalhador a fazer o mesmo. Então este entrava na cozinha, fazia seu prato e se sentava com todos à mesa. E, assim como este, há muito mais exemplos. Há esse relacionamento, embora a estrutura seja injusta, já que o trabalhador vai ter que entregar a terça parte da sua produção ao proprietário e também o resto da sua colheita, já que não é livre para vender a quem quiser. Mas o trabalhador fica até satisfeito por ter um patrão que o ajuda e que o respeita. Então esse nível de convivência impede o conflito.

J. Chasin — Isso vela, de qualquer forma, as relações injustas...

D. José — Sim, mas existe uma boa fé de parte a parte. O ato mais forte que houve, no período em que estive em Araçoaí, foi a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Até então, havia pouquíssimos sindicatos rurais em Minas. Houve um momento em que cheguei para os trabalhadores e disse: "Não será o caso de vocês se organizarem e pensarem numa forma de defenderem o interesse de vocês?" Uma das minhas colaboradoras, professora do seminário, disse: "E o sr. vai fazer isso sem consultar o proprietário?" Aí eu disse: "vou porque não estou fazendo nada contra ele". "É, mas se o sr. conversar com ele é capaz até que ele dê alguma ajuda." Refleti

10

11

sobre isso e achei que não tinha problema e convidei o proprietário para uma reunião na minha casa. Eu disse a ele que pretendia oferecer as instalações do seminário para que os agricultores começassem a estudar o processo de fundação do sindicato e que a Diocese financiaria a vinda de alguém que pudesse orientá-los, etc. A reação foi muito boa e o sindicato foi bem aceito também pelos proprietários. E, quando os trabalhadores vinham para alguma reunião no sindicato, era frequente ver o proprietário trazendo no carro dele algum agricultor. Havia, assim, os problemas da terra, mas os conflitos não apareciam em função desse bom relacionamento. Foi só ao chegar ao Nordeste que eu pude enxergar a dimensão nacional da questão da terra. E também com o tempo, e hoje sobretudo por causa da política econômica do governo, o problema da terra se tornou muito mais grave. É o Pró-Álcool, o projeto do gado. Aqui não é questão de o proprietário ser bom ou ruim. Aqui ele está em situação diferente. Veja o caso de Alagamar. O sr. Arnaldo Maroja, eu não creio que ele fosse melhor ou pior que os atuais proprietários, mas vivia numa situação diferente. Havia muita terra e sem os incentivos do Pró-Álcool que há hoje e nem o valor que a terra adquiriu. Então ele podia viver com 700 famílias nas terras dele, permitindo que cada família trabalhasse, pagasse o foro a ele e pudesse viver ali tranguilamente. Morre Arnaldo Maroja e as terras são divididas. Os novos proprietários, recebendo subsídios (que é dinheiro do povo) poderiam ter um lucro enorme plantando cana e criando gado. Então desenvolve-se na pessoa o desejo de enriquecer, e quantos profissionais liberais, médicos, advogados, dentistas começaram a comprar terras através do projeto, que deveria estar beneficiando os agricultores: o Pró-Terra? E assim se tornam proprietários. E o que acontece? Indenizam os moradores e o problema da terra vai-se agravando cada vez mais. Ao lado disso, o que acontece, sobretudo na região amazônica? Os grileiros. Gente que não é a dona da terra, mas a terra está aí... as pessoas vão entrando, nordestinos foram para lá, desbravaram tudo aquilo, estão há 8, 10 anos. Aí chega o grileiro e consegue registrar a terra em nome dele e aí começa a luta. Esta luta foi a causa da morte de diversos agricultores e advogados, da prisão dos padres, dos posseiros. O problema da terra é nacional e a solução dele é uma solução política. Ele é causado pela política econômica do governo, que é orientada não em favor dos interesses do povo, mas orientada em vista da formação de grandes empresas para auferirem grandes lucros na exportação e não para consumo interno.

J. Chasin — Significa que esses processos onde se nota o avanço do capitalismo no campo gera um prejuízo ainda maior ao trabalhador rural?

D. José — É. Hoje, por exemplo, nós temos a classe dos bóias-frias.

E. Vaisman — Há alguma solução possível para a questão da terra dentro do capitalismo?

D. José — Não. Não há solução para um país subdesenvolvido dentro do sistema capitalista. Aí há um antagonismo de posições. E essa afirmação é daquele documento dos bispos "Ouvi os clamores de meu povo." Os bispos do Nordeste, quando lançaram aquele documento, terminam dizendo que dentro do atual sistema capitalista não existe possibilidade de os países subdesenvolvidos saírem do subdesenvolvimento, porque é a lógica do sistema. É o sistema da apropriação do lucro, do excedente, da mais-valia.

Então, o que o sistema faz é cooptar para ele os melhores lá da base que vão-se elitizando e, quem fica, fica cada vez mais pobre.

J. Chasin — Marx chamava isso de pauperização crescente...

D. José — É. O que é interessante para nós é que seguindo uma linha totalmente independente de Marx, nós chegamos à mesma conclusão neste aspecto. E acho isso muito interessante. Quando tomo, por exemplo, livros de teólogos católicos ou cristãos que estudaram bem o marxismo, e tomo os livros de Carl Mesters que não estudou o marxismo, e partindo da Bíblia, uma reflexão sobre a palavra de Deus, ele chega às mesmas conclusões a que chegam aqueles que são teólogos. A diferença que há é só em alguns termos.

J. Chasin — Então, entre a proposta da Igreja e do marxismo não há

nenhum antagonismo?

D. José — Até certo ponto. Na análise chega-se a conclusões que são muito semelhantes, agora, quanto à proposta a coisa...

J. Chasin — Significaria que a eliminação do capitalismo não subenten-

deria a construção do socialismo?

- D. José Não, não é propriamente neste sentido. Não se chega a este ponto. Porque com a destruição do capitalismo, obviamente não se cai num vazio. O problema é que até hoje o socialismo proposto por Marx não se realizou, em parte alguma, com respeito à pessoa humana. Isto é, em toda a parte onde o socialismo se desenvolveu, não se colocou como fundamental o problema da pessoa humana que, para o cristianismo, aí sim, se coloca de maneira fundamental.
 - J. Chasin Seria uma dimensão ética da realização da personalidade.
- D. José Certo. Em termos concretos o Evangelho dá um valor absoluto à pessoa humana. Esse valor não pode ser proposto a nenhum outro. Claro que isto implica no fato de que a pessoa só se realiza na comunidade, ou seja, não se trata de um individualismo exacerbado. Essa visão comunitária, que não aparece nas realizações do marxismo, é exatamente aquilo que vem aparecendo hoje nas realizações da Igreja. A meu ver o que é importante, e me parece ser um dos aspectos do ecumenismo, é que o fato de haver coisas que são idênticas, nos deveria levar a firmar-nos muito mais naquilo que a gente sintoniza, e caminhar juntos até onde é possível, porque chega a um ponto em que não é mais possível continuar a caminhada, uma vez que a Igreja prega o que vem depois.
- J. Chasin Seria interessantíssimo entrar em toda uma discussão em relação ao que o sr. coloca, mas não vou fazê-lo, em função do horário e pelo fato de termos ainda que explorar mais duas áreas. Mas, em todo caso, gostaria de lembrar a diferença do que é realmente o pensamento de Marx e o que a história conseguiu realizar com todas as aberrações. Essas diferenças devem ser postas para que se possa fazer uma aproximação mais clarificadora deste fenômeno. Mas, então, como não temos muito tempo, eu faria uma outra questão. É preciso eliminar o capitalismo, é preciso encontrar uma expressão adequada de socialismo. O sr. concordaria com essa colocação? Como fazê-lo?
- D. José É onde a Igreja não tem as respostas. Eu acredito que essas respostas vão sendo encontradas na medida em que se favorece a união e a organização do povo. O povo brasileiro tem condições de descobrir o tipo de socialismo que é adequado para nós. E os pequenos ensaios já nos

10

11

12

13

dão pistas para se acreditar nisso e também para uma continuidade. Por exemplo, o que se tem conseguido realizar em São Félix do Araguaia, no Acre. O que vem-se tentando realizar através dos agricultores de Alagamar, de Camucim e tantos outros. São coisas muito limitadas, muito pequenas, mas que provam que é a partir da caminhada do povo é que vai-se descobrir o caminho para se chegar a um sistema diferente daquele que existe aqui, que não seja de opressão. Para se chegar a uma sociedade que elimine todo o tipo de dominação, é preciso partir não dos governantes, não dos intelectuais, mas do povo. Governantes e intelectuais se colocam aí no meio do povo para ajudar a descobrir. Eu creio, e sem querer exagerar na esperança, sem ser excessivamente otimista, que há possibilidade de uma mudança, mas sempre a partir da base.

J. Chasin — Que papel, neste processo, jogariam os partidos políticos? D. José — Bem, até o momento, não temos partidos políticos que mereçam este nome. Temos grupos que estão buscando organizar-se. E, nesta fase, estão preocupados com as suas divergências internas, com seus problemas de organização. Vocês vêem que até agora nenhum partido está-se debruçando realmente sobre os problemas do povo e apresentando propostas concretas para serem discutidas. Eu penso que os partidos políticos têm uma função importante, mas na medida em que surgirem de movimentos de base, e eu acreditó que o golpe de mestre dado pelo General Golbery foi exatamente este de fomentar a abertura política sem a abertura social. Ou seja, no momento em que o governo não estava mais suportando as pressões que vinham dos movimentos populares, ele faz uma abertura política e estas pressões se espalham, se diluem. Aí ele pode suportar. É muito mais fácil para o governo enfrentar Lula presidente do PT, do que enfrentar Lula líder sindical.

J. Chasin — Muito bem! Bate exatamente com o que penso e tenho buscado expressar na Revista.

D. José — Ele, cassado ou não, como líder sindical, mesmo destituído do cargo, tinha uma força que ele não tem como presidente do PT. Assim, acho os partidos necessários, indispensáveis como mecanismo, instrumento de expressão do crescimento do povo. Mas, os partidos, criados como foram, de cima para baixo, e impedindo a mobilização do povo que está-se tornando consciente... A situação já seria diferente se os movimentos populares tivessem continuado sua marcha. Uma greve dos metalúrgicos do ABC teve muito mais influência política do que todo o trabalho do Congresso Nacional.

J. Chasin — Isto coincide exatamente com o meu ponto de vista. Agora, aproveitando o que o sr. acaba de dizer, duas questões são importantes de serem trabalhadas, ainda um pouco. A primeira, a questão da situação brasileira quanto ao panorama de crise que ela apresenta. O sr. apontou com muita clareza, quando diz que as "benditas" aberturas políticas não foram acompanhadas por nenhuma medida efetivamente encaminhadora no plano social. Há uma crise social, há uma crise política. A crise econômica vem pondo em cheque, não só agora, mas desde 1973, toda a perspectiva da política econômica do governo. Com esta crise, a base social da ditadura se viu afrouxada, isto é, aquilo que era monolítico, enquanto sustentação, hoje está brigando entre si para ver quem leva o menor prejuízo: os grupos monopolistas nacionais e internacionais. O sistema econômico se apresenta em crise,

conseqüência disso, o panorama político encontrou esta pseudo-solução de abertura. Claro que a pressão popular, principalmente as greves do ABC, são um fator de alargamento deste itinerário. Contudo, a crise econômica, que está aí presente, que não permite uma solução de ordem social, esta crise econômica que afeta pelo aspecto do arrocho salarial toda a grande massa de trabalhadores, como é que, da perspectiva da Igreja, o sr. vê este problema?

D. José — No começo da década de 70, passei alguns meses em São Paulo porque queria um pouco de contato com o ambiente que não fosse o ambiente eclesiástico em que vivia. Participei de várias reuniões com professores e com economistas, pessoas preocupadas com esta situação. E, numa dessas reuniões, alguns economistas disseram: "Bem, no momento estamos bem, estamos começando a viver o começo do 'milagre brasileiro', mas até o final desta década vai haver uma crise econômica, uma espécie de exaustão do modelo. Mas agora para nós, que somos da classe média, tudo bem, enquanto o povo vive uma ditadura, nós vivemos uma 'ditabranda', pois quem de nós ganha menos de trinta mil cruzeiros?" E no começo da década de 70, trinta mil cruzeiros era considerado um salário muito alto, agora, o fato de hoje a gente verificar que trinta mil cruzeiros é um salário abaixo de modesto, pois não permite a uma família ter o mínimo necessário, mostra que realmente se vive uma profunda crise econômica. E esta crise está aí em função do modelo escolhido pelo nosso sistema que é o capitalismo dependente. Não é o capitalismo que partiu dos nossos valores, e, aí, as multinacionais tomaram conta e tudo aquilo que se faz é para enriquecer aqueles que realmente já são donos de tudo. As decisões vêm de fora e temos que nos humilhar e acolher tudo o que eles determinam e cada vez mais nos tornamos dependentes, o que significa economicamente explorados. Todo o peso da crise está recaindo sobre os pobres e agora está começando a atingir fortemente a chamada classe média.

E. Vaisman — Neste terreno ainda. O sr. acredita na possibilidade de alguma solução política que tenha efetivo significado, sem uma mudança no plano da política econômica?

D. José — Não. Sem a mudança da atual política econômica do governo, é claro que a coisa só pode se agravar. Eu acredito que haverá injeções fortes do sistema internacional para que não haja uma debacle total. E ao mesmo tempo nós vamos ter que nos sujeitar a uma internacionalização das nossas riquezas. Assim, isto poderá continuar por algum tempo, mas para resolver tudo isto, só com uma mudança radical da política econômica.

J. Chasin — A Igreja possui alguma proposta oficial relativa à questão econômica?

D. José — Não possui e não pretende possuir. Ela acha que não é seu campo, isto é, o Concílio disse, Medelin repetiu e também Puebla, a Igreja não tem autoridade no plano político, no plano econômico, no plano social. A sua autoridade é no plano humano. É como disse Paulo VI naquele célebre discurso na ONU, a Igreja é especialista em humanidade e os outros campos não são dela. Nesses outros campos, ela tem a missão de denunciar quando percebe que os passos dados não correspondem ao interesse do homem, isto é, quando os interesses da pessoa humana estão sendo postergados. Mas ela não tem competência, enquanto Igreja, naquele campo.

10

11

12

13

- J. Chasin E o cidadão José Maria Pires, tem alguma opinião sobre a questão econômica?
- D. José Aí seria obrigado a ter. Ele não pode ser indiferente diante desta situação e permanecer sem nenhuma posição. E é uma posição que não é, digamos, definitiva, ela vai-se modificando conforme os dados que forem sendo apresentados. Mas diante do que está aí, não há dúvida que, pessoalmente, tenho que assumir uma opção política, que não posso impor a ninguém, nem mesmo fazer propaganda dela, porque não seria ético da minha parte, mas que deve existir e não há motivo para fazer segredo dela. Em primeiro lugar, desejaria muito que o Brasil chegasse a ter um governo voltado aos interesses do povo. Assim, ao invés de fomentar aquilo que se exporta, se deveria cuidar da produção daquilo que se consome. Ao invés de utilizar os recursos que vêm de fora e que, às vezes, levam a certa sofisticação, se deveria começar utilizando toda a mão-de-obra disponível que existe neste país. Uma mudança apenas com estes pontos, já levaria a todo um novo enfoque e a toda uma revolução social e econômica nesse país.

E. Vaisman — A nível da agricultura me parece claro. Seria definir uma política agrícola voltada para a produção de alimentos para consumo interno, invertendo, dessa maneira, a tradição agrícola do país que tem sido reforçada a partir de 64, que é a exportação.

Agora, me parece que na sua colocação algo de semelhante também deveria ocorrer com a estrutura industrial, voltada que está para a produção de bens duráveis, que só atendem a uma parcela muito reduzida da população; no caso, ela não deveria estar voltada para a produção de bens populares?

- D. José Não é só para consumo interno, mas também utilizar, ao invés de um maquinário sofisticado que substitui o trabalho humano, aproveitar todo este contingente de mão-de-obra disponível e só utilizar esta maquinaria quando ela não competir com o trabalho. Seria aceitar ir mais devagar nesta corrida para se atender antes de tudo o homem. Neste contexto a indústria deve estar voltada para os interesses do povo. É um governo onde o povo pode ter voz, pode discutir os planos e os projetos. A função dos técnicos e políticos é darem forma a esta discussão.
- J. Chasin O atual desprezo tecnocrático pelas soluções populares, evidentemente, não é um descuido técnico, mas é um preconceito e uma posição de classe. Isto expressa luta de classes, não se expressa pura e simplesmente como o conhecimento daqueles que estão preparados diante do povo despreparado, mas o despreparo do povo é forma de deprimir esse mesmo povo.
- D. José Especialmente a partir de 64 no Brasil se voltou o povo ao desprezo: o povo não é capaz. Existe uma tecnoburocracia que "é capaz". O povo foi completamente marginalizado e seus valores desprezados nessa fase de 64 para cá.
- J. M. de Andrade Parece-me que essa relação de forças, que se estabelece entre o grupo do poder e o povo, só seria invertida à medida que houvesse um vetor que soubesse impor a vontade da maioria. Assim, entre o grupo do poder e a população marginalizada, não está faltando alguma coisa que seria o partido político?

10

11

2

3

- D. José Sim, seria o partido político, mas que fosse o estágio seguinte à organização das bases. Somente na medida em que as bases populares vão-se organizando e atuam organizadamente, é que elas vão poder ter uma expressão político-partidária que tenha surgido realmente delas. Então, no meu modo de ver, teria havido um avanço maior se continuasse o bipartidarismo até as próximas eleições e, a partir daí, talvez as forças populares já estivessem no estágio de formar o partido do povo. A voz dele não seria, então, a única, mas seria aquela que deveria predominar, sem eliminar as outras, mas assumindo o posto de liderança que deve caber e que um dia caberá às forças populares, que constituem a grande maioria.
 - E. Vaisman E o PT?
- D. José O PT no momento é um partido incipiente, mas poderá, posteriormente, tornar-se até um partido dos trabalhadores. Por enquanto, a expressão dele não é representativa dos trabalhadores, quantitativamente, pelo menos. Mas todos os outros partidos não apresentam nada que possa distingui-los, tanto é que existe trânsito livre de um partido para o outro, dependendo, não dos interesses do povo, mas dos interesses do candidato. Neste sentido é que os partidos, até agora nas suas convenções, não têm apresentado praticamente nada.
- J. Chasin Achei muito bom que a questão dos partidos políticos tivesse voltado à baila, pois há um aspecto pelo qual nutro especial interesse e sobre o qual gostaria de ouvi-lo. Talvez os nossos pressupostos sejam distintos, á bem provável que o sejam, mas nas consegüências estamos praticamente na mesma posição. A crítica que o sr. faz aos partidos atuais, inclusive com essa pequena inclinação de simpatia pelo PT que se revela, é minha também e, no caso do PT, essa simpatia é mais no sentido potencial e não no sentido efetivo. Eu acrescentaria, ainda, que o PT acaba por ser envolvido numa linha pura e simplesmente liberalóide, ou liberal para ser mais respeitoso, que significa pura e simplesmente burguesa. Em outras palavras, a minha visão está pautada fundamentalmente por um diagnóstico de classe dos partidos. Sem dúvida nenhuma os demais, são, no máximo, partidos que são expressões particulares das nossas classes dominantes, da nossa burguesia. Desde as formas mais truculentas como o PDS, até as formas mais brandas, suaves e envernizadas como o PMDB. Agora, há uma questão relativa aos partidos, que ultrapassa a expressão atual deles. Eu, particularmente, não nutro nenhuma esperança em relação aos atuais, mas estes são os partidos legais, autorizados; há os partidos ilegais, que entendo também que faliram, não há exceção nenhuma. Toda a gama de partidos clandestinos, de há vinte anos para cá vem, sucessivamente, abrindo concordata e pedindo falência. Isto acaba por arrastar para a negatividade a própria idéia de partido político, no sentido de um instrumento de massas. Neste sentido, entendo partido não apenas como canaleta de pressão, como o PT acabou se assumindo, mas como um partido (e eu vou usar a expressão clássica) de vanguarda, não no sentido de se afastar da massa, mas no sentido de interpretar e dar forma aos interesses efetivos da massa. E isto só pode ser feito se o partido estiver baseado numa ciência do social, numa ciênçia econômica, enfim numa ciência da história e que possa esclarecer, organizar, concentrar a força das massas proletárias deste país e encaminhar uma solução. Neste sentido, eu gostaria de ouvi-lo: um partido como vanguarda. Não no sentido

10

11

lamentável que os partidos comunistas acabaram mundialmente se apresentando, em partidos stalinistas, mas eu penso classicamente no partido de Marx, que nada tem a ver com o partido de Stalin. No entanto, hoje se toma o partido de Marx como o partido de Stalin, o que é um grande prejuízo, um verdadeiro crime de lesa-socialismo, de lesa-comunismo. Enfim, eu gostaria de ouvi-lo sobre este partido: um partido de vanguarda inteiramente vincado à massa, e que seja um partido que conduz, que orienta, que organiza, que esclarece, e que fere uma luta no interesse dessa massa.

D. José — Antes que começassem as discussões a respeito do PT, tive uma conversa bastante demorada com D. Paulo Evaristo, depois de uma palestra que fiz para os operários lá da Perus. Conversamos longamente sobre a necessidade da força dos sindicatos, movimentos de bairro e outros, terem uma expressão partidária, mas que fosse realmente um partido das forças populares. E que, ao lado deste partido, quem sabe, não seria o caso de se formar um partido aliado, um partido dos intelectuais que atuaria no partido do povo, mais ou menos como os profissionais atuam no sindicato. O advogado, no sindicato, não tem voto, não tem poder de decisão, mas tem uma grande influência através da assessoria que ele dá. O educador poderia ser a mesma coisa, um assistente social, um cientista social da mesma forma. Então, estas forças que estão sintonizadas com a causa do povo também deveriam organizar-se e ter uma expressão partidária, mas que apoiasse aquela causa. Teríamos, por um lado, o povo caminhando no seu partido, com absoluta autonomia e com possibilidade de ele mesmo ir descobrindo, sem o perigo de outros, que tem uma outra cultura, outra maneira de enfrentar a sociedade, assumirem de certa maneira, o comando. Mas, por outro lado, ele poderia contar com a aliança do partido dos intelectuais, que caminharia ao lado do partido do povo. Mas isso foi apenas uma conversa, depois trocamos idéias com Mário Carvalho de Jesus. Pouco tempo depois aquilo que, certamente, era desejo de muitas pessoas, começa a ter uma certa expressão. Depois veio a "abertura política" e os partidos começaram a se organizar. Ao nosso ver, no entanto, ainda era muito cedo para se organizarem, eles viriam como consequência da caminhada dos movimentos populares. Mas, de uma maneira ou de outra, me parece que uma mudança não é possível sem a intervenção de um poderoso partido político, mas que congregue realmente o povo e no qual o povo tenha realmente vez e voz. Porque, se não, é a mesma coisa que aconteceu com o PT aqui em João Pessoa, com a predominância de professores e estudantes, ah! isso para mim não é partido do povo. Assim, na minha visão de um partido poderoso, forte, seria um partido que luta pelas causas populares e onde o povo tem poder de decisão.

R. G. Dantas — Nessa colocação que o sr. faz acerca da necessidade de um partido no qual realmente o povo decida, fica pouco claro para mim o papel eventual do intelectual em todo esse processo. Isso porque, pode-se correr o risco de se cair num certo basismo, à medida que se introduz um certo receio, digamos assim, da análise científica. Porque, na minha opinião, na medida em que o intelectual se coloca a serviço da causa popular, ele terá a humildade necessária para aprender com o povo. Mas, ao mesmo tempo, ele traz, ou poderá trazer, uma contribuição muito eficaz, muito efetiva, principalmente no sentido de ajudar o povo a crescer criticamente.

10

- D. José Eu estou inteiramente de acordo, pois creio que os intelectuais têm um papel decisivo. Veja, por exemplo, a ação da Igreja aqui no Nordeste em relação à questão agrária. Não foi ela quem assumiu a liderança, não foi ela quem tomou as decisões, mas, se a Igreja, nesse momento histórico, não tivesse dado o seu apoio e ficado ao lado dos camponeses, pelo menos na Paraíba, eles teriam perdido todas as causas que, felizmente, ganharam. Desde aquela primeira em Mocatu, até agora em Camucin. Eles sabiam que podiam contar com o apoio de uma instituição que, num determinado momento, era o único espaço de liberdade para que as pessoas pudessem manifestar-se. Assim, me parece fundamental a ação dos intelectuais, mas, assessorando o povo, animando o povo e não tomando o lugar do povo. Então eu vejo que, o povo e os intelectuais são duas forças que devem atuar de maneira autônoma, porém, não são independentes, ou seja, elas se entrelaçam entre si. É o que acontece, mais ou menos, com as Comunidades Eclesiais de Base. Nas Ceb, o agente pastoral não tem poder, ele não decide, mas ele faz propostas. Depois, o pessoal reflete sobre as propostas feitas, pois o agente ajudou-os a descobrir certas dimensões que não tinham sido vistas. Mas o esforço de reflexão e a decisão vão caber à própria comunidade e nesta hora o assessor não entra.
- I. M. Andrade O título do seu livro Do Centro para a Margem, de um lado, representa a mudança de orientação da Igreja, que se encontrava no centro do poder, contribuindo, inclusive, para a sua legitimação, hoje a Igreja tenta caminhar para a margem, tenta ficar ao lado dos marginalizados. Mas, em "termos políticos, essa imagem de sair do centro em direção à margem pode evocar também um ato de dar as costas ao especificamente político. É como se a Igreja desse as costas para o Estado nas suas propostas, no seu acompanhar as lutas do povo, prescidindo do aspecto eminentemente político. Por exemplo, a questão das lutas camponesas aqui na Paraíba. No caso de Camucin, os camponeses não perderam, mas também não ganharam. A área está sob a égide do SNI, que não permite o efeito multiplicador do movimento, que não permite uma conclusão esperada pelos próprios camponeses. No caso de Guruji, a coisa é mais incipiente ainda, com avanços e recuos e mais numa posição defensiva do que realmente avançando em suas conquistas sociais. De modo que, os grandes exemplos do movimento camponês recente aqui da Paraíba, numa avaliação crítica, são como se tivessem, a cada passo, dando as costas ao Estado.
- D. José Acho essa avaliação crítica um pouco pessimista demais... Bom, você tem razão, no início, é mesmo dar as costas ao Estado, enquanto há um esforço de mudança, nem diria de lugar social, mas de atitude: passar de uma Igreja que conseguia os recursos do Estado para levá-los ao povo, de uma Igreja que falava aos governantes em nome do povo, para uma Igreja que fica do lado do povo e anima esse povo a ir ele mesmo falar de seus interesses. Seria, então, voltar as costas, enquanto se caminha para o outro lado. Mas desde que se chegou a esse outro lado, então aí se torna importante, com esse povo caminhar ao encontro do Estado. Me parece, então, que aqui a função da Igreja é ela se mostrar solidária e fazer com que os pequenos se tornem cada vez mais solidários. Mas, nessa caminhada, aparecem também aquelas ambigüidades características de toda a ação política. Então, não admitir que nessa caminhada não haja recuos, não

10

11

14

haja infidelidades, não haja traições, seria ter que desistir desde logo dessa caminhada. É como, por exemplo, o pobre que vive reclamando e dizendo que, se ele tivesse dinheiro, agiria de outro modo etc. Amanhã, ele tira o bolão da loteria, compra uma fazenda e age do mesmo modo do homem que era seu patrão. É o que aconteceu em Mocatu, até certo ponto. O pessoal recebeu a sua parcela de terra e agora muitos deles se tornaram empregadores e se tornaram também os executores da opressão de que eles foram vítimas anteriormente. Ou seja, o limite entre o bem e o mal passa pelo coração de cada homem...

- J. Chasin Bem, sou um pouco mais otimista em relação ao homem e muito mais pessimista em relação ao sistema. Não é da própria lógica perversa do capitalismo, que envolve o camponês (aquele que através de uma medida de reforma, ou de um paliativo qualquer, se converte realmente num pequeno empresário), fazer dele este ser desumanizado que não estava previsto? O pressuposto não é que ele contenha em si uma unidade metafísica que o leve ao mal, mas é o sistema que o leva ao mal.
- D. José Continuando a reflexão sobre o movimento camponês aqui na Paraíba, Mocatu é essa propriedade que fica no município de Alhandra, portanto bem perto de nós, que tem uma terra muito fértil, onde havia aproximadamente 150 posseiros numa propriedade de 1.236 hectares, e a coisa foi-se tornando cada vez mais conflitiva, até o momento em que o proprietário proibiu o padre de celebrar missa lá. Tomamos a deliberação, aqui na diocese, de ir todos até lá. Na entrada, o representante do proprietário nos barrou, mandou parar o nosso carro e então houve um diálogo e ele acabou abrindo passagem para nós. As pessoas que estavam com ele se incorporaram à nossa comitiva e fomos celebrar a missa num local onde existia uma capela construída pelo povo e que tinha sido derrubada pelo proprietário. Pois bem, era um pessoal que realmente estava embalado. Nesse momento crucial, o governo faz a desapropriação, em 1976, e o Grupamento de Engenharia assume o comando das operações: começa a promover festas, churrascos, a distribuir medalhas e presentes para o povo. Levou a ACISO — Ação Cívico Social do Exército — para lá que tinham carros com médicos, enfermeiros, remédios e tudo o mais. E o que acontece, tudo isto desmobiliza o povo e, quando recebem seu quinhão, cada um se sente tranquilo - "agora estou no que é meu". Eles não estão mais empenhados numa mesma caminhada pela transformação, embora tenham ajudado, por exemplo, o pessoal de Capim de Cheiro, e agora parece que estão ajudando também o pessoal de Guruji através da doação de alimentos. Assim, eles não continuam na caminhada pela libertação porque, na visão deles, chegaram ao fim, conseguiram seu pedaço de terra. No caso de Alagamar, que no meu ponto de vista é o episódio mais significativo do que qualquer outro, a luta foi mais demorada, houve mais cadeia e o pessoal assumiu mais, sem precisar do apoio direto da Igreja, porque era um pessoal que já tinha um trabalho comunitário. No momento do impasse o governo ou matava o povo todo, pois ninguém iria se dobrar, ou fazia a desapropriação. Mas só desapropriou uma pequena área. A área toda que estava em litígio era de 13.000 hectares e o governo desapropriou uma área de 2.000 hectares, exatamente onde estava o grupo mais consciente. O Incra fez uma tentativa de dividir aquilo em pequenos módulos, em torno de 8 hectares, bem abaixo

5

14

10

daquilo que deveria ser: 25 hectares. O povo reage e não aceita este tipo de medida. A partir daí se inicia um processo muito longo de negociações, que implicou muita discussão e muita reflexão e foi, sem dúvida, um processo muito educativo para todos. Então, o governo monta uma cooperativa e coloca ali dentro, inclusive com pessoas do SNI. O povo reage mais uma vez e não entra na cooperativa, apesar de todas as pressões. Eles vêem que a cooperativa tira a autonomia do cooperador porque ela é controlada pelo governo. E eles vendem seus produtos para quem eles querem e na hora que bem entendem. Aquilo que a cooperativa pode dar-lhes, que é o crédito, isso ela não faz, os títulos de terra foram entregues para a cooperativa e não para os camponeses. A cooperativa se julga a proprietária e exerce sobre eles a mesma pressão que o proprietário exerce sobre o posseiro e, dessa maneira, o pessoal de Alagamar está em luta constante. Nesse momento eles estão discutindo se devem ou não entrar em bloco na cooperativa e tentar mudar a coisa toda, e estão discutindo uma outra alternativa, que seria montar uma outra associação, porque eles precisam de empréstimo para irrigação, para os tratos culturais e também para financiar um pouco a produção, senão eles têm que vender tudo na hora da colheita. Assim, através desta associação, poderiam pensar em projetos para conseguir financiamentos que permitissem um desenvolvimento maior. Então, o pessoal de Alagamar está na luta, discutindo, amadurecendo, e a função da Igreja é apoiar este processo educativo. Um outro caso importante e mais recente é Guruji. Quando chegou a notícia que haviam destruído a escola, pela segunda vez, eu fui até lá. Pode ser uma questão pessoal, mas quando chegam notícias deste teor eu sempre fico desconfiado, achando que foram contadas com exagero e, quando posso, vou sempre verificar. E realmente foi isto que aconteceu e a população reagiu de uma maneira que, pelo menos, eu não esperava. Quando disseram que Antonio Galvão tinha levado três pistoleiros para arrancar a roça comunitária, fui até lá também para verificar. Tinham arrancado mais de 13.000 pés de roça em Alagamar, um número maior do que aquele que o povo estava dizendo. Quando me falaram que, em Camucin, tinham derrubado pela segunda vez a escola, eu não acreditei. pois achei impossível acontecer uma coisa dessas depois de todos os entendimentos, aí fui lá para ver o que realmente tinha acontecido. Quando nós chegamos lá, de fato tinham botado fogo, tinham derrubado a casa da Dona Júlia e o povo havia feito para ela uma coberta de palha junto de uma árvore, e o pessoal todo estava reunido debaixo de uma jaqueira. Aí eles se levantaram, vieram me cumprimentar, me sentei no meio deles e um camponês disse: "vamos contar para o bispo o que nós decidimos". Foi aí que eles disseram que tinham decidido vir acampar em frente ao Palácio do Governo. Eu disse: "e por quanto tempo, dois dias?" Disseram: "não, é até esse negócio aqui mudar". "Mas vocês vão agüentar ficar lá, e se demorar?" E responderam firmemente: "lá a gente vai ter mais segurança do que aqui, e lá vai ter vocês para olhar a gente". Por fim, eu respondi: "bom, se vocês decidem isso, vocês podem contar com o nosso apoio, a gente vai fazer tudo para que não falte a comida e o necessário para vocês ficarem lá". Eu realmente não esperava que a coisa saísse deles com aquela disposição porque, afinal, mesmo com todo o apoio, é admirável a capacidade de resistência, agüentar ali 25 dias com todas as provocações que eles sofre-

10

ram. E como a questão ainda não foi solucionada, o processo de luta continua e continua como um processo de educação popular, de tal forma que há todo um amadurecimento e, mesmo que haja a desapropriação, o povo de Camucin estará preparado e consciente para novas lutas. Mas, voltando a Guruji. Eu tenho acompanhado a questão, um pouco de longe, porque não tive oportunidade de ir muito lá e conversar com o povo. Agora, me parece que há alguns passos muito concretos. Em primeiro lugar, aquela terra realmente era do Estado, e por uma série de . . . bem, não sei como especificar, a terra passa para mãos de particulares, eu vi, inclusive, a escritura. Depois, o Estado compra o que já era dele para entregar ao povo. Mas, feito o decreto de desapropriação, ele não foi executado. E o que fazem os proprietários? Vão avançando na terra, colocando seus tratores, plantando cana etc. E o povo reagiu, de uma maneira um pouco desorganizada, um pouco dividida, mas reagiu. Arrancaram a cana e começaram a plantar cereais nas terras preparadas para a cana. Até que, num determinado momento, vêem que a ação deles tem que ser mais forte e aí um grupo resolve sair de suas casas e acampar exatamente na área onde estão os tratores para impedir que estes continuassem avançando. É claro que a gente procurou dar o apoio necessário em todos estes passos, um apoio ostensivo que é dito e proclamado sem querer ofender a ninguém.

D. Paulo E. Arns — O que o sr. espera da não-violência para a evolução das instituições da justiça social no Brasil?

D. José — Eu não diria que tenho no momento grandes esperanças, porque a não-violência ainda não fez escola no Brasil. O que há é que, dada a situação concreta que nós vivemos, a violência seria suicídio, então estrategicamente e taticamente a não-violência é o caminho. Agora, uma não-violência ativa que implica ações que não consistem na utilização das mesmas armas que o sistema utiliza, uma não-violência que leve a busca do diálogo com aquele que está sendo o adversário, infelizmente não tem conseguido muito terreno. Tenho a impressão, no entanto, que a não-violência está muito mais entranhada no próprio povo, nas bases, do que naqueles que têm uma cultura mais ligada à cultura ocidental. Eu acredito que os negros têm uma experiência muito ilustrativa da não-violência, que foram os quilombos; o povo tem experiências de não-violência, como é o caso das comunidades organizadas por Antonio Conselheiro. Por outro lado, se na base popular a não-violência é quase como que uma herança, aqueles que assessoram, que animam não são, de modo geral, simpáticos à não-violência.

J. Chasin — Isso significaria que são simpáticos à violência?

D. José — Não. Não são simpáticos à violência. Eles argumentam que até hoje não houve nenhuma mudança social relevante a não ser pela violência, o que ao meu ver não vem ao caso. Eu penso que a não-violência não significa que, num determinado momento histórico, quando fosse preciso afastar um obstáculo que impede o avanço do processo de libertação, se deixaria de fazer alguma coisa para afastá-lo. Não. Vamos afastá-lo, mas da maneira menos violenta possível. A meu ver a caminhada deveria ser feita dentro de uma mística de alguém que considera o outro como um irmão, mesmo que, num determinado momento, ele seja o adversário. Enfim, toda esta concepção parte de uma verificação concreta. A força que sustenta a sociedade está nos pequenos, nessa grande maioria. No momento que essa

10

11

grande maioria retirar o seu apoio, essa sociedade teria que necessariamente se modificar. Qual seria a melhor maneira de retirar esse apoio? Seria usando a violência, ou seria simplesmente não usar a violência e empregar os meios que significam dizer não ao sistema, um não coletivo, politicamente organizado e que possa chegar, por convicção, até o ponto da chamada desobediência civil. Algo que é extraordinariamente irritante para aqueles que estão no poder, acostumados sempre a mandar. Mas o não deve estar acompanhado sempre de uma proposta de diálogo.

J. Chasin — Como o sr. encara a produção da Teologia da Libertação? D. José — Numa situação como a da América Latina, uma teologia que não fosse da libertação, não serviria para nada, ela não poderia ser uma ajuda, como deve ser, para os pastores e para o povo de Deus. A teologia não pode ser simplesmente uma ciência especulativa, ela tem que ser uma reflexão em cima de uma prática da fé. Ora, aqueles que entre nós praticam a fé, ou são chamados a isto, constituem uma maioria de oprimidos, de marginalizados. Então, uma teologia que não se debruçasse sobre esta realidade e por isso não tivesse como meta desdobrar, explicitar o plano de Deus da salvação, que é o plano de libertação, salvação que começa hoje, começa aqui; uma teologia que não estivesse sintonizada com essa realidade poderia ser uma bela especulação teológica, mas não serviria em nada para a caminhada. Por isto, estou intejramente de acordo com todo esse esforço que fazem os teólogos da libertação, pois sinto que eles respondem muito mais às necessidades pastorais da Igreja da América Latina, do que se fossem fazer uma teologia como aquela que aprenderam nas universidades da Europa, ou mesmo nos Institutos Teológicos do Brasil, ligados que são a uma visão anterior ao Vaticano II. O que se critica muito na Teologia da Libertação, e a meu ver sem razão, é que às vezes, ela parece mais uma sociologia do que uma teologia. Eu entendo que, hoje, as Ciências Sociais se tornaram um apoio muito grande, e até necessário para o teólogo. Se, antes, para fazer uma teologia se precisava da filosofia, hoje, ele precisa, talvez, antes de tudo, das Ciências Sociais, para que ele possa ter elementos que o ajudem a entender e analisar um pouco melhor a realidade sobre a qual ele pretende projetar os dados da fé, os dados da revelação. Então, torna-se fundamental o conhecimento dessa realidade. Ora, quem é que vai ajudá-lo a mergulhar nessa realidade? Primeiro, o próprio povo. Então, ele precisa ter uma prática. Segundo, os cientistas sociais, na medida em que a análise da realidade social é o campo da atividade deles. Então é inevitável haver uma aproximação de linguagem dessa teologia com as Ciências Sociais maior do que com a linguagem da filosofia. Daí, inclusive, as críticas que se fazem, afirmando que essa teologia utiliza categorias marxistas, bem... é um risco que se corre. Mas, a meu ver a Teologia da Libertação está seguindo o caminho indicado pela teologia tradicional, ela muda, apenas, o enfoque: ao invés de partir dos princípios e fazer uma teologia dedutiva, ela está partindo da prática e fazendo um processo indutivo, mas que vai levar ao encontro dos mesmos princípios. Assim, não há nenhuma contradição entre a Teologia da Libertação e a teologia tradicional, apenas os caminhos é que são diferentes.

D. Paulo E. Arns — O bispo no Brasil pode influir socialmente sem separar-se de uma parte do povo ainda não suficientemente conscientizada?

10

D. José — Ele não poderá influir socialmente sem desagradar uma parte do povo, mas, a todo momento, ele tem que dar esse testemunho de união, o que também não significa querer agradar a gregos e troianos, terá sempre os seus adversários, como o próprio Cristo teve, e a prova é que ele morreu crucificado. Mas Cristo continuou sendo aquele centro de unidade, ele não se separou de ninguém, nem de seus adversários. Na última hora ainda pedia desculpas por aquilo que os outros estavam fazendo. Neste sentido, me parece, que o bispo pode e deve exercer uma influência social sem separar-se de parte de seu povo; contra o sistema sim, mas não contra as pessoas que, por um momento, estão em posições equivocadas. No nosso caso, além daqueles que estão diretamente comprometidos numa ação pastoral em favor do povo, há também diversos grupos na Igreja, os carismáticos, os focolarinos, os cursilhistas etc. Até onde é possível deve-se encaminhar numa fidelidade ao povo, sem separar-se de outros grupos que ainda não tomaram consciência de que o caminho é através da opção pelos pobres. E deve haver um esforço para que eles tomem consciência de que é necessário optar, como a Igreja optou, pelos oprimidos. A meu ver essa é a missão principal do bispo, promover essa unidade, que não é querer uma uniformidade, mas também é aceitar divergências, na medida em que elas não prejudicam a caminhada da Igreja, e isso é possível e desejável para o bispo.

J. Chasin — No sentido de uma retrospectiva, desde suas origens até

hoje, quais seriam as características principais da CNBB?

D. José — Nesse período de mais de 25 anos, a CNBB tem-se mostrado cada vez mais um instrumento a serviço da Igreja no Brasil. A princípio, ela apenas exercia a função de reunir os bispos, de permitir que todos pudessem falar, de ajudar numa reflexão. Hoje, cada vez mais, ela vem-se tornando uma expressão da colegialidade episcopal, isto é, a CNBB tem conseguido favorecer a união dos bispos e a uma tomada de consciência e a âma tomada de posição. Com as assembléias anuais que ela realiza, ela faz uma verdadeira reciclagem para o episcopado. São dez dias em que, com a ajuda de ótimos assessores (e agora, graças a Deus, entram também para falar assessores leigos profissionais), são enfocados os problemas mais importantes para a vida social e, por isso, para a vida pastoral do povo brasileiro. No tempo em que não há assembléias, há uma comissão episcopal de pastoral que reúne todos os meses com a presidência, e aí toma ciência do que está acontecendo e emite uma nota, dá um parecer, manda uma recomendação. A CNBB realiza uma verdadeira articulação, sem exercer nenhuma pressão, nenhuma interferência indébita na autonomia das dioceses, ela permite ao episcopado brasileiro aquilo que o Concílio definiu: o bispo é, antes de tudo, membro de um colégio, portanto a ação colegial é que deve prevalecer e não a ação individual. A CNBB tem conseguido fazer uma articulação que permite isso. Além dessas assembléias anuais e destas reuniões mensais, há duas reuniões por ano, um pouco mais longas, com representantes de todas as 14 regiões, para permitirem que aquilo que foi discutido durante 6 meses na região, possa ser colocado em conjunto numa reunião de uma semana do chamado Conselho Permanente. E há também as regionais, que têm suas reuniões e fazem na região aquilo que a CNBB procura fazer no país todo, que é a articulação das dioceses.

10

I. Chasin — Como presidente de uma das regionais, a Nordeste II, que engloba Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, qual tem sido a característica fundamental da contribuição desta regional para as

reuniões gerais?

D. José — Todas as vezes que se reúne a Assembléia Geral, as regionais devem estudar o temário, mas devem fazer uma reflexão a partir da sua realidade. Como nossa realidade é composta de vários conflitos no campo, que são diferentes daqueles que se observa na Amazônia, pois lá é mais a questão da grilagem, geralmente o Nordeste leva uma contribuição muito própria. No Nordeste, temos uma pastoral popular urbana e uma pastoral popular rural; na medida em que são a base da organização, os movimentos que não podem ser chamados de populares só entram à proporção em que eles começam a se interessar pelos problemas do povo.

I. Chasin — O DOPS tem dado muita dor de cabeça?

D. José — O DOPS percebeu que cada vez que ele convocava alguém que era ligado ao trabalho pastoral, esse alguém nunca ia só. Geralmente acompanhado pelo vigário geral e no carro da própria diocese. Então, eles sempre mandam um ofício para mim, solicitando que eu apresente o Fulano de Tal e assim por diante. Têm havido muitas convocações, mas o tratamento, em todos os casos, tem sido, pelo menos, educado. Em outras épocas houve casos de detenção de agricultores, mas tínhamos uma série de pessoas que ia acompanhar, dar assistência, permanecer ali, até que a coisa se resolvesse. Ultimamente os casos têm surgido sempre com os problemas de terra e em função da assistência aos índios Potiguara. Aí estamos numa situação em que a nossa entrada foi proibida pela FUNAI. Mas temos sabido contornar a situação. Como não temos nada clandestino, as pessoas devem declarar o que sabem e isso dá uma tranquilidade muito grande, sobretudo às pessoas mais simples, os agricultores, porque eles não precisam ficar preocupados com o que dizer, com o que declarar. Não temos nada a esconder, nossa posição é clara. Isso tem dado a eles muita segurança e faz com que todos se saiam muito bem.

I. Chasin — Esse relacionamento com o DOPS, em particular, é repre-

sentativo do relacionamento da Igreja com o Estado?

D. José — Há a possibilidade de qualquer encontro, mas ao mesmo tempo, há de parte a parte, uma certeza, a de que estamos trabalhando em campos diversos e até certo ponto opostos. Assim, não há nenhuma dificuldade do Arcebispo manter algum encontro, seja com o governador, seja com o comandante do Grupamento, com qualquer autoridade. Mas, ao mesmo tempo, nosso relacionamento é um relacionamento formal, isto é, quando necessário pode haver um encontro.

E. Vaisman — No seu livro Do Centro para a Margem, há um depoimento que o sr. faz, narrando um encontro, se não me engano, com o comandante do Grupamento de Engenharia. Numa determinada altura da conversa ele vira para o sr. e diz: "Eu sou da Cavalaria, o sr. entende disso?" Aí o sr. responde: "Não, de exército eu não entendo nada, mas suponho que o sr., fazendo parte da cavalaria deve ser um cavalheiro".

D. José — Isso faz parte da não-violência, ou seja, não há violência,

mas nem por isso deixa-se de marcar as posições claramente.

I. Chasin — É... Porque se ele não fosse um cavalheiro, seria o próprio...

A BURGUESIA E A CONTRA-REVOLUÇÃO

Karl Marx

Apresentação

MARX E A REVOLUÇÃO ALEMÃ DE 1848

J. Chasin

CEDEM 9

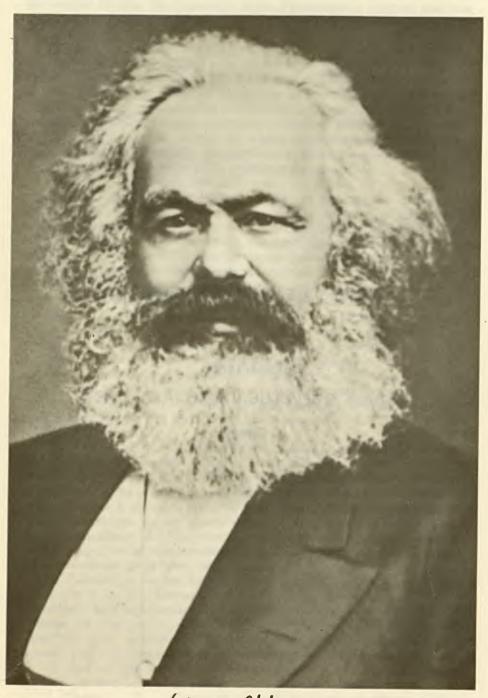
10

11

12

13

14



Karl Mary

Apresentação

MARX E A REVOLUÇÃO ALEMÃ DE 1848

J. Chasin

A avaliação de Lênin, segundo a qual a *Nova Gazeta Renana* "foi o melhor e jamais superado órgão do proletariado revolucionário", é, de certo modo, bastante conhecida e divulgada. O mesmo, infelizmente, não se dá com os próprios materiais contidos pelo jornal dirigido e publicado por Marx. É lamentável este desconhecimento da riquíssima coleção de artigos da *NGR*, em especial porque o julgamento feito por V. I. Lênin nada mais é do que pura e plena justiça.

Para a reflexão política leniniana a NGR aparece como um vasto repositório de tática proletária, particularmente, dada a situação econômico-histórico-social da Alemanha de 48, de tática proletária na revolução burguesa. Para se certificar disto, basta considerar o que o pensador político russo desenvolve na última parte de seu verbete sobre Marx, de 1913, e na parte III do Posfácio de Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática, texto de 1905. Com efeito, Lênin toma as formulações, que se encontram nos artigos de Marx e também de Engels, publicados na NGR, como referencial teórico e base de apoio para a sua própria análise — e conseqüente programática, com vistas à ação política no quadro revolucionário russo.

De fato, a *Nova Gazeta Renana* é a arma de Marx na Revolução Alemã de 1848.

Ano, época e local ("país" e cidade) são altamente sintomáticos, tanto quanto o momento biográfico de Marx, seja este encarado do ponto de vista do curso de sua edificação teórica, seja visto sob o prisma de seu engajamento pessoal na prática política direta que, em bem determinadas ocasiões, sua existência assumiu e objetivou.

O ano de 1848 é extremamente importante para Marx, para o marxismo e para todo o processo mundial da revolução operária.

Em princípios de 48 é redigido o *Manifesto Comunista*, que vem à luz em fevereiro. Com este põe-se concretamente em funcionamento a *Liga dos Comunistas*, nascida no decurso do segundo semestre do ano anterior, pela

transformação radical da Liga dos Justos, levada a efeito pela decisiva participação de Marx e Engels.

Neste mesmo ano, de outra parte, e sem qualquer conexão com o *Manifesto*, a partir do *fevereiro parisiense* eclodem as revoluções de 48/9, que atravessam todo o continente europeu e inauguram a ação politicamente independente da classe operária. Revoluções estas que, no dizer de Marx, "proclamaram, de forma ruidosa e ao mesmo tempo confusa, a emancipação do proletariado, esse segredo do Século XIX e da sua revolução" (*Discurso no Aniversário do "People's Paper"*, 1856).

Sob o influxo da Revolução de Fevereiro em Paris, dar-se-á a *Revolução de Março*, na Confederação Germânica; revolução alemã que se viu precipitada e teve sua natureza modificada pelos acontecimentos franceses, segundo o diagnóstico de Marx e Engels.

Ainda em 1848, e é isto que importa aqui mais de perto, pois trata-se do nosso objeto específico — exatamente a 1.º de junho, aparece em *Colônia*, Província do Reno, o primeiro número da *Nova Gazeta Renana*, diário que foi subtitulado como o *Órgão da Democracia*.

Para que fique nítido, a que período da vida intelectual e política de Marx pertence a NGR, convém um rodeio sumário que identifique a etapa imediatamente anterior. Importam os anos de 42 a 47, em seu itinerário formativo do ideário marxiano. O qüinqüênio anterior (37 a 41), que vai do Marx ainda estudante até a apresentação de sua tese de doutoramento (Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro) à Universidade de Iena em 1841, aqui, não vem ao caso e sequer é aludido.

Marx, com a elaboração da tese, aspirava a um cargo de *dozent* na Universidade de Bonn, junto a Bruno Bauer, então seu amigo. A própria incompatibilização política deste, dadas certas alterações no quadro funcional da administração prussiana, com aquela instituição, ocorrida neste ínterim, cancelaria definitivamente para o jovem Marx qualquer esperança de vir a se entregar à atividade acadêmica. Daí emerge a sua decisão de "ganhar a vida" como escritor, como jornalista.

O Prefácio de Marx Para a Crítica da Economia Política (1859) oferece o roteiro evolutivo do período que se quer precisar.

Assim, a partir de abril de 1842 e durante o primeiro trimestre de 43, encontra-se, seja lícito dizer deste modo, no exercício do que será o seu primeiro e único *emprego* de toda a sua vida: colaborador e, a partir de outubro de 42, redator-chefe da "velha" Gazeta Renana. O jornal fora criado por representantes da burguesia renana, que "pelejavam" com o absolutismo prussiano (entre os quais Camphausen, que se tornará Primeiro Ministro do gabinete *pós-revolucionário*, na seqüência dos eventos de março/48), viveu cerca de quinze meses, atraiu alguns jovens hegelianos e desapareceu por decreto prussiano a 1.º de abril de 1843.

Deste ano de atividades jornalísticas dirá Marx no *Prefácio*: "vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial (...) sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates

10

11

12

13

sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas".

Além desta "ocupação" com as questões econômicas e de seu estudo, sente Marx também a necessidade de se familiarizar mais com as correntes do socialismo e comunismo francês. "Retira-se para o gabinete de estudos."

Resulta, como primeiro texto do trabalho empreendido "para resolver a dúvida que o assediava", Para A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução, que apareceu nos Anais Franco-Alemães, editados em Paris em 1844. Neste primeiro e único número da publicação, sai também o "genial esboço de uma crítica das categorias econômicas", como diz Marx, referindo-se ao Esboço para uma Crítica da Economia Política de Engels. E, ainda de Marx, os Anais estampam A Questão Judaica.

Também de 44 são os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ano em que Marx lerá os economistas ingleses — A. Smith, Ricardo, J. Mill, MacCulloch, além de Boisguillebert, J-B. Say, Skarbek, Sismondi, Buret, Schultz e outros.

Durante o segundo semestre, em Paris, após largas conversações com Engels, durante as quais constatam total comunhão de idéias, decidem publicar juntos, contra o cenáculo formado por Bruno Bauer, A Sagrada Família, que aparecerá no ano seguinte. A época, Engels já havia concluído A Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra, que também será publicada em 45.

Já em Bruxelas, onde residirá de fevereiro de 45 até março de 48, Marx retoma e desenvolve seus estudos econômicos. Engels também se instalará nesta cidade e isto representará, a partir da profunda afinidade de idéias entre ambos, o início de uma amizade e de uma intensa colaboração intelectual que só findará com a morte de Marx. Este, nesta época, resume, em suas Teses sobre Feuerbach, o "novo materialismo" e expõe sua "concepção materialista da história, elaborada em suas grandes linhas", a Engels, que havia chegado "por outro caminho ao mesmo resultado" (Prefácio).

Ambos fazem uma viagem de estudos à Inglaterra, e redigem, entre setembro de 45 e maio de 46 *A Ideologia Alemã*, onde expõem, segundo as palavras de Marx, "nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosofica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana". Não encontrando, na Alemanha, editor para o volumoso manuscrito, "Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo."

Ainda em 46, Marx e Engels tomam a iniciativa de organizarem uma rede de comitês comunistas de correspondência, cujo objetivo era "relacionar os socialistas alemães com os franceses e manter os estrangeiros informados quanto aos movimentos socialistas na Alemanha, e informar aos alemães na Alemanha dos progressos do socialismo na França e na Inglaterra. Desta forma poderão se esclarecer as diferenças de ponto de vista; se chegará a um intercâmbio de idéias e a uma crítica imparcial. Trata-se de um passo que o movimento social terá dado em sua expressão literária com o objetivo de se desembaraçar dos limites da nacionalidade. E, no momento da ação, há certamente grande interesse para cada um de nós o conhecimento dos assuntos tanto no estrangeiro como em nosso país".

Durante uma reunião do Comitê de Correspondência de Bruxelas, ao ser discutida a questão da propaganda política na Alemanha, Marx externou um ponto de vista característico, que vale a pena registrar para a devida execução do propósito fixado para o nosso "rodeio". Segundo testemunho de Annenkov, Marx qualificou de "engano" toda a tentativa de sublevar o povo sem lhe oferecer sólidas bases para a sua ação: "Em particular, dirigir-se na Alemanha aos operários sem possuir idéias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta equivaleria a levar a cabo um jogo desonesto e inútil, a uma propaganda em que estaria suposto, de um lado, um apoteótico entusiasmo e, doutro, a simples imbecis escutando de boca aberta".

E, assim, chega-se ao ano de 1847, quando é publicada Miséria da Filosofia, que é destacada por Marx, nos seguintes termos do Prefácio: "Os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito Miséria da Filosofia, publicado em 1847 e dirigido contra Proudhon." E relaciona ainda como textos significativos, neste sentido, ao "Manifesto do Partido Comunista, que Engels e eu redigimos em conjunto, e uma publicação minha, o Discurso Sobre o Livre-Comércio." Agrega também uma "dissertação escrita em alemão sobre o Trabalho Assalariado e Capital, onde sintetizei as minhas conferências sobre este tema feitas da União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas".

Fica nítido, portanto, que os anos de 1842 a 1847 registram a constituição do ideário marxiano. Que ao fim desse período, uma longa e riquíssima trajetória intelectual havia-se completado, resultando já na configuração adulta, ainda que não plenamente madura, do pensamento de Marx. Esta passagem à maturidade se dará na década de 50, quando, já em Londres, retoma os estudos econômicos para "começar tudo de novo, e estudar criticamente até o fim todo o material" do Museu Britânico.

Este recomeçar, que proporcionará o trânsito do delineamento adulto para a expressão madura do pensamento científico de Marx, compreende o salto da Miséria da Filosofia para os Gründrisse. Trata-se da ruptura qualitativa desenhada, na superação de uma análise econômica apoiada ainda na teoria da oferta e da procura, pela formulação da teoria da acumulação da mais-valia. Trata-se de que Marx introduz, pela primeira vez nos Gründrisse (1857/8), a distinção entre trabalho e força de trabalho. Distinção fundamental que não existe em Miséria da Filosofia.

Mas apontada a diferença teórica básica, entre as duas pontas desse período de dez anos, é preciso grifar que as deficiências e lacunas de *Miséria da Filosofia* não a desabonam, e que ela, de fato, constitui uma importante aproximação do programa científico ao qual, Marx, dedicou o melhor de toda a sua existência. Obra revalidada pelo próprio autor, doze anos depois de publicada, como enfaticamente testemunha o *Prefácio*, e que já ostenta, para usar uma fórmula de José Paulo Netto, a "mais central das determinações de Marx: a determinação de que as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas" ("Introdução", in *Miséria da Filosofia*, LECH, 1982).

De modo que o período rastreado — 1842 a 1847 — mostra-se como "a etapa em que se constrói, em Marx, o teórico e o revolucionário. Em síntese, é a fase em que as suas experiências intelectuais, sociais e políticas permitem-lhe articular as bases do que, a partir de 1847/1848, constituirá a moderna teoria social — desvelamento do modo de produção capitalista e proposta da sua ultrapassagem, com o proletariado urbano como agente da transição socialista" (Idem).

È, portanto, um Marx adulto, teórica e politicamente, que participa e busca influir nos desdobramentos da Revolução Alemã de 48; o mesmo que funda, sustenta e dirige a Nova Gazeta Renana, vale repetir, "o melhor e

jamais ultrapassado órgão do proletariado revolucionário".

Sem dúvida, os materiais da *Nova Gazeta Renana* sempre foram reputados, pelos seus próprios autores e principais discípulos, como um momento da mais alta relevância prática e teórica de sua herança política e intelectual. Marx não deixa de referi-los no *Prefácio*, ficando aí esclarecido, e atente-se bem para o significado intrínseco da afirmação, que "A publicação da *Nova Gazeta Renana*, em 1848 e 1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos." Não se há de supor, evidentemente, que Marx interromperia seus estudos econômicos, e por tão largo período, em

troca de alguma bagatela qualquer.

Engels, quase meio século depois do desaparecimento da Nova Gazeta Renana, na sua Introdução de 1895 para a reedição de As Lutas de Classe na França, enumera três ocasiões em que a "concepção materialista de Marx, partindo da situação econômica existente", busca explicar determinados objetos: "no Manifesto Comunista", afirma, "havia sido aplicada para fazer um amplo esquema de toda a história moderna"; As Lutas de Classes na França, indica, é "o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento de história contemporânea"; e, por fim, assegura, "nos artigos publicados por Marx e por mim na Nova Gazeta Renana esta teoria fora empregada constantemente para explicar acontecimentos políticos contemporâneos". Os artigos da Nova Gazeta Renana aparecem, pois, como exemplaridade da análise política marxiana e marxista.

É quanto basta para rechaçar eventuais ponderações insidiosas, que procurem reduzir o alcance teórico dos artigos da NGR, forçando o enlaçamento destes com a já desgastada "problemática" do "jovem Marx". Este foi um dos motivos de todo o volteio efetuado; pois, instigados por interesses políticos imediatos, não poucos estarão inclinados a minimizar a importância desses textos, desorientar o esforço por sua apreensão e confundir a sua análise, para que da leitura deles não resultem referenciais para a discussão atual da democracia e da política operária, dado que, em face de tais critérios, concepções e práticas hoje predominantes estão irremediavelmente condenadas.

Da prática política, que foi possível a Marx e Engels, no quadro alemão de 1848/9, nada pôde resultar na imediaticidade dos acontecimentos. Ao inverso, de seu empenho intelectual redundou a formação da peça mais extensa e completa do acervo de teoria política que legaram.

A intervenção de Marx na Revolução Alemã de 48 está em conexão

10

11

visceral com a NGR e também com a Liga dos Comunistas.

3

14

13

A Liga dos Comunistas, criada no segundo semestre de 47, é o resultado de uma transformação complexa da Liga dos Justos (1836), e esta é o desdobramento da ala mais avançada da Liga dos Proscritos (1834).

Todas estas entidades são formadas por emigrados alemães, as duas

mais antigas em Paris e a última em Londres.

Tanto a Liga dos Proscritos como a Liga dos Justos, no que tange às concepções político-revolucionárias, traduzem o clima parisiense dos anos trinta do século passado, que reflete, por inteiro, a herança babuvista. São, portanto, associações secretas, cultivando tradições conspirativas e alinhadas pelo igualitarismo social e político. Graco Babeuf com sua Conspiração dos Iguais (maio/1796) matrizara por décadas a forma de atuação dos primitivos militantes comunistas. Aspirações, pois, nascidas no bojo da Revolução Francesa e que, pela mediação de Buonarotti, são reintroduzidas depois da revolução de 1830, vão encontrar a liderança de Blanqui e acabam por influir, decisivamente, por mais de uma década, sobre os exilados alemães, que principiavam a se organizar.

A Liga dos Justos é uma agremiação desta origem e natureza, se bem que muito abalada pela participação na fracassada intentona de Blanqui (1839), que lhe rende a expulsão da França, quando em 1847 convida (pela segunda vez) Marx e Engels para integrarem suas fileiras.

Segundo a narrativa de Engels (Contribuição à História da Liga dos Comunistas, 1885), o convite é transmitido por J. Moll, que se declara "convencido hão só da justeza geral de nossa (Marx/Engels) concepção, mas também da necessidade de libertar a Liga das velhas tradições e formas conspirativas. Que, se quiséssemos ingressar, dar-nos-ia, num congresso da Liga, a oportunidade de desenvolver nosso comunismo crítico num manifesto que, em seguida, seria publicado como manifesto da Liga; e que poderíamos também contribuir para a substituição da arcaica organização da Liga por outra nova, mais adequada à época e aos objetivos visados".

Ainda que o processo não tenha sido tão suave quanto sugere Engels, pois documentos publicados mais recentemente (1969) por Bert Andreas indicam que a transição teórica e programática dos Justos foi mais penosa, o certo é que, através de dois Congressos (meados e fins de 47), a *Liga dos Justos* converte-se em *Liga dos Comunistas*, e Marx e Engels recebem do 2.º Congresso a tarefa de elaborar seu *Manifesto*. Este é publicado em fevereiro de 48.

Com a eclosão da Revolução de Fevereiro em Paris, Marx transfere-se para a França e aí nasce o documento *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha*, programa político da Liga dos Comunistas para a revolução alemã que acabava de rebentar. Marx e Engels retornam à Alemanha em princípios de abril e pouco depois se instalam em Colônia.

O retorno à Alemanha dos exilados em geral-conhece uma série de vicissitudes; ainda assim os autores do Manifesto Comunista conseguiram recambiar cerca de 300 a 400 operários, inclusive a maioria dos membros da Liga.

Contudo, "Como não era difícil de prever, a Liga revelou-se uma alavanca demasiadamente débil face ao movimento desencadeado pelas massas. Três quartas partes de seus membros, antes residentes no estrangeiro, muda-

10

11

12

13

vam de residência com a volta ao país e, assim, dissolviam-se em grande parte suas antigas sociedades e eles perdiam inteiramente seus contatos com a Liga. Uma parte deles, constituída pelos mais ambiciosos, nem sequer se preocupou com o reatamento desses contatos, pondo-se cada um a organizar, por sua conta e risco, um pequeno movimento separado em sua localidade. Finalmente, eram tão diversas as condições existentes em cada pequeno Estado, em cada província, em cada cidade, que a Liga teria apenas podido dar a seus filiados instruções muito gerais, e estas poderiam ser muito melhor transmitidas através da imprensa. Numa palavra, cessadas as causas que haviam tornado necessário uma Liga secreta, esta perdia também o seu significado. E quem menos podia surpreender-se com isso eram precisamente os que acabavam de despojar esta Liga secreta dos últimos vestígios de seu caráter conspirativo" (Engels, op. cit.).

Mesmo assim a Liga, mais ou menos de lugar para lugar, perdurará por algum tempo. Já em 1850 dá-se uma cisão, em face da proposta de retraimento feita por Marx e Engels, dado que a vaga revolucionária de 48 se dissipara e uma nova fase de prosperidade se desenvolvia. No último trimestre de 1852 é instaurado um processo contra os comunistas de Colônia. Com este finda o primeiro período do movimento operário comunista na Alemanha. Após a condenação, a Liga foi dissolvida — ela que havia sido, apesar de toda sua debilidade, "a única organização revolucionária alemã de impor-

tância". (Idem).

A grande arma de Marx, na Revolução Alemã de 48, foi efetivamente a Nova Gazeta Renana.

O drama da revolução alemã de 48 é a tragédia da via prussiana. Limito-me, com um único, porém longo trecho de Engels, a mostrar o perfil do drama e a apontar a tragédia. "Os acontecimentos de fevereiro em Paris precipitaram a revolução alemã que se avizinhava e, com isso, modificaram o seu caráter. A burguesia alemã, em vez de alcançar a vitória por suas próprias forças, triunfou a reboque de uma revolução operária francesa. Antes de ter derrotado completamente seus inimigos — a monarquia absoluta, a propriedade feudal da terra, a burocracia e a covardia pequeno-burguesa teve que fazer frente a um novo inimigo: o proletariado. Imediatamente, porém, fizeram-se sentir os efeitos das condições econômicas do país, muito mais atrasado que a França ou a Inglaterra, e do atraso idêntico da estrutura das classes sociais na Alemanha. À burguesia alemã, que começava a criar sua grande indústria, faltavam a força e a coragem necessárias para conquistar o domínio absoluto dentro do Estado, e não se sentia ela impelida a isso por qualquer necessidade premente. O proletariado, tão pouco desenvolvido quanto a burguesia, educado numa completa submissão espiritual, não organizado e inclusive incapaz ainda de formar uma organização independente, somente pressentia, de modo vago, o profundo antagonismo de interesses que o separava da burguesia. Continuava sendo, portanto, seu apêndice político, apesar de, na realidade, ser seu adversário ameaçador. Assustada, não propriamente pelo que o proletariado alemão significava, mas pelo que ameaçava chegar a ser e pelo que já era o proletariado francês, a burguesia viu sua salvação unicamente num conchavo, mesmo que fosse o mais covarde, com a monarquia e a nobreza. Sem consciência, ainda, de seu próprio papel

histórico, o proletariado, em sua imensa maioria, teve de assumir momentaneamente o papel de ala propulsora, de extrema-esquerda da burguesia. (...) As poucas centenas de membros da Liga dos Comunistas, isolados uns dos outros, perderam-se em meio àquela massa enorme que, de repente, se punha em movimento. Isso explica porque o proletariado alemão aparece na cena política, pela primeira vez, como um partido democrático de extrema-esquerda." (Marx e a Nova Gazeta Renana, 1884).

Categorias sociais, pois, vivendo o *inacabamento de classe* de seu retardo histórico e de seu desenvolvimento retraído, gerados pelo atraso econômico e determinando a atrofia política. Uma burguesia de acumulação industrial ainda débil, acovardada diante de um proletariado ideológica e politicamente dependente, abraça a salvação do conchavo com o absolutismo e a nobreza feudal, enquanto ao proletariado, ainda sem consciência *de si*, resta ficar, à extrema-esquerda da burguesia, pressionando sobre a ilharga desta.

Consequentemente, "Quando fundamos na Alemanha um grande jornal, nossa bandeira só podia ser, portanto, a bandeira da democracia: mas de uma democracia que destacava sempre, em cada caso concreto, o caráter especificamente proletário que ainda não podia estampar, definitivamente, em seu

estandarte." (Idem, o grifo é meu).

Eis o caráter da Nova Gazeta Renana, e o significado de ter sido subtitu-

lada como o "órgão da democracia"

O programa político da NGR era tão nítido e preciso quanto a perspectiva de classe que o informava. O interesse proletário opunha-se, tanto à perpetuação da divisão do território alemão em pequenos estados, como à sua unificação sob hegemonia prussiana; demandava a unificação definitiva da Alemanha sob a forma de uma república democrática una e indivisível. Era, esta, de acordo com Engels, a "única forma de limpar de todos os mesquinhos obstáculos herdados do passado a arena em que teriam de medir forças o proletariado e a burguesia". Além disso, o programa incluía, no plano da política internacional, a guerra contra a Rússia. Em suma: "Dissolução do Estado prussiano, desmoronamento do Estado austríaco, unificação real da Alemanha, sob a forma de uma república: este, e só este, podia ser nosso programa revolucionário imediato. E esse programa podia ser posto em prática através da guerra contra a Rússia, e só por esse meio." (Idem). E era assim porque a Rússia constituía o grande baluarte da reação européia, o grande inimigo que devia ser temido, no processo revolucionário europeu que estava em curso. "A política externa que propúnhamos era bem simples: defender todo o povo revolucionário e apelar para a guerra geral da Europa revolucionária contra o grande baluarte da reação européia: a Rússia / ... / esse inimigo se veria tanto mais forçado a lançar-se à luta quanto mais o movimento se estendesse a toda a Europa. / . . . / No entanto, se se lograsse arrastar a Alemanha à guerra contra a Rússia, acabat-se-iam os Habsburgos e os Hohenzollern, e a revolução estaria triunfante em toda a linha. (Idem).

A atitude e o tom da NGR para com os adversários era de implacável desdém, considerando-os pura e simplesmente desprezíveis. A reação era tratada com ironia e galhofa. Os "novos ídolos", que afloraram com a vaga de março, não receberam tratamento diferente, sem distinção entre direitas e esquerdas. Os ídolos de esquerda, quer os da Assembléia de Berlim, como os da de Frankfurt foram tratados com a mesma dureza, que desmascarava

10

"implacavelmente sua indecisão, sua timidez e sua hipocrisia, e mostrando-lhes que, à força de conchavos, deslizavam, passo a passo, pelo caminho da traição à revolução. Isso provocava, naturalmente, o espanto do democrata pequeno-burguês que acabava de fabricar esses ídolos, para uso próprio. Esse espanto, porém, constituía para nós prova de que tínhamos acertado no alvo". (Idem). Com isto o jornal buscava desfazer as ilusões de que a revolução já havia terminado e de que agora se tratava de colher seus frutos. Para a NGR março era apenas o "ponto de partida de um amplo movimento revolucionário, um movimento em que (como ocorrera na grande Revolução Francesa) o povo se fosse desenvolvendo através de suas próprias lutas, em que os partidos fossem marcando suas fronteiras de modo cada vez mais nítido até coincidirem inteiramente com as grandes classes — a burguesia, a pequena burguesia e o proletariado: em que, numa série de batalhas, a classe operária fosse conquistando uma posição após outra". (Idem).

A Burguesia e a Contra-Revolução de Marx é um texto extraordinário da extraordinária Nova Gazeta Renana. Faz o balanço de março a dezembro do processo alemão. Balanço do porte e estilo próprios ao seu autor: imensa riqueza analítica, expressa em forma candente e primorosa. Paradigma para a análise política.

Desvenda os nódulos significativos fundamentais, não apenas de uma sucessão de acontecimentos localizados, mas dos caracteres do ser social alemão, tal como se apresenta em meados do século passado, e gerado por toda uma história específica.

Chamo a atenção apenas para dois pontos estreitamente enlaçados A Burguesia e a Contra-Revolução, de modo especial, como o conjunto dos artigos de Marx publicados na NGR, de maneira geral, constituem, em sua obra, um momento privilegiado da tematização das formas particulares da objetivação do capitalismo, designadamente daquela que foi consagrada sob a expressão leniniana de via prussiana. Em conformidade com isso são determinadas, em sua diversidade, as formas de dominação correspondentes.

Para tanto, Marx, à medida que vai levantando e armando o edifício conceitual, que determina o que, em seu tempo, chamou de miséria alemã, paralelamente configura a expressão clássica do capitalismo, resultante de uma revolução de "tipo europeu" (inglesa, francesa). Em suma, A Burguesia e a Contra-Revolução exibe a universalidade do capitalismo se realizando sob duas de suas formas particulares, mostrando suas diferenças, potencialidades e irrealizações. Lido, sob o prisma adequado, esse texto é um exemplo de trabalho a nível ontológico e metodológico. Não menor é sua exemplaridade do ponto de vista político, ensinando a superar os universais abstratos e proibindo as transposições mecânicas, para, isto sim, obrigar ao caminho que encontra as equações de poder na natureza das classes, concretamente explicitadas e na forma de suas especificidades reais, a cada momento dado de cada espaço efetivo onde fazem a guerra cotidiana.

Texto brilhante, cuja íntegra, até aqui, era inédita em língua portuguesa, tem força e valor permanentes, seja para o empenho teórico, seja para o esforço prático. E, neste momento, em que o próprio resgate do marxismo é a primeira necessidade, sua leitura exercerá, por certo, uma grande função estimuladora.

4

5

13

14

15

12

10

A BURGUESIA E A CONTRA-REVOLUÇÃO

Karl Marx

(NGR, n.º 165, 10 de dezembro de 1848)

Nós jamais o escondemos. Nosso terreno não é o terreno jurídico, é o terreno revolucionário. Agora o governo acaba de renunciar, por sua vez, à hipocrisia do terreno jurídico. Coloca-se sobre um terreno revolucionário, pois o terreno contra-revolucionário também o é revolucionário.

No artigo 6 da Lei de 6 de abril de 1848 é dito:

"O direito de aprovação de todas as leis, a determinação do orçamento do Estado e o direito de autorizar impostos deve, em todos os casos, ser prerrogativa dos futuros representantes do povo."

No artigo 13 da Lei de 8 de abril de 1848 lê-se:

"A Assembléia reunida na base da presente lei é chamada a se entender com a Coroa para estabelecer a futura Constituição, e exercer, pelo tempo de sua duração, as atribuições que foram, até então, dos antigos Estadosgerais do Império, notadamente aquelas relativas à concessão de impostos."

O governo manda a Assembléia Ententista¹ ao diabo, impõe autocraticamente ao país uma soi-disant² Constituição³ e concede a si mesmo os

impostos que os representantes do povo lhe haviam negado.

O governo prussiano deu uma conclusão explosiva à Camphauseníade⁴, uma espécie de *Jobsíade jurídica*.⁵ Em retaliação, o autor dessa épica, o grande *Camphausen* continua tranqüilamente a exercer funções em Frankfurt, como enviado desse mesmo governo prussiano, prosseguindo suas intrigas com os Bassermann, no interesse do próprio governo prussiano. Este Camphausen que inventou a teoria ententista para salvar o terreno jurídico, ou seja, para defraudar, antes de tudo, a revolução dos *honneurs* que lhe cabiam, inventou ao mesmo tempo as minas que deveriam fazer saltar aos ares o terreno jurídico e a teoria ententista.

^(*) Série publicada originariamente na Neue Rheinische Zeitung. Primeira edição, na íntegra, em língua portuguesa. Versão a partir das edições francesa (Éditions Sociales, 1969) e inglesa (Progress Publishers, 1977). Tradução de J. Chasin e Maria Dolores Prades.

É a este homem a quem devemos as eleições indiretas, que produziram uma Assembléia da qual o governo podia escarnecer com voz tonitruante, no instante de uma momentânea sublevação: TROP TARD! Ele fez retornar o Príncipe da Prússia, o chefe da contra-revolução, e não recuou diante da vergonha de converter, através de uma mentira oficial, a fuga daquele numa viagem de estudos.6 Ele deixou em vigor a velha legislação prussiana sobre os crimes políticos e os antigos tribunais continuaram a funcionar. Sob seu governo a antiga burocracia e o antigo exército ganharam tempo para se recuperarem do pânico e se reconstituírem completamente. Sem sofrer qualquer prejuízo, todos os chefes do antigo regime conservaram seus postos. Sob Camphausen a camarilha conduziu a guerra na Posnânia, enquanto ele mesmo a fazia na Dinamarca.7 A guerra contra a Dinamarca devia ser um derivativo para as estuantes energias patrióticas da juventude alemã, contra quem, pouco depois de seu retorno, a polícia tomou as medidas apropriadas. Esta guerra devia conferir uma certa popularidade ao general Wrangel⁸ e a seus regimentos da Guarda tão desacreditados, e reabilitar a soldadesca prussiana em geral. Desde que seu objetivo fora atingido, foi necessário asfixiar, a qualquer preço, esta pretensa guerra com um vergonhoso armistício, que o mesmo Camphausen fez aceitar, uma vez mais, à Assembléia Nacional de Frankfurt. 10 O resultado da guerra contra a Dinamarca foi a nomeação do "Comandante-em-Chefe das duas Marches"11 e o retorno a Berlim dos regimentos da Guarda que haviam sido enxotados em março.

E a guerra que a camarilha de Potsdam conduziu na Posnânia sob os

auspícios de Camphausen!

A guerra na Posnânia foi mais do que uma guerra contra a revolução prussiana. Foi a queda de Viena, a queda da Itália, a derrota dos heróis de junho. Foi o primeiro triunfo decisivo alcançado pelo tzar russo sobre a revolução européia. E tudo isto sob os auspícios do grande Camphausen, do pensador amigo da história, do paladino do grande debate, do herói da conciliação.

Sob Camphausen e graças a ele a contra-revolução se apoderou de todos os postos decisivos; preparou para si um exército de guerra pronto para ripostar, enquanto a Assembléia Ententista prosseguia em seus debates. Com o ministério de ação Hansemann-Pinto¹² a velha força policial foi revestida com novos uniformes e uma guerra tão encarniçada quanto mesquinha foi conduzida pela burguesia contra o povo. A conclusão a partir destas premissas foi tirada com *Brandenburg*. O que ainda faltava não era uma cabeça, mas antes um bigode e um sabre.

Tão logo Camphausen se foi, nós proclamamos:

Ele semeou a reação no sentido da burguesia, ele a colherá no sentido da aristocracia e do absolutismo.¹⁴

Não temos dúvida de que Sua Excelência, o embaixador prussiano Camphausen, neste momento, não conta a si mesmo no número dos senhores feudais, e de que não se tenha resignado a seu "mal-entendido" do modo mais pacífico do mundo.

Todavia, não nos enganemos, não atribuemos a um Camphausen, a um Hansemann, a estes homens de pequeno porte uma iniciativa de estatura histórico universal. Eles não foram nada além do que os órgãos de uma classe. Sua linguagem, seus atos não foram nada além do que o eco oficial

10

de uma classe que os tinha empuxado para o primeiro plano. Não foram

mais que a burguesia — no primeiro plano.

Os representantes desta classe formaram a oposição liberal na Dieta Unificada, 15 piedosamente falecida e ressuscitada, por um instante, graças a Camphausen.

Reprochou-se a estes senhores da oposição liberal de terem sido infiéis

a seus princípios, depois da revolução de março. Isto é um erro.

Os grandes proprietários fundiários e os grandes capitalistas, que eram representados com exclusividade na Dieta Unificada, numa palavra, os donos do dinheiro tinham crescido em dinheiro e cultura. Com a evolução da sociedade burguesa na Prússia —, ou seja, com a evolução da indústria, do comércio e da agricultura — as antigas diferenças de classes, de um lado. tinham perdido sua base material.

A nobreza ela mesma estava essencialmente aburguesada. Em lugar de fidelidade, amor e fé, barganhava-se, agora, principalmente com beterrabas para acúcar, aguardente e lã. A arena destes torneios era o mercado da lã. De outra parte, o Estado absolutista, cuja base social havia desaparecido, como por encanto, com o curso do desenvolvimento, tornara-se um entrave para a nova sociedade burguesa. O modo de produção e as necessidades haviam-se transformado. Era preciso que a burguesia reivindicasse sua parte na gestão política, ainda que apenas fosse pelos seus interesses materiais. Somente ela seria capaz de fazer valer legalmente suas necessidades industriais e comerciais. Tinha que tirar das mãos de uma burocracia ultrapassada. tão ignorante quanto arrogante, a administração de seus "interesses mais sagrados". Tinha que reclamar para si o controle da riqueza nacional, da qual ela se acreditava a criadora. Depois de ter tomado da burocracia o monopólio da assim chamada cultura, consciente de ser em muito superior a ela no conhecimento real das necessidades da sociedade burguesa, tinha também a ambição de conquistar uma posição política correspondente à sua posição social. Para alcançar seu objetivo tinha que poder debater livremente seus interesses e suas opiniões, bem como os atos do governo. É a isto que ela denominou de "direito à liberdade de imprensa". Tinha que poder se associar sem embaraços. É a isto que ela chamou de "direito de livre associação". Tinha também que reclamar a "liberdade religiosa" e outras igualmente, consequência necessária da "livre concorrência". E antes de março de 1848 a burguesia estava em excelente caminho para ver realizarem-se todos os seus desejos.

O Estado prussiano tinha dificuldades financeiras. Seu crédito estava esgotado. Estava aí o segredo da convocação da Dieta Unificada. É certo, o governo se revoltou contra seu destino; dissolveu sem indulgência a Dieta Unificada, mas a necessidade de dinheiro e a falta de crédito o teriam irremediavelmente jogado, pouco a pouco, nos braços da burguesia. Assim como os barões feudais, os reis de direito divino sempre trocaram seus privilégios pelo dinheiro vivo. A emancipação dos servos foi, em todos os países do Santo Império romano germânico, o primeiro ato de regateio universal; a monarquia constitucional foi o segundo. L'argent n'a pas de maître, mas os maîtres cessam de ser maîtres desde que são desamoedados.

A oposição liberal à Dieta Unificada não era, pois, nada mais do que a oposição da burguesia a uma forma de governo que já não correspondia

10

11

nem aos seus interesses, nem às suas necessidades. Para fazer oposição à Coroa era-lhe necessário fazer a corte ao povo.

Talvez ela se imaginou ser realmente para o povo na oposição.

Face a face com o governo ela não poderia naturalmente reivindicar os direitos e as liberdades às quais *ela* aspirava, a não ser que se apresentasse sob a razão social dos *direitos e liberdades do povo*.

Esta oposição se encontrava, como já o disse, em excelente caminho, quando a tempestade de fevereiro estalou.

(Redigido a 9 de dezembro).

(NGR, n.º 169, 15 de dezembro de 1848)

Logo que o dilúvio de março — um dilúvio en miniature — findou não ficaram à superfície de Berlim nem prodígios, nem colossos revolucionários, mas criaturas do velho estilo, figuras pesadamente burguesas — os liberais da Dieta Unificada, os representantes da burguesia prussiana. As províncias que contavam com a burguesia mais evoluída, a Província Renana e a Silésia, forneceram o essencial do contingente dos novos ministérios. Atrás deles vinha todo um cortejo de juristas renanos. À medida que a burguesia era relegada a segundo plano pela aristocracia feudal, a Província do Reno e a Silésia iam cedendo lugar nos ministérios às velhas províncias prussianas. O ministério Brandenburg não estava ligado à Província do Reno a não ser por um tory de Elberfeld. Hansemann e von der Heydt! Para a burguesia prussiana toda a diferença entre março e dezembro de 1848 reside nestes dois nomes.

A burguesia prussiana havia sido alçada à cumeeira do Estado, mas não como ela o havia desejado, mediante uma transação pacífica com a Coroa, mas por uma revolução. Não eram seus próprios interesses, mas os interesses do povo que ela devia representar contra a Coroa, ou seja, contra ela mesma, pois fora um movimento popular que lhe havia aberto o caminho. Mas, a seus olhos, a Coroa não era mais do que o biombo de direito divino atrás do qual ela devia dissimular seus próprios interesses profanos. Traduzida em linguagem constitucional, a inviolabilidade de seus próprios interesses e das formas políticas a eles correspondentes era dita como: Inviolabilidade da Coroa. Daí o entusiasmo da burguesia alemã, especialmente da burguesia prussiana pela monarquia constitucional. Assim, se a revolução de fevereiro, inclusive as dores que se seguiram ao seu parto, foi bem acolhida pela burguesia prussiana, pois lhe punha nas mãos a direção do Estado, foi também para ela um freio nas rodas, dado que seu poder ficou ligado a condições que não queria, nem podia satisfazer.

A burguesia não havia movido um dedo. Simplesmente havia permitido ao povo que lutasse por ela. Donde o poder que assim lhe foi entregue não era o poder do general que derrota o seu adversário, mas o de um comitê de salvação pública ao qual o povo vitorioso confia a defesa de seus próprios interesses.

Camphausen sentia mais do que perfeitamente todo o desconforto de sua posição, e toda a fraqueza de seu ministério era devido a este sentimento

10

11

e às circunstâncias que o determinaram. É por isso que uma espécie de rubor pudico transfigura os atos mais desavergonhados de seu governo. A *imprudência* ingênua e a *insolência* eram os privilégios de *Hansemann*. A única diferença entre esses dois pintores se acha na *teinte* vermelha.

É necessário não confundir a revolução de março nem com a revolução

inglesa de 1648, nem com a revolução francesa de 1789.

Em 1648 a burguesia, aliada à nova nobreza, lutou contra a monarquia, a aristocracia feudal e o poder da Igreja. Em 1789 a burguesia, aliada ac povo, lutou contra a monarquia, a nobreza e a Igreja estabelecida.

A revolução de 1789 não tinha outro modelo — ao menos na Europa — que não o da revolução de 1648, e a revolução de 1648 o teve somente na sublevação dos Países-Baixos contra a Espanha.¹⁷ As duas revoluções estavam um século adiante dos seus modelos não apenas no tempo, mas também no conteúdo.

Nas duas revoluções a burguesia era a classe que verdadeiramente encabeçava o movimento. Nas cidades, o proletariado e as outras categorias sociais que não pertenciam à burguesia, ou não tinham interesses diferentes dos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe que tivessem uma evolução independente.

Conseqüentemente, mesmo onde elas se opuseram à burguesia, como, por exemplo, em 1793 e 1794 na França, não lutaram a não ser para fazer triunfar os interesses da burguesia, embora não à maneira burguesa. Todo o Terror na França não foi nada além do que um método plebeu de acabar com os inimigos da burguesia: o absolutismo, o feudalismo e o espírito pequeno-burguês.

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram a revolução inglesa e a revolução *francesa*, foram revoluções de tipo *europeu*. Elas não foram a vitória de uma classe particular da sociedade sobre o antigo sistema político, mas a proclamação de um sistema político para a nova sociedade européia. Elas foram o triunfo da burguesia, mas o triunfo da burguesia era então o triunfo de um novo sistema social, a vitória da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, do sentimento nacional sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre a primogenitura, da dominação do proprietário da terra sobre a dominação do proprietário que estava sujeito à terra, das luzes sobre a superstição, da família sobre a linhagem, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 era o triunfo do Século XVII sobre o Século XVI, a revolução de 1789 a vitória do Século XVIII sobre o Século XVII. Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então, do que as das partes do mundo onde tinham-se produzido, a França e a Inglaterra.

Não houve nada disso na revolução de março na Prússia.

A revolução de fevereiro havia abolido efetivamente a monarquia constitucional e teoricamente a dominação da burguesia. A revolução de março na Prússia devia criar teoricamente a monarquia constitucional e efetivamente a dominação da burguesia. Bem longe de ser uma revolução européia, ela não foi senão o eco debilitado de uma revolução européia num país retardatário. Ao invés de estar à frente de seu século, atrasara-se ao menos em cinqüenta anos em relação a ele. Era desde a origem uma revolução secundária,

10

11

12

mas é bem sabido que as doenças secundárias são freqüentemente mais difíceis de curar e exaurem muito mais o organismo do que o fazem as moléstias primárias. Não se tratava da instauração de uma nova sociedade, mas do renascimento em Berlim da sociedade morta em Paris. A revolução de março na Prússia não foi sequer nacional-alemã, era desde a origem provincial, prussiana. As sublevações de Viena, Cassel, Munique, sublevações provinciais de todo o tipo a acompanharam e lhe disputavam a liderança.

Enquanto que 1648 e 1789 tinham plena consciência de estar à cabeça de uma criação, a ambição dos berlinenses de 1848 consistia em querer ser um anacronismo. Sua luz se assemelhava a das estrelas que nos chega, habitantes da terra, quando os corpos que a produziram já haviam-se extinto há mais de cem mil anos. Para a Europa a revolução de março na Prússia era uma destas estrelas em miniatura — era, aliás, uma miniatura em tudo —; sua radiação era a do cadáver de uma sociedade há muito decomposta.

A burguesia alemã tinha evoluído com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas idéias e interesses são aparentados aos do proletariado. Ela tinha não somente detrás dela a hostilidade de uma classe, mas diante dela a de toda a Europa, que a olhava com hostilidade. A burguesia prussiana não era a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava só nela toda a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de casta, tanto hostil à Coroa como ao povo, buscando querelar aos dois juntos, mas indecisa em face de cada um de seus adversários tomados separadamente, pois sempre os via diante ou detrás de si; estava inclinada desde o início a trair o povo e a tentar compromissos com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma pertencia à antiga sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade antiga, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida, ela estava na direção da revolução não porque tinha o povo atrás de si, mas porque o povo a empurrava à frente dele; ela estava encabeçando não porque tomara a iniciativa de uma nova época social, mas porque representava o rancor de uma época social antiga; não era uma camada social do velho Estado que tinha-se imposto, mas havia sido projetada por um tremor de terra à superfície do novo Estado; sem fé nela própria, sem fé no povo, mostrando os dentes aos de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta nas duas frentes e consciente de seu egoísmo, revolucionária em relação aos conservadores, conservadora em relação aos revolucionários, desconfiando de suas próprias palavras de ordem, fazendo frases em lugar de criar idéias. intimidada pela tempestade universal, mas a explorando para os seus próprios fins, sem energia em nenhum sentido, plagiária em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na sua vulgaridade — traficando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem fé nela própria, sem fé no povo, sem uma missão histórico-mundial — tal qual um ancião maldito, debilitado pela idade, ela se via condenada a dirigir e a desviar, em seu próprio benefício, as primeiras manifestações de juventude de um povo robusto — sem olhos! sem ouvidos! sem dentes! sem nada¹⁸ — ; é assim

10

11

que a burguesia prussiana se encontrou, depois da revolução de março, ao leme do Estado prussiano.

(Redigido a 11 de dezembro)

(NGR, n.º 170, 16 de dezembro de 1848)

A teoria ententista, que a burguesia recém-chegada ao governo pelo ministério Camphausen proclamou imediatamente como sendo "a mais ampla" base do contrat social prussiano, não era de maneira alguma uma teoria oca; ao contrário, ela havia crescido sobre a árvore "dourada" da vida.

A revolução de março, de maneira nenhuma, submeteu o soberano por direito divino ao povo soberano, ela somente obrigou a Coroa, o Estado absolutista, a se entender com a burguesia, sua velha rival.

A Coroa sacrificaria a nobreza à burguesia, a burguesia sacrificaria o povo à Coroa. É sob esta condição que a monarquia se tornará burguesa e que a burguesia se tornará monárquica.

Depois de março não há mais do que estas duas forças. Elas servem alternadamente de pára-raios contra a revolução. Tudo naturalmente sobre "a mais ampla base democrática".

Era o segredo da teoria ententista.

Os negociantes de óleo e lã, ¹⁹ que formaram o primeiro ministério após a revolução de março, se comprouveram no papel de proteger com suas asas plebéias a monarquia comprometida. Deleitavam-se com o prazer supremo de serem admitidos na Corte e, protegendo seus corpos, de entulhar com o cadáver de sua antiga popularidade a fenda que ameaçava engolir o trono; renunciavam, assim, por pura generosidade, à rudeza dos costumes romanos — os costumes romanos da Dieta Unificada. Como o ministro Camphausen se empertigava, ele o *parteiro* do trono constitucional! O bravo homem estava visivelmente comovido consigo mesmo e por sua própria grandeza d'alma. Quanto à Corte e à sua facção, ele tolerava a contragosto este protetorado humilhante, ele fazia *bonne mine à mauvais jeu*, ²⁰ à espera de melhores dias.

O exército semidissolvido, a burocracia tremendo por seus postos e vencimentos, a casta feudal humilhada, cujo chefe²¹ se encontrava em viagem de estudos constitucionais, enganaram facilmente o *Bourgeois gentilhomme*²² com algumas palavras meladas e algumas reverências.

A burguesia prussiana tendo *nominalmente* o poder, não duvidou, nem por um instante, que as forças do antigo Estado não se tinham posto sem reservas à sua disposição, nem que não se tinham transformado em devotos de sua própria onipotência.

Não era somente no ministério, mas com todos os que gravitam ao redor da monarquia, que a burguesia estava inebriada com esta ilusão.

As chicanas, frequentemente sangrentas, que a milícia cívica fazia contra o proletariado sem armas, estas únicas proezas da burguesia depois de março, não encontraram elas no exército, na burocracia e mesmo entre os feudais cúmplices voluntariamente servis? As graves admoestações ao povo, de estilo

patriarcal, às quais se içaram estes representantes locais da burguesia que são os conselhos comunais — sua vulgaridade inoportuna e servil foi mais tarde fustigada, como convinha, por um Windischgraetz, um Jellachich e um Welden²³ — estas façanhas, depois da revolução de março, não foram elas consideradas com admiração pelos presidentes de governo, que haviam-se tornado mudos, e pelos generais de divisão ensimesmados? Como é que a burguesia prussiana poderia ainda duvidar que o velho rancor do exército, da burocracia e dos feudais não estivesse morto, diante do respeitoso devotamento deles por ela, este vencedor magnânimo que disciplinava a anarquia e a si mesmo?

Era claro: a burguesia só tinha uma missão, instalar-se comodamente na sua dominação, descartar os anarquistas incômodos, restabelecer "a ordem e a calma" e recuperar os lucros perdidos durante a tempestade de março. Tratava-se não mais do que reduzir ao mínimo os gastos de produção de sua dominação e da revolução de março que a condicionou. As armas que a burguesia prussiana, na sua luta contra a sociedade feudal e sua Coroa, se viu obrigada a reclamar sob a razão social do povo, o direito de associação, a liberdade de imprensa etc., não deveriam ser elas destroçadas, uma vez nas mãos de um povo fascinado, que não tinha mais necessidade de manuseá-las para a burguesia e que manifestava desejos inquietantes de manuseá-las contra ela?

Para a entente da burguesia com a Coroa — ela estava convencida — para a marcha comum da burguesia com o velho Estado, resignado à sua sorte, só existia visivelmente um obstáculo, um único obstáculo, o povo — puer robustus sed malitiosus,²⁴ diz Hobbes. O povo e a revolução!

A revolução foi o título jurídico do povo: foi sobre a revolução que ele fundou o clamor de suas reivindicações. A revolução foi a letra de câmbio que ele sacou contra a burguesia. A burguesia tinha chegado ao poder graças à revolução. O dia em que ela tomou o poder foi também o dia do vencimento da letra: a burguesia teve que deixar protestar o título.

A revolução — isto significava na boca do povo: vós, os burgueses, sois o Comité de salut public, nas mãos de quem nós repusemos o poder, não para que vos entendais com a Coroa sobre vossos interesses, mas ao contrário, para que façais triunfar nossos interesses, os interesses do povo, contra a Coroa.

A revolução era o protesto do povo contra a entente da burguesia com a Coroa. A burguesia, entendendo-se com a Coroa, protestava, pois, forçosamente contra a revolução.

E foi isto que foi feito sob o grande Camphausen. A revolução de março não foi reconhecida. Rejeitando a proposição de seu reconhecimento, a representação nacional de Berlim se constituiu em representação da burguesia prussiana, em assembléia ententista.²⁵

Ela riscou os fatos da história. Proclamou em voz alta, diante do povo prussiano, que este não tinha entendido-se com a burguesia para fazer a revolução contra a Coroa, mas que ele tinha feito a revolução para que a Coroa se entendesse com a burguesia contra ele mesmo! O título jurídico do povo revolucionário foi, portanto, suprimido e o terreno jurídico da burguesia conservadora conquistado.

10

11

O terreno jurídico!

Brüggemann, e através dele a Kölnische Zeitung, tanto tagarelaram, elocubraram e se lastimaram a propósito deste "terreno jurídico", tão frequentemente perderam e recuperaram o "terreno jurídico", tantas vezes furaram, esburacaram e remendaram o "terreno jurídico", tanto o recambiaram de Berlim à Frankfurt, de Frankfurt à Berlim, tanto o estreitaram e distenderam, que transformaram o simples terreno em estrado, num estrado de fundo duplo — sabe-se que isto é um dos principais acessórios dos prestidigitadores em cena — depois o fundo duplo em um alçapão sem fundo, finalmente o terreno jurídico é a justo título, para nossos leitores, o terreno da Kölnische Zeitung; e eles podem confundir o shiboleth²6 da burguesia prussiana com o shiboleth privado do Sr. Joseph Dumont,²7 e uma idéia necessária da história universal prussiana com uma mania arbitrária da Kölnische Zeitung e não verão mais no terreno jurídico do que o terreno onde cresce a Kölnische Zeitung.

O terreno jurídico é, para dizer a verdade, o terreno jurídico prussiano! O terreno jurídico sobre o qual se movem depois de março o cavaleiro do grande debate, Camphausen, o fantasma despertado da Dieta Unificada e a Assembléia dos ententistas, é a lei constitucional de 1815,²⁸ ou a lei de 1820²⁹ sobre a Dieta, ou o edito de 1847,³⁰ ou a lei eleitoral e ententista de 8 de abril de 1848?³¹

Nada disso.

O "terreno jurídico" significava simplesmente que a revolução não havia conquistado seu terreno e que a velha sociedade não havia perdido o seu, que a revolução de março não era mais do que um "evento" que havia dado "impulso" à "compreensão" entre o trono e a burguesia, desde há muito preparada no velho Estado prussiano, cuja necessidade a própria Coroa havia afirmado em editos anteriores de Sua Magestade, mas que antes de março ele não julgara "urgente". Em uma palavra, o "terreno jurídico" significava que a burguesia queria negociar com a Coroa, depois de março, no mesmo pé que antes de março, como se não tivesse havido revolução e como se a Dieta Unificada tivesse alcançado seu objetivo sem a revolução. O "terreno jurídico" significava que o título jurídico do povo, a revolução, não existia no contrat social concluído entre o governo e a burguesia. A burguesia extraiu suas reivindicações da velha legislação prussiana a fim de que o povo não extraísse as suas da nova revolução prussiana.

É evidente que os *crétins ideológicos* da burguesia, seus jornalistas e congêneres, tiveram que fazer passar esta ornamentação dos interesses da burguesia pelos seus verdadeiros interesses, eles tiveram que acreditar e fazer com que outros acreditassem. Na cabeça de um *Brüggemann* a fraseologia

do terreno jurídico se transformou numa substância real.

O ministério Camphausen havia concluído sua tarefa, a tarefa de mediação e de transição. Ele se constituiu, com efeito, na mediação entre a burguesia montada nas costas do povo e aquela que não tinha mais necessidade do povo, entre a burguesia que frente à Coroa representava aparentemente o povo e aquela que frente ao povo representava realmente a Coroa, entre a burguesia que estava-se desembaraçando da revolução e aquela que já havia dela se desembaraçado como o seu caroço.

Em conformidade com seu papel, o ministério Camphausen, no seu pudor virginal, se acantonou numa resistência passiva contra a revolução.

10

11

Ele a rejeitou, por certo, em teoria, mas na prática somente se revoltou diante de suas pretensões e não tolerou a não ser a reconstituição dos antigos poderes públicos.

Entretanto a burguesia acreditava ter chegado ao ponto onde a resistência passiva devia transformar-se em ataque ativo. O ministério Camphausen demitiu-se, não porque tenha praticado esta ou aquela inabilidade, mas pela simples razão de que foi o primeiro ministério após a revolução de março, porque foi o ministério da revolução de março e porque, devido à sua origem, ainda era necessário que se dissimulasse como representante da burguesia sob ditadura popular. A ambigüidade de sua origem e seu duplo caráter lhe impunham ainda certas convenances, certas reservas e certas considerações frente ao povo soberano; o que a burguesia começava a achar pesado, pois não tinha mais necessidade de controlar um segundo ministério saído diretamente da Assembléia Ententista.

Sua demissão foi, assim, um enigma para políticos de cabaré. Um ministério de ação, o ministério Hansemann, o sucedeu, porque a burguesia pretendia passar do período da traição passiva ao povo, em proveito da Coroa, ao período de submissão ativa do povo a um poder de compromisso com a Coroa. O ministério de ação foi o segundo ministério depois da revolução de março. Este era todo o seu segredo.

(Redigido a 15 de dezembro de 1848).

(NGR, n.º 183, 31 de dezembro de 1848)

10

11

12

13

14

Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!³²
Foi nestes termos que Hansemann resumiu todo o liberalismo da Dieta Unificada. Este homem era o chef indispensável do ministério saído da própria Assembléia Ententista, um ministério que teria que transformar a resistência passiva ao povo em uma resistência ativa contra o povo, um ministério de ação.

Em nenhum ministério prussiano houve tantos nomes burgueses! Hansemann, Milde,³³ Märker, Kühlwetter, Gierke! Mesmo von Auerswald, etiqueta titulada deste ministério, pertencia à nobreza liberal, isto é, à nobreza da oposição de Königsberg, que rendia homenagens à burguesia. Roth von Schreckenstein era, dentro da camarilha, o único representante da velha nobreza feudal prussiana burocratizada. Roth von Schreckenstein! Este título de um esquecido romance de capa e espada, do bem-aventurado Hildebrandt,³⁴ sobreviveu! Mas Roth von Schreckenstein era apenas o cofrezinho feudal da jóia burguesa. Roth von Schreckenstein, no meio de um ministério burguês, queria dizer em letras garrafais: a feudalidade, o exército, a burocracia prussianas seguem a estrela da burguesia prussiana que acaba de surgir no firmamento. Estes poderosos se puseram à sua disposição, e a burguesia os prega diante de seu trono da mesma maneira como se pregavam, nos velhos emblemas heráldicos, ursos diante dos amos dos povos. Roth von Schreckenstein será o urso do ministério burguês.

2

3

A 26 de junho o ministério Hansemann se apresentou diante da Assembléia Nacional. Mas foi em *julho* que ele começou a existir seriamente. A revolução de junho estava no plano de fundo do ministério de ação, como a revolução de fevereiro esteve no plano de fundo do ministério de mediação.

A burguesia prussiana explorou contra o povo a vitória sangrenta da burguesia de Paris sobre o proletariado parisiense, da mesma forma como a Coroa prussiana explorou contra a burguesia a vitória sangrenta dos Croatas em Viena. As desgraças da burguesia prussiana, depois do novembro austríaco, são um ajuste de contas das desgraças do povo prussiano depois do junho francês. Em sua aridez de coração e estreita visão, os pequeno-burgueses alemães se tomaram pela burguesia francesa. Eles não haviam derrubado nenhum trono, eles não haviam varrido a sociedade feudal, menos ainda seus últimos vestígios, eles não tinham que manter uma sociedade criada por eles mesmos. Depois de junho como depois de fevereiro, como depois do começo do Século XVI, como durante o Século XVIII, eles acreditavam com seu temperamento ancestral, cheio de astúcia e ávido de lucros, poderem beneficiar-se de três-quartas partes do trabalho dos outros. Eles não pressentiram que, após o junho francês, haveria o novembro austríaco e que, depois do novembro austríaco, um dezembro prussiano estava emboscado. Eles não suspeitaram que se na França a burguesia, que tinha derrubado o trono, só percebia um único inimigo diante dela, o proletariado — a burguesia prussiana, em luta contra a Coroa, só tinha um aliado — o povo. Não que ambos não tivessem interesses antagônicos, mas o mesmo interesse os ligava contra uma terceira força que, em breve, os aniquilaria.

O ministério Hansemann se considerava como um ministério da revolução de junho. E em cada cidade prussiana os pequeno-burgueses se transformaram, diante dos "bandidos vermelhos", em "honestos republicanos", sem deixar de serem honrados monarquistas, esquecendo-se de repararem ocasionalmente que seus "vermelhos" usavam laços brancos e pretos.³⁵

Em seu discurso do trono, em 26 de junho, Hansemann fez o ajuizamento sumário da nebulosa e misteriosa "monarquia sobre a mais ampla base democrática" de Camphausen.

"A monarquia constitucional na base de um sistema a duas Câmaras e o exercício comum do poder legislativo pelas duas Câmaras e a Coroa" — foi a esta fórmula seca que ele reconverteu a frase rica de promessas de seu entusiasta predecessor.

"Modificação das situações essenciais, incompatíveis com a nova Constituição, liberação da propriedade dos vínculos que obstaculizam sua mais vantajosa exploração, numa grande parte da monarquia, reorganização da administração judiciária, reforma da legislação fiscal, notadamente a supressão das taxas de isenção etc." e sobretudo o "fortalecimento do poder público, necessário à proteção da liberdade adquirida" (pelos burgueses) "contra a reação" (uso da liberdade no interesse dos feudais) "e a anarquia" (uso da liberdade no interesse do povo) "e à restauração da confiança perdida" 36

Tal era o programa ministerial, tal era o programa da burguesia prussiana

10

11

advinda do ministério e cujo representante clássico é Hansemann.

Na Dieta Unificada, Hansemann era o adversário mais encarniçado e cínico da confiança, pois: "Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!" No ministério, Hansemann proclamou que a primeira necessi-

dade era a "restauração da confiança perdida", pois — desta vez se dirigia ao povo, como outrora para o trono —, pois — "Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

Anteriormente tratava-se da confiança que dá o dinheiro, desta vez da confiança que faz o dinheiro; de um lado, a confiança feudal cega em Deus, no Rei e na Pátria, de outro a confiança burguesa, a confiança no comércio, nos interesses produzidos pelo capital, na solvência dos parceiros, trata-se de confiança comercial, não de fé, amor e esperança, mas de crédito.

"Restauração da confiança perdida." Foi nestes termos que Hansemann exprimiu a idéia fixa da burguesia prussiana. O crédito repousa sobre a confiança de que a exploração do trabalho assalariado pelo capital, do proletariado pela burguesia, dos pequeno-burgueses pelos grandes burgueses continue do modo tradicional. Todo movimento político do proletariado, de qualquer natureza que seja, mesmo se dirigido diretamente pela burguesia, destrói a confiança, o crédito. "Restauração da confiança perdida!" Eis o que era dito pela boca de Hansemann: repressão de todo movimento político no interior do proletariado e no de todas as camadas sociais cujos interesses não coincidem exatamente com os interesses da classe que, segundo sua opinião, se acha no governo do Estado.

Bem junto à "restauração da confiança perdida", Hansemann colocou, pois, o "fortalecimento do poder público". Mas ele se enganou simplesmente quanto à natureza deste "poder". Acreditou fortalecer o poder público a serviço do crédito, da confiança burguesa, e reforçou o poder público que exige a confiança e, se necessário, a obtém pela metralha, porque não tem crédito. Ele queria ser avarento com os custos de produção da dominação burguesa e sobrecarregou a burguesia com as somas exorbitantes que custou a restauração da feudalidade prussiana.

Com os operários Hansemann se explicou laconicamente. Tinha um grande remédio para eles no seu bolso. Mas, antes de mostrá-lo, era necessário que, acima de tudo, a "confiança perdida" fosse restaurada. Para restabelecê-la era necessário que a classe operária pusesse fim à sua politização e à sua ingerência nos assuntos públicos e retornasse aos seus antigos hábitos. Se ela seguisse seu conselho, se a confiança se restabelecesse, a partir deste fato o grande e misterioso remédio já se teria mostrado ativo, de modo que não mais seria necessário ou aplicável; neste caso, com efeito, esta doença que é a perturbação da ordem burguesa estaria afastada. Então, por que remédios, lá onde não existem doenças? Mas se o povo continua a agiri pela própria cabeça — aí, então, ele reforçará o "poder público", a polícia, o exército, os tribunais, a burocracia e os lançará em sua perseguição, já que a "confiança" terá transformado-se numa "questão de dinheiro" e

"Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

Hansemann pode sorrir quanto queira, seu programa era um programa honesto, um programa bem intencionado.

Ele queria fortalecer o poder público não somente contra a anarquia, quer dizer, contra o povo, mas também contra a reação, ou seja, contra a Coroa e os interesses feudais, na medida em que tentassem impor-se às custas do bolso e das pretensões políticas "as mais essenciais", isto é, as mais modestas da burguesia.

O ministério de ação já era, pela sua composição, um protesto contra esta reação.

Ele se distinguia de todos os outros ministérios prussianos pelo fato de que seu verdadeiro presidente de conselho era o ministro das finanças. Durante séculos, o Estado prussiano tinha cuidadosamente dissimulado que a guerra, os assuntos internos e externos, as questões religiosas e escolares, mesmo a Casa Real, a fé, o amor e a esperança eram subordinadas às finanças profanas. O ministério de ação pôs em relevo esta triste verdade burguesa, pondo à sua cabeça o sr. Hansemann, o homem cujo programa ministerial, tanto como seu programa de oposição, se resumia a esta frase:

"Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

Na Prússia a monarquia havia-se transformado numa "questão de dinheiro".

Passemos, agora, do programa do ministério de ação aos seus atos.

A ameaça de "fortalecimento do poder público" contra a anarquia, isto é, contra a classe operária e todas as frações da burguesia que não se prendiam ao programa do sr. Hansemann, foi levada a sério. Pode-se mesmo dizer que, com exceção da elevação da taxa sobre o açúcar de beterraba e da aguardente, esta *reação* contra a pretensa *anarquia*, quer dizer, contra o movimento revolucionário, foi a única ação séria do ministério de ação.

Numerosos processos contra a imprensa, baseados na Lei Prussiana³⁷ ou, em sua falta, no *Code Pénal*,³⁸ numerosas prisões praticadas sobre a mesma "base suficiente" (fórmula de Auerswald), a criação, em Berlim, de um corpo de polícia civil armada,³⁹ numa proporção que conferia um agente para cada duas casas, as interferências policiais no âmbito da liberdade de associação, o lançamento da soldadesca contra cidadãos que se animavam, e o da milícia cívica contra os proletários que se encorajavam, o estado de sítio a título de exemplo, todas estas peripécias da Olimpíade de Hansemann estão ainda frescas na memória. Não há necessidade de entrar em detalhes.

Kuhlwetter resumiu assim este aspecto dos esforços do ministério de ação:

"Um Estado, que queira ser verdadeiramente livre, deve ter uma força policial verdadeiramente grande como seu braço executivo." Ao que o próprio Hansemann acrescentou baixinho este seu comentário usual:

"Isto será uma contribuição essencial para o estabelecimento da con-

fiança, para a estimulação da atividade comercial estagnada."40

Portanto, sob o ministério de ação a velha polícia prussiana, os tribunais, a burocracia, o exército se "reforçaram", porque Hansemann imaginava que eles, estando a soldo, também estavam a serviço da burguesia. Numa

palavra, eles se "reforçaram".

Um único fato, por outro lado, caracteriza o ânimo do proletariado e de democratas burgueses. Depois de alguns reacionários terem maltratado alguns democratas em Charlottenbourg, o povo tomou de assalto a residência do presidente do Conselho em Berlim. Eis a que ponto o ministério de ação tinha-se tornado popular. No dia seguinte Hansemann propôs uma lei contra as concentrações e as reuniões públicas. Eis com que astúcia ele intrigava contra a reação.

A atividade real, palpável, popular do ministério de ação foi, portanto, uma atividade puramente *policial*. Aos olhos do proletariado e da burguesia

urbana, este ministério e a Assembléia dos ententistas, cuja maioria estava representada no ministério, assim como a burguesia prussiana, cuja maioria predominava na Assembléia Ententista, não representavam nada além do que o velho Estado burocrático e policial rebocado. A isto veio juntar-se ressentimento contra a burguesia, pois era ela que governava e que, através da milícia cívica, havia-se tornado parte integrante da polícia.

O fato de que os senhores liberais da burguesia tenham-se encarregado de funções policiais, eis, aos olhos do povo, o que foi a "conquista de março". Uma dupla polícia!

Sobressai, não dos atos do ministério de ação, mas das suas proposições de leis orgânicas, que é no interesse da burguesia que ele "reforçou" a "polícia", esta derradeira expressão do antigo Estado, e a pôs em ação.

Nos projetos submetidos pelo ministério Hansemann, concernentes à organização comunal, aos júris, às leis sobre a milícia cívica, é sempre a propriedade que, sob uma ou outra forma, constitui a demarcação entre o país legal e o país ilegal. Em todos esses projetos de lei, as mais servis concessões são feitas ao poder real já que, deste lado, o ministério burguês acreditava possuir um aliado tornado inofensivo, mas, em compensação, a dominação do capital sobre o trabalho evidencia-se tanto mais impiedosamente.

A lei sobre a milícia cívica, que a Assembléia Ententista sancionou, estava direcionada contra a burguesia e serviu necessariamente de pretexto legal para o seu desarmamento. Na imaginação da burguesia, é verdade, esta não deveria vigorar a não ser após a regulamentação da organização comunal e a promulgação da Constituição, ou seja, depois da consolidação de seu poder. Pudessem as experiências feitas pela burguesia prussiana, a propósito da lei sobre a milícia cívica, contribuírem para esclarecê-la, poderia ela concluir que tudo que acreditasse empreender, de agora em diante, contra o povo, sê-lo-ia contra ela mesma.

Para o povo o ministério Hansemann se resumia, portanto, praticamente, à organização policial da velha Prússia e, teoricamente, às distinções ofensivas, à maneira belga, entre burguês e não-burguês.⁴²

Passemos à outra parte do programa ministerial, à "anarquia contra a reação".

Deste lado, o ministério pode exibir mais votos piedosos do que ações.

A venda parcelar dos domínios a proprietários privados, a entrega da instituição bancária à livre-concorrência, a transformação da Seehandlung⁴³ em uma instituição privada etc., são, feitas as contas, os votos piedosos da burguesia.

O ministério de ação teve a infelicidade de lançar todos seus ataques econômicos contra o partido feudal sob a égide do *empréstimo forçado*, e de dar ao povo a impressão de que suas tentativas de reforma não eram, no essencial, mais do que expedientes financeiros destinados a reencher os cofres do "poder público fortalecido". Hansemann colheu, assim, o ódio de um partido, sem obter o reconhecimento do outro. É inegável que ele não tentou ataques mais sérios contra os privilégios feudais, a não ser onde se impunha a "questão do dinheiro", tão cara ao ministro das Finanças, a questão do dinheiro no sentido do Ministério das Finanças. É com essa aridez de coração que ele dizia aos feudais:

10

"Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

É assim que mesmo seus esforços positivos de burguês contra os feudais tinham a mesma coloração policial que suas medidas negativas para "estimular a atividade comercial". Em economia política a polícia, com efeito, se chama fisco. A elevação das taxas sobre a beterraba açucareira e a aguardente, que Hansemann fez passar pela Assembléia Nacional, e às quais deu força de lei, revoltou na Silésia, nas Marches, no Saxe, na Prússia oriental e ocidental etc. as bolsas gravadas com o dístico — com Deus, pelo Rei e pela Pátria. Mas, enquanto estas medidas provocavam, nas velhas províncias prussianas, a cólera dos proprietários fundiários industriais, elas não suscitaram menos descontentamento entre os destiladores burgueses, que empregavam sua própria safra, da Província renana, os quais, na concorrência com as velhas províncias prussianas, se viam, assim, situados em condições ainda mais desfavoráveis. E o cúmulo é que a medida provocou, nas antigas províncias prussianas, o azedume da classe operária, para quem essas medidas não significavam nada, não podiam significar nada além do que o aumento de gêneros indispensáveis.

Esta medida não serviu, pois, para nada além de reencher o tesouro "do poder público fortalecido"! E este exemplo é suficiente, desde que... é a única ação do ministério de ação contra os feudais, que se tenha inscrito realmente nos fatos, o único projeto de lei no sentido de que tenha-se convertido em força de lei.

As "propostas" de Hansemann abolindo todas as isenções relativas ao imposto cedular e fundiário, 44 tanto como seu projeto de um imposto sobre a renda, fizeram dançar a tarantela aos feudais fanáticos "por Deus, o Rei e a Pátria"... Eles o chamaram de... comunista, e ainda hoje a "titular da Cruz Prussiana" faz três vezes o sinal da cruz ao pronunciar o nome de Hansemann. Soa a seu ouvido como Fra Diavolo. A única medida importante proposta por um ministério prussiano, nos tempos áureos da Assembléia Ententista, a saber, a supressão de todas as isenções relativas aos impostos fundiários, malogrou por causa do estreito sectarismo da esquerda. E o próprio Hansemann havia justificado este sectarismo. A esquerda, devia ela proporcionar ao ministério do "poder público fortalecido" novos recursos financeiros, antes que a constituição fosse elaborada e que se lhe jurasse fidelidade?

O ministério burguês par excellence foi tão desafortunado que as mais radicais de suas medidas tiveram que ser frustradas pelos membros radicais da Assembléia Ententista. Ele foi tão medíocre que toda a sua cruzada contra a feudalidade resultou num aumento de impostos, igualmente odioso para todas as classes, e toda sua perspicácia financeira abortou num empréstimo forçado. Duas medidas que, por fim, só forneceram subsidios à campanha da contra-revolução contra a burguesia. Mas, os feudais haviam-se convencido das intenções "malignas" do ministério burguês. Assim se confirmou que, na sua luta financeira contra a feudalidade, a burguesia prussiana, na sua impotência impopular, não soube juntar dinheiro, a não ser para as suas próprias despesas e: "Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

Se o ministério burguês tinha conseguido irritar contra ele, na mesma proporção, o proletariado das cidades, a burguesia democrática e os feudais,

10

11

ele soube também se alienar e ganhar a hostilidade do *campesinato* sujeito ao feudalismo; com relação a isto foi respaldado com o maior zelo pela Assembléia Ententista. Que não se esqueça sobretudo que, durante a metade da existência que lhe havia sido concedida, esta assembléia encontrou no ministério Hansemann um representante que lhe convinha e que os mártires burgueses de hoje carregavam ontem a cauda de Hansemann.

O projeto apresentado, sob o ministério Hansemann, por Patow,⁴⁷ sobre a supressão das obrigações feudais⁴⁸ (veja a nossa crítica anterior a este respeito),⁴⁹ era o subproduto mais lamentável do desejo mais impotente da burguesia de suprimir os privilégios feudais, "este estado de coisas incompatível com a nova constituição", e também do medo burguês de atingir, de maneira revolucionária, a qualquer tipo de propriedade que seja. O egoísmo miserável, medroso, insensível cegava a burguesia prussiana a tal ponto que ela repeliu seu aliado indispensável — o campesinato.

A 3 de junho o deputado Hanow propunha:50

"Que todas as discussões, em curso, com vistas a examinar as relações entre os senhores feudais e os camponeses e a remissão das corvéias, sejam imediatamente suspensas, a pedido de uma só das partes, até a promulgação

de uma nova lei fundada em princípios justos."

Foi apenas em *fins de setembro*, ou seja, quatro meses mais tarde, sob o ministério Pfuel,⁵¹ que a Assembléia Ententista adotou o projeto de lei concernente à paralisação das negociações feudo-camponesas em curso, depois de ter repelido todas as emendas liberais e mantendo a "reserva relativa à fixação provisória das obrigações correntes" e a "cobrança das dívidas e dos atrasados em litígio".

Se não nos enganamos, foi em agosto que a Assembléia Ententista declarou a não-urgência da proposta de Nenstiel⁵² sobre a "supressão imediata das corvéias". Poderia ter sido imperioso aos camponeses que reconhecessem a urgência de se lutar por esta mesma Assembléia Ententista, que os recolocava numa situação, de fato, pior do que aquela obtida depois de março?

A burguesia francesa começou pela emancipação dos camponeses. Com os camponeses ela conquistou a Europa. A burguesia prussiana estava tão embaraçada nos seus interesses mais imediatos e mais mesquinhos, que ela própria desperdiçou esse aliado e fez dele um instrumento nas mãos da contra-revolução feudal.

Conhece-se a história oficial da dissolução do ministério burguês.

Sob sua égide o "poder público" estava a tal ponto "fortalecido", e a energia popular tão abatida que, desde 15 de julho, o Dioscuros⁵³ Kühlwetter-Hansemann tiveram que endereçar a todos os presidentes de governo da monarquia um alerta contra as maquinações reacionárias dos funcionários e especialmente dos conselheiros provinciais; mais tarde, uma "assembléia da nobreza e dos grandes proprietários fundiários para a proteção" de seus privilégios sediou-se em Berlim, ⁵⁴ ao lado da Assembléia Ententista e, finalmente, defronte à assim chamada Assembléia Nacional de Berlim, uma "Dieta comunal pela manutenção dos direitos da propriedade fundiária ameaçada", sobrevivência da Idade Média, foi convocada para 4 de setembro em Lusácia.

A energia que o governo e a assim chamada Assembléia Nacional dispenderam contra os sintomas contra-revolucionários, cada vez mais ameaçadores,

10

11

13

se exprime de maneira adequada nos alertas que ficam no papel. O ministério burguês não tinha baionetas, balas, cadeias e carrascos, a não ser para o povo, "para restaurar a confiança perdida e estimular a atividade comercial".

Os incidentes de *Schweidnitz*, onde a soldadesca assassinou diretamente a burguesia na pessoa da milícia cívica, tiraram finalmente a Assembléia Nacional de sua apatia. A 9 de agosto ela se reassumiu para finalizar um ato heróico: o das ordens ao exército de Stein-Schulze, cujo supremo meio coercitivo foi um apelo ao *tato* dos oficiais prussianos⁵⁵. Que medida coercitiva! E a honra real não proibia aos oficiais de considerarem a honra burguesa?

Um mês depois de a Assembléia Ententista ter adotado as ordens ao exército de Stein-Schulze, a 7 de setembro, ela decidiu, mais uma vez, que sua resolução era uma verdadeira resolução e que esta devia ser executada pelo ministério. Hansemann se recusou a fazê-lo e se demitiu, a 11 de setembro, depois de nomear a si mesmo diretor de banco com vencimentos anuais de 6.000 táleres, pois . . . "Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

A 25 de setembro, enfim, a Assembléia Entendista aceitou, com reconhecimento, da boca de Pfuel a fórmula, completamente adulçorada, reconhecendo as ordens ao exército de Stein-Schulze, as quais, entrementes, tinham caído ao nível de uma brincadeira de mau gosto, pois, paralelamente, haviam sido dadas ordens ao exército de Wrangel⁵⁶ e tropas foram concentradas ao redor de Berlim.

Basta relancear sobre as datas mencionadas e a história da ordem ao exército de Stein-Schulze, para se convencer que esta ordem ao exército não foi a verdadeira razão da demissão de Hansemann. Hansemann, que não recuou diante do reconhecimento da revolução, teria devido recuar diante desse farrapo de papel? Hansemann, que resguardou sua pasta, tantas vezes quantas esta parecia lhe escapar das mãos, desta vez, ferido em seu amor próprio de homem honesto, tê-la-ia deixado na bancada dos ministros para ser posta a leilão? Não, nosso Hansemann não é um exaltado. Hansemann foi simplesmente enganado: ele representou, em suma, a burguesia enganada. Fizeram-no crer que a Coroa não o deixaria cair em nenhum caso. Fizeram-no perder seu último lampejo de popularidade para finalmente sacrificá-lo aos rancores dos pequenos falcões do campo e poder liberar-se da tutela burguesa. Além disso, o plano de campanha estabelecido com a Rússia e a Áustria exigia, à frente do gabinete, um general nomeado pela camarilha, por fora da Assembléia Ententista. Sob o ministério burguês o velho "poder público" estava suficientemente "fortalecido" para poder arriscar este golpe.

Pfuel foi um desapontamento. A vitória dos Croatas em Viena fez mesmo de um Brandenburg um instrumento utilizável.

Sob o ministério Brandenburg a Assembléia Ententista foi ignominiosamente dispersada, desdenhada, ridicularizada, humilhada, perseguida e, no momento decisivo, o povo ficou indiferente. A derrota da Assembléia era a derrota da burguesia prussiana, dos constitucionalistas, portanto, uma vitória do partido democrático, qualquer que seja o preço que teve de pagar.

Mas, a Constituição outorgada?

Certa vez a questão fora a de que jamais um "pedaço de papel" se interporia entre o rei e seu povo. 57 Agora a questão é que somente um

10

11

14

pedaço de papel deve-se interpor entre o rei e seu povo. A verdadeira Constituição da Prússia é o estado de sítio. Na Constituição francesa outorgada, um único artigo, o 14, equivalia à supressão de todo o resto. ⁵⁸ Cada artigo da Constituição prussiana outorgada é um artigo 14.

Através desta Constituição a Coroa outorga novos privilégios — a ela mesma, bem entendido.

Ela dá a si mesma a liberdade de dissolver as Câmaras in indefinitum. Deixa livres os ministros para promulgarem, no ínterim, as leis que lhes agradar (mesmo sobre a propriedade etc.). Deixa livres os deputados para acusarem, por tais atos, aos ministros, porém com o risco de serem classificados, sob a jurisdição do estado de sítio, como "inimigos internos". Deixa livre a si mesma, se na primavera as ações contra-revolucionárias estiverem em alta, para substituir este "pedaço de papel" suspenso no ar, por uma Magna Charta⁵⁹ digna do Santo Império romano-germânico e saída organicamente das diferenças de classe medievais; ela se deixa, enfim, livre para renunciar definitivamente ao jogo da Constituição. Mesmo neste último caso, a fração conservadora da burguesia juntará as mãos e rezará:

"O Senhor deu-no-la, o Senhor tirou-no-la. Que o nome do Senhor seja bendito!"

A história da burguesia prussiana de março a dezembro, como a da burguesia alemã em geral, prova que na Alemanha uma revolução puramente burguesa e o estabelecimento da dominação burguesa, sob a forma da monarquia constitucional, são impossíveis: só são possíveis a contra-revolução feudal absolutista ou a revolução republicana e social.

Mas, o que nos garante que mesmo a parte viável da burguesia sairá de sua apatia, é o ajuste de contas monstro com o qual a contra-revolução nos fará uma surpresa na primavera e como diz tão judiciosamente nosso Hansemann:

"Senhores, o sentimento cessa diante das questões de dinheiro!"

(Redigido a 29 de dezembro de 1848).

NOTAS

(1) Designação pejorativa com que Marx e Engels estigmatizam a Assembléia de Berlim — a Assembléia Nacional Prussiana, devido ao seu caráter extremamente conciliador. Reuniu-se de maio a dezembro de 1848 com o propósito de se entender com a Coroa, na formulação de uma Constituição. A edição espanhola fala em Asamblea de Convencionales, enquanto a edição inglesa preferiu Agrement Assembly. A solução francesa — Assemblée Ententiste, admitindo o neologismo, é a mais apropriada para traduzir a carga crítica e irônica pretendida por Marx e Engels, razão pela qual foi adotada nesta versão para o português.

(2) As palavras em língua estrangeira são do original. As Notas que seguem estão

essencialmente baseadas nas edições citadas.

(3) Referente à Constituição imposta pelo Rei Prussiano, a 5 de dezembro de 1848, simultaneamente com a publicação da ordem de dissolução da Assembléia Nacional Prussiana. Na exposição ministerial que acompanhou a ordem de dissolução, a Assembléia foi acusada de ter desrespeitado o decreto real de 8 de novembro, que ordenava sua transferência de Berlim para Brandenburg, sob o pretexto de proteger a liberdade de deliberação dos deputados dos movimentos anarquistas, que se desenvolviam na capital, e de suas influências terroristas". Essa Constituição provia um parlamento bicameral. Por critérios de qualificação por idade e propriedade a Primeira Câmara foi convertida numa privilegiada "Câmara dos Nobres", enquanto, sob a lei eleitoral de 6 de dezembro

de 1848, parte considerável dos trabalhadores foi excluída dos dois estágios eleitorais para a Segunda Câmara. De acordo com esta Constituição, em caso de guerra ou "desordens", as "garantias" de liberdade individual, a inviolabilidade do domicílio, a liberdade de imprensa, reunião e associação etc. seriam suspensas. Amplos poderes foram assumidos pelo Rei: tinha o direito de convocar ou dissolver as Câmaras, designar ministros, declarar a guerra ou estabelecer a paz; tinha em suas mãos todo o poder executivo, enquanto dividia o poder legislativo com as Câmaras. Tudo isto, junto com a cláusula expressa de que o Rei poderia rever a Constituição através de sua própria iniciativa, era instrumento da contra-revolução.

- (4) Satirização do itinerário do Ministério Camphausen. O governo Camphausen substituiu, a 29 de março de 1848, o gabinete do conde von Arnim-Boitzenburg, formado a 18 março do mesmo ano. O ministério Camphausen foi constituído, após a insurreição de Berlim com os chefes da oposição da Dieta Unificada. Ludolf Camphausen (1803-1890), banqueiro alemão, presidente da Câmara de Comércio de Colônia. Chefe dos liberais renanos, antes da revolução, tornou-se, depois da revolução de março, presidente do Gabinete Prussiano (29 de março a 25 de junho de 1848) e, a seguir, representante da Prússia junto ao poder central estabelecido em Frankfurt (30 de julho de 1848 a 22 de abril de 1849).
- (5) Epopéia cômica, poema satírico de Karl Arnold Kortum, publicado em 1784. No mapa da *Jobsíade* é impossível encontrar um caminho, pois o emaranhado é um labirinto fechado.
- (6) O príncipe da Prússia era um dos chefes da camarilha reacionária que cercava o pai. Era um dos principais responsáveis pelos excessos da tropa contra a população berlinense antes do 18 de março de 1848. Durante a revolução de março, ele se refugiou na Inglaterra. A partir de princípios de maio, o governo Camphausen fez esforços para trazê-lo de volta. A 6 de junho, Camphausen, diante da Assembléia Nacional, tentou converter a fuga covarde em uma viagem de estudos, prevista de há muito. A 8 de junho o príncipe da Prússia apareceu enquanto deputado da região de Wirsitz. Com a morte do irmão tornou-se rei da Prússia. Em 1871, sob o nome de Guilherme I, converteu-se em imperador da Alemanha.
- (7) Depois da revolução de março de 1848, eclodiu uma insurreição dos polacos no Ducado da Posnânia, objetivando sua libertação do jugo prussiano. A massa dos camponeses e artesãos poloneses dela tomou parte, junto com membros da pequena nobreza. O governo prussiano foi forçado a prometer que uma comissão seria formada para preparar a reorganização da Posnânia: criação de um exército polonês, indicação de polacos para a administração e outros postos, reconhecimento do polonês como língua oficial etc. Entretanto, a 14 de abril o rei ordenou a divisão do Ducado da Posnânia numa parte polonesa oriental e numa parte ocidental germânica, que não era para ser "reorganizada". Durante os meses seguintes a insurreição polonesa foi suprimida pelo exército prussiano e, violando todos os acordos com os polacos, a limha de demarcação foi empurrada cada vez mais para o leste, e a prometida "reorganização" jamais foi efetivada.

Sob o impacto da revolução de março, o movimento de libertação nacional da população alemã dos Ducados de Schleswig e Holstein, que havia sido incorporada ao Reino da Dinamarca por decisão do Congresso de Viena (1815), cresceu em força e tornou-se radical e democrata, tomando parte da luta pela unificação da Alemanha. Voluntários de todo o país acorreram para auxiliar a população local, quando esta levantou-se em armas contra a lei dinamarquesa. A Prússia, Hanover e outros estados da Confederação Germânica enviaram aos ducados tropas federais sob o comando do general prussiano Wrangel. Entrementes, o governo prussiano, que temia um levante popular e uma intensificação da revolução, buscou um acordo com a Dinamarca às expensas dos interesses gerais alemães. A situação foi complicada pela intervenção da Grã-Bretanha, Suécia e Rússia Tzarista em favor do Reino da Dinamarca.

- (8) Friedrich von Wrangel (1784-1877), general prussiano, um dos chefes da camarilha militar reacionária. Em 1848, Comandante-em-Chefe do 3.º Corpo de Exército, em Berlim.
- (9) O armistício entre a Prússia e a Dinamarca foi concluído em Malmö (Suécia), depois de entendimentos que duraram sete meses. O Schleswig teria que receber um governo provisório estabelecido pela Prússia e pela Dinamarca, e as tropas do Holstein teriam que ser separadas das tropas do Schleswig. Este armistício reduzia a nada as conquistas democráticas obtidas pelo movimento revolucionário em Schleswig-Holstein,

3

mantendo efetivamente a dominação dinamarquesa sobre os ducados. A Prússia não considerava as intenções da Confederação Germânica, em nome da qual a guerra havia sido travada. Depois de principiar por recusá-lo, a Assembléia Nacional de Frankfurt aprovou, no dia 16 de setembro de 1848, as condições do armistício. A guerra entre a Prússia e a Dinamarca recomeçou em fins de março de 1848, terminando em 1850 com a vitória da Dinamarca.

- (10) Com o objetivo de dotar o Reich de uma Constituição, uns cinqüenta liberais, reunidos em Heidelberg (Grão-ducado de Bade), a 5 de março de 1848, constituíram um comitê a fim de convocar um Parlamento preparatório (Vorparlament), composto de todos os alemães que haviam pertencido às Assembléias dos diversos Estados. Este Parlamento preparatório reuniu-se em Frankfurt, a 31 de março, e decidiu sobre a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte: 589 deputados foram assim eleitos pelo sufrágio universal indireto. A sessão inaugural da Assembléia Nacional de toda a Alemanha, cujo propósito era a unificação do país e a elaboração de uma Constituição, realizou-se a 18 de maio, na Igreja de São Paulo de Frankfurt am Main, com a presença de 384 deputados. Entre os deputados havia 122 funcionários da administração, 95 magistrados, 103 professores universitários, 81 advogados, 21 cléricos, 17 industriais e negociantes, 15 médicos, 12 oficiais, 40 proprietários fundiários, mas nenhum operário ou camponês. Os deputados liberais, que eram a maioria, transformaram a Assembléia Nacional Constituinte de Frankfurt num mero clube de debates, incapaz de tomar qualquer decisão resoluta. Marx e Engels, para escrever muitos dos artigos da Nova Gazeta Renana, valeram-se das atas estenografadas, que depois foram editadas em separado por decisão da própria Assembléia Nacional Constituinte Alemã.
- (11) A 15 de setembro de 1848, o General Wrangel foi nomeado Comandante-em-Chefe do distrito militar de Brandenburg, que incluía Berlim. O Markgrafschaft (Marches) de Brandenburg, núcleo original da Prússia, consistia na Idade Média de duas partes: o Kurmark e o Neumark. Daí o apodo do general: "Comandante-em-Chefe das duas Marches" (ou Marcas).
- (12) Alusão irônica à semelhança das medidas propostas pelo ministro prussiano das Finanças, Hansemann (empréstimo forçado para acelerar a circulação do dinheiro) e as idéias do especulador holandês, Pinto, que considerava a especulação na Bolsa como um fator de aceleração da circulação do dinheiro.
- O "Governo de Ação", que sucedeu o ministério Camphausen, ficou no poder de 25 de junho a 21 de setembro de 1848. Auerswald era formalmente seu chefe. Hansemann, Ministro das Finanças como no gabinete Camphausen, era quem dirigia, de fato, as atividades do "Ministério de Ação".
- (13) Friedrich Wilhelm, Conde von Brandenburg (1792-1850), general e homem de estado prussiano, presidente do gabinete contra-revolucionário de novembro de 1848 a novembro de 1850.
- (14) Afirmação de Marx, contida no artigo "Queda do Ministério Camphausen", escrito e publicado a 22 de junho de 1848, também na NGR.
- (15) A primeira Dieta Unificada foi convocada por uma patente real, e se reuniu de 11 de abril a 26 de junho de 1847. Representava a reunião das oito Dietas Provinciais e foi dividida em dois colegiados. O colegiado dos senhores compreendia 70 representantes da alta nobreza. O conjunto dos outros três estados contava com 237 representantes da ordem dos cavaleiros, 122 representantes das cidades e 124 das comunas rurais. As atribuições da Dieta Unificada se limitavam à aprovação de novos empréstimos, em tempos de paz, e de novos impostos ou aumentos de impostos. Convocando a Dieta Unificada o rei prussiano queria evitar o cumprimento das promessas que havia feito, no sentido de conferir uma constituição e de mudar as disposições da lei sobre as dívidas do Estado. Na Dieta uma forte oposição liberal se manifestou, formada pelos representantes da grande burguesia renana (Hansemann, Camphausen, von Beckerath) e de uma parte da nobreza da Prússia Oriental (von Vincke, von Averswald). Como a Dieta se declarou incompetente para aprovar um empréstimo solicitado pela Coroa, o rei suspendeu a convocação.

A segunda convocação da Dieta Unificada verificou-se a 2 de abril de 1848. Adotou, então, por proposta do ministério Camphausen, a 8 de abril, a lei eleitoral para a formação da Assembléia Nacional Prussiana, destinada a se entender com a Coroa sobre uma Constituição para o Estado Prussiano e outorgou um empréstimo de 25 milhões de

10

táleres, que a primeira Dieta Unificada havia recusado. A 10 de abril de 1848 a Dieta foi dissolvida.

(16) August, Barão von Heydt (1801-1874), banqueiro em Elberfeld, homem de estado prussiano; ministro do Comércio (dezembro de 1848 a 1862) e das finanças de

1866 a 1869. Tory: nome dado na Inglaterra aos conservadores.

(17) Marx refere-se às lutas dos Países-Baixos de 1566 a 1609, que foram uma combinação de guerra nacional contra a Espanha absolutista e de luta antifeudal. O processo findou com a vitória do norte, onde a primeira república burguesa — As Províncias Unidas (A República Holandesa) — foi estabelecida, e com a derrota das províncias sulinas, que permaneceram sob domínio espanhol.

(18) Alusão a Shakespeare, As You Like It, Ato II, Cena 7.

(19) Alusão a Camphausen, outrora negociante de banha e cereais, bem como a Hansemann, que principiou como negociante de lã.

(20) Cara boa para jogo mau.

(21) Referência ao Príncipe da Prússia.

(22) Alusão irônica aos líderes liberais alemães, aos quais Marx compara a Jourdain, herói da comédia Le bourgeois gentilhomme de Molière.

(23) Príncipe Alfred von Windischgraetz (1787-1862), marechal-de-campo austríaco, participou da repressão dos movimentos revolucionários em Praga, Viena e Hungria. Barão Ludwig Franz von Welden (1782-1853), general austríaco, governador de Viena (3 de novembro de 1848 a 12 de abril de 1849).

Conde Josip Jellachich von Buzim (1801-1859), general austríaco, governador em 1848 das províncias de Croália, Slavônia e Dalmária, participou ativamente do aniquilamento das Revoluções de 48/9, na Austria e na Hungria.

(24) Jovem robusto, porém malicioso. Citação modificada do Prefácio de Hobbes

à sua obra De cive (Do cidadão).

(25) Em princípios de junho de 1848, a Assembléia Nacional Prussiana, sob pressão do governo e dos constitucionalistas moderados, rejeitou uma resolução que conferia o devido reconhecimento aos participantes da revolução de março. Depois de longos debates, descritos por Engels no artigo "Os Debates de Berlim sobre a Revolução", também publicado na NGR, a Assembléia decidiu, por maioria de votos, passar para o ponto seguinte da ordem do dia. A renúncia da Assembléia à revolução de março provocou a indignação dos trabalhadores e dos artesãos de Berlim, os quais, a 14 de junho, tomaram o arsenal pela violência e se armaram para defenderem suas conquistas revolucionárias. O levante foi esmagado pelo exército e pela milícia cívica da burguesia.

(26) Palavra hebraica que significa "espiga e rio", da qual os soldados de Jefte se serviram para reconhecer os efraimistas, que pronunciavam sibboleth, degolando-os imediatamente. Emprega-se usualmente para indicar meio de reconhecimento, para designar a

prova que decide a capacidade ou incapacidade de uma pessoa.

(27) Proprietário do Kölnische Zeitung.

(28) No dia 22 de maio de 1815 foi publicada a "ordenança sobre a representação do povo", na qual o rei da Prússia prometia a criação de Assembléias corporativas provisórias, a convocação de uma assembléia representativa de toda a Prússia e a introdução de uma Constituição. Mas a lei de 5 de junho de 1823 instituiu somente assembléias corporativas nas províncias (Dietas Provinciais) com funções consultivas e limitadas.

(29) A ordenança, relativa às dívidas do Estado, de 17 de janeiro de 1820, estipulava que o governo prussiano não poderia assumir empréstimos, senão com o aval da futura

assembléia corporativa.

3

4

5

(30) A 3 de fevereiro de 1847, o rei da Prússia editou uma "patente concernente às instituições corporativas" e uma "ordenança sobre a formação da Dieta Unificada", em consequência de dificuldades financeiras que compeliam Frederico Guilherme IV.

(31) A lei eleitoral de 8 de abril de 1848, promulgada como resultado da revolução de março, foi adotada pela segunda Dieta Unificada, sob proposta do ministério Camphausen, dispunha sobre a convocação de uma Assembléia, que elaboraria uma Constituição através de um "acordo de cavalheiros com a Coroa". O sistema de votação em dois estágios, estabelecido por essa lei, assegurou a maioria aos representantes da burguesia e da oficialidade prussiana.

(32) Extrato do discurso de Hansemann na sessão de 8 de junho de 1847 da Dieta

10

11

Unificada. (33) *Karl August Milde* (1805-1861), industrial têxtil (algodão) em Breslau, membro da Dieta Unificada. De 26 de maio a 26 de junho, presidente da Assembléia Nacional

de Berlim, onde pertencia à direita. De 25 de junho a 21 de setembro foi ministro do

comércio, no Gabinete Auerswald-Hansemann.

Friedrich August Marker (1804-1889), presidente do Tribunal Correcional de Berlim. Liberal, de 25 de junho a 21 de setembro de 1848 foi ministro da justiça no Gabinete Auerswald-Hansemann, membro da Assembléia Nacional de Berlim, onde pertencia ao centro.

Friedrich von Külwetter (1809-1882), homem de estado prussiano, ministro do

interior de junho a setembro de 1848.

Gierke, prefeito de Sleltin, liberal, em 1848 membro da Assembléia Nacional de Berlim (centro-esquerda). De 25 de junho a 21 de setembro foi ministro da agricultura do Gabinete Auerswald-Hansemann.

Rudolf von Auerswald (1795-1866), presidente do Gabinete prussiano e ministro

dos assuntos estrangeiros de 25 de junho a 10 de setembro de 1848.

Barão Ludwig Roth von Schreckenstein (1789-1858), general prussiano, ministro da guerra no Gabinete Auerswald-Hansemann.

(34) Trata-se do romance de cavalaria, aparecido em 1821 em Quedlinbourg, Kuno von Schreckenstein oder die weissagende traumgestalt de C. Hildebrandt.

(35) Cores da bandeira prussiana.

- (36) Resumo do programa do ministério Auerswald-Hansemann, tal como Hansemann o apresentou, a 26 de junho de 1848, durante a vigésima sessão da Assembléia Nacional Prussiana.
- (37) Por lei, Lei Prussiana é entendida a Allgemeines Landrech fur die Preussischen Staaten, aprovada e publicada em 1794. Compreendia a lei criminal, constitucional, civil, administrativa e eclesiástica, estando fortemente influenciada pelas idéias feudais quanto à esfera da jurisdição. Vigorou até a introdução do Código Civil (Burgerliches Gesetzbuch) em 1900.
- (38) O Código Penal (Code pénal), adotado na França em 1810 e introduzido nas regiões do oeste e do sudoeste da Alemanha conquistadas pelos franceses, permaneceu em vigor na Província Renana mesmo depois de sua incorporação à Prússia em 1815. O governo prussiano tentou reduzir a esfera de sua aplicação, e através de toda uma série de leis e ordens buscou reintroduzir nesta província a Lei Prussiana, incumbida de garantir os privilégios feudais. Tais medidas, que contavam com grande oposição na Província do Reno, foram anuladas depois da revolução de março pelo decreto de 5 de abril de 1848.
- (39) Ao lado da polícia comum, um corpo armado de civis foi organizado em Berlim, no verão de 1848, para ser usado contra demonstrações de massas, choques de rua e na espionagem.
- (40) Extrato dos discursos dos ministros Kühlwetter e Hansemann, pronunciados ao longo da 37.º sessão da Assembléia Nacional Prussiana, a 9 de agosto de 1848.
- (41) A 21 de agosto de 1848, Berlim foi o palco de concentrações e demonstrações populares em protesto contra ataques sofridos por membros do Clube Democrático, em Charlottenburg subúrbio berlinense, da parte de elementos reacionários. Os participantes, que exigiam a renúncia do ministério Auerswald-Hansemann, atiraram pedras no edifício onde Auerswald e outros ministros se encontravam. O governo respondeu aos eventos de agosto com novas medidas repressivas.

(42) Fixando um alto censo (rendimento que serve de base ao exercício de certos direitos), a Constituição belga de 1831, adotada após a vitória da revolução burguesa,

tirou o direito de voto a uma grande parte da população.

- (43) A referência é à *Preussiche Seehandlungsgesellschaft* (Sociedade Prussiana de Marinha Mercante) uma companhia de crédito e comércio, fundada em 1772 e que satisfazia a determinado número de privilégios do estado. Proporcionava largos créditos ao governo e na época fazia o papel de banqueiro e parceiro. Em 1904 foi transformada no banco estatal oficial da Prússia.
- (44) Uma proposta, cancelando as isenções para o pagamento das taxas graduais que diziam respeito à nobreza, aos oficiais, aos professores e ao clero, foi submetida por Hansemann à Assembléia Nacional Prussiana a 12 de julho de 1848. O mesmo, no que tange à taxa fundiária, foi proposto a 21 do mesmo mês.
- (45) A Neue Preussische Zeitung era um diário de Berlim, aparecido depois de junho de 1848. Era o órgão da camarilha da Corte e dos pequenos falcões prussianos contra-revolucionários. O jornal também é conhecido com o nome de "Kreuz-Zeitung"

14

3

(Gazeta da Cruz): seu logotipo era ornamentado com a Cruz de ferro, circundado pela

divisa da Landwehr: "Avante, com Deus, pelo Rei e pela Pátria".

(46) Fra Diavolo, cujo verdadeiro nome era Michele Pezza, nasceu em Itri em 1771 e morreu em Nápoles em 1806. Chefe de salteadores calabreses a soldo do Cardeal Riffo, foi improvisado, em 1799, como coronel de milícias; mais tarde recebeu subsídios da rainha Maria Carolina e de agentes ingleses, e se deu ares de patriota defendendo a causa dos Bourbons contra a república e contra o Rei José Bonaparte. Abandonado pelos camponeses, foi preso e enforcado em Nápoles sob as ordens do general Hugo.

(47) Barão Erasmus Robert von Patow (1804-1890), funcionário prussiano, liberal, foi membro da Assembléia Nacional de Berlim (direita) e de 17 de abril a 25 de junho

ministro das finanças do Gabinete Camphausen.

(48) A 10 de junho de 1848.

(49) Refere-se aos seguintes artigos publicados na NGR:

- "O Memorando de Patow sobre a Redenção" 25/6/48, autoria não determinada; "O Projeto de Lei sobre a Abolição das Obrigações Feudais" 30/7/48, redigido por Marx;
- "Debate a respeito da Legislação existente sobre a Abolição" 4/8/48, redigido por Engels.
- (50) O projeto do deputado Hanow foi confiado, a 3 de junho de 1848, às Comissões para que o discutissem. A 21 de junho, um relatório sobre o projeto e um projeto de lei correspondente foram submetidos à Assembléia Nacional pela Comissão Central. Ambos foram reenviados à Comissão Central. Na sessão de 30 de setembro, um segundo relatório sobre o projeto do deputado Hanow foi submetido à Assembléia Nacional. O projeto de lei foi aceito e o decreto expedido pelo rei a 9 de outubro de 1848.
- (51) Ernst Heinrich Rudolf von Pfuel (1779-1866), general prussiano, comandante de Berlim em março de 1848, governador de Neuchatel entre 1832 e 1848; liderou o esmagamento do levante na Posnânia em abril e maio de 1848; presidente do Gabinete prussiano e ministro da Guerra em setembro e outubro de 1848.

(52) A proposta de urgência do deputado Nenstiel foi considerada não urgente na sessão de 1.º de setembro de 1848 e incluída na ordem do dia comum. A 2 de junho, a mesma proposição havia sido inserida pelo mesmo deputado e enviada às Comissões.

- (53) Do grego dióskouroi, filhos de Zeus; designa Castor e Pólux. A rivalidade amorosa que os apôs aos primos, noivos das filhas de Leucipo, causou a morte de Castor. Zeus concedeu a Pólux a imortalidade, mas este rogou ao pai que, não querendo restituir a vida a Castor, o autorizasse ao menos a dividir com ele a sua imortalidade. Zeus atendeu ao pedido, de modo que, quando um estava nos infernos, o outro revivia, até que foram transladados para o céu, onde formam a constelação de Gêmeos. Deve-se esta identificação ao fato de surgir uma das duas estrelas da constelação quando a outra se oculta.
- (54) Marx remete-se à "Assembléia Geral Para a Conservação dos Interesses Materiais de todas as Classes do Povo Prussiano", também chamada de "Junker-parlament". Foi um congresso de grandes proprietários fundiários, realizado em Berlim, a 18 de agosto de 1848.

(55) A 31 de julho de 1848, a guarnição do forte silesiano de Schweidnitz abriu fogo contra uma demonstração da milícia cívica e protestos da população local contra atos provocativos dos militares; 14 pessoas foram mortas e 32 seriamente feridas.

Os eventos de Schweidnitz serviram de pretexto para uma discussão sobre a situa-

ção no interior do exército pela Assembléia Nacional Prussiana.

A 9 de agosto de 1848, a Assembléia adotou a propositura do deputado Stein, emendada pelo deputado Schultze, demandando ao ministério da guerra que expedisse uma ordem do dia, pela qual os oficiais contrários ao sistema constitucional eram instados pela honra a renunciarem ao exército. A despeito da decisão da Assembléia, Schreckenstein, o ministro da guerra, não emitiu tal ordem. Stein, então, voltou, pela segunda vez, a colocar a matéria na Assembléia Nacional, a 7 de setembro. Como resultado da votação o ministério Auerswald-Hansemann teve de renunciar. Sob o ministério Pfuel, que o seguiu, a ordem, sob forma atenuada, foi por fim emitida a 26 de setembro, mas também isso ficou como letra morta.

(56) A 17 de setembro, o general Wrangel, comandante da região militar de Brandembourg, endereçou ao exército uma ordem do dia, que demonstrava que os militares tinham a intenção de atacar abertamente as conquistas da revolução. Wrangel declarava

que era de seu dever manter a "ordem pública" e exortava aos soldados que cerrassem fileiras em torno de seus oficiais e do rei.

(57) Referência ao discurso do trono de Frederico Guilherme IV, quando da abertura da Dieta Unificada em 11 de abril de 1847. O rei afirmou que jamais concordaria em outorgar uma constituição, que ele descreveu como um "pedaço de papel escrito". (58) O artigo 14 da Carta Constitucional, outorgada em 1814 por Louis XVIII,

afirmava que o rei era o Chefe do Estado e que ele tomaria as disposições necessárias

para a aplicação das leis e o provimento da segurança do Estado.

(59) Magna Charta Libertatum, carta imposta, no dia 15 de junho de 1215, a João Sem Terra pelos barões ingleses revoltados, aliados ao clero e ao povo de Londres. Este ato era menos uma Constituição nova do que a confirmação solene das velhas liberdades inglesas. Continha algumas concessões feitas aos nobres e às cidades, mas não conferia nenhum direito à grande massa de servos camponeses.

Cadernos do CEAS

Correspondência, Colaborações e Assinaturas devem ser enviadas a:

Cadernos do CEAS

Rua Aristides Novis, 101 (Federação)

40 000 - Salvador - Bahia

Fone: 247-1232

CEDEM 5

10

11

13

CONTRA O STALINISMO E A ALIENAÇÃO

Por J. Chasin, Ester Vaisman, Theresa Calvet, José Maria Tavares de Andrade e Rui Gomes Dantas*

J. Chasin — Quero, de início, em nome da NOVA ESCRITA/ENSAIO, manifestar nossa satisfação pela oportunidade deste encontro, aqui em João Pessoa, em que teremos o prazer de o ouvir por algumas poucas horas. E do entrecruzar de perguntas e respostas há de nascer a polêmica fértil, tão necessária em nossos dias.

Os cinco componentes, que constituem hoje nossa equipe, são docentes de Filosofia ou de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, conhecendo, em maior ou menor proporção, pelo menos parte de sua obra. Mas, eu falsearia a realidade se, apenas para ser gentil, afirmasse que estamos verdadeiramente enfronhados nos diversos aspectos de seu perfil intelectual e político. Creio que o mesmo ocorre com os seus leitores brasileiros em geral. De modo que, para principiar, deixe que eu lhe pergunte: quem é o indivíduo Adam Schaff?

A.S. — Eu nasci a 10 de março de 1913. No Rouff, ex-território polonês, a sudoeste, que pertence atualmente à União Soviética, a Ucrânia. É uma cidade que representa a parte austríaca da Polônia, a ex-Galícia.

Nasci numa família de intelectuais, meu pai era advogado. Fiz a escola primária em Rouff. Meus estudos superiores foram desenvolvidos na área de Ciências Jurídicas e Ciências Políticas e Administrativas.

Depois de terminados os cursos, continuei estudando na Escola de Estudos Políticos em Paris entre 1934 e 35. Escolhi o campo dos problemas econômicos e isso me levou aos problemas metodológicos e aí me voltei aos estudos de filosofia. E fiquei no terreno da filosofia para o resto da vida. Obtive o grau de doutor em filosofia na União Soviética em 1944, antes do fim da Segunda Guerra, no Instituto de Filosofia da Academia de Ciências de Moscou porque, como vocês sabem, quando os alemães ocuparam a parte oeste da Polônia, os soviéticos ocuparam a parte leste, onde eu me encontrava. Tornei-me, assim, cidadão soviético em 1939. Fiz meus estudos, meus

^(*) Entrevista com Adam Schaff, realizada em 21 de março de 1982.

trabalhos, no terreno da teoria do conhecimento, no primeiro grau do doutoramento, e no terreno da filosofia da linguagem, no segundo grau; trabalho este que se chamou *O Conceito e a Palavra*, que foi publicado depois da guerra.

Fiz meus estudos enquanto marxista convicto; estava no movimento comunista desde os 18 anos e faz mais de 50 anos que milito no movimento operário. Fiz parte da juventude comunista, depois do Partido Comunista, ilegal na Polônia, sendo preso em 1937, quando houve uma onda de fascistização da vida política polonesa.

J. M. de Andrade - Seus estudos de economia o ajudaram a encontrar

o marxismo enquanto teoria?

- A.S. Não. Eu já era um marxista convicto quando fiz meus estudos superiores. Isto não quer dizer que conhecia todo o marxismo. Isso é impossível, o conhecimento do marxismo é um processo que você vai desenvolvendo a vida toda e não tem fim. Mas o que importa é que na época eu me identificava com o marxismo enquanto ideologia.
- J. M. de Andrade Sua família desempenhou algum papel na sua motivação para o marxismo?
- A.S. Eu penso que a minha motivação para o marxismo não surgiu no meio familiar, pois se tratava de um meio intelectual pequeno-burguês. Penso que se trata de um problema da ontogênese do homem, quando ele olha para a realidade, pensa nas dificuldades e encontra nela um outro caminho de desenvolvimento. Eu lia muito, via que era uma teoria superior às outras. Antes de mais nada fui um militante comunista, na vida clandestina, e esse foi o começo do meu caminho e eu permaneci fiel às minhas convicções até hoje. Eu sou o mesmo? Não, com certeza. Sou 50 anos mais velho e a gente muda bastante em função das experiências políticas.
- T. Calvet Você se manteve ligado ao Partido Comunista, na União Soviética?
- A.S. Não, na União Soviética, não. O partido polonês havia sido dissolvido pela Internacional Comunista em 1938 e nós nos tornamos praticamente "suspeitos", porque o partido foi dissolvido como um partido de agentes e espiões do fascismo.
 - J. Chasin E os processos de Moscou?
- A.S. Eu e outros estávamos convencidos de que se tratava de pura verdade. Éramos militantes muito fiéis. Pode-se dizer, mesmo, que isso é um fenômeno de ordem psicológica, que pode explicar muita coisa no movimento comunista do mundo de hoje. É o fenômeno em que as pessoas, em função da hight fidelity, fecham os olhos em relação aos fatos que passam a seu redor. Poder-se-ia colocar a questão: isso é possível? E eu digo que é. Trata-se de um tipo de esquizofrenia social. Penso que falta uma disciplina científica que deveria ser desenvolvida: uma disciplina de psiquiatria social, para compreender muita coisa que se passa.

Eu estava convencido de que tudo aquilo era verdade. Mas a coisa mais interessante é que, mesmo depois de saber muita coisa, através de contatos com pessoas que voltavam à Polônia, nos primeiros anos do pós-guerra (eu acumulei muito conhecimento, especialmente com pessoas que foram libertadas nos anos 50), e passar a compreender o fenômeno racionalmente, eu acreditava no inverso. É uma coisa esquizofrênica, é uma dupla

10

11

13

personalidade. É um mecanismo psicológico de defesa contra os conhecimentos que podem destruir seu sistema ideológico, que é caro para o seu coração.

T. Calvet — Isso alterou a sua relação com o PC?

A.S. — Não. Depois compreendi o fenômeno, sabia do que se tratava do ponto de vista genético do fenômeno. Mudei minha relação com o movimento comunista. Continuo marxista, um marxista convicto, mas é uma fidelidade ao movimento revolucionário, e penso que se deve utilizar o nome comunista a todos os movimentos, a todas as pessoas que querem e fazem verdadeiramente a revolução. Do outro lado, há muitos que se dizem marxistas, mas que permanecem no quadro da sociedade existente, é o caso da social-democracia. Eles aceitam a sociedade existente e em muitos casos rejeitaram o marxismo. É a velha batalha entre o reformismo e a revolução social. O comunismo é uma necessidade do ponto de vista prático e teórico. Assim, finalmente, continuo na mesma linha essencial, do ponto de vista teórico e prático, da minha juventude, só que com mudanças.

E. Vaisman — Como a discussão sobre o caráter do fascismo, os acon-

tecimentos políticos de sua juventude, influenciaram seus estudos?

A.S. — O fascismo e a luta contra o fascismo era a vida em que eu vivia. Tudo isto influenciava. O capitalismo para mim não era *O Capital* de Marx, era o capitalismo na sua versão fascista — o fascismo italiano, o alemão e o japonês: Os grandes acontecimentos depois da guerra — era uma guerra de vida ou morte. Os dois sistemas... Enfim, é claro que tudo isto influenciava, mas *como* é impossível dizer.

J. Chasin — Neste sentido, remetendo à sua juventude e à sua experiência do fascismo, gostaria que nos falasse da sua concepção deste fenômeno.

- A.S. Não é necessário fazê-lo hoje. Há grandes obras sobre o assunto, inclusive da Internacional Comunista, há Dimítrov e outros. Mas...
 - I. Chasin Dimitrov?!
 - A.S. ... pessoalmente, não estou interessado no assunto.
- J. Chasin Mesmo assim, mesmo que a questão não seja de sua preferência pessoal, gostaria de conhecer a sua opinião. Não me parece que a Internacional esgotou o assunto, além de que a teorização produzida por ela tem levado a postulações do fascismo em termos de um fenômeno universal do capitalismo, o que tem induzido a não poucos equívocos. Na sua opinião, essa universalização é correta ou o fascismo está ligado a certas condições específicas de determinados países capitalistas?
- A.S. Me desculpe, mas nós mudamos de assunto. Vocês pediram que eu traçasse uma espécie de retrato, de autobiografia. Agora entraram num problema concreto, que não me interessa do ponto de vista teórico. Hoje é mais importante refletir, por exemplo, sobre os defeitos do movimento comunista atual.
- E. Vaisman O fato é que a questão é atual para o caso de países como o Brasil e outros da América Latina. Nestes casos não é uma questão encerrada. Não porque estejamos ou porque estivemos, pretensamente, em anos recentes, em face do fascismo. Não, não se trata, nem se tratou do fascismo. Mas, as realidades, mal analisadas, foram "diagnosticadas" como tais. O que é muito danoso teórica e praticamente.

10

11

A.S. — Eu compreendo. Mas não sou brasileiro, estou em outro contexto. Continuando a linha de desenvolvimento em que estávamos... No pós-guerra, me tornei professor na Polônia, em Lodz, Varsóvia. Permaneci durante muito tempo no Comitê Central do Partido Polonês, até março de 1968. Nesta data saí do Comitê, mas continuei enquanto membro do partido. Com todas as minhas críticas, mas permaneci no partido.

Não fiz como muitos fizeram, migraram, rejeitaram o comunismo, rejeitaram o marxismo, se tornaram renegados. Há muita gente, inclusive, alunos meus que foram para o exterior e se tornaram renegados anticomunistas. Infelizmente, hoje, é isso a doença da esquerda. Quandos essas pessoas se defrontam com os problemas havidos na Tchecoslováquia, na Hungria, hoje na Polônia, há muitos que perdem sua "fé" e isto prova que eram crentes e que não era uma "crença científica". Nesses casos não se pode compreender o porquê dos acontecimentos, não se compreende que é o único caminho justo, que é necessário corrigir os defeitos. Eu me coloco entre aqueles que compreendem, que não rejeitam nem o comunismo, nem o marxismo, mas, ao mesmo tempo, fazendo críticas severas e profundas ao chamado socialismo real.

- E. Vaisman Quais foram os conteúdos da luta interna do partido polonês depois da guerra?
- A.S. Havia duas alas. Uma visivelmente anti-stalinista, onde eu me colocava, e outra neo-stalinista. Esta divisão permanece até hoje.
 - E. Vaisman E quais são os pontos de conflito?
- A.S. De um modo geral, pode-se dizer que é o problema da democracia socialista. Há uma série de problemas concretos sobre esta questão. Superficialmente há a figura de Stalin. Há várias pessoas que defendem Stalin, continuam o culto a ele, continuam numa linha antidemocrática no interior do partido, no interior do Estado. Aqui há uma multiplicidade de problemas que é impossível enumerar. Assim, torna-se suficiente dizer que a luta se dá entre aqueles que querem uma democratização da vida pública, nos países socialistas, e os que pensam que isso é nocivo, que isto vai contra o marxismo, contra os princípios.
- T. Calvet Qual a especificidade do fenômeno da luta anti-stalinista na Polônia?
- A.S. Não há diferenças com os outros lugares. Os soviéticos foram os primeiros a dar o sinal. Sem Kruschev e sem seus relatórios não teríamos toda esta onda. A diferença que existe na Polônia é de que se trata de um outro país, a diferença é esta e não no tipo do anti-stalinismo. A Polônia é um país cuja sociedade é contra o socialismo, onde existem agudos conflitos. De outro lado, havia um partido que tinha outra tradição cultural. São problemas que demandam uma análise muito profunda e é impossível responder aqui. Meu ensaio sobre a situação polônesa responderá muitos problemas que vocês tocaram aqui. Em resumo: o problema stalinismo versus anti-stalinismo é um problema da democratização da vida. Isto toca a vida do partido, a vida da sociedade em geral e a própria base teórica. A maneira que se vê o marxismo, a maneira que se o concebe são problemas relativos à antropologia filosófica. São problemas que parecem ser tão abstratos, tão longínquos, mas, em verdade, têm uma base bastante política.

10

11

13

14

2

3

Quando se fazem as grandes discussões, talvez possam parecer bobas. Na verdade, para o marxismo a coisa mais importante, o ponto de partida, é o homem, não como uma abstração, mas o homem concreto, o indivíduo humano. E eis que, sobre este plano, há coisas muito concretas, muito políticas. Esta polêmica é a mesma em todo movimento comunista, mas há diferenças na maneira de fazê-lo. No caso da Polônia, há um pouco mais de abertura mental, em função da ligação ao backing cultural. Para compreender a complexidade destas diferenças, seria necessário entrar numa série de detalhes, que se torna impossível hoje, aqui. Bem, retomando meu caminho intelectual, dever-se-ia, agora, colocar a questão: quais são as coisas que me interessam?

Em primeiro lugar, a teoria do conhecimento. A partir daí comecei, e este foi o assunto da primeira tese que defendi na União Soviética. Continuei nesta linha de pensamento e escrevi, depois da guerra, alguns livros sobre este assunto. Um dos mais importantes, inclusive publicado em português, foi a *Teoria Marxista da Verdade*. É uma monografia sobre a questão da verdade, que é o problema central da teoria do conhecimento. Em seguida, comecei a investigar a questão da inclusão do homem na filosofia marxista, o lado subjetivo. É a origem das minhas pesquisas no campo lingüístico, que sempre estiveram ligadas à teoria do conhecimento. O problema lingüístico me interessa, enquanto parte da teoria do conhecimento.

Durante a guerra escrevi minha tese sobre o conceito e o nome; depois continuei a trabalhar a questão, escrevi artigos e travei várias polêmicas neste terreno. Como, por exemplo, o livro *Introdução à Semântica*, que é conhecido aqui na América Latina. Escrevi também o livro *Linguagem do Conhecimento*. Há também um ensaio sobre a filosofia da linguagem, e em 1978 publiquei um livro sobre o estereótipo na atividade humana.

Há um outro campo que me interessou bastante, o da metodologia das Ciências Sociais, especialmente a história. Aqui são dois os livros escritos. Um publicado nos anos 50, que se chama *Leis Objetivas da História*; o outro *História e Verdade*, que foi publicado em 1970.

Há, ainda, um terceiro caminho, que também se relaciona com o campo da metodologia da história, que é a problemática do homem. Como se pode incluir, na objetividade científica (a ciência é sempre objetiva) o elemento subjetivo, na medida em que o conhecimento é sempre uma relação entre sujeito e objeto? O sujeito não é um espelho das coisas que estão no exterior, mas aparece com toda a variedade de aspectos subjetivos. Com o desenvolvimento do conhecimento do mundo, nós sabemos, cada vez mais, qual é o terreno deste importante fenômeno subjetivo. Este também é o problema de *História e Verdade*. Queremos atingir a verdade na ciência histórica e ao mesmo tempo somos subjetivos. Não somente do ponto de vista 'individual, mas, porque o sujeito é um homem social, ele vem com todo o fardo de problemas sociais, mas que são subjetivos através de condicionamentos dos interesses de classe.

Hoje a área que mais me interessa é a teoria filosófica do homem, é a antropologia filosófica, começando pelo livro que foi uma polêmica com os existencialistas e se chamava A Filosofia do Homem: Marx ou Sartre (teve títulos diferentes em diferentes línguas). Para mim a obra fundamental neste

10

11

13

campo é O Marxismo e o Indivíduo Humano. Foi traduzida para muitas línguas, inclusive "exóticas", como o japonês, chinês e outras. Depois continuei desenvolvendo um capítulo deste livro, sobre o problema da alienação que é, do meu ponto de vista, uma coisa fundamental para o marxismo. Não se pode compreender, na minha opinião, o socialismo marxista sem ter compreendido o problema da alienação. A coisa é um pouco penosa, difícil, porque os marxistas rejeitaram essa teoria. E eles a rejeitaram porque os existencialistas tomaram isto do jovem Marx e a desenvolveram. Rejeitaram-na porque não conhecem o marxismo. Os textos mais importantes de Marx, no campo da filosofia, foram publicados só a partir de 1928 e foi avançando até 1939. E ainda não terminou, há coisas ainda não publicadas, que se desconhece. No terreno da alienação, A Ideologia Alemã é muito importante e não apenas os Manuscritos. A obra mais importante são os Gründrisse, que é o primeiro esboço do O Capital, onde há muita filosofia, pois toda a sua obra de economia é ao mesmo tempo filosófica. A primeira vez que foi publicado o primeiro volume foi em 1939. Depois veio a guerra e foi destruído. Somente em 1953 foi, na verdade, publicado pela primeira vez em alemão.

Mesmo o que Lukács escreveu em História e Consciência de Classe, na minha opinião, não atingiu o fundo da questão. Ele me disse, em diversas discussões, que queria fazer uma nova edição da obra, com uma grande introdução onde mostraria por que o livro é falso. E ele o fez (Prólogo de 1967). Neste livro há um capítulo sobre a consciência de classe. O conteúdo deste capítulo pode ser apresentado, de maneira breve, assim: há a consciência da classe, aquilo que as pessoas realmente acreditam e pensam; e há a consciência de classe, sendo esta a ideologia que dá a verdadeira imagem de seus interesses sobre a base da teoria marxista. E, quando há uma contradição entre a ideologia da classe e a ideologia de classe, a mais importante é a ideologia de classe, isto é, não é importante aquilo que as pessoas pensam, o que mais importa é aquilo que a gente sabe que elas devem pensar. E isso é a base do stalinismo. A coisa mais interessante é que se trata de um autor, que é vítima do stalinismo em determinado sentido. Ele criticou, falou contra o stalinismo, mas trazia todo um ponto de vista de uma geração. Ponto de vista que não era somente de Stalin, enquanto indivíduo, mas ponto de vista de uma geração na euforia da pós-revolução. E isso é o mais perigoso, porque as coisas feitas pelos indivíduo Stalin não são tão graves. As coisas foram feitas pelo movimento, cuja emanação foi Stalin. Não esquecamos, ele foi o grande herói, as suas idéias foram a emanação do melhor de toda uma geração, dentro da atmosfera de toda uma época. E o caso de Lukács o prova, mais uma vez, sem fazer disto qualquer tipo de censura a ele. Porém, não é justo querer que um homem faça só coisas boas, mas, por exemplo, seu livro... como se chama, sua volumosa obra escrita depois da guerra?

J. Chasin — Sim, A Destruição da Razão.

A.S. — A Destruição da Razão é um livro basicamente falso, pois é a negação de tudo. E o marxismo aberto não pode ser um marxismo de negação, deve ser um marxismo que retem também os conteúdos de uma coisa nova. Quando se rejeita tudo, o que resta são as velhas idéias utópicas e eufóricas, onde só o marxismo e Marx importam. E isso não é verdade,

10

pois até Marx esteve no interior de uma época e só pode ser entendido como uma continuação de uma grande linha. Aqui Lênin tinha razão, no seu pequeno ensaio sobre as três fontes constitutivas do marxismo, mostrando como este é uma continuação e não uma exclusão de conteúdos. Mas este não é apenas o caso de Marx, é também o caso do marxismo. Lukács fez uma série de coisas falsas e, apesar disso, ele foi um grande pensador. Não há pensadores que só sejam bons e grandes. Marx também cometeu vários erros, Lênin também. Na verdade, hoje, é um problema — como sair de situações, que, diante de obras como O Estado e a Revolução, que deveria ser uma obra defendida, aparecem como completamente falsas. Lukács é o grande filósofo marxista, na minha opinião, no período entre guerras, mas ao mesmo tempo é um homem que cometeu vários erros. Ele mesmo o sabia.

T. Calvet — E o trabalho sobre a Ontologia, você gosta dele?

A.S. — Não. Eu penso que teria sido melhor que ele tivesse concluído suas obras antes. Tirei disto uma lição para mim mesmo: depois dos 70 anos não se deve fazer "grandes obras". Normalmente, de tudo o que se sabe da história, as pessoas muito velhas, que começam a fazer o opus de sua vida e tudo isto, fazem coisas fracas. Quanto ao livro Ontologia do Ser Social, não gosto dele inteiramente. Eu não gostaria que a nossa discussão relativa ao problema do marxismo de hoje se concentrasse sobre o caso de Lukács. Eu não sou nem um inimigo, nem um discípulo dele. Para mim, Lukács é uma personalidade entre outras. Há grandes questões da teoria marxista das ideologias que atualmente superam Lukács.

J. Chasin — É verdade, não cabe tomá-lo como inimigo ou discípulo de Lukács. Mas, há entre ambos, o ponto comum, muito importante, da postura e da luta anti-stalinista. Por este motivo, quero insistir em dois pontos. Gostaria que desenvolvesse um pouco mais sua interpretação do stalinismo, pois, das colocações já feitas, fiquei com a impressão de que você o toma, sobretudo, no plano superestrutural, de modo que o fenômeno todo corre o risco de ser reduzido a questões de consciência. Se, ao contrário, o tomarmos como problema em sua totalidade concreta, o stalinismo se vê configurado por determinantes objetivas, e gerando resultantes no mesmo plano, claro que com graves conseqüências na esfera superestrutural.

Por outro lado, não me parece que sua identificação, daquilo que seria o "grande problema stalinista em Lukács", permita afirmar a permanência de uma natureza stalinista em seu pensamento. Mesmo porque bastaria pensar no Marx de A Sagrada Família, quando afirma que "não se trata do que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado inteiro, conceba em dado momento como o alvo. E, sim, do que é o proletariado, e do que, em conformidade com o seu ser, ele será historicamente compelido a fazer". Daqui extraio uma única conseqüência: é da mais antiga tradição marxiana distinguir entre o nível da consciência imediata do proletariado, coletiva ou individualmente tomado, e a consciência mais alta, mais plena, cientificamente organizada que ele possa atingir. História e Consciência de Classe, efetivamente, tem uma dimensão hiper-hegeliana e muitos outros problemas. E acho que o melhor de Lukács, sem nenhum desprezo pelo que há de bom e certo em H.C.C., não está nesta obra, mas na obra posterior à Segunda Guerra, onde dois pontos avultam. Um ligado à questão metodológica, o problema

10

11

da concreção na captura intelectual da realidade, onde joga um papel fundamental a lógica da particularidade; e o segundo ponto, a necessidade da construção de uma ontologia. E, aqui, não estou preocupado em defender o produto "final" da obra que ele nos deixou, mas a exigência de uma ontologia para a resolução teórica geral e epistemológica do marxismo e, conseqüentemente, de sua prática. Para finalizar, o stalinismo, além de tudo, é precisamente a negação, no campo metodológico, da lógica da particularidade, ao mesmo tempo que recusa, necessariamente, a possibilidade de uma ontologia marxiana. Ontologia, que aliás, me pareceu, na sua exposição sobre a questão da alienação, um elemento fundante, na medida em que, se o ser social se aliena, para o estudo desta alienação há a necessidade de se saber o que ele é, como se explicita e se desdobra, como se "perde", como se supera e avança. Resumindo: eu queria que você se situasse frente a Lukács, com relação à lógica da particularidade e à ontologia, tomada não como resultado de uma obra, mas como proposta de fundamentação geral do marxismo.

A.S. — Você levantou duas questões. A primeira, se o stalinismo é um fenômeno de superestrutura ou de infra-estrutura, e a segunda é sobre a apreciação de Lukács. Eu começo pela segunda, porque eu quero fazê-lo de um modo bastante rápido. Eu me recuso a fazer do problema de Lukács um problema fundamental, porque para mim não é um problema fundamental. Pode ser que isto vá irritá-los, mas eu nunca compreendi do que trata este postulado da ontologia do ser social, sobre o qual ele me falou várias vezes. Eu não compreendi, pode ser erro meu, mas pode ser outra coisa. A lógica da particularidade pode ser um problema, mas um problema filosófico entre tantos outros, e não é para mim fundamental do ponto de vista da evolução do marxismo.

Na história do marxismo, mesmo as personalidades que estiveram em campos opostos, até certo ponto andaram juntas, porque é um problema de uma situação concreta em certo momento. No caso, é um problema da consciência concreta de classe e da apreciação de seu valor. Evidentemente, cada marxista dirá que não é uma coisa decisiva para nós marxistas, sustentando a tese teórica e ideológica, o que pensa o proletariado num momento dado. Talvez seja reacionário, retrógrado, se se pensa no caso dos E.U.A., o país mais desenvolvido do mundo, onde a classe operária é a mais reacionária de hoje. Agora, baseando-se nisto pode-se rejeitar todo o marxismo e toda a esperança no socialismo. Certamente não podemos fazê-lo. Devemos, apenas, nos debruçar sobre o problema para compreender o que se pode fazer, pois há explicações. Há ainda um outro problema. Desta tese citada não há uma passagem que permita dizer, em geral, que não é importante o que as pessoas pensam, que a única coisa que importa é aquilo que nós pensamos. Numa certa interpretação isto pode ser justo, mas numa interpretação generalizadora, é injusta e pode-se tornar a base ideológica do stalinismo, não como a teoria e a atividade de Stalin, mas como a teoria e a atividade de toda uma época, onde se negligenciou aquilo que as pessoas pensavam. É o vanguardismo do partido. E Stalin mesmo previniu em relação a isto em Problemas Fundamentais do Leninismo. O partido não pode estar atrás do movimento, como queriam os adeptos do movimento espontaneísta, mas ele também não pode ficar num vanguardismo tal que acabe por destacar-se da classe. Ele vai na frente da classe e a classe não

10

pode segui-lo. Stalin escreveu coisas muito justas, mas ele fez coisas que foram contrárias àquilo que ele havia dito. No caso de Lukács, não sabemos se ocorreria o inverso, à medida que ele queria fazer coisas justas, mas certamente não teve o poder, assim não poderemos dizer o que ele faria caso fosse chefe de estado. Lukács escreveu coisas falsas e nós as devemos ver, não para diminuir a importância do homem, mas para compreender cada personalidade, mesmo a mais original de todas, na corrente de pensa-

mento de sua época. Mas isso não é importante... O que é o stalinismo, isso sim é importante. São problemas somente de superestrutura, do pensamento, das ideologias? Você diz que não, que é também da infra-estrutura. Estou de acordo e quero ir mais longe, assim como fiz no meu livro O Movimento Comunista na Encruzilhada, porque procuro as fontes onde tudo isso se origina. Para mim o stalinismo é função de uma dada situação, de uma sociedade que deve fazer o socialismo em condições não apropriadas. Se não houvesse Stalin, enquanto pessoa, haveria outro Stalin. É assim como Plekhanov disse: se não existisse Napoleão, haveria muitas espadas que fariam a mesma coisa, de maneira pior, melhor, mas fariam a mesma coisa. O mesmo ocorre com Stalin, se não fosse ele, seria Trotsky, e aí sim seria pior, o sabemos, com o conhecimento que temos do homem e de sua psicologia. Ou seria outro, mas faria a mesma coisa, porque era necessário. E por que é necessário? É isso que importa para nós. Esta questão na época pós-revolucionária não foi vista, não foi compreendida. A revolução tinha sido um enorme sucesso internacional, havia grandes esperanças, as pessoas eram grandes idealistas que queriam realizar alguma coisa. Elas colocaram suas esperanças, suas ambições, no bom sentido da palavra, em torno dos mesmos objetivos, pensando na possibilidade de tudo fazer. Esse era o desespero de Lênin que, durante os últimos anos de sua vida, viu já o que se passava. Ele falou da União Soviética como um estado socialista com uma deformação burocrática. E esta deformação só pode explicar parcialmente a questão, na linha do que ele queria crer, que havia elementos estranhos à classe operária que se infiltraram e que mudaram o caminho. No fim de sua vida, ele falou do partido como um partido burocratizado, e assim por diante. Nós devemos colocar a questão, por que isso ocorre em todos os países? Por que há a repetição da mesma coisa? Por que em todos os lugares, em todos os partidos há pequenos stalins, não só nos países socialistas, mas também onde o partido não tem o poder? Como isto acontece? Do ponto de vista ideológico do ideal marxista deveria resultar uma outra sociedade. Aqueles que fazem um grande combate como, por exemplo, o Solidariedade na Polônia, brigam por um socialismo autogerido pelos operários. E se diz que isso é contra-revolucionário. Mas era isso que Marx dizia no Manifesto Comunista, que o socialismo deveria ser o reino autogerido pelos operários. Deveria ser tudo diferente, não com a burocracia, não com o aparelho de repressão que se volta contra o próprio partido, contra os militantes mais fiéis. Assim, toda a velha guarda bolchevique, não só na Rússia, mas também na Polônia, em 1968, foi exterminada. E isto se repete. Mas, por quê? E você tem razão, quando diz que não é um problema somente a nível ideológico. Dá-se uma necessidade obrigatória. É obrigatória quando se faz o socialismo numa sociedade onde não há consciência social para fazê-lo, mas somente para combater o velho regime, porque

14

10

neste aspecto havia o consenso total da classe operária. Quando não há consenso em relação ao socialismo... Aqui se evidencia o elemento subjetivo. Por outro lado, quando não há na base a possibilidade de fazer aquilo que Marx demandou na Ideologia Alemã em 1846 (Ideologia Alemã, Parte A, Item 1. N. dos E.). Aí ele expressou literalmente três condições para a construção do socialismo: primeiro, a possibilidade da distribuição imediata, no dia seguinte à revolução, da riqueza. Ter, assim, a igualdade na riqueza e não a igualdade na pobreza, pois isso não é socialismo. Assim, quando não se tem esta distribuição não se tem o consenso. Quando não há o consenso e, ainda mais, quando a revolução não é feita nos países decisivos, como indica Marx, na terceira condição, nem é realizada simultaneamente em todo o mundo (segunda condição), quando essas condições não existem, se é obrigado a fazer em consequência, quando se dá o cerco dos inimigos, o contrário de tudo aquilo que Lênin escreveu em O Estado e a Revolução. Porque, no momento daquela obra, ele pensava numa revolução mundial, particularmente européia, não sendo necessário, assim, um exército estável, um aparelho de repressão. Ou seja, quando não se pode começar, no dia seguinte, o processo de liquidação do Estado, o Estado tem que ficar e ele ficará. Liquidação do Estado não como totalidade, mas como aparelho de repressão, porque isto também é um ponto que deve ser bem compreendido. O marxismo não é um anarquismo, o marxismo nunca falou de uma utopia idiota. Na sociedade moderna o Estado, como dizia Engels, não cuidaria da administração dos homens, mas da administração das coisas.

T. Calvet — E Althusser?

A.S. — Eu sei que Althusser exerceu grande influência na América Latina. Lutei contra Althusser e sua compreensão do marxismo como uma coisa estável, não passível de evolução, que não pode compreender a historicidade e que enxerga a realidade composta de fragmentos. Mas vamos deixar de lado esta questão. Nós estávamos falando da alienação...

T. Calvet — E a alienação para Althusser?

A.S. — Althusser não compreendeu nada disso. Quando ele leu os *Gründrisse*, ele disse: "a isto chegam os grandes pensadores que recaem sobre seus erros de juventude". Para ele os *Manuscritos* não valem nada, tudo é um humanismo. Ele dizia que o marxismo era um anti-humanismo, um anti-historicismo. E, para mim, um homem que diz isto é, no mínimo, um ignorante, mas ele não o era. Deixando isto de lado...

J. Chasin — Sim, sim, a teoria da alienação.

A.S. — Eu digo que a teoria da alienação não é simplesmente "desconhecida", e esse é o elemento importante, mas é uma teoria "perigosa". Se o socialismo é a luta contra a alienação, se ela é uma situação latente no homem e na sociedade, ela pode reaparecer com novas formas, antes inexistentes. Nesse caso, deve-se também aplicar a teoria da alienação ao caso do socialismo. E é isso que não se quer. Porque, se isto for verdade, se, ao aplicar a teoria da alienação ao socialismo, for compreendido o que é a burocracia como alienação, o que é o estado socialista como alienação, o que são todas as deformações como alienação, com isso se poderia resolver uma série de problemas. Há um sentido muito forte de luta contra as deformações do socialismo, e, quando se lembra que o socialismo, segundo Marx, não é um estado de coisas, mas um processo, assim, a teoria da alienação

é a teoria mais forte num processo de mudança da sociedade socialista. Eis por que, no tempo de Stalin, os Gründrisse foram considerados como uma obra esotérica. Entre os comentários que Marx faz sobre Smith e Ricardo há páginas de uma importância fantástica para a compreensão da filosofia marxista e, particularmente, da alienação. Eu me dediquei a esta luta: em O Marxismo e o Indivíduo Humano, por exemplo, há um capítulo, não o penso como original, mas o marxismo ainda não é conhecido, nem mesmo dentro dele, que viu que, em Marx, há duas concepções sobre a alienação: a alienação objetiva e a alienação subjetiva. No existencialismo e na sociologia houve um boom da teoria da alienação, mas se trata de uma série de trabalhos tratando da questão da auto-alienação, da alienação subjetiva. Mas, não se vê que, no marxismo, o aspecto fundamental é a alienação do trabalho humano. A alienação subjetiva ocorre depois, sobre a base desta alienação objetiva. Não se pode compreender o problema do capital, da mercadoria, do valor, do fetichismo da mercadoria, sem compreender a teoria da alienação. E há algo interessante para vocês: a primeira encíclica do novo papa se chama R*edemptor Hominis*, e é um documento sobre o qual nem a Igreja nem o marxismo falaram. Parece até que foi um marxista que a escreveu. O Capítulo II, o mais importante, é consagrado ao problema da alienação. E o papa, sendo também professor da Universidade de Dublin, acompanhou bem toda esta discussão em torno do meu livro O Marxismo e o Indivíduo Humano. E o papa escreveu o referido texto, de tal modo, que eu poderia até assinar o que está escrito, à medida que estou totalmente de acordo. No entanto, os marxistas recusam a teoria da alienação, consciente ou inconscientemente, porque eles não a aplicam ao socialismo, que é um terreno extremamente importante. Eu trabalhei sobre isto no livro A Alienação como Fenômeno Social, em 1977. Foi traduzido em diversas línguas, mas não ao português. Assim, comecei pelo problema do homem, pela antropologia filosófica; depois, o homem e a sociedade — O Marxismo e o Individuo Humano; finalmente, o problema da alienação. E, agora, publico um livro que é totalmente voltado à análise do movimento comunista. Estes são os três grandes caminhos que me interessam. Certamente, além disso, fiz toda uma série de coisas. Elaborei manuais visando a popularização do marxismo, que desempenharam um grande papel na Polônia. Em 1945, houve a publicação de mais de cem mil exemplares, mas isto é marginal.

T. Calvet — Que contatos teve com personalidades intelectuais e polí-

ticas, incluindo Lukács?

A.S. — Minhas atividades propiciaram encontros com várias pessoas. Muitas, infelizmente, liquidadas pela onda stalinista. Conheci muitas pessoas que foram liquidadas, antes e depois da guerra, na Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia. Conheci Lukács depois da guerra. No início foi um contato muito amigável, ele tinha muita simpatia por mim; eu tinha, com relação a ele, a diferença de uma geração. Mantivemos uma correspondência, da qual parte foi publicada. Mas o que importa acrescentar, aqui, é que meu encontro com ele não foi com o homem e sim com as suas idéias. As idéias de Lukács projetam uma luz no contexto de uma época, na evolução do pensamento marxista. Essa época foi entre as duas guerras mundiais e no pós-guerra. Lukács está ligado ao humanismo alemão, principalmente a Hegel, e isto é a sua maldição, apesar de sua autocrítica, ele está totalmente embe-

10

11

13

bido nesta filosofia alemã. E, ao mesmo tempo, ele está embebido da tradição de toda uma geração de ideólogos e teóricos do marxismo. Uma geração que, sem dúvida, é bastante superior àquela que temos atualmente. Foram grandes homens, pensadores, teóricos, escritores, economistas etc. Foram homens políticos, homens de Estado. É o caso de Lênin e Stalin. Não se pode rejeitar por completo as obras de Stalin, várias gerações aprenderam o marxismo tendo como base estas obras. É o caso da sua obra lingüística, que é válida até hoje. Stalin era, pois, um grande líder e um grande pensador. É o caso também de Mao-Tsé-Tung, de Togliatti. Esta geração de líderes, que eram também pensadores, acabou. Não há nenhum. Pode ser que haja bons homens de Estado, mas não são pensadores.

Nessa elite havia algo em comum, que ligava a todos. Era a sua compreensão da relação entre o partido e a massa, entre a ideologia do partido e a consciência da massa, onde, sempre o partido, a ideologia do partido estava em primeiro lugar. E, num certo ponto de vista, isto é justo, porque o partido, na sua definição, é a vanguarda. Mas, com isto, se criou uma coisa nefasta, que foi a base do stalinismo. Pensa-se que Stalin fez isso, que ele impôs esta visão. Mas isso não é verdade, este ponto de vista foi partilhado por uma série de pessoas, durante a euforia pós-revolucionária. Era a grande alegria, a primeira revolução proletária do mundo e que foi vitoriosa contra todo o mundo. Esqueceu-se que se era responsável não só pela vitória da revolução, mas também pela luta contra a contra-revolução, responsável também pela evolução da sociedade socialista. Tinha-se um ideal, mas a realidade era bem diferente deste ideal. Não se pensou sobre isto, justamente porque se estava convencido de que, com esta ideologia, a ideologia da vanguarda, se criaria a transição para o homem novo. É isto que é interessante: o que importava era aquilo que o partido pensava, isto estava em primeiro lugar, e era o que devia ser feito.

Acho que já falei do pequeno ceticismo cartesiano de Marx e Engels. Vocês sabem que, a uma pergunta feita por sua filha: "Qual é o princípio que mais aprecia na vida?", Marx respondeu com uma frase de Descartes: "De homnibus dubitatum est". Engels fez a prova da aplicação desta máxima cartesiana, escrevendo aquelas cartas para Vera Zasulich (abril de 1865), onde diz: "Desde o dia seguinte à revolução até agora, os revolucionários viram que a revolução feita não se assemelhava com a revolução que eles queriam fazer." E depois acrescentou: "Pode ser que também venha a ser o nosso caso."

Na época da euforia pós-revolucionária, esqueceu-se desta gota de ceticismo cartesiano, que se deve guardar para manter a saúde mental e moral. A única possibilidade de se encontrar uma resposta, naquela época, era a fé que "nós tínhamos" e que, por sua vez, era capaz de mudar o mundo. Infelizmente isto levou ao stalinismo, isto é, à crença de que "nós sabemos de tudo", "nós somos superiores e o que pensa o homem não tem importância". Isto é o inverso da democracia, é o inverso daquilo que, Gramsci, prevendo as conseqüências negativas da revolução, colocou: o consenso social.

O Estado como aparelho de repressão deve desaparecer, mas é impossível isto acontecer se a sociedade é contra o socialismo. Como atingir os objetivos, senão através da força física? E eis que começa a acontecer uma

sucessão de coisas, que são totalmente contrárias à definição do socialismo, mas que foram necessárias. O fenômeno do stalinismo, de um ou de outro modo, torna-se obrigatório com esta forma de organização do partido, que é uma organização militar, da qual Lênin falou em 1902, quando começou a discussão com os mencheviques: era um fenômeno tipicamente russo, onde o movimento era ilegal; portanto, não se pode aplicá-lo em regimes democráticos. Era um fenômeno russo, um fenômeno passageiro, e eis que lidaram com este fenômeno como se ele fosse mundial e eterno, onde se torna obrigatório o uso da força física e da violência para a sustentação do poder. Essas são as fontes do stalinismo. O culto à personalidade é a superfície das coisas. Em relação à personalidade de Stalin, penso que era um homem paranóico, doente e, sem dúvida, deve ter acrescentado nisto tudo algo de pessoal. Mas poder-se-ia ter um outro Stalin, talvez com característica diversa, mas seria a mesma coisa. Eis a resposta. O fenômeno do stalinismo aparece como um fenômeno da infra-estrutura e da totalidade da vida social. Ouando se põe uma situação, onde é impossível construir o socialismo, como ele foi concebido idealmente, ele vai pôr-se de maneira deformada, e o fenômeno do terror e da violência é a única possibilidade. E, obviamente, aparecerão as pessoas que serão os adesistas disto tudo, e farão tudo com todo o fanatismo necessário para que "o socialismo não desapareça". Mas a responsabilidade não é deles, é da sociedade e do movimento social, que fizeram coisas bestiais. Esta é a mensagem histórica que nós podemos tirar, como conclusão, de todo o desenvolvimento do socialismo de tipo stalinista ou mesmo neo-stalinista, para afirmar que não se pode pretender ser diferente disto tudo, se não há condições de ser diferente. É preciso paciência revolucionária, realizar um trabalho com as pessoas, antes da revolução, para que haja a consciência necessária para o estabelecimento de um consenso e, desta maneira, sobre a base objetiva existente, realizar a distribuição da riqueza.

J. Chasin — Na medida em que, de fato, é a partir dos países pobres que vêm-se dando as transições para o socialismo, com todas as conseqüências aberrantes, não resta dúvida que a história inverteu as expectativas. Estamos, portanto, diante de um verdadeiro drama, pois tudo indica que o socialismo continuará se pondo a partir de países do mesmo tipo. Como

quebrar, então, a lógica perversa do stalinismo?

A.S. — É verdade que a história até hoje se mostrou diferente daquilo que se queria. Mas são os homens que fizeram a história e fizeram-na de maneira falsa. É o caso desses países pobres chamados de "socialistas". Uma coisa só foi historicamente explicável e permitida: a Revolução Russa. Em 1917 não havia condições objetivas, nem subjetivas, mas por outro lado havia um clima revolucionário na Europa, particularmente depois da Primeira Guerra, de tal forma que se esperava uma revolução na Alemanha, na França, e em outros países. E isso era um dado importante. Lênin e os bolcheviques concebiam que a revolução na Rússia era um estopim que faria explodir a grande bomba a oeste. Neste caso, a Rússia (ver O Estado e a Revolução), como um nó de contradições, não seria um episódio isolado, mas desencadearia a revolução nos outros países; neste novo contexto ela se tornaria, de novo, um país atrasado, mas agora entre os países socialistas. O que quero dizer, como já disse momentos atrás, é que essa revolução é perfeitamente explicável, apesar da ausência de condições objetivas e subjetivas para o seu

10

desencadeamento. Contudo, as coisas que foram feitas, depois da Segunda Guerra, já foram diferentes, elas foram ditadas somente pelos problemas estratégicos da União Soviética. Mas, aqui, poder-se-ia dizer que não é apenas o problema de segurança da União Soviética que está em jogo, mas a segurança de todo o movimento socialista, que continua seu combate ao imperialismo. E deve-se fazê-lo para preservar a segurança, mesmo sabendo que isto terá resultados difíceis. E tem que se absorver isso. Na verdade, o que é um desastre são os socialismos honoris causa em diferentes partes do mundo. Em todos os casos, é um crime contra o marxismo. E deve-se dizer, ainda, de maneira aberta, é um crime contra essas sociedades, e também um crime contra o movimento revolucionário no mundo, porque estes países não se tornaram bases atrativas para a classe operária dos países desenvolvidos, mas o contrário é que é verdadeiro: são a base de rejeição do socialismo nestes países.

E o que se pode fazer contra o stalinismo?

A resposta é triste. De imediato, nada. Isso vai continuar. Só se pode mudar estes países muito devagar, passo a passo, com o seu desenvolvimento econômico e social. Não há nesses países o setor social que o pode fazer; e quando há, como é o caso da Polônia e da Tchecoslováquia, esse setor social é esmagado por outro. E não há este segmento social na União Soviética, e esse é o país decisivo. Nos outros países, a única coisa que pode ser dita é que se deve progredir passo a passo, lentamente. E tudo indica que estas modificações já estão ocorrendo, se bem que, lentamente.

Qual a solução, se, por enquanto, não há perspectivas de que o socialismo vá ocorrer nos países adiantados? É só a partir deles que a coisa pode ser resolvida. Somente com sua ajuda e com sua base se pode agir em direção a uma evolução mais rápida dos países subdesenvolvidos, que fizeram o socialismo até agora. Fala-se de democracia socialista e fazem-se coisas absolutamente antidemocráticas, ditatoriais e dizem que essa é a nova forma da democracia.

E o que vai acontecer?

Há uma perspectiva. Algo de novo se passa no mundo: a nova revolução industrial. É a segunda, e é muito mais profunda, muito mais decisiva que a primeira. É a revolução microeletrônica, com a qual surge a automação, a robotização, uma mudança total da vida social com a informática. Isso vai levar, nos próximos anos, a um desemprego estrutural de centenas de milhões, em todo o mundo. Os japoneses falam abertamente disto, afirmando que, até o final do século, eles desejam eliminar o trabalho físico com o aperfeiçoamento dos robôs. É assim também em outros países. Isso vai acontecer porque é uma necessidade, porque é o progresso, também nos países subdesenvolvidos. Com toda a certeza isso tudo acarretará uma mudança econômica e social. E, modificando a base da produção, as relações de produção também devem modificar-se, e também a superestrutura. Essa evolução, que é inevitável, leva a uma nova sociedade muito rica, mas totalitária. Esse desenvolvimento oferece a possibilidade aos grupos dominantes, aos possuidores do *know-how*, de desenvolverem uma sociedade totalitária.

Os movimentos revolucionários do mundo devem trabalhar para que esta evolução, sobre a base da nova tecnologia, possa oferecer condições para a superação das distorções que a história do socialismo apresentou.

10

DIALÉTICA DO SIONISMO

Maurício Tragtenberg

O sionismo aparece como um fato "revolucionário": leva pessoas a deixarem seu país para viverem uma vida radicalmente diversa, renunciando à sua origem social, à sua língua, à sua cultura, às suas relações sentimentais, rompendo brutalmente com seu passado, para reconstruírem sua vida. Os únicos precedentes paralelos são as Cruzadas e os emigrados que fundam os E.U.A. Nos futuros Estados-Nação não estava previsto um lugar para os judeus. Eles eram "diferentes". Mais e mais a deixar de largar tudo e construir um "lar nacional" animava os judeus. Todos esses movimentos nacionais tinham uma matriz comum: voltados ao passado, cada povo cuidava de inventar um passado nacional glorioso pretendendo marcar por sua existência o retorno à uma "idade de ouro". Era natural que os primeiros sionistas na lógica dos movimentos nacionalistas da época tinham a tendência a ver num território nacional a solução do problema judeu e visualizar na sua vida num novo Estado um prolongamento da história judaica, após curta interrupção de 2000 anos. Os velhos reinos judeus criaram a primeira comunidade centrada no Primeiro Templo. Após o retorno do exílio babilônio a segunda comunidade judaica instituiu-se em torno do Segundo Templo. Era chegado o momento de criar uma Terceira Comunidade, um Estado Judeu Moderno. um verdadeiro Terceiro Templo. O pensamento político sionista torna-se inseparável de uma mística religiosa. Embora Herzl autor do Estado Judeu não fosse movido por uma inspiração messiânica, com o contato das massas judaicas da Europa Central, convence-se que essa mística era essencial ao sionismo.

Outro elemento integra o desenvolvimento do nacionalismo judaico: o ideal socialista. Para os jovens judeus dos guetos da Rússia e da Polônia os evangelhos eram Marx, Tolstoi. O trabalho manual exerce uma atração mágica sobre esses jovens que assistem seus parentes envelhecerem como comerciantes ou usurários. Todas essas aspirações resumem-se numa só: partir, não ser mais uma minoria sem defesa, à mercê da primeira tropa de cossacos que encontram no judeu o "bode expiatório" da incapacidade do Czarismo em atender aos reclamos populares.

Deixar essa miserável existência que leva ao autodesprezo do corpo e do espírito. Trabalhar a terra e se libertar pelo contato místico com ela, nossa mãe. Criar uma sociedade sem senhores e escravos onde todos serão iguais. Realizar isso no "seu" país, marchar nas esteiras dos antigos heróis de seu povo, ressuscitar uma comunidade judia, viver nos espaços dos relatos bíblicos, tal era o sonho. Esse sonho maravilhoso, exaltante, conduziu inúmeros jovens judeus da Europa Central à uma província turca denominada Palestina.

Esse movimento de libertação, puro e corajoso, se propunha a criar uma sociedade harmoniosa onde a única luta a ser travada era a luta contra si mesmo, no meio de tanto entusiasmo um fato perdeu-se de vista: a Palestina já era um território habitado.

O sionismo político inicia-se com a obra de T. Herzl O Estado Judeu, que trata da "habitação dos trabalhadores", da "aquisição de terras" dos "operários não qualificados", tudo é previsto inclusive as cores da nova bandeira nacional.

Em toda obra de Herzl não há uma só menção sobre a existência dos árabes palestinos. Explica-se quando Herzl sonha com o "Estado Judeu" pensando em localizá-lo em qualquer lugar, Argentina, Canadá ou Uganda. Somente quando redige o último capítulo de seu livro verifica que só a Palestina como espaço do futuro "Estado Judeu" seria capaz de mobilizar emocionalmente as massas judias da Europa Central. Para ele, o "Estado Judeu" na Palestina se constituiria num "ponto firme da civilização contra a barbárie", num posto avançado da Europa na Ásia".

Segundo Chaim Weizmann — que se tornou primeiro presidente de Israel — no Congresso Sionista de 1931 admite que Herzl não ligava necessariamente o sionismo a um Estado Judeu, nem a Palestina como sede.

Weizmann nota que no 1.º Congresso Sionista em 1897, quando Herzl admite a idéia da ressurreição de o povo judeu dar-se na Palestina, a fórmula "Estado Judeu" desaparece de suas declarações. O programa sionista adotado pelo Congresso preocupa-se em "assegurar uma existência legal aos judeus na Palestina".

Era a época do apogeu do imperialismo, aureolado de glória e idealismo quando os poemas de Kipling cantam o "fardo" do homem branco em territórios inóspitos. Cecil Rhodes era convertido em herói. Não se relacionava o ressurgimento da Ásia ou África com o surgimento dos nacionalismos europeus.

O sionismo no seu início não é somente o produto dos nacionalismos europeus, faz parte da última vaga da expansão imperialista. O sionismo apareceu cem anos depois, sem poder beneficiar-se do movimento da expansão européia, trinta anos antes, para encontrar a resistência afro-asiática à sua presença em terra árabe.

Os sionistas, por ocasião do Congresso da Basiléia de 1897, não conheciam a Palestina, onde jamais puseram os pés. Só conheciam uma realidade: a Europa com seus "progroms", discriminações e terríveis presságios de futuras tragédias. Sabiam vagamente que a Palestina possuía alguns habitantes, mas isso na época não constituía um centro de preocupações.

Herzl era um europeu, e suas idéias respostas a situações européias. Os sionistas contemplavam o passado do povo judeu e não a paisagem da Palestina.

Sion e a menor colina de Jerusalém tornam-se símbolo religioso, local da palavra divina. A Estrela de David é o símbolo do novo movimento. O novo Estado escolhe a "menorah" o candelabro do Templo, como símbolo agregado. Nesse universo simbólico não há espaço para o período não hebraico da história da Palestina, muito menos para a herança gloriosa de outras nações semíticas irmãs.

Herzl procurava o apoio das grandes potências para seus projetos, daí dirigir-se ao Sultão da Turquia: "Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, poderíamos comprometer-nos a estabilizar completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos ali um bastião contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Manteríamos, como Estado neutro, relações constantes com toda a Europa que deveria garantir a nossa existência." (T. Herzl, L'Etat Juifs, Paris, Lipschutz, 1926, p. 95).

Eis o sionismo colocado no quadro das políticas imperialistas européias. O texto aprovado significava no pensamento dos fundadores: visar a autonomia da Palestina judia sob a soberania do sultão com a garantia das

grandes potências.

Outro traço da política de Herzl era especular com o anti-semitismo e com o desejo de se desembaraçar da população judia, para promover a emigração à Palestina. Assim, em 1903, Herzl obteve do ministro czarista Plehve, organizador de "progroms" iniciando uma tradição política em que a convergência do programa sionista com o dos anti-semitas, abertamente reconhecida por ele, tornava-se quase fatal. Plehve promete ao sionismo "apoio material e moral na medida em que certas de suas medidas práticas sirvam para diminuir a população judia na Rússia", conforme relata Bernfeld (Le sionisme, étude de droit international public, Paris, Jouve, 1920, p. 399 ss.).

Isso leva Herzl a dizer que "até hoje meu partidário mais ardente é o anti-semita de Petersburgo (hoje Leningrado) Ivan V. Simonyi conforme relata A. Chouraqui (T. Herzl, p. 141). Witte, Ministro das Finanças do Czar, explica a Herzl que "se fosse possível afogar no Mar Negro seis ou sete milhões de judeus, ficaria perfeitamente satisfeito com isso; mas como tal não é possível, nesse caso devemos deixá-los viver". Quando Herzl observa que espera do governo russo certos estímulos, ele responde: "Mas damos aos judeus estímulos para emigrarem como, por exemplo, pontapés." (Idem, p. 301 ss). Herzl reconhece "Objetar-me-ão razoavelmente que faço o jogo dos anti-semitas quando proclamamos que constituímos um povo, um povo único." (Idem, p. 259).

A realização do Estado sionista liga-se a um ato político inglês "A Declaração Balfour" de 2-11-1917. Por que motivos a Inglaterra emitiu a Declaração Balfour? Para alguns anti-semitas, ela o fez para compensar os pretensos esforços dos judeus norte-americanos para arrastarem os E.U.A. para a guerra ou pelas vultuosas compras de títulos de guerra pelos judeus ingleses, ou pela teoria romântica, segundo a qual a "Declaração" se deu como resposta à invenção de um poderoso explosivo por Heinz Weizmann utilizado pela

Inglaterra. Como é inaceitável a tese de Chaim Weizmann segundo a qual isso se deu por obra da sedução exercida pelo Grande Retorno sionista no espírito dos ingleses impregnados pela Bíblia, como ele formula em *Trial and Error*, London, 1950, p. 226).

Sabia Weizmann que uma potência empenhada numa guerra de alcance mundial, não se moveria por razões metafísicas para conferir aos sionistas um "Lar Nacional Judeu" na Palestina, daí escrever ele (ob. cit. p. 258), que "ao apresentar-vos a vossa resolução, confiamos o nosso destino nacional e sionista ao Feoreign Office e ao Gabinete de Guerra Imperial, esperançados em que o problema seria considerado à luz dos interesses imperiais defendidos pela 'Etente'".

Os grandes motivos da "Declaração Balfour" foram outros. Foram os efeitos de propaganda esperados sobre os judeus dos Impérios Centrais e da Rússia na esperança de colher benefícios na futura liquidação do Império Otomano. Os judeus da Alemanha (onde esteve instalada a sede da Organização Sionista até 1914) e da Áustria-Hungria tinham sido conquistados para o esforço de guerra pelo fato de se tratar de combater a Rússia czarista, perseguidora dos judeus. No território russo conquistado, os alemães apresentavam-se como protetores dos judeus oprimidos, como libertadores do jugo moscovita. "Por demasiado tempo haveis sofrido o jugo de ferro moscovita", declara na sua proclamação aos judeus da Polônia, o Alto Comando dos Exército Alemão e Austro-Húngaro em agosto/setembro de 1914. É irônico, depois da experiência que se seguiu — com o nazismo — ler esta violenta denúncia dos "progroms" e do anti-semitismo czarista. Os partidos social--democrata alemão e austro-húngaro utilizavam também o álibi da luta contra o czarismo como reacionário e anti-semita para justificarem seu apoio ao governo na guerra imperialista.

Por outro lado, a Revolução Russa reforçava as tendências derrotistas na Rússia. Atribuía-se aos judeus papel importante na Revolução Russa. Era fundamental dar-lhes motivos para apoiarem a causa aliada. Não constitui mera coincidência a "Declaração Balfour" surgir cinco dias antes de 7 de novembro (25 de outubro no calendário juliano) em que os bolcheviques tomaram o Poder. Um dos objetivos da "Declaração" era apoiar Kerensky. Pensava-se também na força dos judeus norte-americanos, pois os E.U.A. juntaram-se aos Aliados, daí ser necessário obter um esforço máximo quando neles predominava a tendência ao pacifismo. Isso confirmado pela Declaração de Lloyd George à Palestine Royal Commission em 1936: "Os dirigentes sionistas fizeram-nos a promessa firme de que se os aliados se comprometessem a dar-lhes facilidades para o estabelecimento de Um Lar Nacional na Patestina, fariam o que estivesse ao seu alcance para mobilizar os sentimentos e o auxílio dos judeus à causa aliada através do mundo. Fizeram o melhor que podiam", conforme G. Lencowski (The Middle East in World Affaird, Ithaca, 1962, p. 81 ss.). Era necessário antecipar-se aos sionistas alemães e austríacos que negociavam com os seus governos uma espécie de "Declaração Balfour" conforme relata K. J. Herrmann (Political Response to the Balfour Declaration in Imperial Germany no Middle East Journal XIX, 3, 1965, p. 303-320).

Enquanto isso, as grandes potências manobravam junto a Hussein para uma revolta contra os turcos em troca de um grande reino árabe, no mesmo momento o acordo Sykes-Picot partilhava em 1916 na mesma região as zonas de influência entre Inglaterra e França, essa utilizava suas relações com os libaneses para edificar a "Grande Síria" (incluindo a Palestina), não era mau dispor no Oriente Médio de uma população ligada à Inglaterra pelo reconhecimento e necessidade. Converter a Palestina em problema especial, atribuindo à Inglaterra uma responsabilidade particular, que era obter base sólida de reivindicação na partilha após a guerra. Weizmann insistiu no seu pedido à Inglaterra para que ela exercesse um protetorado sobre o futuro Estado Judaico (Trialand Error, p. 243). A vitória sobre o Império Otomano na Palestina e Síria permitiu a aplicação da "Declaração Balfour".

Segundo Weizmann, até 1918 a questão árabe estava em segundo plano e os sionistas a tinham negligenciado. Porém, a fase de realização do sionismo coincide com o surgimento do movimento nacionalista árabe. Ainda era possível uma aliança entre o sionismo e o movimento nacional árabe, o dirigente árabe mais importante oferecia na época aos sionistas um Estado Autônomo reunido à Síria sob sua Coroa, 30 anos depois o Rei Abdullah, irmão de Faiçal, fazia o mesmo. Mas a direção do movimento sionista instalada na Palestina após 1918 não o aceitou. Nenhum de seus membros tinha a mais leve noção do que era o movimento nacionalista árabe, a união contra o imperialismo lhe parecia sem importância. Faiçal mostrara-se favorável ao estabelecimento de uma comunidade judaica na Palestina sob sua Coroa. No seu universo tribal, a raca se constituía em fator importante, ele considerava os judeus membros da família semítica. Numa de suas "Mensagens" ele desculpa-se por não poder comparecer a uma das assembléias da Organização Sionista por razões puramente circunstanciais, ajuntando que "tais manifestações são importantes para a compreensão entre duas nações unidas por tão antigos laços". Em 1919 ele manifestara-se junto ao líder judeu norte-americano, Felix Frankfurter: "Sabemos que árabes e judeus são irmãos de raca. Faremos tudo que estiver ao nosso alcance para aceitarmos as propostas sionistas na Conferência de Paz e acolheremos de todo coração os judeus que juntarem-se a nós. O movimento judeu não é um movimento imperialista, é um movimento nacional. Creio verdadeiramente que, para atingir seus objetivos, cada um de nós precisa do outro." O acordo Faiçal--Weizmann previa a formação de um grande Estado Árabe apoiado pela Organização Sionista e o apoio árabe à formação de um Estado Palestino. Isso jamais foi realizado. Faiçal colocou como condição a aceitação de suas pretensões a Síria junto à Conferência de Paz, fazia o acordo depender da outorga da independência árabe, sem o que não valia. Os franceses invadem Damasco, depõem Faiçal, reprimem o nacionalismo sírio e palestino. Mas em 1920, na Conferência de San Remo, as teses sionistas são aceitas pelas Grandes Potências.

A situação tem seu desfecho com o Mandato conferido à Inglaterra concedido pela Sociedade das Nações a 24 de julho de 1922, com a finalidade de criar um estado de coisas destinado ao estabelecimento de um Lar Nacional na Palestina aos judeus.

Algumas conclusões parciais se impõem. A realização de um projeto sionista iniciou-se depois, graças a um ato político obtido da Grã-Bretanha pela pressão da Organização Sionista. Com isso esperava a Inglaterra obter o apoio à sua política geral em relação aos judeus da Rússia e dos E.U.A., também em função de seus interesses no Oriente Médio após a decadência do

Império Otomano. A Inglaterra conciliava o apoio ao projeto sionista com o apoio à dinastia hachemita. Os dirigentes sionistas ajudaram essa conciliação mantendo em hibernação a idéia de um Estado Judeu contentando-se em reivindicar direito à emigração de judeus à Palestina. Razão pela qual os palestinos árabes podem legitimamente considerar que a implantação de um elemento estrangeiro novo (o europeu) lhes foi imposto por uma nação européia, graças à vitória militar de um grupo de nações européias contra um outro grupo a que aderira o Império Otomano.

A reivindicação da independência do Estado de Israel ante a Inglaterra tem como base a existência em 1943 de 539.000 judeus, ou seja, 31,5% da população total quando em 1922 a proporção não atingia a 11%. Essa imigração maciça só foi possível com o apoio inglês. Daí os dirigentes sionistas sob mandato inglês reclamarem o *reforço* do corpo de polícia britânica e se oporem a qualquer organismo representativo que diminuísse por pouco que fosse a autoridade do Alto Comissário.

Os mesmos acontecimentos que serviram de base para instalação de um Estado Judaico serviram para desembaraçar os árabes do jugo turco. Porém, em vez do Estado Árabe unitário independente, eles assistiram a "balcanização" da região pelas potências ocidentais, dividida a região entre a França e Inglaterra. Enquanto, porém, as organizações nacionalistas árabes tinham como base de suas reivindicações as massas locais, as organizações sionistas tinham contra elas a maioria do povo do país onde queriam estabelecer um Estado soberano.

A Inglaterra publicara o Livro Branco em 1939 onde rechaça a idéia de um Estado Judeu englobando toda a Palestina ao mesmo tempo que limita a imigração e a venda de terras a sionistas. O nazismo tornou-se num elemento de pressão do judaísmo na Palestina, contrário ao Livro Branco e as limitações à imigração. Em fins de 1943 a população judia na Palestina atingia a 32%.

Isso possibilitava ao sionismo falar claro: "o fim do sionismo manteve-se inalterável desde Herzl: a transformação da Palestina numa pátria judaica, a fundação de um estado judeu. Por motivos de tática política esse fim nem sempre foi abertamente enunciado. Mas o desenvolvimento da Palestina e do problema judaico em geral atingiram um tal grau de maturidade que se tornou necessário falar claro". (Weizmann, op. cit., p. 139).

No Livro Branco a Inglaterra tornava claro que o estabelecimento de um Lar Nacional Judeu na Palestina não significava impor a nacionalidade judia a todos os habitantes da Palestina, mas desenvolver a comunidade judaica já existente com o concurso de judeus de outras partes do mundo. A Organização Sionista decidiu aceitar o Livro Branco supondo que "se for aplicado oferece-nos um quadro para constituir uma maioria judaica na Palestina e para levar a eventual fundação de um Estado Judeu". (Idem, p. 361).

Foi com o acordo sionista sobre a interpretação da Declaração Balfour excluindo um Estado Judeu que foi apresentado na Liga das Nações o projeto do texto concedendo à Inglaterra o mandato sobre a Palestina que a Liga das Nações o retificou a 24 de julho de 1922.

Com isso não concordava a facção "Revisionista" dirigida por Jabotinsky, no seio da Organização Sionista, pleiteava ela uma ação militar que consti-

10

11

12

13

14

2

3

tuísse o Estado Judeu nas duas margens do Jordão, sem levar em conta os árabes.

Bem ou mal a Inglaterra representou junto à comunidade judaica na Palestina o papel de Metrópole de uma colônia de povoamento, devido ao apoio ao crescimento da mesma, da mesma maneira como proteger a colonização britânica na América do Norte e a França a colonização francesa.

A primeira revolta dirigiu-se contra a Inglaterra, daí a formação das unidades terroristas do "irgun" e "Grupo Stern", quando surge o "Programa de Baltimore" que pede um Estado Judeu sobre toda a Palestina e um exército judaico e a imigração ilimitada de judeus à Palestina. Isso fez passar

ao segundo plano a questão árabe.

3

4

5

O que impressiona é ver jovens exaltados em quererem livrar "seu país" da tirania inglesa, não lembrarem que os "indígenas árabes" teriam algo a dizer também. Embora grupos árabes se dirigissem ao "Irgun" oferecendo-se para combater contra o imperialismo inglês. Porém, nesse momento a idéia de um Estado binacional entra em desuso ficando claro que no futuro estado instalado na Palestina judaizada pela imigração ilimitada os árabes

teriam que escolher entre a subordinação e a imigração.

Por isso em 1946 Martin Buber censurava o sionismo oficial em procurar firmar-se mais em acordos internacionais em vez de um acordo na região com os árabes interessados diretos. Daí precisar ele que "o programa de Baltimore (nome de um Hotel americano onde se realizou a reunião da Organização Sionista) interpretado como reconhecendo o objetivo da 'conquista' do país mediante manobras internacionais, não só desencadeou a cólera árabe contra o sionismo oficial, mas tornou suspeitos todos os esforços tendentes a uma compreensão entre judeus e árabes" (Buber Toward Union in Palestina, Essays in Zionism and Jewish-Arab Cooperation, M.

Buber, Jerusalem, Ihud Association, 1947, p. 7-13, Parte II).

Daí veio a Partilha decretada pela ONU, não aceita pelos árabes, que desencadeou a "Guerra de Independência" de Israel. Porém é necessário entender que para as massas árabes aceitarem as decisões da ONU significava uma capitulação sem condições perante um diktat da Europa, do mesmo tipo que a capitulação dos reis negros ou amarelos do Século XIX ante os canhões ocidentais apontados para seus palácios. A Inglaterra, como potência mandatária na Palestina, impedira uma reação indígena para expulsar esses colonos, ao mesmo tempo que se dava a garantia falaciosa de que se tratava da implantação pacífica de alguns grupos perseguidos e inofensivos, destinados a permanecerem minoritários. Quando o desígnio real deles se revela, o mundo euro-americano com a U.R.S.S. queria impor aos árabes o fato consumado. Roosevelt e Truman não prometeram que não tomariam nenhuma decisão a respeito da Palestina sem consultar judeus e árabes, em cartas a Ibn Seud de 5-4-45 e 28-10-46? Após a guerra a minoria árabe em Israel ficou sendo considerada quinta-coluna, daí a ampliação das medidas discriminatórias que já estava sofrendo há tempos.

Isso leva-nos a uma conclusão particular. A implantação na Palestina de uma nova população de origem européia, se deu em conseqüência de um movimento ideológico europeu, o sionismo. Alcançou sua finalidade: o domínio sobre o território onde se implantavam os imigrantes, graças à "Declaração Balfour" com força de Direito Internacional pela vitória dos

10

11

12

13

Aliados sobre o Império Otomano, graças à força da comunidade judaica na Palestina, com sua capacidade de manipular técnicas modernas, armas e organização do poder de pressão que dispunha na Europa e América. Alie-se o sentimento de culpa europeu pelo genocídio cometido pelos nazistas, seus irmãos de cultura européia, e seu desejo de se desculparem, sem grande mal, em detrimento dos árabes palestinos. No decurso do processo desejos, sentimentos e aspirações árabes não foram levados em consideração. O acordo Faiçal-Weizmann nascera morto, pois o primeiro não conseguira o apoio das massas árabes para suas reivindicações. Por outro lado, a história tem sua lógica interna: querer criar um Estado Judeu na Palestina árabe no Século XX só conduziria a uma situação colonial, com um tipo de racismo e afrontamento militar de etnias.

Fundamentar em direitos históricos a colonização sionista é não conhecer a história. O último Estado verdadeiramente independente da Palestina

desapareceu a 63 a.C. quando Pompeu se apoderou de Jerusalém.

Esse processo termina com a revolta de Bar Kochba contra o imperialismo territorial romano a 135. A população judia na Palestina diminuiu em conseqüência das deportações e da escravização, mas sobretudo pela emigração (já considerável muitos séculos antes da perda da independência) e pela conversão de inúmeros judeus ao paganismo, cristianismo e islamismo. É muito provável que os habitantes considerados árabes da Palestina possuíam mais "sangue" hebraico do que a maior parte dos judeus da Diáspora (Dispersão) cujo exclusivismo religioso não impedia a absorção dos convertidos de origem diversa. O proselitismo religioso foi importante na própria Europa Ocidental, durante séculos, o mesmo ocorreu em outros locais durante longos períodos. Historicamente, bastará para nos convencermos disso evocar o Estado Judeu da Arábia do Sul no Século XI de base árabe meridional judaizada, o Estado Judeu turco dos Khazars, no Sudeste da Rússia nos Séculos VIII a X, os judeus assimilados da China, os judeus negros do Cochim, os Falashas da Etiópia. Admite-se que o grupo heterogêneo formado por todos os judeus do mundo permanecesse em contato com o judaísmo religioso, fosse considerado dotado de caracteres permanentes a despeito de suas mudanças internas cabe perguntar: como seria possível atribuir-lhes direitos sobre um território determinado? Nesse caso poderiam os árabes reivindicar a Espanha.

O caráter colonial da implantação do sionismo na Palestina reside no fato de que o sionismo não desejava as riquezas do país, mas sim a substituição da mão-de-obra árabe pela judaica na Palestina. A compra de terras pela organização sionista dos latifundiários árabes, levou o "felah" à exclusão do processo produtivo, quando mais aumenta a compra sionista de terras, mais aumenta o número de camponeses árabes sem terra. É a colonização sionista que cria reativamente o nacionalismo árabe. Os camponeses árabes diaristas, despojados de suas terras, são a base do problema palestino. Inimigo da assimilação judia o sionismo crê que possa assimilar os árabes a seu projeto.

A criação de uma central sindical ao mesmo tempo empresarial como a Histadruth, que integra o "trabalho judeu" nas suas fileiras, exclui o árabe, é um dos fundamentos de uma formação econômico-social de "apartheid". Trabalho "judeu" e produção "judia" são a base da Histadruth. Ela é responsável por 20% do produto bruto produzido.

10

11

Segundo o líder trabalhista sionista Tabenkin, o movimento operário sionista sofrendo concorrência da mão-de-obra árabe estabelece uma economia judia nova. O processo de autocriação de uma classe operária judia em Israel se dá pela expulsão da mão-de-obra árabe das colônias judias e a criação de uma economia sionista nova fundada sobre a colonização operária, por meio do fundo nacional e instituições associadas. Como a mão-de-obra judia é mais cara que a árabe, o empresário judeu é subsidiado pela Organização Sionista para aceitá-la.

Após proclamação do Estado de Israel verifica-se a expoliação metódica das terras árabes, assim publicava em 1948 uma "Proclamação de Urgência sobre as propriedades de pessoas ausentes", elevada a lei em 1950 com o título "Lei Sobre a Propriedade de Pessoas Ausentes". Considera-se ausente o camponês árabe em Israel que abandona seu antigo domicílio antes de 1-8-48 ou que se instalou por qualquer razão naquelas áreas da Palestina controladas por forças opostas ao Estado de Israel entre 29-11-47 e a abolição do "Estado de Emergência" instituído pelo governo em 19-4-48.

Muitos dos árabes "ausentes" se deveu ao temor do campesinato árabe à repetição do massacre da aldeia de Deir Yassin onde a "Irgun", exército terrorista de Beguin, massacrou mais de 200 camponeses com mulheres e crianças. A lei permite ao governo declarar "zonas fechadas" por razões de "segurança" qualquer área. Para se entrar ou sair tem que se ter uma justificação escrita passada pelo comandante militar. Muitas das zonas de aldeias foram declaradas "zonas interditas" depois de seus habitantes terem sido expulsos. Com isso, comodamente suas terras foram confiscadas. Com as "Leis de Emergência" em vigor, o Ministro da Defesa recebia poderes para declarar "zona de segurança" qualquer região de Israel dela expulsando todos os habitantes, dez dias depois a essa Declaração. Foi assim que foram expulsos à força os habitantes árabes camponeses, de duas aldeias da Galiléia, Ikret e Kfar Baram. Apelaram ao Supremo Tribunal, antes que ele se pronunciasse, o Exército dinamitou as casas dos aldeões. Em 1953 foi promulgada "A Lei Sobre a Propriedade Fundiária", seis meses depois com base na lei foram confiscadas terras de 250 aldeias árabes. Para fixar a indenização expropriatória fixou-se o preço do dunam (dez dunams valem 1 hectare) em vigor em janeiro de 1950, valendo cinco vezes menos que em 1953, quando a lei entrou em vigor. Em 1958 promulgou-se a "Lei de Prescrição". uma emenda de leis otomanas que fixava em 10 anos o período segundo o qual poderia o camponês que trabalhara a terra registrá-la em seu nome. A "Lei de Prescrição" estende para 20 anos o prazo, tornando impossível muitas vezes que o camponês registrasse a terra em seu nome, permitindo ao Estado de Israel pôr as mãos sobre uma superfície de terras árabes, que atingem muitos milhões de "dunams". Surgiu a Lei da Ordenação Fundiária (desapropriação por interesse público) em 1943, com ela o governo apropriou--se de grande parte das terras árabes em volta de Nazaré, construindo uma cidade judaica.

Igual expropriação se deu na região onde se construiu a cidade judaica de Carmelo. Isso contraria a resolução das Nações Unidas de 29-11-47 que estipula: "Não se poderá proceder a qualquer expropriação de terra de um árabe, no Estado Judaico, salvo em casos de interesse público. Em todos os casos de expropriação, o Supremo Tribunal fixará o montante da indenização

10

11

que terá que ser paga integralmente antes de se proceder à expropriação". Os bens religiosos (Wakfs) islâmicos foram expropriados pelo Estado que retirou da comunidade islâmica o usufruto dos mesmos, apoderando-se de sua administração, apossando-se de seus rendimentos. Os bens islâmicos produzem grandes lucros, porém a comunidade muçulmana em nada se beneficia, daí a estagnação de suas atividades religiosas e culturais.

No campo a implantação do "kibutz", a exploração coletiva da terra por quem nela trabalha, se dá em terras de "refugiados" árabes onde se dá a exploração da mão-de-obra árabe, especialmente nas terras confiscadas. Nas mãos do capital bancário que o absorve o "kibutz" se torna uma exploração coletivista da mão-de-obra assalariada árabe das aldeias próximas. Quando instalado na fronteira, integra-se no Exército de Israel para vigiar a volta de "infiltrados", são os "árabes expropriados, transformados em 'refugiados' e mortos como 'infiltrados'".

A estrutura coletivista do "kibutz" insere-se na mecânica da economia capitalista de Israel, eles são integrados no mercado capitalista e dele dependem. Ocupam mais de 70% da terra cultivada, seus componentes na sua maioria são mestres, contra-mestres e administradores. Se se suprimir a mão-de-obra assalariada árabe, eles desapareceriam na sua maioria. Na Galiléia, foram instalados 20 "kibutzim" em terras expropriadas de camponeses árabes. Entre 1948 e 1953, foram instalados 370 novos "kibutzim", em Nazaré foram expropriados 120 hectares de terras em 1956 para fundar "kibutzim"."

As "zonas ocupadas" pelo Estado de Israel têm como finalidade suprir a burguesia israelense de mão-de-obra a preço vil, explorando um trabalhador sem defesa sindical. Em suma, economia "autárquica" judaica fechada ao "árabe" palestino, expropriação do mesmo e sua transformação em "refugiado", discriminação racial, criando um cidadão de segunda classe, o Estado Sionista procura realizar-se pelo expansionismo a pretexto de "defesa". Os massacres de Sabra e Chatila mostram até que ponto o racismo pode levar ao extermínio, aliás os judeus sentiram-no em sua pele na Segunda Guerra Mundial. Seria o caso de não transformar os palestinos nos "judeus do Século XX".

10

O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Caio Prado Jr.

Apresentação

CAIO PRADO JR.: UM INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO

Ricardo Antunes

CEDEM 9

6

11

10

12

13

14



Caio Prado Jr.

Apresentação

CAIO PRADO JR.: UM INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO

Ricardo Antunes

O texto ora apresentado reflete, com singular riqueza, a lucidez que caracteriza a obra de Caio Prado Jr. Escrito sob a forma de oito artigos, publicados no jornal A Platéa, de 25 de julho a 3 de agosto de 1935, trata-se de pioneira contribuição — desconhecida, pois jamais mencionada nas resenhas e biografias sobre Caio Prado —, das mais férteis dentre aquelas elaboradas pelos marxistas brasileiros, sobre a nossa realidade, num momento de violento empobrecimento e deformação do marxismo (hegemonia staliniana já presente e em consolidação no seio dos PC). Pode-se mesmo dizer que estes artigos operaram uma verdadeira ruptura com relação às análises vigentes naquela época. Texto que patenteia como se mesclam o intelectual e o militante, sem que essa fusão traga prejuízo a nenhuma das atividades, coisa pouco comum na história da esquerda brasileira.

Não seria aqui o local privilegiado para se mencionar os inúmeros méritos de Caio Prado; estas páginas seriam absolutamente insuficientes para tal empreitada. É imprescindível mencionar, entretanto, que foi Caio Prado o primeiro a negar vigorosamente a tese do feudalismo no Brasil, ao empreender uma análise que desvendava a essência e a particularidade da formação colonial brasileira. Análise esta, frise-se bem, integralmente calcada no instrumental herdado da dialética marxiana, onde os níveis econômico e político são tratados de maneira ontologicamente indissociáveis. Tudo isso permitiu a Caio Prado apreender o sentido da colonização. Em Evolução Política do Brasil (1933) e em Formação do Brasil Contemporâneo (1942) essa contribuição evidencia-se, constituindo a primeira análise histórica onde a particularidade brasileira aparecia em sua verdadeira dimensão, diferenciando-se, em seu processo, da forma como se objetivou o capitalismo europeu.

Pois bem, neste conjunto de artigos que agora apresentamos, sobre "O Programa da Aliança Nacional Libertadora", Caio já apontava o sentido da colonização:

"A colonização do Brasil pelos portugueses teve um único objetivo: a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa. Os colonos lusitanos que nos procuraram tiveram esta finalidade primordial:

10

11

14

a obtenção destes gêneros agrícolas. Não vieram a fim de se estabelecerem, constituir no Brasil uma nova sociedade, numa palavra, povoar o país. É nisto que nos distinguimos radicalmente das colônias do Norte da Inglaterra, núcleo primitivo dos futuros Estados Unidos, onde os colonos foram para povoar, e não simplesmente explorar riquezas naturais e lançar seus produtos no mercado internacional." (O Programa da A.N.L. — III). Além do sentido para fora da nossa colonização, este fragmento aponta, de maneira claríssima, a distinção entre as colônias de exploração e aquelas à base de povoamento. O desvendamento da essência da colonização acarretou a necessidade de apreensão da verdadeira forma de ser da nossa estrutura agrária. Daí suas formulações, que consistiam em verdadeira, única e vigorosa voz dentro do pensamento marxista brasileiro: "Há muita gente que imagina que a organização atual da economia agrícola brasileira é idêntica à de qualquer outro país do universo (...). Existe aí uma confusão, senão um erro considerável. Embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países, o Brasil, e com ele um grupo numeroso de nações mais ou menos idênticas a nós (entre estas, as nações latino-americanas), possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime da 'fazenda' e do 'latifúndio', que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que na própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome particular: 'plantation system', sistema de plantação.

"Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em Jarga escala fundada no trabalho assalariado ou semi-assalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem

terra." (O Programa..., I).

A detectação da nossa formação, em sua essencialidade, prendia-se não a uma finalidade diletante, mas à necessidade de transformação da nossa sociedade: "A solução de nossos problemas está numa transformação profunda da estrutura econômica do país. Sem isso nada se fará de realmente útil." E, mais adiante, assegura qual o agente fundamental neste processo de transição: "Só a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira logrará orientar nossa política por novos rumos. É esta a única força com que podemos contar para a realização das transformações do país."

(O Programa..., VIII).

Creio que estas breves referências são suficientemente esclarecedoras da riqueza histórica e política deste Documento. A transição no Brasil deve articular transformações econômicas e políticas; o agente social capaz de desencadear este processo: as massas populares. Tudo isso para extirpar o imperialismo e o latifúndio. "(...) contra o imperialismo porque este é o responsável pela nossa situação de semicolônia das grandes potências que dominam o mundo (...). Dívidas e empresas imperialistas constituem pontos de apoio em que se funda a dominação estrangeira. São os tentáculos pelos quais o capital imperialista exerce sua pressão, subordinando a política brasileira e toda nossa vida aos seus interesses particulares, impedindo que resolvamos nossos próprios de acordo com as conveniências do país e seus habitantes. O Brasil está na posição de devedor insolvável nas mãos de um credor implacável.

Com relação à problemática agrária nos diz: "Por seus caracteres próprios, o sistema agrário da fazenda e do latifúndio se liga a todos os demais

10

11

12

13

elementos da vida econômica e política do país. Torna-se a base principal do imperialismo dominador, e é assim um dos responsáveis pelo regime semicolonial em que vivemos." (O Programa..., I). Donde conclui que "A luta contra ele (imperialismo) está assim intimamente ligada à transformação da nossa estrutura econômica, a começar pela sua base, o regime agrário." (O Programa..., III). Daí os dois pontos centrais do Programa da ANL: a luta contra o imperialismo e contra o latifúndio.

Além do tratamento minucioso da presença estrangeira e da temática agrária, os artigos de Caio Prado referem-se ainda ao caráter da nossa indústria, por ele definida como restringida: "Assistimos ao espetáculo aparentemente paradoxal de uma indústria apenas nascente que se vê a braços com problemas de países altamente industrializados." (O Programa..., VII).

E, por fim, desmascara a política das classes dominantes e sua irremediável tendência à conciliação: "Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições, representações 'democráticas' em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de 'chefes' locais... É das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira. Partido dominante é aquele que consegue agregar em suas hostes maior número de chefes locais; e as oposições são em regra constituídas dos chefes por um motivo ou outro descontentes." (O Programa..., VIII). Creio que estas citações dão bem a idéia da riqueza e originalidade destes artigos.

Intelectual (e) militante, Caio Prado representa a mais fértil tradição marxista neste país. Filho de uma família de fina extração burguesa, rompeu muito cedo com essa origem de classe dedicando, desde o início dos anos 30 até hoje, sua vida e obra em prol das lutas da classe operária. E este texto talvez seja o primeiro em que a rica análise da particularidade brasileira se articula diretamente com o ideal de revolução social e com seu engajamento na luta de classes. Representante do Partido Comunista junto à A.N.L., seção de São Paulo, Caio Prado soube ser um intelectual orgânico que nunca cedeu às tentações dogmáticas. Sempre foi, em suas obras históricas, fiel ao rigor metodológico dos clássicos da dialética. O não sucumbir ao dogmatismo custou-lhe anos de isolamento, inclusive entre seus companheiros. O que, entretanto, nunca o arrefeceu. Em 1966, no seu também clássico A Revolução Brasileira reafirmava sua firme convicção marxiana: "A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente —, mas não simplisticamente — a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos."2

Valha esta breve apresentação destes artigos "desconhecidos" — o próprio Caio Prado deles não se lembrava quando, em conversa recente, mencionei o interesse em publicá-los — também como uma modesta homenagem

àquele que é a maior expressão da historiografia brasileira; ao militante que, sem nunca ter deixado de sê-lo, jamais mediocrizou-se; ao intelectual que nunca se distanciou da dialética de Marx; ao revolucionário cuja prática teórica andou sempre colada aos embates da classe operária e cuja obra é, desta mesma classe, patrimônio.

NOTAS

(1) A esse respeito veja Ricardo Antunes, Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora (São Paulo, Cortez Ed. e Autores Associados, 1982), esp. Capítulo V.
(2) Caio Prado Jr. A Revolução Brasileira (São Paulo, Brasiliense), p. 19.

CEDEM

10

11

12

13

14

15

2

3

4

5

O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA*

Caio Prado Jr.

T

Já se observou que há certos termos que de tão repetidos ao acaso acabam por substituírem-se completamente as idéias que pretendem definir. Transformam-se em puros conceitos, sem conteúdo próprio algum, e deixam de imprimir um certo modo de pensar para se tornarem simples reflexos de uma atitude pessoal de quem os emprega. É nesta altura que ignorância e má fé exultam. Incapazes ou sem vontade de discutirem idéias, elas se apegam a tal conceito que as exime da responsabilidade e esforço de raciocinarem.

É isto que se dá atualmente entre nós com a palavra "extremismo". Quem será hoje capaz de defini-la, dando-lhe com precisão o sentido real que entre nós comporta no momento? Extremismo é nos dias que correm quanto não estejam dentro das normas políticas oficialmente estabelecidas. Dentro de um critério tão amplo, evidentemente, cabem todos os programas políticos que se batem por reformas, sejam elas quais forem, da nossa estrutura política e econômica. A Aliança Nacional Libertadora não poderia por isso escapar da pecha de extremista. Desprezando a posição conformista que é a de quase todos os partidos brasileiros, lançando desassombradamente as bases de uma transformação profunda da economia e da política brasileira, transformação esta que o mais medíocre espírito rotineiro, sendo sincero e honesto, há de reconhecer necessária, a A.N.L. tinha forçosamente que incidir nas iras do reacionarismo oficial e cair nesta vala comum do nosso "extremismo" feito sob medida.

O programa da Aliança é claro e preciso. Ela se bate contra o imperialismo porque este é responsável pela nossa situação de semicolônia das

^(*) Os artigos que se seguem, num total de oito, foram extraídos em pesquisa realizada junto ao Jornal A Platéa, publicados nos dias 25, 26, 29, 30, 31 de julho, 1.º, 2 e 3 de agosto de 1935. Este jornal (dirigido por Raphael Sampaio Filho) encontra-se no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Agradeço a Sérgio Amad Costa a transcrição do material.

grandes potências que dominam o mundo; e daí a impossibilidade do país em constituir para si uma estrutura econômica nacional, própria e autônoma. O antiimperialismo não quer apenas dizer a anulação das nossas dívidas, a nacionalização das nossas empresas estrangeiras. Estas medidas são unicamente meios para um fim, que é a independência do país. Dívidas e empresas imperialistas constituem pontos de apoio em que se funda a dominação estrangeira. São os tentáculos pelos quais o capital imperialista exerce sua pressão, subordinando a política brasileira e toda nossa vida aos seus interesses particulares, impedindo que resolvamos nossos próprios de acordo com as conveniências do país e seus habitantes. O Brasil está na posição do devedor insolvável nas mãos de um credor implacável. Da mesma forma que um indivíduo qualquer, assoberbado por dívidas e compromissos que ultrapassam suas possibilidades, se torna incapaz de dirigir a vida como bem entende, organizá-la de acordo com suas exigências e necessidades próprias, assim também o Brasil, posto em situação idêntica, se torna presa de imposições alheias que lhe embaraçam toda atividade útil e necessária aos seus interesses. A A.N.L., procurando resolver este problema fundamental da nacionalidade, se coloca no terreno que deveria ser de todos aqueles que prezam seu país.

O segundo item fundamental do programa aliancista é a transformação do nosso sistema agrário. Há muita gente que imagina que a organização atual da economia agrícola brasileira é idêntica a de qualquer outro país do universo. Partindo de tal premissa, é natural que se argúa de extremista qualquer reforma daquela organização. Existe aí uma confusão, se não um erro considerável. Embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países, o Brasil, e com ele um grupo numeroso de nações mais ou menos idênticas a nós (entre estas, as nações latino-americanas), possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime da "fazenda" e do "latifúndio", que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que na própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome

particular: "plantation system", sistema de plantação.

5

Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada do trabalho assalariado, ou semi-assalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra. Os inconvenientes econômicos, políticos e sociais de um tal regime são consideráveis. Mas não é só por estes inconvenientes diretos que sua transformação se impõe no Brasil. Por seus caracteres próprios, o sistema agrário da fazenda e do latifundio, se liga a todos os demais elementos da vida econômica e política do país. Torna-se a base principal do imperialismo dominador, e é assim um dos responsáveis pelo regime semicolonial em que vivemos. Se o Brasil ainda é esta "colônia dos trópicos", como nos chamam lá fora, devêmo-lo em grande parte à organização de nosso campo. A população rural que moureja nas fazendas brasileiras constitui não uma nacionalidade, fundamento necessário de um país livre, autônomo e soberano, mas a massa bruta de "nativos" que ao lado dos "felás" do Egito, dos camponeses da Índia e de outras colônias, servem apenas de pedestal a glória e poderio econômico das grandes potências da Europa, da América e da Ásia.

Levantar material e moralmente esta massa, criar nela uma personalidade própria que viva para si e não para a grandeza daquela parte privilegiada

10

do Universo, é ser extremista unicamente aos olhos daqueles que ou por ignorância ou por interesses individuais não se pejam de ver sua qualidade de brasileiros ligada à humilhante condição de "nativos dos trópicos". Isto porque nunca saíremos da situação em que hoje nos encontramos sem uma transformação capaz de fazer do camponês nacional um cidadão livre, consciente e digno como o camponês daqueles países que hoje o conservam à margem da civilização e do progresso.

II

A Aliança Nacional Libertadora se apresentou com um programa de reformas profundas. O país as exige. Quem analisar a situação brasileira com um pouco mais de vagar e profundidade que os escribas da política dominante, há de sentir forçosamente uma profunda angústia pelo futuro do nosso país. Não é só uma crise cíclica e passageira que o momento atinge. A crise que atravessamos não é mais que o bisturi que fez explodir um tumor já maduro que há muito tempo já existe latente. O mal verdadeiro é muito mais profundo. O Brasil é sem mais nem menos, um país precocemente decadente. Não podemos nos iludir com alguns arranha-céus novos que se constroem nas nossas principais cidades, nem tão pouco com o fogo-fátuo de uma cultura, qual o algodão, que aos mais otimistas parece revelar um futuro risonho. Tudo são apenas estertores de moribundo. O Brasil regride vertiginosamente. E quando falo Brasil, refiro-me particularmente a São Paulo, porque os demais estados — salvo talvez uma ou outra exceção — já estão nesta fase de decadência há muito tempo.

A economia brasileira, desde seus primórdios, tem vivido em ciclos sucessivos que se possuem uma fase ascendente de progresso ilusório possuem também outra, a esta fatal e irremediável de decadência. Tal foi a história do açúcar, que fez a grandeza da Bahia, de Pernambuco, e de outros Estados nordestinos; também o foi da mineração, que fez de Minas Gerais num certo momento uma província aparentemente próspera; o mesmo se repetiu com a borracha da Amazônia. Por ciclos sucessivos, temos assistido a este despertar rápido de uma região, para vê-la, logo depois, reduzida a uma sombra do passado. No lugar de uma riqueza que se vai para sempre, estende-se a ruína e a desolação.

No momento atual assistimos a um regresso semelhante, relativo ao café, no Estado de São Paulo. Há quase um século é o café nossa grande riqueza, o fundamento da economia paulista. O café teve sua fase de progresso que durou, pode-se dizer, até há uma quinzena de anos; aí estagnou embora a realidade fosse momentaneamente oculta por valorizações artificiais e ilusórias. Hoje, caímos vertiginosamente. As exportações decrescem, seu valor decai, os nossos concorrentes vão paulatina e "seguramente" conquistando nossas posições. O café repete tal qual o ciclo do açúcar, da mineração, da borracha. São Paulo refaz a história de outras regiões do país e decai depois de um brilho fugaz e ilusório.

Para se avaliar o que significa para nós esta decadência do café, basta-nos lançar os olhos para certas regiões do Estado que já foram ricas e prósperas

10

11

enquanto nelas florescia a cultura do café: o Vale do Paraíba, o litoral norte, e saindo um pouco de São Paulo, as outroras progressistas cidades do Estado do Rio, nossas vizinhas. O que se passou nestas regiões está-se repetindo atualmente no resto do Estado. No extremo-oeste da civilização, na ponta dos trilhos das nossas estradas de ferro de penetração, existe uma aparência de progresso. Estendem-se as culturas, surgem novas cidades. Mas este progresso é ilusório; ele se faz à custa do Estado que se despovoa e empobrece. O desenvolvimento do sertão paulista não cria nada de novo; ele significa apenas um deslocamento para o oeste dos centros progressistas do Estado. Mas para cada deslocamento sucessivo há, no total, uma porda líquida. As zonas novas ganham menos do que perdem as velhas. Tanto assim que, em conjunto, temos perdido de ano para ano. A nossa produção vem caindo há muito tempo. A princípio e (...)* relativos à população, a produção "per cápita". Atualmente já em termos absolutos. Em 1924 a exportação paulista já ultrapassara 2.000.000 de contos; e isto com a libra abaixo de 40\$000. Em 1928 e 29 conseguimos novamente passar a casa dos 2 milhões; mas já aí o valor ouro de nossa moeda começara a cair. E desde então, até hoje, embora o mil-réis descesse para a mais vil das cotações, nunca mais atingimos aqueles números. De ano para ano perdemos terreno vertiginosamente.

Mas a culpa disso é do café, dirão: temos hoje o algodão que o substituirá com vantagem. Só quem é muito ingênuo poderá crer que o algodão possa vir algum dia preencher os claros da nossa economia decadente. Trata-se de um produto em franca superprodução mundial. A relativa insignificância da produção paulista e brasileira permite que, por enquanto, ela se desenvolva rapidamente. Mas logo chegaremos, se ainda não chegamos, ao ponto de saturação. E estaremos ainda muito longe de um progresso capaz de contrabalançar o que perdemos do outro lado. E para que não hajá ilusão sobre as nossas possibilidades futuras, nesse terreno basta lembrar um paralelo com o caso do café. Se com o café, lutando contra concorrentes relativamente fracos (Colômbia e outros países do mesmo naipe) depois de possuirmos um monopólio virtual deste produto, estamos sendo desbancados, o que será com o algodão, onde partimos de quase zero e temos de vencer potências do calibre dos Estados Unidos e Inglaterra nas suas colônias da Índia e Egito?

Não será certamente o algodão que nos salvará, como não é nenhum produto-panacéia. Mesmo que encontrássemos este novo produto salvador, por enquanto desconhecido, não iremos repetir novamente um destes ciclos a que já me referi que não têm representado para nós senão um progresso fugaz e ilusório, que não constrói nada de sólido e estável e deixa atrás de si apenas decadência e miséria?

Não. O Brasil precisa remodelar sua economia, reformá-la de alto a baixo. De nada lhe serve queimar o café ou deixar de queimá-lo, suprimir barreiras alfandegárias ou elevá-las ainda mais: criar novos impostos e taxas ou reduzir as que aí estão. Tudo isso serão paliativos que, se satisfazem por um lado, prejudicam por outro. O nosso mal é profundo, é medular. Precisamos extirpá-lo se queremos ser uma nação digna deste nome.

10

^(*) Palavra ilegível no original.

A população rural do Brasil é avaliada em cerca de 75% da população total do país. Isto é suficiente para mostrar a importância do nosso setor agrário. A produção agrícola é a base de toda a estrutura econômica do país. Ninguém poderá contestá-lo. Existe uma indústria brasileira; mas ela é apenas subsidiária, representa um apêndice que se liga e depende inteiramente da agricultura, que está na base de nossa economia. Voltarei noutra oportunidade a falar sobre a indústria, sua importância e seu papel e aí ficará evidenciado que ela não possui senão uma posição secundária e inteira-

mente dependente.

Qual o traço característico da estrutura agrária do Brasil? Neste terreno pouco temos evoluído desde os primórdios da colonização. A colonização do Brasil pelos portugueses teve um único objetivo: a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa. Os colonos lusitanos que nos procuraram tiveram esta finalidade primordial: a obtenção destes gêneros agrícolas. Não vieram a fim de se estabelecerem, constituir no Brasil uma nova sociedade, numa palavra, povoar o país. É nisto que nos distinguimos radicalmente das colônias da Nova Inglaterra, núcleo primitivo dos futuros Estados Unidos, onde os colonos foram para povoar, e não simplesmente explorar riquiezas naturais e lançar seus produtos no mercado internacional.

A distinção é importante. E isto porque condicionada por tal finalidade, a economia brasileira se revestiu de características particulares que ainda hoje perduram. Os colonos portugueses, como empreiteiros da colonização, organizaram o país de acordo com o fim que tinham em vista: apropriaram-se das terras e importaram da África a mão-de-obra necessária para explorá-la.

Assim o sistema de fazenda a que anteriormente já me referi, e que se caracteriza pela grande propriedade agrícola monocultural, trabalhada por camponeses sem terra (escravos, mais tarde assalariados ou semi-assalariados) é uma conseqüência direta do tipo e da finalidade da colonização brasileira. Estes três caracteres: grande propriedade, monocultura, trabalhadores não proprietários, são formas que derivam naturalmente, é fácil constatá-los do tipo geral da colonização brasileira. Os colonos europeus, senhores da colônia e organizadores da sua economia, tinham forçosamente que adotar estes três caracteres para chegarem ao fim que tinham em vista: a produção em grande escala de gêneros agrícolas procurados no exterior.

As conseqüências deste fato logo saltam aos olhos: o Brasil se tornou por ele um simples apêndice da economia européia; o seu papel não foi mais que o de produtor de matérias-primas; passou a existir unicamente em função da economia da Europa. Não se constituíram os elementos necessários para uma vida economicamente autônoma, independente. O primeiro fator para isto seria que a produção do país se destinasse, senão no todo, pelo menos na sua parte mais considerável para atender as necessidades do próprio país, da sua população. Noutras palavras, que se formasse aqui um mercado interno. Mas não foi isto que se deu. A grande massa brasileira se constituiu de escravos, simples instrumentos de trabalho utilizados para satisfazerem necessidades do mercado exterior.

10

11

A abolição, embora suprimisse o trabalho escravo, não alterou substancialmente tais condições. Ao escravo substituiu-se o trabalhador assalariado, igualmente dependente e sujeito ao grande proprietário. E da mesma forma que antes importávamos negros da África, passamos a importar imigrantes europeus. E esta semelhança é tão sensível, que ela transparece na própria legislação brasileira. Ainda há pouco, o governo de São Paulo promulgou um decreto que regula a imigração, estabelecia que antes de se tornar proprietário, o imigrante deve trabalhar nas fazendas, como assalariado, por dois anos no mínimo.

Nenhuma das transformações políticas porque passou o país, primeiro a independência, depois a república, alterou este quadro fundamental de sua economia agrária. E é por isso que, apesar delas continuamos com uma economia colonial e primitiva. Continuamos uma imensa feitoria produtora

de matérias-primas exigidas pelo estrangeiro.

Compreende-se agora a ligação íntima que existe entre o imperialismo e o nosso país. Dadas condições econômicas brasileiras, o país se torna particularmente vulnerável e é por isso que o imperialismo consegue impor-se da forma que se impõe. A luta contra ele está assim intimamente ligada à transformação da nossa estrutura econômica, a começar pela sua base, o regime agrário.

IV

A solução dos nossos problemas está numa transformação profunda da estrutura econômica do país. Sem isto nada se fará de realmente útil. Não é suficiente uma simples mudança de governo. Acusam-se os governos de todos os males. E, de fato, são eles os responsáveis diretos. Mas precisamos considerar que um governo não é senão reflexo de condições preexistentes. Como exigir um governo bom, se aquelas condições são más? Neste sentido o dito popular "cada povo tem o governo que merece" é perfeitamente exato. O que o Brasil exige não é uma mudança de homens no poder, mas, antes de tudo, um programa de reformas, e reformas fundamentais. Ninguém que compreenda as atuais condições do país poderá contentar-se com retoques e expedientes oportunistas. Tudo isso serão medidas precárias que nada resolvem e só servem para adiar as soluções verdadeiras.

Para começar precisamos varrer esses restos de uma economia arcaica e colonial legados pelo passado e, que até hoje, apesar das revoluções e mudanças políticas porque passamos, ainda perdura como cancros a infetarem o organismo da nação. Precisamos reconstruir nossa economia na base de uma nação livre e progressista. O Brasil não pode continuar eternamente como feitoria destinada a produzir unicamente café, algodão, borracha e outras matérias-primas exigidas pelos mercados exteriores. O que ele precisa, para se tornar outra coisa mais do que uma colônia tropical, é cuidar das necessidades próprias, desenvolver todas as suas forças produtivas, numa palavra, basear sua economia na vida nacional, na vida interna do país, e não nos interesses da economia internacional.

10

11

Contra isso levantam-se dois obstáculos: de um lado o regime agrário, organizado para ser o que somos: uma colônia fornecedora de matérias-primas e incapaz, portanto, de servir de fundamento a uma vida econômica nacional. De outro, a penetração imperialista, que longe de favorecer nosso desenvolvimento, tem todo o interesse em nos manter na situação atual, que é condição necessária da perpetuação de seu domínio.

De que forma impede o regime agrário atual o desenvolvimento e a independência econômica do país? O primeiro passo para esta independência é a criação de um mercado interno. É a existência de um mercado interno que caracteriza um país economicamente autônomo. Os Estados Unidos apesar de sua formidável produção exportam apenas 7% dela: o resto é para seu consumo próprio. Mais ou menos a mesma coisa se passa em todos os países independentes do mundo. Pelo comércio, o Brasil é obrigado a exportar cerca de 1/3 do que produziu, isto porque o regime de fazendas e grandes propriedades agrícolas que é o nosso, exige como condição primordial uma grande massa camponesa, pouco remunerada e portanto de poder aquisitivo mínimo. Enquanto perduram tais condições, é natural que o escoadouro de nossos produtos tenha que ser unicamente o exterior, uma vez que a grande maioria da população, constituída de camponeses, é incapaz de consumir em proporções ponderáveis.

E, dentro das condições atuais, não existe esperança de ver o poder aquisitivo, a capacidade de consumo desta massa rural se desenvolver. A economia agrária brasileira, o regime de grande propriedade que possuímos assenta nestes dois fundamentos, ligados entre si e estreitamente dependentes um do outro; o mercado exterior e a baixa remuneração dos trabalhadores agrícolas. A alteração de qualquer um destes fundamentos deseguilibrará a estrutura toda. Com a melhor remuneração dos trabalhadores, aumentará o preço de custo dos produtos, e a fazenda perderá seu mercado. Doutro lado, não interessa absolutamente perder o mercado externo, substituindo-o pelo interno, porque para isto terá que reduzir consideravelmente sua margem de lucros e sua possibilidade de expansão. Encontramos a prova disto no caso do açúcar, um dos únicos produtos importantes de consumo interno, cujos preços remunerados são mantidos unicamente à custa de restrições do plantio da cana que fazem dos poucos plantadores e usineiros existentes verdadeiros privilegiados, em prejuízo dos demais produtores do país. Se se quisesse aplicar o mesmo sistema aos demais produtos, seria necessário frear todas as nossas forças produtivas, limitando praticamente sua expansão, exatamente como se faz hoje com o açúcar. Evidentemente isto não constitui um futuro risonho.

A solução de nosso problema agrário e a criação de uma economia nacional e progressista só podem ser obtidas com a transformação do próprio regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses.

Para muitos e, particularmente, para os escribas da situação dominante, esta divisão é um processo natural que se está desenvolvendo sem necessidade de uma transformação brusca e forçada. Dê-se tempo ao tempo, dizem eles, e a fazenda e a grande propriedade desaparecerão naturalmente pelo retalhamento progressivo e automático dos grandes domínios.

Não é isto no entanto o que demonstram os fatos. É certo que em zonas velhas, já esgotadas e por isso imprestáveis, pelo menos momentaneamente, a fazenda desaparece, e dá lugar às pequenas propriedades. É o que se passa, por exemplo, na Zona Norte de São Paulo, e também no litoral. Mas isto não resolve o problema, porque a fazenda continua e continuará dominando nas terras mais aproveitáveis; e, nas zonas esgotadas, onde a pequena propriedade consegue desenvolver-se, longe de se tornar um fator de progresso, ela representa antes um elemento de atraso. Haja visto esta economia de caboclos, rotineira e decadente, que invadiu as zonas mais velhas do Estado, abandonadas pela fazenda quando as terras deixaram de ser férteis e produtivas.

Terra muito aproveitável quer dizer fazenda. Isto se verifica em toda parte. O fenômeno é bem sensível e há um caso que, particularmente, o ilustra. Na região de Campinas e municípios vizinhos, onde a cultura cafeeira começara a se tornar precária, há uns anos passados, a pequena propriedade se desenvolveu durante algum tempo. Mas bastou que se descobrisse um outro processo capaz de substituir o café (foi o algodão) para que só estancasse o progresso dela e se verificasse, em sentido contrário, uma nova concentração de propriedade rural, o reaparecimento e revigoramento da fazenda.

A transformação do nosso regime agrário não será, não pode ser obra do simples jogo de fatores naturais. Ela exige a intervenção política do Estado. A divisão da propriedade no Brasil não pode ser deixada à simples evolução espontânea, que nunca a provocará, mas terá que ser forçada por medidas políticas e legais. E é por isso que a A.N.L. a inscreveu no seu programa.

V

Analisamos ontem o papel do regime agrário brasileiro, isto é, do latifúndio e cia fazenda, como obstáculos à formação de uma economia nacional, autônoma e progressista. Falaremos hoje do imperialismo.

Na economia mundial contemporânea o Brasil não representa apenas o papel secundário e colonial de produtor de matérias-primas destinadas ao mercado internacional. Representa ainda o de campo de aplicação do capital imperialista.

O imperialismo é um fenômeno moderno. Ele representa o acúmulo considerável de capitais em países altamente desenvolvidos, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e outros; acúmulo este que faz com que o território de cada um daqueles países se torne pequeno demais para comportar tal excesso de capital acumulado. Desaparecem as aplicações nacionais rendosas, e a tendência dele é então procurar o estrangeiro.

Resulta daí uma expansão financeira das grandes potências capitalistas modernas, cujos efeitos são particularmente sentidos por aqueles países mais fracos, como o Brasil, incapazes por motivos de ordem política e econômica de oporem barreiras a esta penetração que os reduzem a colônias mais ou menos disfarçadas. Dispondo de elementos de luta e capacidade de concorrência formidáveis, o capital imperialista vai-se insinuando, às vezes aberta e

10

violentamente, com guerras de conquistas e pilhagem — como se deu nas colónias da Ásia e África; e, na América, com a conquista pelos Estados Unidos de territórios mexicanos, Texas, Novo México, Califórnia; ou então, veladamente, através de uma penetração pacífica, à custa de toda sorte de expedientes em que suborno e corrupção representam papéis de primeira importância. O último inquérito realizado pelo Senado dos Estados Unidos, em 1934, sobre transações no estrangeiro efetuadas por firmas americanas, revelou fatos os mais escandalosos. Todo o mundo se recorda disso.

Neste caso está o Brasil. Não fomos conquistados pelas armas, porém há muitos anos vem o capital imperialista ganhando terreno entre nós. Ele já ocupou nossas principais fontes de riqueza: jazidas minerais, quedas d'água, estradas de ferro, portos, serviços públicos: bondes, telefones, esgotos etc. Domina os mais importantes setores do nosso comércio: do café (nas mãos de firmas americanas que são os maiores exportadores: Theodor Wille e Cia., American Coffee etc. e dos ingleses, através do financiamento realizado por Sazard Bros e outros); do algodão (isto particularmente no Norte; em São Paulo estamos indo pelo mesmo caminho e firmas estrangeiras como Anderson Clayton e outras já se aprestam para disputarem mais este setor da economia paulista); das frutas cítricas, hoje dominado por um trust britânico de que participa a companhia inglesa de navegação, a Blue Star Line; da carne congelada, nas mãos dos grandes frigoríficos americanos e ingleses: Armour, Swift, Continental, Anglo. Poderíamos alongar a lista. Mas com que vantagem? Não há quem no Brasil não sinta que, para onde quer que nos voltemos, esbarramos fatalmente com empresas estrangeiras imperialistas, onipresentes e onipotentes. Mas não é só. Através de empréstimos onerosos e realizados por governos desonestos muito mais para favorecerem banqueiros estrangeiros que necessidades próprias do Brasil, conseguiram os imperialistas dominar até a própria administração brasileira. Prova o papel humilhante do nosso Ministro da Fazenda indo pessoalmente bater às portas dos nossos credores a pedir-lhes favores e ordens. Prova ainda o famoso banquete em que o presidente da República recebeu a incumbência, por ordem dos banqueiros ingleses e americanos, de detectar o fechamento da A.N.L.

Desta penetração imperialista resultam vários efeitos altamente prejudiciais ao País e à grande maioria dos brasileiros. O reduzido número de magnatas e intermediários, tipo Simonsen, Numa de Oliveira e outros, que dela se aproveitam, são um punhado apenas a se locupletarem à custa do sacrifício do País todo. Alguns exemplos apenas destes prejuízos, entre muitos outros, bastarão para ilustrar nossa situação relativa ao capital imperialista. Em primeiro lugar, fecham-se para os brasileiros todas as possibilidades de aplicação da sua atividade porque não lhes é possível lutar com concorrentes poderosos e aguerridos que vão, paulatinamente, absorvendo tudo. Um exemplo do que nos espera no futuro é dado por Cuba, onde tudo praticamente é propriedade americana (os ingleses também possuem alguma coisa), e onde os nacionais ficaram reduzidos a simples empregados de empresas estrangeiras. Se não chegarmos lá, estamos perto, e muito perto, se não mudarmos logo decididamente a orientação do país.

Doutro lado, este capital estrangeiro, aplicado no Brasil, exige remuneração, resultando daí a evasão formidável de recursos que se verifica anualmente no País. E é esta a causa, entre outros efeitos, da impossibilidade

em que até hoje nos vimos de controlar este elemento que deveria ser essencialmente nacional: a moeda. A instabilidade do mil-réis, as suas oscilações bruscas e catastróficas são uma das causas principais das dificuldades em que nos debatemos. Ninguém pode contestá-las. E quem é o responsável senão aquela evasão formidável do nosso ouro? Como equilibrar a nossa moeda e estabilizar a vida do País, se ela está continuamente à mercê dos capitalistas estrangeiros que movimentam os maiores recursos brasileiros que são de sua propriedade? Basta-lhes retirar do Brasil algumas disponibilidades e o câmbio rodará; suspendam as remessas e as cotações subirão. E, assim, manejando os cordões da economia brasileira de seus longínquos escritórios de Londres e New York, e tendo em vista unicamente seus interesses próprios, consegue meia dúzia de banqueiros estrangeiros jogar com a vida e os interesses de 40.000.000 de brasileiros!

Não precisamos ir mais longe para compreender que, em tais condições, não é possível construir no Brasil uma economia nacional, realizar um programa de desenvolvimento das nossas forças produtivas e da nossa capacidade econômica. Tudo que fazemos e podemos fazer é em função de interesse alheio.

E interesses que na grande maioria dos casos são contrários aos nossos. É preciso frisar isto muito bem porque, se nossa dependência é um fato que ninguém contesta, nem mesmo os mais acirrados defensores do imperialismo, o argumento com que se costuma justificá-lo é que ele concorda com os interesses do país. "O capital estrangeiro que nos procura favorece o Brasil, auxilia o nosso progresso", alegam os lacaios do imperialismo, tipo Assis Chateaubriand. E existem infelizmente ingênuos que acreditam em tais impostores. Mas não é difícil desmascará-los. É o que faremos amanhã.

VI.

Quando se analisam as vantagens ou desvantagens da aplicação no Brasil de capitais estrangeiros surge uma questão preliminar a ser resolvida antes de mais nada. Este capital traz realmente alguma coisa de novo? Ele aumenta o "haver" econômico da nação? Para muita gente tal pergunta parece inútil. Pois se estas companhias e empresas estrangeiras que se estabelecem no Brasil ou nos fazem empréstimos, se aplicam aqui seus capitais, pode-se duvidar que contribuam com alguma coisa? De fato, a coisa parece à primeira vista evidente. É que o mecanismo imperialista é organizado justamente de modo a criar estas ilusões, tanto mais perigosas que enganam qualquer um que não se tenha detido com vagar sobre a questão. Na realidade, o capital estrangeiro que nos procura é produzido no próprio Brasil. Somos nós que o fornecemos, e só nominalmente, por efeito justamente da exploração imperialista, de que somos vítimas, é que ele não nos pertence. Os capitalistas estrangeiros, aplicando aqui seus capitais, não fazem outra coisa senão lançar mão de fundos que nós mesmos lhes fornecemos.

É fácil a constatação. Tome-se, por exemplo, o caso da Inglaterra. De 1913 a 1934, o aumento das inversões de capitais ingleses no Brasil (os cotados oficialmente na Bolsa de Londres) foi de £ 50.263.563. No mesmo

período pagamos de juros, também unicamente por capitais cotados na Bolsa, £ 139.148.253. Recebemos 50, pagamos 139. Citamos primeiramente estes números referentes unicamente a títulos cotados na Bolsa, porque para eles há dados oficiais e rigorosamente exatos (The South American Journal, n.º 13 de abril de 1935). Podemos também lançar mão de dados referentes às aplicações em geral de capitais ingleses e americanos. Trata-se aqui de cálculos aproximados, mas suficientemente exatos. Segundo investigações de Sir Georges Paish (citados por J. F. Normano, The Struggle for South America, p. 54), a aplicação total de capitais ingleses e americanos no Brasil, não só os cotados oficialmente, mas o total, foi no período 1913/1929 de £ 130.000.000. Não há dados para os capitais de outras proveniências franceses, italianos etc. Mas como eles são relativamente pequenos, podemos desprezá-los. Ora, em 1928, segundo cálculo oficial, que figura na mensagem presidencial de 3 de maio de 1929, o Brasil pagou de amortizações, juros de empréstimos e dividendos de empresas estrangeiras, £ 24.469.370. Não possuímos dados para anos anteriores. Mas admitindo que nestes 17 anos do período citado pagássemos, em média, metade do que pagamos em 1928 — o que é calcular muito baixo — teremos que despender mais de £ 200.000.000. Recebemos do imperialismo £ 130.000.000; pagamos ao imperialismo mais de £ 200.000.000.

Vê-se portanto que, segundo dados oficiais e, portanto, insuspeitos, o Brasil de 1913 até hoje, há 22 anos, ou seja, quase o período de uma geração, paga muito mais que recebe. Os capitais estrangeiros que se aplicam no Brasil, portanto, não somente saíram daqui, mas ainda representam apenas uma parcela do que fornecemos.

É esta nossa situação. E situação que continuamente se agrava. O imperialismo é como uma destas moléstias infecciosas que, uma vez atacando o organismo, se estendem por si próprias. Instalado no país, ele se desenvolve progressivamente de uma forma automática. Como isto? Como vimos, o Brasil em 1928 pagou ao imperialismo cerca de £ 25.000.000; hoje estamos pagando, segundo cálculos bastante exatos, mais de £ 30.000.000. Ora o saldo da nossa balança de contas, isto é, o que dispomos, depois de pagar as importações, para saldar dívidas e compromissos, não passa de £ 13.000.000 (esta é a média do último qüinqüênio 1930-1934). Há um déficit portanto; e esta diferença, não podendo ser paga, é capitalizada aqui mesmo e vai agravar os pagamentos dos anos seguintes, igualmente já deficitários. E, assim, automaticamente, os nossos compromissos vão aumentando vertiginosamente, sem que recebamos coisa alguma em compensação. Sem que os capitalistas estrangeiros desembolsem um só vintém, seus capitais no Brasil vão crescendo em proporções geométricas.

É este nosso caso. Pode-se ainda afirmar que o imperialismo nos favorece? O papel dele, sem esforço ou sacrifício algum da sua parte, sem nos prestar serviço de qualquer espécie e girando unicamente com capitais produzidos no próprio Brasil, é ir absorvendo todas as nossas riquezas. Será isto auxílio, ou a mais torpe das explorações? E, diante disso, venha alguém ainda afirmar que o Brasil não pode viver sem o capital estrangeiro. . .

É preciso que cesse tal situação. Não podemos continuar neste passo, cedendo ao imperialismo, de mão beijada, todos os nossos recursos. E para isso só há uma solução e esta radical. O mal precisa ser cortado pela raiz.

Exatamente como se amputa um membro grangrenado que ameaça infetar o organismo todo, precisamos amputar o imperialismo. Qualquer traço dele que aqui se conservar infeccionará novamente todo o País. E é por isso que a A.N.L. inscreveu no seu programa a anulação das dívidas estrangeiras e a nacionalização das empresas imperialistas. Trata-se de uma medida radical. Mas quem for capaz de compreender a gravidade do problema, interpretar os interesses de 40.000.000 de brasileiros, ameaçados de completo aniquilamento; e tenha a coragem suficiente para atitudes firmes e desassombradas; este não negará por certo a necessidade de tal medida. Doa a quem doer, mas salve-se a nação.

VII

Antes de terminar minhas considerações sobre os aspectos econômicos do programa da A.N.L. para passar depois ao seu conteúdo propriamente político, não quero esquecer a questão da indústria brasileira que, aliás, prometi analisar num artigo anterior. A questão é, por vários motivos, importante: em primeiro lugar, porque se a economia agrária brasileira apresenta traços nitidamente coloniais, a indústria parece denotar a possibilidade de um ressurgimento nacional independente de reforma da nossa estrutura econômica e política. Além disso, a importância do assunto está em que, para muita gente, a indústria brasileira, e particularmente a paulista, tão vangloriada, parece oferecer margem para um progresso efetivo e ilimitado da economia e da riqueza nacional. Este progresso, portanto, ao contrário do que venho afirmando, não exige transformações políticas e econômicas, e é possível nas condições atuais. Finalmente, quero analisar aqui a indústria brasileira, porque ela é uma das provas mais paupáveis da fragilidade da nossa economia.

Tornou-se um hábito, e nada mais que um hábito, tecer loas à nossa indústria, particularmente a paulista. Repetem-se, inconscientemente, sem um exame mais cuidadoso, frases feitas como esta que figura nos bondes da Light: "São Paulo é o maior centro industrial da América do Sul"; ou, então, conclusões & economistas apressados "O Brasil já saiu da sua fase agrícola para entrar na industrial." Repete-se aqui, repete-se acolá, e a coisa vai passando em julgado como certa e definitiva, sem que se procure analisá-la com atenção. No entanto a verdade é bem outra.

O progresso da indústria brasileira tem sido insignificante e, comparado com o de qualquer país, notem bem, qualquer um de indústria medianamente desenvolvida, seu papel é ridículo. O que possuímos é um mínimo que todo país, por menos industrial que seja, possui. Assim a Argentina, por exemplo, que ninguém se lembra de chamar de um país industrial, possui, proporcionalmente, mais que nós. A produção industrial brasileira é orçada em 5.500.000 contos; a argentina é de quase 3.000.000 (conversão do peso ao câmbio oficial: /3:400). No entanto, sua população é 312 vezes menor que a nossa. Tomando-se o caso de São Paulo, esta "potência industrial", de que possuímos dados mais pormenorizados — que faltam para o Brasil em conjunto — a comparação é a seguinte:

Números de fábricas — São Paulo: 6:555; Capital: 1.906.482 contos; Operários: 171.667; Produção: 2.060.363 contos. Números de fábricas — Argentina: 29.796; Capital: 3.481.222 contos; Operários: 257.359; Produção: 2.962.488 contos. E a Argentina possui uma população apenas 50% maior que a de São Paulo.

A grandeza industrial brasileira, compreendida a paulista, não passa de um mito, explorado para os efeitos de propaganda e justificação do industrialismo precário e artificial que possuímos. Quem tenha detido-se com vagar no assunto terá sentido a inanidade de tudo quanto a respeito se diz correntemente.

A fraqueza orgânica da indústria brasileira se sente muito bem quando se considera que, apesar da sua exigüidade, ela ainda precisa ser artificialmente restringida. Assistimos ao espetáculo aparentemente paradoxal de uma indústria apenas nascente que se vê a braços com problemas de países altamente industrializados. Há indústrias brasileiras que há anos, muito antes da crise, vêm seguindo uma política de acordos para redução artificial da produção. Como, por exemplo, a indústria de tecidos de juta. Existem medidas legais, ainda em vigor, que proíbem a importação de maquinismo para certas indústrias, entre outras de papel e as de tecidos. Tudo com o fim de restringir a produção. Isto mostra que a capacidade de progresso industrial é tão pequena no Brasil que somos obrigados a lançar mão de artifícios para impedir o seu desenvolvimento, fazendo o que fazem os Estados Unidos e outras potências diante das quais a indústria brasileira praticamente não existe.

Por que isso? A primeira condição do progresso industrial de um país qualquer é a existência do mercado interno. Todos os países que progrediram industrialmente tiveram antes que o criar e o desenvolver. É esta a lição da história. Como pode o Brasil, dadas suas atuais condições, que descrevemos anteriormente, com uma capacidade aquisitiva mínima, possuir uma indústria digna deste nome? O resultado destas condições é o que vemos: alcançando um certo grau de desenvolvimento, embora mínimo, logo há superprodução. A indústria nacional produzindo uma insignificância, assim mesmo produz demais. E isto porque à qualquer progresso real opõe-se a barreira intransponível de um mercado interno ridiculamente estreito. Nestas condições, para que o Brasil realmente se desenvolva no terreno industrial, é imprescindível uma extensão dele.

Esta questão já foi analisada em artigos anteriores e depende, como vimos, de uma transformação profunda da nossa estrutura econômica, no sentido que indicamos. O problema industrial brasileiro se articula portanto ao problema econômico geral do país: não pode ser destacado, como tão comumente se faz, para ser estudado à parte. Sua solução depende, como todos os demais problemas brasileiros, de uma solução de conjunto.

Do que ficou dito podemos tirar duas conclusões. Em primeiro lugar, a indústria brasileira não constitui, presentemente, um elemento de progresso; e isto porque seu desenvolvimento não somente é pequeno demais, mas ainda é fatalmente limitado pelas condições econômicas gerais do país,

10

11

que independem dele e que precisam ser preliminarmente reformadas. Não é, portanto, no estado atual, que a indústria será capaz de suprir as falhas existentes em outros terrenos da nossa economia e promover o progresso do Brasil.

Em segundo lugar, nossa indústria é mais uma prova da debilidade orgânica da economia brasileira. Hoje nenhum país será forte e grande se não contar com uma indústria desenvolvida; e este desenvolvimento é hoje impossível no Brasil, porque a isto se opõem as condições gerais da sua economia.

VIII

As reformas econômicas que vimos analisando e que representam a solução única dos problemas fundamentais da nacionalidade não podem depender da atual situação dominante. Nada podemos esperar dela, e isto porque a política oficial brasileira do momento se apóia justamente nestes dois elementos cuja supressão está na base do programa proposto: o latifún-

dio e o imperialismo.

Qual a organização atual da política brasileira? Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições e representações "democráticas" em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de "chefes" locais, que vai desde o chefe do distrito ou município, até os grandes "pagetes" de zonas. É das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira. Partido dominante é aquele que consegue agregar em suas hostes maior número de chefes locais; e as oposições são em regra constituídas dos chefes por um motivo ou outro descontentes. Antes de 30, o domínio incontrastável do P.R.P. em São Paulo não tinha outro fundamento. E quando, depois de 30, inicialmente com o apoio do poder central, o P.C. iniciou a construção de sua máquina política, não são outras as bases a que recorreu.* É aos chefes locais que apelou, e uma boa parte daqueles que outrora faziam o prestígio do Partido Republicano, agregou-se às suas fileiras. É isto, e só a isto, que ele deve seu sucesso eleitoral. Com a diferença que o P.R.P. teve quarenta anos para se organizar, chegando a arregimentar a quase totalidade dos chefes locais paulistas. Enquanto o P.C., com menos de dois anos de existência apenas, não logrou ainda um sucesso tamanho. Mas é uma questão de tempo e de organização. Com a vantagem do poder nas mãos, o P.C. em breve se tornará uma reprodução fiel e exata do P.R.P. antes de 1930.

Isto quanto à política local dos Estados. Quanto à federação, ela não se faz senão na base desta política estadual. Em última análise, portanto, seu caráter é o mesmo.

10

^(*) Referência ao Partido Constitucionalista, fundado em 24 de janeiro de 1934, através da fusão do Partido Democrático com a Ação Nacional, Liga da Defesa Paulista, Federação dos Voluntários etc. Ver Edgard Carone, *A República Nova*, Difel, p. 327. (Nota da Apresentação).

O "material" da política brasileira é assim constituído, por esta rede de chefes, cada qual com sua base num setor mais ou menos amplo, município, distrito ou zonas. Qual o caráter desses chefetes? Na sua grande maioria são fazendeiros ou elementos ligados diretamente aos fazendeiros. Em todo o interior, onde a política tem seus principais redutos, os chefes locais de maior influência são em regra também os maiores fazendeiros da zona; se não diretamente, pelo menos sempre através de elementos a eles ligados. Em última análise, todos os chefes locais brasileiros possuem esta base fundiária, na qual assentam seu prestígio e sua força.

Compreende-se muito bem que uma política assim constituída não pode servir de arma de luta contra o regime agrário do país, porque é nele justamente que ela se apóia.

O outro fundamento da política nacional é o imperialismo. É o capital estrangeiro que há muitos anos vem financiando a administração brasileira. É este um ponto já analisado anteriormente e sobre o qual será inútil voltar. A nossa política se prende organicamente ao banqueirismo internacional que lhe serve de sustentáculo financeiro. Não é de se admitir por conseguinte que se volte contra ele.

Como se vê, as duas bases principais em que assenta a política atual brasileira constituem barreiras intransponíveis opostas a reformas de nossa estrutura econômica. Elas aí estão, pelo contrário, a garantir-lhe a perpetuidade. É preciso substituí-las, recorrer a outras forças, se não quisermos a manutenção das condições atuais. E isto não será possível senão através de uma democratização cada vez maior da nossa organização política. Só a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira logrará orientar nossa política por novos rumos. É esta a única força com que podemos contar para a realização das transformações de que necessita o país. E é por isso que a A.N.L., pondo-se à frente daquele movimento de reformas, inscreveu no seu programa a defesa e a ampliação das liberdades populares. Isto porque estas liberdades amplas são a arma de que se utilizará a democracia brasileira para chegar a dominar realmente no país. Sem elas a democracia será sempre um mito. Não é evidentemente a sua simples consagração, num texto constitucional, que torna a democracia uma realidade. Está aí a confusão de muita gente. Não é porque a constituição brasileira declara, solenemente, que nosso regime é democrático, que ele o será necessariamente. Democracia, como outro regime qualquer, não precisa ser declarada, o principal é que se pratique. E o que significa "praticar a democracia" senão conceder ao povo liberdades de que ele precisa para agir, manifestar e influir na política e na administração do país?

E que isto não existe no Brasil não precisamos insistir. Todas as atividades populares, quando não são sumariamente vetadas, são submetidas a um controle policial férreo e rigoroso que lhes tira toda a liberdade de ação. Está aí o exemplo recente da A.N.L., fechada sumariamente, seguindo-se a prisão de seus militantes, sem que se argüísse contra um e outros um único fato provado ou mesmo verossímil. E no caso da A.N.L. estarão todas as organizações que tiverem por base movimentos populares. Porque nesta inefável democracia em que vivemos, tudo quanto cheira a povo se torna suspeito. Se a A.N.L., exatamente com o mesmo programa com que se apresentou tivesse orientado sua ação no sentido de conchavos e camba-

10

lachos na base de chefes e chefetes, exatamente como fazem as organizações políticas oficiais; se não se tivesse dirigido diretamente ao povo, despertando nele um amplo movimento de reivindicações, partidas dele próprio e não impostas; então a Aliança não teria sido fechada, e gozaria de todos os direitos. Mas bastou que assumisse um caráter popular, bastou que se apresentasse como um movimento realmente democrático, para que se voltassem contra ela todas as iras oficiais. É que nesta democracia de fachada toda a política é permitida, contanto que não parta do povo; contanto que o povo seja mantido afastado como simples espectador passivo e submisso dos manejos do alto.

A democracia não existe no Brasil. E é por isso que assistimos a este paradoxo de ver um movimento democrático, num regime que se diz democrático, taxado de "extremista" e "subversivo". A democracia brasileira ainda precisa ser conquistada. E conquistada por uma frente comum de todos aqueles que compreendem a impossibilidade de realizar no Brasil, dentro dos quadros atuais da situação dominante, uma política progressista e acorde com os interesses fundamentais do país.

A A.N.L. não morreu. E não pode morrer porque ela representa os anseios mais profundos e mais sentidos da nacionalidade. O governo, a polícia e todos os desfrutadores da situação atual podem unir-se contra ela nesta frente comum sinistra de esmagamento das aspirações populares. Aí está a lição da história que nos mostra a inanidade destes estertores de uma situação moribunda e em decomposição. Resta-lhe ainda uma arma: a força bruta, as metralhadoras, os gases lacrimogêneos, os carros de assalto das suas polícias especiais, as enxovias e as deportações. Mas este último recurso é a maior prova de sua fraqueza. Porque não será sobre o desencadeamento de uma reação brutal e selvagem que os governos atuais poderão erguer seu prestígio e sua estabilidade insanavelmente comprometida.

A A.N.L. foi fechada. É possível que o poder judiciário, a quem hoje está afeta a questão, faça frente comum com o governo. Mas a Aliança não é senão um prólogo. De uma ou de outra forma ela ressurgirá amanhã. E ressurgirá vitoriosa, porque sua vitória será a vitória da nação.

10

11

3

O P.C.B. E AS OUTRAS ESQUERDAS — DA ANISTIA DE 1945 À POSSE DE DUTRA

Contribuição à História da Esquerda Brasileira Sílvio Frank Alem

Com pequenas modificações, o texto a seguir se constitui num dos capítulos (o quarto) da dissertação de Mestrado "Os trabalhadores e a 'redemocratização' (Estudo sobre o Estado, Partidos e a Participação dos Trabalhadores Assalariados Urbanos na Conjuntura da Guerra e do Pós-guerra Imediato) (1942-1948)", apresentada pelo autor ao Departamento de História do IFCH-UNICAMP, em março de 1981, sob a orientação do Professor Michael M. Hall. A pesquisa contou com o apoio da FAPESP.

Consideramos útil apresentar ao leitor o plano resumido da dissertação, uma vez que certas questões, embora não impeçam a discussão isolada do capítulo ora divulgado, foram debatidas em outras partes. O trabalho integral compõe-se de uma Introdução e cinco capítulos. A Introdução situa a relevância do problema da relação Estado--Classe-Partido na bibliografia existente a propósito dos anos considerados chaves na gestação do modelo "democrático-populista" que sucede ao Estado Novo. O Capítulo I trata da política de Vargas em relação aos trabalhadores nos anos posteriores à entrada do Brasil na guerra: questiona-se o chamado "aceno para baixo" que teria ocorrido como forma encontrada pelo ditador para prolongar sua presença (e a de suas propostas) no poder. O Capítulo II busca observar a práxis dos trabalhadores no mesmo período: os assalariados urbanos, ao contrário do que certa historiografia consagrou, são apontados como agentes, também, da derrubada de fato do Estado Novo. Discute-se ainda a reorganização do P.C.B., que passa pelo confronto de grupos e propostas diferenciadas, dada a dissolução formal da III Internacional e a situação de esfacelamento em que a repressão tinha deixado a organização até, pelo menos, 1943. A

CEDEM

10

11

12

13

preocupação maior, aí, é analisar a relação entre o partido e o movimento espontâneo da classe.

O Capítulo III acompanha o movimento operário entre março de 1945 e fevereiro de 1946. Busca-se estabelecer uma periodização para suas lutas, neste período crucial, discutindo-se ainda a interação Classe-Estado-Partido.

O Capítulo V serve a que se levante o que consideramos como as linhas mais gerais do momento final da conjuntura do pós-guerra imediato — a reunificação burguesa, a rápida definição, pelo Estado, de um novo padrão de relacionamento com os trabalhadores e a prática do P.C.B. nos meses finais da legalidade, incapaz de perceber os rumos que tomava a conjuntura.

A 18 de abril de 1945, véspera de aniversário de Vargas, foi assinado o Decreto-lei que concedia a Anistia. Centenas de prisioneiros, Agildo Barata o mais antigo, Prestes o mais popular, deixaram para trás anos de cárcere. Era a culminância das medidas liberalizantes assumidas pelo governo, em resposta à intensa pressão da sociedade civil. Em decorrência da intermediação (e pressão) norte-americana, dia 2 tinha sido anunciado o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS; lançada a candidatura de Eduardo Gomes; Dutra já tornava, igualmente, públicas suas intenções. A Sociedade, dos Amigos da América voltava a funcionar, eram reintegrados na Faculdade Nacional de Direito Hermes Lima e outros professores dali afastados pelo golpe de 1937.

Em prol da Anistia, desde o I.º Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro de 1945), os pronunciamentos públicos se sucediam. A campanha ganhara as ruas e, sem perder seu caráter de reivindicação assumida principalmente pela pequena burguesia urbana, ganhava também penetração em setores operários.

No início de março, na primeira entrevista coletiva que, em anos, concedia à imprensa, Vargas dizia que a Anistia devia ser deliberada pelo Congresso que seria eleito. A "ordem social" e as "exigências das Forças Armadas" teriam de ser levadas em conta, daí a postergação da medida.¹

Comícios pela Anistia começaram a ser promovidos, alguns deles a pretexto das vitórias da FEB, na Itália. No dia seguinte à entrevista de Getúlio, eles ocorrem no Rio, Belo Horizonte, Campinas (São Paulo). Nos comícios paulistas, há ação de provocadores policiais.²

No final de março, a campanha tinha-se espalhado por todo o país. Personalidades ligadas ao governo eram convidadas aos comícios; oradores se identificavam como "dirigentes do P.C.B.". Os primeiros por vezes são impedidos de falar, pelas vaias; os segundos, são bastante aplaudidos.³

Uma "semana nacional pela Anistia" acontece a partir de 6 de abril, no Rio de Janeiro. A imprensa noticia várias vezes que "o decreto da Anistia estaria pronto". Contudo, foi só depois que Dutra afirmou sua concordância com a legalidade de um Partido Comunista (em carta de 16 de abril), ainda Ministro da Guerra, que o Decreto n.º 7.474 foi editado. Nesta questão o governo não se "antecipara": a campanha pela anistia reunia todas as oposições e sua tendência seria seguramente a de se popularizar ainda mais.

Com a libertação dos comunistas presos, o P.C.B. passou a ser o "Partido de Prestes"; as tendências contrárias às resoluções da "Conferência da Mantiqueira" serão majoritariamente absorvidas. É do "Partido de Prestes" que trataremos, inicialmente.

I. O P.C.B. e a "União Nacional" — da Anistia à Posse de Dutra

"Com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico."

(Stalin)

Qualquer estudo que se pretenda realizar a propósito da atuação do P.C.B. na conjuntura do pós-guerra imediato, sobretudo a propósito das relações mantidas por este Partido com os trabalhadores urbanos, coloca-nos necessariamente diante de um debate que envolve já, pelo menos, cinco pesquisadores que, em teses destinadas à obtenção de diferentes graus acadêmicos (ou ainda, em textos provisórios), abordaram apaixonadamente a questão.

Não trataremos, assim, de um tema original, mas de um objeto a propósito do qual muita energia já foi gasta. E se a ele nos dedicamos, foi sem a pretensão de chegarmos a formular abrangentes hipóteses originais, mas pensando em contribuir para o esclarecimento de algumas questões insuficientemente tratadas, quer pelo desconhecimento, quer pela apressada utilização de fontes.

A primeira tentativa de abordar o problema das relações P.C.B. — classe operária, na conjuntura da "redemocratização", é devida a Francisco Weffort, que publicou um texto, ligeiramente modificado, que viria a se constituir num dos capítulos de sua tese de livre-docência. No âmbito do CEBRAP, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins replicaram as análises tornadas públicas, através de um texto não publicado. Francisco Weffort, mantendo suas posições, que ganharam forma mais acabada na tese referida, respondeu às críticas que recebera.

Embora os textos debatidos no CEBRAP jamais tenham sido publicados (e apesar mesmo da expressa proibição de transcrição ou citação neles contidos), serviram de ponto de partida para o posicionamento de Luiz Werneck Vianna⁸ e, mais recentemente, de Arnaldo Spindel — este último, num

trabalho especificamente dedicado ao tema.9

Neste arrolamento prévio de trabalhos que interessam ao assunto, não pode ser deixada de lado a tese de doutoramento de Maria Hermínia¹⁰ que, embora não trate do período 1945-1947, implica uma "atualização" das hipóteses mais gerais que anteriormente defendera a propósito do caráter do Estado Novo, o significado da figura de Vargas etc. As análises contidas em sua tese não implicam, a nosso ver, uma reformulação radical da compreensão que no trabalho anterior explicitava, daí que a consideraremos ainda presente a propósito de vários aspectos da questão.

O debate travado pelos pesquisadores referidos se dá em torno de algumas questões básicas, arroladas em parte por Spindel. Elas seriam, em primeiro lugar, a motivação (principal ou dominante) que leva o P.C.B. a buscar a aliança com Vargas (ou, ainda, a oferecer, mais à frente, sua colaboração a Linhares e Dutra); em seguida, o caráter que assume esta aliança,

tendo o P.C.B. mantido ou não em seu interior autonomia; os objetivos perseguidos pelo P.C.B. com sua política (sobretudo sindical) e os efeitos

posteriores da posição assumida pelo Partido.

Para responder a estas questões, os autores explicitam ou deixam subtendidas premissas, que dizem respeito sobretudo às características da (s) contradição (ões) que percorre (m) a sociedade brasileira, ao caráter do Estado e, ainda, em grau menor do que seria de se esperar, a práxis autônoma dos trabalhadores na conjuntura.

A propósito deste último (e decisivo) aspecto, deve ser referido ainda o trabalho de Ricardo Maranhão, 11 de todos o que mais dele se ocupou. Sua dissertação de mestrado centrou-se, todavia, no período Dutra — o que não impediu que formulasse hipóteses destinadas à compreensão do período da crise final do governo Vargas e do interstício Linhares.

A Linha Política do P.C.B. (I). A Análise de Conjuntura

A dissolução formal da III Internacional não tinha significado para os comunistas brasileiros a oportunidade de passarem a formular autonomamente seu pensamento político. Todas as análises realizadas pelo P.C.B. em seu período de legalidade, inaugurado de fato com a Anistia, assumiram sempre um referencial maior: a leitura soviética da situação internacional.

Esta leitura era percebida com status de verdade científica, definida que seria a partir dos interesses mundiais do proletariado e da revolução socialista internacional. Não se a via como derivada de outra perspectiva — a dos interesses nacionais da URSS. Não se a questionava — um elemento muito grande de religiosidade estava incorporado ao frágil pensamento marxista brasileiro.

O P.C.B. não seria uma exceção, no conjunto dos partidos comunistas;

provavelmente, exemplificava a regra.

A propósito da conjuntura internacional, o dirigente da nação soviética, arrasada, com vinte e tantos milhões de mortos a lamentar, dizia: "com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período da guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico". Esta percepção era assumida por Prestes já em seu primeiro pronunciamento após a Anistia, quando ainda não formalmente exercendo as funções de Secretário-geral, mas falando, já, em nome do Partido. Calcada em graves equívocos, seria igualmente esta a compreensão de toda a direção partidária.

O caráter contraditório da aliança estabelecida contra o Eixo, entre os estados capitalistas e a URSS era minimizado; mais que isso, se dizia que "a aliança das três grandes nações se baseia não em motivos acidentais e temporários, mas em interesses vitais e permanentes", objetivos que asseguravam "agora mais que antes, a possibilidade de que elas continuem juntas,

para a paz...".13

Além disso, "o caráter democrático dos maiores países capitalistas, onde se concentra o grande capital financeiro", tinha enfraquecido "a catadura reacionária e colonizadora do imperialismo, abrindo para os povos dependentes novas perspectivas, mais promissoras, no caminho da luta pela emancipação nacional". Em suma, "com a derrota militar do nazismo foram sem dúvidas quebrados os dentes do imperialismo, que já não pode agora tão facilmente apelar para os canhões em defesa de seus privilégios, e da ação

extorsiva que quiser continuar a exercer nos países dependentes e coloniais contra a vontade dos povos oprimidos". ¹⁴ O recuo do imperialismo depen-

deria do "cumprimento fiel dos acordos de Teerã".15

Nestas análises, o otimismo ou a "esperança" substituía a compreensão de que os acordos de Teerã tinham sido obtidos após a vitória de Stalingrado e a contra-ofensiva soviética — a abertura de uma "segunda frente" ocorrendo quando as divisões russas já se dirigiam para a fronteira alemã. Como diz Basbaum, os aliados ocidentais queriam a derrota alemã, mas não a vitória soviética. A compreensão mais correta de que os acordos de Teerã não resultaram de um entendimento obtido a partir de interesses coincidentes, mas das vitórias soviéticas, teria desdobrado-se na compreensão de que o recuo efetivo do imperialismo seria resultado de novas e urgentes vitórias, em outros fronts.

Mais do que a realidade poderia fazer supor, Prestes via o proletariado vivenciando uma conjuntura internacional extremamente favorável à consecução de seus objetivos históricos. Em tal circunstância, mandaria uma elementar noção de estratégia, que se propusesse um "avançar, acelerado", antes que o inimigo refizesse suas forças e, em melhores posições, pudesse contra-atacar. Ou, em outras palavras, antes que os "dentes quebrados" do imperialismo, as cáries do capital, fossem substituídos por novas e afiadas presas. Contudo, para a direção do P.C.B. a contradição capital *versus* trabalho, que os trabalhadores brasileiros espontaneamente colocavam nas ruas, não estava na ordem do dia.

Em sua primeira entrevista após a Anistia, dizia Prestes: "faltam, para uma revolução socialista (no Brasil), não só as mais elementares condições

subjetivas, como as mais elementares condições objetivas". 17

A fragilidade da organização do proletariado e dos demais setores sociais explorados era, com efeito, uma realidade. Não eram, contudo, as "condições subjetivas" que mais levavam Prestes a formular sua proposta tática. Compreendia ele que a contradição mais sentida pelo proletariado não era a que o opunha à burguesia: "Num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva."

Estruturalmente, pois, a questão central a resolver era a de "sepultar os restos feudais", "de maneira que (se) torne possível o desenvolvimento

mais livre e rápido do capitalismo no Brasil". 18

Vargas, sua Revolução de 1930 e seu Estado Novo não tinham sido capazes de realizar este desenvolvimento capitalista. Seu governo só se mantivera devido à política externa que levara à frente: "graças ao bom senso e ao ódio antifascista das grandes massas, sobretudo do proletariado", que face ao engajamento de Vargas junto aos aliados, ainda o apoiavam.¹⁹

Na ótica de Prestes, coincidiam notáveis interesses sociais e políticos no Brasil. ²⁰ O proletariado pretendia, em primeiro lugar, o fim das estruturas e da exploração "feudal". Isso também interessava à burguesia, que via a necessidade de ampliar o mercado interno, cabendo para tal transformar os "servos" ou "semi-escravos" dos latifúndios em assalariados. ²¹ Buscava-se encontrar os elementos de oposição entre "industriais" e "latifundiários" ou "senhores feudais", não se buscava (ainda que para minimizar) o que tinham de comum seus interesses. ²²

Mais curioso é o apelo que Prestes fará aos "senhores feudais": com boa vontade, eles também poderiam apoiar a "União Nacional". Deveriam para isso, modernizar suas explorações, tornando-as capitalistas. Do contrário, teriam, fatalmente, de "abandonar a agricultura por falta de braços, isto é, falta de servos ou escravos (sic), cabendo nesse caso ao governo entregar suas terras às massas camponesas, para que as explorem diretamente em benefício próprio".²³

Assim, da mesma forma que na argumentação que usa para exigir de Vargas reformas institucionais (antes que o povo se revolte), Prestes vale-se da luta de classes para "assustar" a "classe feudal". Reformai, senhores feudais. Tornem-se burgueses, antes que a luta de classes se explicite nos

seus domínios...

Diante de tão distante perigo, os "senhores feudais" que Prestes "descobria" na realidade brasileira, provavelmente apostariam na repressão (reforçando-a) ou na capacidade de procriação de seus "servos" — mais rápida que o êxodo para as cidades... antes de "aderir" à proposta de

transformação burguesa que Prestes formulava.

Já assinalamos aqui a compreensão do imperialismo observada na conjuntura. A dimensão do conflito nação *versus* imperialismo era atenuada pela nova conjuntura mundial que se abria com o pós-guerra: "O próprio progresso nacional, a elevação do nível de vida das massas e a industrialização do país significando aumento da riqueza nacional, tornarão menor o peso relativo do capital estrangeiro em nossa economia e reduzirão automaticamente sua influência política".²⁴

O próprio conflito entre os interesses da burguesia nacional e os do capital estrangeiro era uma questão menor. De dentes quebrados, o imperialismo não podia obstaculizar, como no passado, o desenvolvimento indústrial. Quando a lei antitrust de Vargas foi editada, o P.C.B. se calou. Por esta análise a luta de classes, quer no plano interno, quer no plano internacional, parecia abolida. Era como se a vitória sobre o nazismo significasse a mudan-

ca das leis do desenvolvimento histórico.

A política de União Nacional possibilitaria conjugar interesses que o P.C.B. considerava não apenas conciliáveis, mas, mais que isso, coincidentes com um plano de longa duração. A questão da condução da "União Nacional", como a de qualquer política de aliança, dependia contudo do acesso ao poder. Era aí que se colocava a questão da aliança com Vargas.

A Linha Política do P.C.B. (II). A Aliança com Vargas

Como assinalamos, a questão das motivações que levam o P.C.B. a buscar a aliança com Vargas, mesmo após a guerra ter seu curso definido e o ditador ter sido forçado a conceder a Anistia, pôr fim à censura etc., se constitui em questão central da polêmica travada pelos autores que trataram da conjuntura.

Para Francisco Weffort, "os comunistas apoiariam naquele momento a qualquer governo, desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra.²⁵" Outros fatores, relativos à composição social e formação ideológica dos quadros do Partido seriam também relevantes na compreensão da proposta que não passaria, assim,

por nenhuma identificação entre Vargas e um setor mais progressista da classe dominante.

Para Maria Hermínia e Carlos Estevam, é outra a compreensão dos fatos. Vargas seria o representante dos interesses burgueses industrializantes e fortalecê-los significaria, em face da impossibilidade de uma ação política independente do proletariado, combater o binômio latifúndio-imperialismo,²⁶

sendo isso percebido pelo P.C.B.

Em sua tese de doutoramento, Maria Hermínia revê parcialmente sua compreensão da identificação entre a burguesia industrial e Vargas, matizando-a, à medida que passa a enxergar na política levada à frente pelo Estado (e, portanto, por Vargas), "um grau elevado de autonomia face aos interesses constituídos na sociedade brasileira". Esta alteração não supõe por si só, que se considerem revistas as análises do texto anterior. A aliança com Vargas significaria, ainda, uma aliança entre o P.C.B. e os interesses

industrializados presentes na conjuntura.

Werneck Vianna chega a conclusões semelhantes. Para este autor, embora "deixando ao largo... a verificação empírica" (da veracidade da proposição), a contradição "que se apresenta como dominante para um vasto espectro de protagonistas sociais" era a que situava "a nação versus o imperialismo e o latifúndio", ou a "indústria versus agricultura de exportação e capital comercial e financeiro externo". A Constituinte com Vargas, uma forma particular de redemocratização pelo alto, consistia na tentativa política de prosseguir na consecução (das propostas nacionalistas ou industrializantes) sob o sistema representativo liberal, mantendo-se o primado do Estado na dimensão econômica". 29

A justificativa da proposta do P.C.B. surge em Werneck Vianna desenvolvida a partir de informações incorretas, que o fazem caracterizar o aceno de Vargas às classes subalternas de forma mais radical que Maria Hermínia e Carlos Estevam. Com efeito, data a organização do MUT³⁰ de abril de 1944. Sabemos que o MUT surge *após* a Anistia, em abril de 1945; analisando um "populismo de 1944", trata de um fenômeno que efetivamente não existiu.³¹

A atitude pró-Vargas dos comunistas durante o período 1943-45 derivara, para este autor, da compreensão de que "a contradição democracia versus fascismo". "consistia na contradição dominante em toda e qualquer formação social, subordinando todas as demais à sua resolução". Com o fim da guerra, o P.C.B. teria mantido a mesma percepção de uma "hierarquização" de contradições. O acúmulo de tensões sociais tendia a "elevar para primeiro plano o antagonismo capital versus trabalho, em detrimento das tarefas políticas de redemocratização do país e da conservação de seu ritmo de industrialização". O P.C.B. ("ator político situado na perspectiva da classe operária"), "optara pela redemocratização pelo alto...", tendo como alternativa "a adesão a uma conspiração para a qual não fora convocado (sic), nem onde se desejava sua participação". "Ademais", prossegue, "não podia (se) desconsiderar o fato empírico decorrente das novas relações do Ministério do Trabalho com as classes subalternas, que as desembaraçavam do sistema tutelar". 32

Arnaldo Spindel, autor que discutiu as questões que nos ocupam, pretendendo revisar as colocações conflitantes do debate promovido pelo CEBRAP, não se refere ao trabalho de Werneck Vianna, da mesma forma

que desconhece a tese de doutoramento de Maria Hermínia. Ao contrário dos autores anteriores, sua dissertação tem como objeto específico a conjuntura 45-47, e a relação P.C.B.—trabalhadores constitui sua preocupação maior. Para ele, a opção que faz o P.C.B. pela tentativa de aliança com Vargas "inclui-se no âmbito mais geral das diretrizes de ordem e tranquilidade, preconizadas por Stalin, que tomam força a partir da dissolução da internacional comunista". No entanto, esta orientação geral é submetida a uma "reciclagem" em sua aplicação: "Se olharmos com atenção perceberemos claramente que a política pregada por Stalin adequa-se perfeitamente àquilo que o P.C.B. considerava suas necessidades frente ao cenário político brasileiro." 33

O Partido Comunista, definindo-se como partido "de todo o povo", "necessitava reforçar seus liames com a massa que pretendia representar e legitimar-se no interior do sistema político. Isso só seria possível desde que conseguisse entrar na partilha dos bens distribuídos pela estrutura buro-

crática".34

Assim, não se tratava apenas de cumprir a linha internacional seguida pelos PC: isso seria "viver no mundo da lua", diz o autor. O P.C.B. pretende, em resumo, "instalar-se junto às massas e frente ao conjunto do sistema político", mais precisamente obter o "controle dos mecanismos do Ministério do Trabalho".³⁵

A partir de nossas considerações anteriores temos, inicialmente, de rejeitar a compreensão de Maria Hermínia e Carlos Estevam: não há como negar, como os demais autores citados já fizeram, que a linha política seguida pelo P.C.B. é uma reprodução daquela que o IC, ao se dissolver, determina para os comunistas de todo o mundo. Considerações relativas às contradições internas do país eram pura e simplesmente consideradas secundárias para a definição da tática a ser seguida. A "hierarquização de contradições" a que se refere Werneck Vianna realmente ocorria na formulação da proposta comunista. Contudo, e a par do duvidoso caráter marxista que possa ser atribuído a tal procedimento metodológico, nada indica que o apoio a Vargas em 1945 tenha derivado da substituição, na "hierarquia" de contradições a enfrentar, daquela que opunha democracia *versus* fascismo pela que confrontava a nação *versus* o imperialismo.

Pudemos observar, nas palavras de Prestes, que o P.C.B. acreditava na possibilidade de uma colaboração efetiva entre a nação e o capital estrangeiro — daí não ter sido assumida pelo Partido a defesa da "Lei Malaia", e nenhuma crítica a Brodwer ter sido formulada pelos porta-vozes do P.C.B. antes que o dirigente comunista norte-americano caísse em desgraça em seu

próprio partido.

Por diversas vezes, e como já foi assinalado, avaliando a evolução da proposta política do P.C.B., Prestes só encontra razões derivadas da política externa seguida por Vargas para justificar o apoio oferecido ao governo.³⁶ Sua política econômica era criticada duramente. Prestes chega a apontar como única medida valorizável, neste campo, a construção da Usina de Volta Redonda. Vargas falhara em conduzir a industrialização, em concretizar, portanto, a "revolução burguesa".

A questão do "aceno às massas" assumido por Vargas deixa o plano das intenções apenas quando as greves por melhores salários já se somavam à expressão das outras oposições ao governo. Spindel assinala que a Emenda Constitucional n.º 9 era uma demonstração de que Vargas não pensava em

10

mobilizar as massas urbanas para se manter no poder: a lei eleitoral privilegiava os pequenos Estados em detrimento dos centros urbanizados.³⁷

A "popularidade" de Vargas, a nosso ver, apenas se somava como elemento menor às razões de política internacional em que o P.C.B. se ancorava para manter, em 1945, sua adesão ao governo. É muito mais pertinente pensar que Prestes contribuiu para prestigiar Getúlio quando lhe ofereceu apoio, do que crer numa "competição" de prestígios, percebida

pelo P.C.B, e na qual, a priori, ele se sentia derrotado.

Mas, realmente, a direção comunista não "estava no mundo da lua". Pensava mecanicamente a coincidência de interesses entre a revolução mundial e os cânones da política externa soviética, dava status de ciência (ou de religião) às análises de conjuntura propaladas por Stalin. Ainda que tudo isso significasse na prática abandonar a teoria marxista, o P.C.B. não tinha abandonado a proposta de chegar ao poder. Não pela adesão a uma "redemocratização pelo alto" ou pretendendo acriticamente obter o controle (apenas) do Ministério do Trabalho: nossa hipótese é que as pretensões do P.C.B. eram bem maiores. Pretendia-se uma associação no Poder com Vargas — associação que se imaginou possível, possibilidade de cuja dimensão subjetiva é difícil dizer.

Apresentando um programa limitado de reformas,³⁸ pretendendo obter a confiabilidade da classe dominante, pregando "ordem e tranqüilidade", o projeto comunista era o de ganhar espaço no aparelho de Estado — numa dimensão bem maior que aquela, assinalada por Spindel e Werneck Vianna —, e isso a curtíssimo prazo. O golpismo, em palavras mais claras. A este respeito, temos os melhores indicadores nas próprias palavras de Prestes. No comício do Estádio de São Januário, dizia:

"É chamando ao poder homens de prestígio popular que compreendam o povo e saibam e possam falar com o povo é que o governo se reforça e chegará a inspirar confiança à Nação na marcha sem retrocessos para a democracia, para as eleições livres e honestas que almejamos."³⁹

No Pacaembu, negando "cambalachos" com o governo, reproduz, um

mês após, quase as mesmas palavras:

"Mas a ordem e tranquilidade de que necessitamos para chegar efetivamente a eleições livres e honestas não dependem só de nós... Dependem igualmente da atitude das demais correntes políticas e muito especialmente da atividade governamental, da rapidez, coragem e audácia com que souber marchar o governo para a frente no caminho da democracia. Mas, para tanto, torna-se cada vez mais urgente afastar do governo reacionários e fascistas notórios, chamar ao poder homens de real prestígio popular, que compreendam o povo e saibam e possam falar com o povo".40

Não nos parece difícil identificar, num momento em que os comunistas recusavam-se a formar frente com os liberais, que os "homens de real prestígio popular" só podiam estar no P.C.B. Falando numa reunião de químicos industriais, em 21 de junho, Prestes é explícito: "o P.C.B. está disposto

a participar de um governo popular, democrático e progressista".41

O acesso ao poder seria viável a partir de duas premissas: o efetivo isolamento político de Vargas não deixaria alternativas ao ditador; a "colaboração" das "democracias capitalistas" com a URSS, sendo duradoura, colocaria a hipótese de um PC não revolucionário participando de governo latino-americano fora do índex do capital internacional.

10

11

12

Na medida em que Vargas não chama ao governo "homens de prestígio popular" e que o movimento queremista se constitui, fabricado pelos "reacionários e fascistas notórios" — que buscam bases populares de apoio a Vargas, sem o concurso do P.C.B. —, é que o Partido passa a enfatizar a luta pela Constituinte. Sem abandonar jamais as hipóteses que tinham sido principais logo após a Anistia.

Após a deposição de Vargas, quando reunido o "Pleno do Comitê Nacional", em janeiro de 1946, avaliando os resultados das eleições, as

palavras de Prestes permitem pensar na mesma direção:

"Perdera o senhor Getúlio Vargas a confiança das classes dominantes e dos agentes do capital estrangeiro em nossa terra ... que agora o temiam porque voltava-se para o povo e tentava ampliar a base social de seu governo — coisa que não soube fazer, vacilando sempre entre os interesses populares e os da classe reacionária a que pertence, à qual resolveu afinal capitular sem luta, traindo os setores populares que nele confiavam... O sr. Getúlio Vargas preferiu ceder aos seus interesses de classe a defender, como chefe, os da massa getulista ou queremista..." 42

Assumindo uma proposta não revolucionária de acesso ao poder, a Constituinte pela qual propugnava o Partido tinha de ser a Constituinte com Vargas — da qual se esperou sempre o convite à participação no governo. O convite não ocorreu; restou a alternativa de ser fiel ao discurso e tentar nas uma ganho de espaço político que fizesse o P.C.B. reconhecido como representante do proletariado diante da classe dominante. Tal, nossa hipótese.

A Linha Política do P.C.B. (III). O Governo Linhares e a Candidatura Fiuza

Com a deposição de Vargas, a alternativa perseguida pelo P.C.B. como via de participação no poder tornava-se ainda mais distante. A convocação da Constituinte, que Vargas não fizera, mostrava, após o golpe, que a principal bandeira política dos comunistas não era, afinal de contas, tão potencialmente progressista.

O P.C.B., logo após o 29 de outubro, declarou suas boas intenções frente ao novo governo, ao mesmo tempo em que reafirmava os apelos de "ordem e tranquilidade" dirigidos aos trabalhadores. Manteve a mesma proposta de União Nacional — a linha política perseguida tinha matriz numa análise da conjuntura internacional que Hiroshima e Nagasaki não alteraram de imediato.

Confirmadas as eleições presidenciais, o P.C.B. viu-se diante de falta de alternativas, já que negara apoio a Gomes e Dutra. Este último recebia a adesão dos integralistas, praticamente o único grupo político que o P.C.B. não considerava de possível inclusão na "União Nacional". Mesmo assim, derrotar Dutra não surge como objetivo principal do P.C.B.; o candidato da U.D.N. era o escolhido do "imperialismo decadente".

A única opção que restou ao P.C.B. foi a de afirmar independência, lançando candidato próprio. Esta atitude aparentemente negava a proposição unitária perseguida —, mas ao mesmo tempo confirmava, no plano eleitoral, que só os comunistas aspiravam a "União Nacional" propagandeada.

Yedo Fiuza foi apontado após vários nomes terem-se negado a concorrer pela legenda do P.C.B. Foi, ao que tudo indica, uma escolha pouco discutida mesmo no Comitê Nacional do Partido.⁴³

Uma hipótese não desprezível (também registrada por Spindel) é a de que a escolha de um colaborador do Estado Novo (Yedo era primo de João Daudt D'Oliveira, velho amigo de Vargas) fora pensada como passível de obter o apoio do presidente deposto. Tal explicação da escolha foi, ao menos, veiculada na ocasião. ⁴⁴ A justificativa de Prestes falava de um "candidato civil", um "técnico"; um candidato não comunista que aceitava a tese da "União Nacional" — embora não trouxesse consigo nenhum reforço ao eleitorado que os comunistas eram capazes de mobilizar.

O resultado eleitoral, ainda que considerado uma vitória, não aproximava o P.C.B. do poder: a tática de "União Nacional" seria mantida, mas no "Pleno..." realizado em janeiro, alterações na proposta de condução do movimento operário seriam efetivadas. Os trabalhadores atropelavam

seu Partido.

"União Nacional" e o Movimento Operário (I). Da Anistia às Eleições de Dezembro

Reconhecendo bons propósitos no governo "que declarava guerra ao Eixo", apostando no caráter progressista da burguesia — em sua quase totalidade "antiimperialista e antifeudal", aspirando a um governo de União Nacional no qual estaria representado, o P.C.B. ao longo de todo o ano de 1945 buscou assumir o papel de mediador ou *conciliador* nos conflitos

capital versus trabalho que tinham voltado a se explicitarem.

No comício de São Januário, Prestes afirmava sua percepção do papel que deveria exercer o proletariado na conjuntura: cabia-lhe "um papel dirigente e fundamental" no "grande esforço de unificação nacional". Os sindicatos deveriam ser a "garantia máxima da ordem", por seu intermédio mais facilmente se exerceria "a vigilância do movimento operário". Os sindicatos tinham, assim, uma função política decisiva a desempenhar — favorecer a cooperação de classes, garantir a pretendida aliança com Vargas.

Em agosto, no "Pleno da Vitória", o Partido oficializava sua orientação

em relação ao movimento operário.

O Partido devia, como "vanguarda da classe operária... dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas...". O "maior perigo" que ameaçava o P.C.B. era cair no "seguidismo": "se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural, em virtude da crise econômica e depois de tantos anos de reação foi, e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta-coluna, serviríamos inconscientemente a estes e cometeríamos o maior de todos os crimes contra o nosso povo". 46

No informe sobre os Sindicatos, João Amazonas desenvolve mais de perto a compreensão que tem o Partido sobre o movimento espontâneo dos

trabalhadores:

"Essa crescente disparidade entre salários e custo de vida gera um descontentamento que pode levar ao desespero. É um combustível perigoso à política de União Nacional porque não faltarão inimigos da democracia para insuflar greves e violências com que justificariam depois medidas restri-

13

14

12

10

tivas à liberdade. É preciso encararmos a realidade e remover essa ameaça constante".⁴⁷

A greve era afirmada como um "direito sagrado da classe operária". "Entretanto, . . . é uma arma que só deve ser usada como último recurso, depois de esgotados todos os meios pacíficos, e quando os patrões se colocam intransigentemente contra as reivindicações mínimas dos trabalhadores e, assim, contra os interesses da União Nacional e do progresso do país."

Medir o grau de "intransigência", capaz de justificar uma greve, algo de muito subjetivo surgia como tarefa partidária, provavelmente. E, na

prática, isso significava tentar evitar todas as greves:

"Não é estranho a esses agitadores ("insufladores de greve a todo o custo, que visam criar um ambiente de confusão e violência para justificar medidas antidemocráticas") muitas das greves verificadas nos últimos meses"...

"Entretanto, as condições de vida do povo são tão difíceis que às

vezes, espontaneamente, a massa é levada a atos de desespero.

No caso de que não tenhamos podido evitar as greves, então os comunistas devem colocar-se à frente do movimento e fazer um apelo aos patrões para que atendam as justas reivindicações apresentadas" (grifo nosso).

Não se percebia, a não ser para apontar os riscos do "seguidismo", a existência de um *movimento* operário espontâneo; o conteúdo potencialmente político da insatisfação econômica dos trabalhadores era desconhecido; a fim de se garantir a colaboração de classes, as "perigosas" manifestações de "desespero" dos trabalhadores deveriam ser direcionadas, acriticamente, para a legalidade da Justiça do Trabalho. Transmitia-se a idéia da coincidência possível de interesses entre burguesia e proletariado, ao mesmo tempo em que se diminuía a importância mobilizadora das lutas econômicas imediatas — os sindicatos tenderiam a se esvaziar após as vitórias.⁴⁸

Na campanha eleitoral de novembro, a posição do Partido não fora modificada: falando em Recife, Prestes consegue ainda invectivar as greves, situando a ineficácia da luta operária desligada das transformações "anti-

feudais" que propugna para o meio rural:

"O operário pode gozar do direito de greve, mas o que vale fazer greve se os patrões dispõem de uma reserva colossal de mão-de-obra barata, desses camponeses que, por qualquer Cr\$ 5,00, ou menos talvez aqui no Nordeste, vêm substituir o operário da cidade?" 49

Em seu Informe de agosto sobre o trabalho sindical, Amazonas assume uma proposta de tipo corporativista que, no plano do conflito capital versus trabalho, propiciaria a ordem e a paz social necessárias para o projeto de

"União Nacional":

"Cabe aos sindicatos lutarem pela organização nas fábricas e locais de trabalho, propiciaria a ordem e a paz social necessárias para o projeto de as dificuldades surgidas, tanto no que diz respeito aos salários, como também a uma maior eficiência da produção e por melhores condições de trabalho. Os sindicatos de empregados e empregadores devem firmar acordos mais gerais sobre seus problemas e os que interessem o progresso nacional" ... "... seria oportuno estabelecermos as bases para a criação dum Conselho Nacional de Produção, integrado pelos patrões, pelo governo e pelos operários, representados por seu partido de classe, o Partido Comunista, e os sindicatos".

Tratava-se de ampliar a proposta patronal, aprovada na "Conferência de Teresópolis".⁵⁰

A propósito da organização especificamente operária, o P.C.B. apontava para o revivescimento da atividade sindical e para a constituição de organismos unitários, montados a partir de articulações de cúpula e não organizados no curso de lutas comuns. O MUT e a CTB foram as fórmulas principais nesta última direção, o "Movimento..." nascido em embrião nos Congressos Sindicais de 1943/44 e nos "Comitês Democráticos" do primeiro trimestre de 45.

As reivindicações que o MUT faz ao governo, reafirmadas no "Informe" de Amazonas, ⁵¹ não fazem mais que, como Weffort já apontou, pretender uma maior eficácia para a organização sindical existente. Sem o perceber (?), o P.C.B. contribuía para legitimar a essência corporativista da legislação sindical. A este autor e a Ricardo Maranhão, devemos os mais completos estudos existentes a propósito do MUT e das diversas organizações sindicais de cúpula organizadas pelo P.C.B. ⁵²

Uma questão, polêmica, é abordada por Weffort. O não questionamento, por parte do P.C.B. (através do MUT) do Instituto do Imposto Sindical se constituiria no principal indicador da aceitação pelo Partido da submissão dos órgãos de representação dos trabalhadores frente ao Estado. Discutimos em outra parte (Capítulo I) a criação do Imposto Sindical, principal mecanismo da agilização do sindicalismo assistencial-burocrático implantado pelo Estado Novo.

Com efeito, a linha política do P.C.B., dirigida para a prevenção da agudização do conflito social, mais que quaisquer outras considerações, é que levou o MUT a não se engajar com mais firmeza numa luta pela autonomia e independência dos sindicatos. Deve ser aqui assinalado, porém, que nenhum grupo ou tendência política de esquerda (se excetuarmos os anarquistas), o que inclui os trotskistas do P.S.R., fez, na conjuntura, da abolição do tributo uma bandeira.

Assumir posição diversa significaria ter caído provavelmente num mero doutrinarismo. Todos os grupos e "Partidos" de esquerda buscaram, desde antes da entrada do Brasil na guerra, ocupar espaço no aparelho sindical existente. Como veremos mais adiante, os maiores críticos do P.C.B. se limitavam a exigir que os fundos derivados do Imposto fossem integralmente controlados pelos trabalhadores — o que, se obtido, teria significado o fortalecimento do poder político dos sindicatos. Ainda que a política do MUT não tivesse sido a de propor a unidade sem princípios, pedir o fim do Imposto Sindical em nada ajudaria a levar os trabalhadores aos sindicatos nem, hipoteticamente, ajudaria a construção de um outro aparelho sindical, paralelo ao oficial. E isto, também, não estava na ordem do dia de nenhuma tendência política, naquele momento, além daquela exceção assinalada.

Ricardo Maranhão dedicou-se a buscar, apesar de toda a dificuldade do objeto, elementos a propósito das organizações operárias nas empresas. Analisou 33 das greves ocorridas em São Paulo no ano de 1946 e concluiu que, em 15, o movimento eclodira decidido e organizado por "comissões nos locais de trabalho". No mesmo espaço entre janeiro e maio de 1947, dentre 22 movimentos estudados, 12 tiveram esta mesma característica. 53

Difícil é averiguar até que ponto, nos anos referidos, tenha havido participação do P.C.B. na montagem destas comissões. A propósito, vale

10

11

3

4

5

citar artigo publicado no *Hoje* em dezembro de 1945, onde em tom de descoberta da pólvora, se fala de uma "experiência a ser aproveitada": a constituição de "organização de base nas oficinas" de tal forma que "os agitadores nela nada consigam". ⁵⁴ A direção do P.C.B., que era quem possuía acesso às colunas do jornal propunha, na prática, comissões antigreve... As comissões de greve, ao menos em 1945, seguramente foram criação espontânea dos trabalhadores ou de quadros partidários rebeldes.

Pensando o Brasil como país onde os trabalhadores sofriam mais de "um insuficiente desenvolvimento capitalista" que da exploração do capital, a organização que surgirá nas fábricas, proposta pelo P.C.B., será preferencialmente a disciplinável célula partidária, destinada a semear o cumprimento da linha política de colaboração ordeira com os patrões, garantia do "desenvolvimento pacífico" em plano internacional.

O Modelo Partidário: Um "Partido de Novo Tipo"

A questão do "modelo" de Partido a ser reconstruído figura como uma das questões mais enfatizadas nos textos do P.C.B. Tratava-se da necessidade de adaptar ou de substituir a velha estrutura partidária por uma outra, compatível com a nova era. O partido de quadros, clandestino, teria de deixar de existir.

A primeira adequação adviria do grupo social a que o P.C.B. pretendia agora representar. O partido alargava sua autopercepção de "partido do proletariado" para se pretender um partido de todo o povo". 55 Arnaldo Spindel assinala o fato — o objetivo do P.C.B. seria "a conquista das massas urbanas de uma maneira geral e também da pequena burguesia que servira de base para o tenentismo". 56 O mesmo (?) Partido que no passado expulsava de seu Comitê Central dirigentes não-operários, às vésperas da Revolução de 30, buscava abarcar agora aquela que fora a base social da A.N.L.

"Em vez do pequeno partido ilegal que fazia agitação e propagava a idéia geral do comunismo e do marxismo, precisamos agora de um grande partido realmente ligado à classe operária e às forças decisivas de nosso povo, um Partido a que se agregue a parte melhor da maioria camponesa de nosso campo, um Partido enfim que pela sua ampla composição social tenha de fato força e capacidade necessárias para dirigir o nosso povo na luta pelo progresso e independência, na luta pela liberdade e a justiça social, na luta por um governo popular."

"Precisamos enfim de um Partido bem diferente daquele nosso velho e glorioso Partido em que nós, os militantes mais velhos, nos fizemos como combatentes tanto melhores e mais úteis, quanto mais conseguíamos resistir à perseguição policial e viver incógnitos no meio das grandes massas.

Hoje, precisamos de um *partido de novo tipo*, de um grande Partido bem ligado às massas, e nós, também, cada um de nós, precisa adaptar-se às novas condições, desenvolver as qualidades novas que de cada um de seus militantes vai exigir o nosso Partido, grande e legal". ⁵⁷

Para atender aos requisitos da justiça eleitoral, um Estatuto fora desenhado rapidamente, deixando de lado as referências ao marxismo-leninismo e à ditadura do proletariado.⁵⁸

Na prática, o P.C.B. manteve as normas e estrutura anteriores, só que agora, e ao menos no papel, as células ou organismos de base chegavam a contar com centenas de inscritos. A filiação era aberta a todos. Nos comícios de novembro-dezembro de 1945, milhares de trabalhadores se inscreveram no P.C.B.

O grupo comunista de São Paulo propugnara a realização de um Congresso, ainda durante a guerra, que servisse para a definição não apenas de um programa, mas também de uma direção. Como vimos, tal não foi a

proposta acolhida por Prestes ou pela maioria dos então militantes.

Foi com base no Comitê Central escolhido pela Conferência da Mantiqueira que se constituiu a direção nacional que deveria, através de procedimentos autoritários (cooptação de quadros para a direção, nomeação de dirigentes para os comitês estaduais e municipais etc.) permanecer muitos anos à frente do Partido. A apresentação do P.C.B. como "o Partido de Prestes", dos candidatos inscritos como "os candidatos de Prestes", expressava quase que literalmente a realidade de um centralismo de decisões destinado a obter integral obediência à linha política. Mas que, em contrapartida, impedia que a direção fosse vitalizada pelas aspirações e propostas oriundas das bases e, mais que isso, da própria classe operária em seu movimento espontâneo.

O debate, na imprensa partidária, era praticamente inexistente. As "teses" do Comitê Nacional foram invariavelmente transformadas em resoluções nas Conferências realizadas em 1946; seguramente, as propostas para o IV Congresso, adiado em face da decretação da ilegalidade do Partido,

teriam o mesmo destino.

O "partido de novo tipo" acumularia, assim, problemas de dois tipos. De um lado, mantinha os defeitos da estrutura interna de poder antidemocrática, característica do modelo soviético sob Stalin. De outro, criava a vulnerabilidade derivada do abandono das medidas de segurança típicas da época de clandestinidade compulsória — vulnerabilidade que se explicitaria, de forma dramática, em 1947.

Mobilização Popular e Adesão ao P.C.B.

Em janeiro de 1946 o P.C.B. reunia entre 100 e 150 mil filiados, seu candidato à presidência da República obtivera cerca de 10% do total de sufrágios; a bancada eleita para a Assembléia Constituinte (14 deputados, 1 senador) era a quarta bancada partidária. Estes números tinham sido

alcançados em pouquíssimo tempo.59

4

Analisando até aqui a tática política assumida pelo Partido, verificamos que ele se distanciava do movimento espontâneo dos trabalhadores, buscava desestimular seus posicionamentos mais agressivos — como as greves —, acenava para a colaboração de classes como forma de o proletariado alcançar não apenas melhores condições de vida, mas o próprio poder. Naturalmente que uma pergunta tem de ser respondida: afinal, o que levava, apesar de tudo, o P.C.B. a experimentar tão amplo respaldo popular? Alguns elementos genéricos são sempre referidos. O primeiro diz respeito ao prestígio popular de que passou a gozar a URSS, após a invasão alemã e principalmente a partir da vitória de Stalingrado. Apesar de toda censura que proibia o elogio a "regimes diferentes do nosso", "ainda que de aliados", o fato é

13

14

12

11

que durante praticamente três anos a opinião pública acostumou-se a acompanhar, na primeira página dos jornais, a resistência e depois o avanço soviético sobre as tropas nazistas; diminuía a propaganda anticomunista e desde

1943 publicações favoráveis à URSS passaram a ser editadas.60

O prestígio de Prestes e dos comunistas presos cresceu, seguramente, na mesma proporção. Na prisão, eles eram o símbolo da resistência à ditadura — a desilusão de um amplo setor da intelectualidade com a proposta do "Cavaleiro da Esperança" anistiado, 61 comprova que para a opinião pública a proposta de colaboração "na guerra e na paz" com Vargas, formulada desde 1943, era pouco conhecida ou considerada falsa, apócrifa.

As tentativas de Eduardo Gomes de uma aproximação com Prestes, mesmo após seus primeiros pronunciamentos em liberdade, mostram o peso

que ele e seus companheiros, como oposição ao governo, possuíam. 62

Os comícios de São Januário e Pacaembu homenageariam o Prestes da Coluna, o Prestes da A.N.L., o Prestes encarcerado e que tivera a esposa morta num campo de concentração nazista — não o Prestes da colaboração de classes. Mas este teria o espaço político do outro para iniciar a construção de um partido de massas — num país sem partidos, num país sem massas

organizadas.

A ausência de organizações "concorrentes" parece-nos um dado decisivo para o sucesso da empreitada a que se lançaram os comunistas. O modelo político do Estado Novo pretendera que os sindicatos e mais umas poucas entidades servissem para avalizar o regime e conseqüentemente o pacto de dominação que ele representava. Fracassara, apesar dos esforços nesta direção. A partir da Emenda Constitucional n.º 9 e da proposta continuísta de Vargas, o P.T.B. começa a ser fabricado —, mas, até outubro, sua única proposição é o "Queremos". Das tendências socialistas (marxistas ou não), que divergem do P.C.B. ou de sua linha política, trataremos mais à frente. Por enquanto, basta registrar que não foram capazes de viabilizar nenhuma proposta alternativa de organização popular.

Um elemento deve ser aqui situado e desenvolvido. Malgrado suas análises estratégicas e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o P.C.B. conseguiu concretizar fórmulas organizacionais demonstrando, ao

menos durante algum tempo, extrema competência mobilizadora.

Lembremos que, durante longos anos, não existiam canais institucionais que fizessem a ligação entre a população e o Estado. A sociedade civil tinha perdido a possibilidade de interferir até mesmo na ação administrativa do Estado — naquele tipo de ação que serve para "legitimar" o aparelho de dominação de classe, fazendo-o surgir ideologicamente diante do povo como "coisa pública" e não "coisa de classe".

O P.C.B. percebeu isso claramente ao propor a constituição dos "Comitês Populares Democráticos", denominação genérica que seria aplicada a milhares de organizações que, em poucos meses, surgiram por todo o país. São propostas justificadas pelo processo eleitoral previsto, como organismos

que atuarão nos bairros, nas fábricas, nos sindicatos.63

Muitos deles, acreditamos, nasceram espontaneamente (desligados da ação dos quadros do P.C.B. ou de qualquer outra ação partidária) —, refletiram o potencial de insatisfação popular existente. Outros, ainda à margem do P.C.B., foram obra meramente eleitoreira de postulantes a candidaturas legislativas. Caberia aqui a realização de estudos monográficos, extremamente

10

11

difíceis pela ausência de fontes. De todo modo parece que, se estes últimos tenderam pura e simplesmente a desaparecer, após o 2 de dezembro, nos primeiros a atuação do P.C.B. acabou por fazer-se presente, "politizando-os"

e fazendo com que permanecessem.

A atuação dos Comitês era fartamente registrada pela imprensa, e não apenas pelos jornais ligados ao Partido Comunista. No Rio de Janeiro, parecem ter surgido simultaneamente em bairros proletários e de classe média. Chegaram a ser freqüentados, ao menos entre abril e junho de 1945, pela oposição liberal e da esquerda não comunista, que só frente à clara definição pró-Vargas do P.C.B., deles se afastaram.⁶⁴

A maioria dos Comitês aparece como organização de bairro, levando reivindicações por melhoramentos urbanos: pedem calçamento, "chafarizes", transporte coletivo, melhoria dos serviços de correio, construção de abrigos em paradas de bonde, mudanças nos horários de trem etc.⁶⁵ Em vários casos, as reivindicações, fáceis de atender, eram obtidas — e isso fortalecia os

Comitês.

Foram também organizados comitês de profissionais, que tinham claramente a função de atuarem no meio sindical, provavelmente em entidades onde o P.C.B. não conseguiu compor com as diretorias. 66 Comitês de Empresa, menos comuns, surgiram em bairros ou cidades-fábricas, reivindicando melhorias nas condições de locação e protestando contra o sistema policial de controle a que usualmente eram submetidos os trabalhadores que recebiam moradia das empresas. 67

Ao mesmo tempo em que serviam para expressar reivindicações e mobilizar para lutas específicas, os Comitês buscavam prestar serviços. Uma das atividades mais comuns eram os cursos de alfabetização para adultos, prática que se iniciou com vistas ao alistamento eleitoral, mas que se manteve

depois.68

Em São Paulo, boa parte dos 86 Comitês Democráticos existentes realizaram a decoração natalina das ruas, em dezembro de 1945. Atividades de lazer eram promovidas com freqüência; a organização de festejos populares de tradição religiosa também fez parte (ao menos em Pernambuco) das preocupações dos C.D.⁶⁹ Práticas de tipo assistencialista, embora menos comuns, também foram registradas.⁷⁰

Os Comitês típicos (de bairro) participaram ativamente do alistamento eleitoral — através deles 30.000 eleitores obtiveram o documento hábil, só em São Paulo, Capital⁷¹ — e, desde o primeiro momento, desenvolveram atividades caracteristicamente políticas: conferências, comícios — a propósito dos grandes temas do P.C.B.⁷² Em agosto de 45, Pedro Pomar alertava para

o sectarismo e a excessiva politização na prática dos Comitês:

"Nem sempre temos compreendido a natureza ampla desses organismos e, por isso mesmo, não são poucos os que agrupam apenas membros e simpatizantes do Partido, subestimando a mobilização dos moradores locais...".

"Os que levantam reivindicações gerais e debatem *alta política* têm pouco apoio popular. Mas aqueles que lutam pelas coisas mínimas, sentidas por

todos, crescem rapidamente."73

4

Os Comitês (marcadamente em São Paulo, acreditamos) ao longo de 1946 foram-se transformando cada vez mais em organismos parapartidários: se em 1945 surgem propostas de "congressos de comitês" ou reuniões intercomitês, 74 em 1946 a imprensa do P.C.B. divulga deliberações de uma

13

14

12

10

"Comissão Organizadora de Democratização e Reivindicações Populares" que envia aos Comitês "sugestões" sobre suas ações — num procedimento

caracteristicamente partidário.75

Seguramente, esta prática favoreceu a repressão aos C.D., além de tender a retirar deles o caráter massivo e de espaço de manifestação não partidária. Mas o papel de "celeiro de quadros" foi cumprido e o P.C.B. que, na maioria dos casos chegava até o bairro, era um P.C.B. que se identificava com os problemas populares mais imediatos. A ligação entre o horário dos trens, o chafariz, a festa do Capim e a "alta política" de colaboração de classes não era percebida em termos práticos.

A eficácia dos Comitês como instrumento de mobilização foi descoberta por outros partidos, e ao mesmo tempo em que o P.C.B. foi sendo acuado e colocado fora da lei, entravam em cena os políticos do P.T.B., P.S.P. . . . , acenando com uma proposta semelhante na forma, mas diversa

em seu possível conteúdo estratégico.77

Outras propostas de organi: ação da população podem ser referidas aqui, embora nenhuma delas, pelo vulto, fosse comparável à importância dos Comitês.

Sendo verdadeiros os números levantados por José Albertino, a adesão aos sindicatos trabalhistas em 1945 não ocorreu em escala acentuada. O total de sindicalizados passou de 463.223 (1944) para 474.943⁷⁸ apesar de todo o empenho do MUT e, até outubro pelo menos, das autoridades governamentais.

De todo modo, como já foi assinalado, as organizações sindicais se aproximaram dos trabalhadores — quer pela condução de negociações com os patrões, quer por uma presença mais constante nos locais de trabalho. A própria prestação de serviços assistenciais deve ter aumentado, em 1945. Foi preferencialmente, acreditamos, pela cooptação de dirigentes sindicais que o P.C.B. deve ter tido êxito inicial nesta área.

O programa e a tática do P.C.B., além da política de cooptação de quadros (não se discriminando aderentes por convicções religiosas, por exemplo), devem ter ajudado o Partido a atrair parcela do contingente de sindicalistas preocupados com questões econômicas de interesse dos trabalhadores, pouco politizado e dotado de uma criticidade reduzida em relação a Vargas e ao modelo sindical vigente.

A rápida mudança de conjuntura, no governo Dutra, deve ter feito com

que muitos deixassem de lado, rapidamente, a militância.

Durante a guerra, a experiência de atuação do P.C.B. na Liga de Defesa Nacional tinha servido para a conquista de um espaço político, de uma tribuna e, seguramente, propiciando o crescimento de seus quadros. A participação de comunistas na FEB foi já referida, também. No pós-guerra, as organizações de ex-combatentes foram criadas com o incentivo e a participação de militantes, por todo o país. A proposta do P.C.B. era de que essas entidades não se limitassem a lutar pela obtenção de vantagens materiais e assistenciais aos "pracinhas", 79 mas que mantivesse de pé as bandeiras democráticas "pelas quais o Brasil combatera". 80 Muitas das organizações de ex-combatentes posicionaram-se contra a Carta de 37, pelas liberdades democráticas, contra a rearticulação integralista no P.R.P. Foram um espaço de discussão e serviram, também, à politização da população.

A legenda da FEB fez com que ex-combatentes fossem chamados a participarem das listas de candidatos do P.C.B. às eleições para a Consti-

tuinte e para legislativos estaduais.

Pedro Pomar, no "Informe" já referido, lista ainda outras frentes de "trabalho de massa" que deveriam ser objeto da preocupação do P.C.B.: organizações cívicas e recreativas, organizações femininas, de juventude — clubes esportivos ("que têm de 15 a 20 sócios, sem sede ou material esportivo") secundaristas, entidades religiosas. . . 81 Todas estas frentes foram de alguma forma atacadas, e trouxeram ao P.C.B. militantes — ainda uma vez, sem que as proposições de "alta política", a nosso ver, prejudicassem, num primeiro momento, resultados positivos para o Partido.

União Nacional e Movimento Operário (II). O Pleno de Janeiro de 1946

O Comitê Nacional do P.C.B. reuniu-se em janeiro de 1946, num "Pleno Ampliado" que seria dedicado à análise dos resultados das eleições

de dezembro e à definição da ação partidária na Constituinte.

A situação internacional se alterava rapidamente. As bombas atômicas, a intervenção britânica na Grécia e na Indonésia já prenunciavam a guerra fria; nos Estados Unidos mais de um milhão de trabalhadores estavam em greve; na Argentina os portuários paralisavam Buenos Aires. O Informe de Prestes preferia minimizar estes indicadores que negavam o "desenvolvimento pacífico" profetizado por Stalin, mas já não atribuía apenas aos "restos fascistas" as ameaças que pesavam sobre a paz; o imperialismo voltava a ser identificado também ao capital monopolista presente nos Estados Unidos e na Inglaterra, e claramente afirmava-se que "reagrupava suas forças". No entanto, apenas se matizava a análise de conjuntura propagandeada ao longo de todo o ano anterior, sem que se alterassem as conclusões dela decorrentes:

"Precisamos adquirir a convicção profunda, inabalável, científica de que a paz é possível neste mundo de pós-guerra para que possamos efetivamente lutar por ela. Ser revolucionário não é ficar preso a dogmas e não querer ver as possibilidades novas que tenham de fato raízes na própria realidade objetiva. Não acreditar na possibilidade de que o imperialismo enfraquecido tenha de ceder por algum tempo e continuar colaborando pacificamente com o Estado soviético é de fato assumir uma atitude oportunista, desarmar o proletariado ante os manejos guerreiros do imperialismo, é servir, enfim, aos interesses da reação e do fascismo porque ao fascismo é que interessa a desordem, o caos, a guerra mundial contra a URSS e guerra civil contra os povos nacionalmente oprimidos."82

O otimismo tinha que dar o tom à análise da conjuntura nacional. Agora, a derrubada de Getúlio era vista como elemento positivo, favorável

à União Nacional, objetivo amplamente reafirmado:

"A ironia da história... entregou aos reacionários e fascistas criadores e usufrutuários da ditadura do Estado Novo, a missão de pôr abaixo o ditador e seus agentes nos Estados, limpando assim o terreno para um maior sucesso dos esforços unitários dos comunistas, para os quais é certamente muito mais fácil ganhar agora para a União Nacional certas pessoas e camadas sociais, ainda intransigentes ou incapazes de compreender o apoio político

que dávamos aos atos democráticos do governo deposto a 30 de outubro."83

Alguma coisa mudara na proposta política do P.C.B., no entanto: a possibilidade de participar do poder, admitido o Partido como confiável representante do proletariado num governo de União Nacional, era agora, mesmo para quem olhasse a conjuntura com as lentes róseas de sua direção, um objetivo distante. O Partido precisava contar com uma ação de maior prazo; a política de ordem e tranquilidade precisava ser, ainda que timidamente, revista.⁸⁴

O Pleno do Comitê Nacional ocorria imediatamente após as greves da Light, pelo abono de Natal. A ação desenvolvida em relação a estes movimentos espontâneos, além de seguramente afastar o P.C.B. dos trabalhadores, não fora capaz de evitar a repressão sobre o MUT. Por outro lado, as direções sindicais mais direitistas tendiam a se afastar da proposta unitária do P.C.B. — afinal, o governo Vargas tinha caído e Linhares preparava-se para golpear a estrutura sindical do Estado Novo, o que não devia ser estranho a eles. A campanha eleitoral reavivara a pregação anticomunista da Igreja, para quem sutilezas de linha política nada significavam. 85

Assim, ao mesmo tempo em que valorizava a ação desenvolvida em 1945 em favor da "ordem e tranquilidade", Prestes dizia que "a má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação, que possa servir de pretexto para os golpes militares, levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Este desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se for até poucas semanas atrás de menor importância, já agora precisa ser corrigido com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica..." (grifo nosso).

"Houve da parte de nossos militantes uma grave incompreensão de nossa linha política, porque lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha agravar a situação econômica das massas, é lutar contra a carestia de vida, contra a inflação e, portanto, por aumento de salários e melhores condições de trabalho."

O crescimento das organizações populares e o fortalecimento do movimento sindical não poderiam ser consolidados "através da passividade, da conformismo, de uma plenitude defensiva, mas da luta conseqüente pela melhoria progressiva da situação social e econômica das grandes massas".

O combate ao desvio direitista "dos militantes" (e não do Partido ou de sua direção) serviria para que se dessem "novos passos no caminho da União Nacional".⁸⁶

Os efeitos práticos da reprimenda de Prestes se fizeram sentir quando da eclosão da greve nacional dos bancários — quando, pela primeira vez, na conjuntura, o P.C.B. passou a apoiar um movimento paredista, colocando a seu serviço o poder de pressão de que dispunha.

A Aplicação Quotidiana da Linha Política

Até aqui, tratamos o P.C.B. "por inteiro", sem levantar uma questão: até que ponto as bases (e até mesmo organismos intermediários) aplicaram no quotidiano a linha política assumida pela organização?

A questão é relevante, ainda a propósito da tentativa de compreender os sucessos do Partido em termos de mobilização e multiplicação de quadros. Os elementos empíricos disponíveis para se chegar a uma resposta são escassos. O controle das direções sobre os órgãos de imprensa do P.C.B. impede que hoje se conheçam eventuais posições críticas à orientação proposta. Depoimentos tomados a posteriori tendem a refletir análises assumidas após as autocríticas oficiais, sucessivamente formuladas.⁸⁷ Nas autobiografias de militantes, a referência a divergências aparece —, mas são enunciadas como "resolvidas" a favor da direção, na ocasião.⁸⁸

Confrontando-se os Informes de Prestes em agosto e janeiro de 45, verificamos que no primeiro a ênfase autocrítica é dirigida contra o perigo "esquerdista" de seguir o espontaneísmo das massas. No segundo, a tônica é dada pela condenação do "desvio oportunista de direita", e, os insucessos

na contenção das greves, como já vimos, devem aí ter pesado.

Ricardo Maranhão discute a questão, citando o depoimento de um militante: "em vão o Partido procura aplicar essa política (de 'apertar os cintos'), e não foram poucos os companheiros que ao tentar aplicá-la foram vaiados e agredidos pela massa. Foi o caso, por exemplo, do líder gráfico Rocha Mendes e do metalúrgico Armando Mazzo. Os operários foram plenamente vitoriosos. Nessa questão voltaram as costas ao Partido". 89. A prática, descrita anteriormente, de louvar os quadros de base que contiveram greves, na imprensa partidária, pode ser vista, assim, como um "esforço" necessário ao disciplinamento dos militantes "rebeldes". Seu número é, no entanto, uma incógnita.

No Nordeste, a histeria anticomunista, em grande medida alimentada pela Igreja, a dominação política dos proprietários de terra — tratados como "senhores feudais" e, portanto, excluídos da "União Nacional" — impediam a prática tranquila da pregação da colaboração de classes. Neste sentido, a obra Memórias de Gregório Bezerra, onde são narrados sucessivos incidentes na campanha eleitoral de 1945, constitui-se em indicador não desprezível

das vicissitudes da aplicação da linha política.90

O lapso de tempo decorrido entre o início da ampla pregação de "União Nacional" e a adoção de uma postura mais agressiva em relação à condução das lutas econômicas dos trabalhadores foi talvez suficientemente longo para impedir que o proletariado e as massas populares em geral tivessem voz mais ativa na reformulação institucional do país —, mas foi um tempo curto demais para permitir que eventuais alternativas organizacionais se firmassem. Se isso for somado aos elementos anteriormente levantados — teremos provavelmente a explicação do por que multidões pensavam o P.C.B. como o seu partido.

O P.C.B. surgiu, para milhares de trabalhadores, não como o Partido que mandava "apertar os cintos", mas como o Partido que desafiava a exploração econômica, a miséria. Neste Partido, os trabalhadores confiaram,

nele se inscreveram, ainda que por pouco tempo.

II. As Outras Esquerdas

3

4

5

Trotskista; ex-trotskistas que se mantêm dizendo também "ex-stalinistas"; socialistas que se consideram marxistas, ou não, membros do P.C.B. que se recusam a aceitar a linha política ditada pela direção, todos tinham

13

14

12

10

em comum, no período que estudamos, uma reduzida ou nula influência sobre o movimento operário e trabalhista em geral. Constituíram, no decorrer do ano de 1945 e mais além, organizações de diversos tipos e dimensões, formulando propostas alternativas às do P.C.B., porém assumindo sempre como um fator de aglutinação a negação deste Partido ou de sua prática. A dimensão positiva de seus posicionamentos (salvo para algumas destas correntes, a propósito das eleições presidenciais de dezembro) foi sempre suplantada pela preocupação maior de negar o P.C.B. O registro de suas presenças na cena política atende, aqui, ao interesse de se verificar (em face inclusive do amplo debate posterior sobre a atuação do P.C.B.) quais as alternativas pensadas e propostas por estes críticos de Prestes e de seu Partido, no momento mesmo da conjuntura. Certos anacronismos foram cometidos pela historiografia, em face do desconhecimento deste enfoque.

O P.S.R. A Constituinte, sem Vargas. Prestes para Presidente e a "Frente Unica Operária"

Edgard Carone é praticamente o único autor que se propôs a sistematizar a história da dissidência trotskista do P.C.B., formalizada em 1931 com a constituição da "Liga Comunista Internacionalista". 91 Como reflexo do rompimento entre Trotski e os trotskistas norte-americanos (1934), a propósito da avaliação do modelo soviético, 92 a Liga se cinde, fundando Mário Pedrosa em 1936, no Rio, o Partido Operário Leninista (P.O.L.).

Em 1937, a questão do apoio às candidaturas José Américo ou Armando Salles, dividindo os organismos estaduais do P.C.B., fez com que a maioria do Comitê Estadual de São Paulo, "a organização comunista do Paraná, fragmentos do aparelho de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco" or partido, aderindo à proposta trotskista. A figura principal desta cisão foi Hermínio Saccheta.

Êm 1938 o P.O.L. foi desarticulado pela polícia, a partir da prisão da escritora Patrícia Galvão; 94 o grupo de Saccheta sofreu a mesma sorte com

a prisão de seu principal dirigente.95

A morte de Trotski e as divergências entre seus seguidores, a questão da oportunidade da organização da IV Internacional, fizeram com que vários dos trotskistas brasileiros revissem suas definições programáticas. Em 1941 Mário Pedrosa, retornando do exterior, dispõe-se a "organizar um Partido Socialista Independente ... já desligado do trotskismo". 96

Saindo da prisão, "com a vida desorganizada", Saccheta e outros ex-dirigentes do antigo Comitê Regional do P.C.B. em São Paulo, lentamente se rearticulam, em 1943. É aí que surge o Partido Socialista Revolucionário (P.S.R.), que se filiará à IV Internacional através do Socialist Workers Party (SWP), "passando a funcionar como seção brasileira da IV".97

Os diversos grupos que se denominavam trotskistas, durante os anos 30, chegaram a ter razoável influência sobre o movimento sindical paulista. Saccheta atribui à maciça contrapropaganda da rádio Moscou, além da repressão policial que se seguiu a 1935/37, a fragilidade orgânica e o declínio da influência da "tendência" no movimento operário: "Laura Brandão, diariamente, em ondas curtas, acusava os trotskistas de agentes nazistas".

A invasão da URSS e o consequente incremento da popularidade de Stalin, a par das defecções de muitos intelectuais (como Mário Pedrosa e

10

11

13

outros), fizeram do grupo que se rearticula no P.S.R. um número insignificante de ativistas. "Em nosso melhor momento, não ultrapassamos os 400 filiados" — e este momento se situaria fora da conjuntura que analisamos.

Até março de 1945, aproximadamente, os trotskistas se diluem na ampla frente informal que combate a ditadura Vargas. Alguns folhetos chegaram a ser editados pelo "Partido", mas não tivemos acesso a nenhum deles. 98

A reduzida base de influência do P.S.R. era São Paulo. Fora daí havia militantes no Rio de Janeiro e no Paraná. Conhecemos documentalmente as propostas políticas do grupo em 1945, pelo jornal Vanguarda Socialista, cujas colunas serviram à expressão de suas posições (e de críticas a elas) até que surge a publicação própria *Orientação Socialista*, já em outubro de 1946.

A matriz das propostas do P.S.R. como de resto a de todos os grupos de igual filiação na época, era o *Programa de Transição* escrito por Trotski para o congresso de fundação da IV Internacional, em 1938.⁹⁹ Uma discussão mais ampla a propósito da perspectiva teórica dos trotskistas escapa a nossos objetivos. Importa aqui assinalar quais as propostas que, derivadas de sua particular compreensão da conjuntura mundial e nacional, foram formuladas para a conjuntura brasileira.

Até a Lei Constitucional n.º 9 o P.S.R. propunha a "derrubada da ditadura", com a constituição de um "governo provisório" que faria a convocação de uma Assembléia Constituinte. Como força revolucionária, contava com a formação de uma "frente operária", desqualificando quer o "campesinato", considerado contra-revolucionário, quer a "burguesia nacional".

A palavra de ordem da Constituinte foi mantida, após a edição da Lei — uma "Constituinte sem Vargas"; frente às eleições presidenciais, recusaram-se a apoiar quaisquer dos candidatos. A negativa de apoiar Eduardo Gomes foi objeto de acirradas críticas por parte dos editores da Vanguarda Socialista. Saccheta afirma que os militantes "votaram em Prestes para a presidência", o que na prática significava a anulação do voto. 101

No movimento sindical, o P.S.R. controlava a direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e possuía influência, ainda, sobre outras poucas organizações da capital paulista, como o Sindicato dos Vidreiros, por exemplo. 102 Foi através principalmente do primeiro Sindicato que o "Partido"

pôde explicitar suas divergências com a proposta sindical do P.C.B.

Respondendo às críticas de Murilo, a propósito dos militantes do P.S.R. que ocupando "posições dirigentes nos sindicatos adaptaram-se inteiramente ao regime totalitário da CLT... até hoje não tomaram nenhuma posição que os levasse a se oporem ao Ministério do Trabalho", mantendo os organismos "submetidos ao controle estatal", sem que seu Partido assumisse "nenhuma posição prática na luta pela autonomia sindical e pelo reconhecimento do direito de greve", 103 "CC Iperoig" relata "dois fatos que provam" a combatividade do Partido, explicitando-se aí suas preocupações.

O primeiro seria a participação numa reunião do "Centro de Debates Sociais", de São Paulo, quando "elementos do P.S.R." propuseram "uma frente" com os anarquistas, "contra os pelegos e antiprestista". Na ocasião, "Aristides Lobo, colaborador da Vanguarda Socialista, fez obstrução à discussão" que, assim, em nada teria resultado.

A segunda referência é a participação do Sindicato dos Jornalistas no I.º Congresso Sindical de São Paulo, onde apresentou tese sobre o direito

13

15

14

12

10

de greve ("vetada pela comissão de Legislação Trabalhista") e sobre "autonomia, liberdade e enquadramento sindical", esta última aprovada. 104

No final de 1946, já com órgão de imprensa próprio, o Partido publicou um "Plano de Reivindicações Transitórias", quase uma transcrição literal, em muitos pontos, do "Programa de Transição" de 1938. 105 A principal atividade política encaminhada, pelo que a leitura da coleção permite perceber, era a participação de oradores do P.S.R. numa "tribuna livre" que funcionava na Praça do Patriarca, "nos parapeitos da Galeria Prestes Maia", onde "militantes pecebistas, petebistas, anarquistas, trotskistas e liberais puderam conhecer-se de perto", numa prática volta e meia proibida pela polícia. 106

Propagandeando a "degenerescência" soviética, invectivando o P.C.B. como "agente dos interesses stalinistas" e fazendo alguma propaganda doutrinária, o P.S.R. praticamente nada conseguiu em termos de ligação com a

massa trabalhadora.

O presidente do Sindicato dos Vidreiros, que participou do Congresso de fundação da C.T.B. descrevia assim a correlação de forças no meio sindical, em 1946:

"Podemos afirmar que no Congresso não havia terceira corrente, apesar dos seus 2.300 delegados, mesmo porque os únicos Partidos que atuam no meio sindical são dois (o P.C.B. e o P.T.B.). Uma terceira corrente poderia ter surgido; não surgiu por falta de tempo e coordenação. Elementos isolados como anarco-sindicalistas, socialistas, anarquistas, comunistas dissidentes pretenderam fazê-lo, mas não foi possível. Foram apanhados de surpresa." (sic).

"O grupo comunistas era infinitamente menor que o grupo trabalhista, não obstante, conseguiu dominar em toda linha ... enquanto os comunistas eram apoiados fortemente pela imprensa do Partido, defendiam a liberdade sindical, os trabalhistas choramingavam como crianças no Ministério do Trabalho... se tivessem um pouco de dignidade e orientação política, teriam ganho o Congresso com a maior facilidade..."

"Com a fundação da C.G.T.B. os comunistas passaram a dominar completamente o movimento sindical no Brasil e enquanto a terceira corrente não se organizar serão eles os únicos dirigentes das massas e poderão mano-

brar à vontade na política de colaboração de classes..."107

A "terceira corrente", ... "por falta de tempo" ou mais provavelmente pela atuação doutrinarista e sectária de seus proponentes, jamais se formou.

Nas eleições para a Câmara de Vereadores, em São Paulo, o P.S.R. inscreveu um candidato, na legenda do P.S.B. — Antonio D'Elia, "membro do conselho diretor da Associação dos Servidores Municipais" e "Secretáriogeral do Clube Municipal". Sua votação mostra o alcance da ação do P.S.R.: "obteve menos de 700 votos". 108

A Dissidência do P.C.B.: Pela Aliança com os Liberais

No "Pleno Ampliado" de janeiro de 1946, foram expulsos do P.C.B. Silo Meireles, Cristiano Cordeiro (fundador do Partido, em 1922) e outros militantes, a maioria dos quais ex-aliancistas. O primeiro fora responsável pelos contatos que Prestes mantivera com Eduardo Gomes, em abril do ano anterior. A razão da expulsão do grupo (que rompera formalmente com a direção do P.C.B. quando do lançamento da candidatura Fiuza) era a diver-

gência quanto às alianças que a proposta de "União Nacional" supunha. Tinham-se mantido como opositores de Vargas, sem aceitar as teses da C.N.O.P., 109 e persistiram na tentativa de juntar forças com o grupo que acabou por tormar a "Esquerda Democrática", pensavam a candidatura Eduardo Gomes como capaz de catalisar a frente nacional antifascista que devia pôr fim à estrutura de poder desenhada pelo Estado Novo.

O principal documento que reconhecemos a propósito da proposta deste grupo é a carta aberta de Silo Meireles, dirigida a Prestes, em novembro de 1945. O texto considera, em primeiro lugar, a necessidade da União Nacional, uma vez que "a derrota militar do fascismo no mundo não correspondeu, de modo algum, à sua necessária derrota no plano político e ideológico". Passa, a seguir, a estranhar que a "União..." proposta por Prestes, viesse a "afastar de seu seio setores populares enormes" e lista, extensamente, estes setores e personalidades, a começar por Miguel Costa, João Mangabeira, Hercolino Cascardo, Maurício de Lacerda..., os militares que tinham-se oposto ao golpe de 37, os estudantes, os signatários do Manifesto dos Mineiros etc.

Discorda da análise de conjuntura internacional de Prestes: "Os mesmos fatores que geraram, na esfera do capital financeiro, a reação fascista pelo mundo afora, estão ainda bem vivos e atuantes. . . . Longe de estar com os 'dentes quebrados' . . . o certo é que o imperialismo rasga, desafiadoramente, nesta hora, aos olhos pasmados do mundo, a Carta do Atlântico e as Quatro Liberdades do inolvidável Presidente Roosevelt, massacrando os povos da Indonésia, da China e da Indochina, ao mesmo tempo em que contemporiza com velhos e corroídos instrumentos da reação, como Salazar, Franco et caterva".

Da mesma forma que o grupo da "Esquerda Democrática" e os editores da "Vanguarda Socialista" responsabilizava, finalmente, o P.C.P. pela rápida mudança verificada no caráter da U.D.N.: o P.C.B. teria feito "tudo... no sentido de empurrar, seja lá como fosse, para o campo da reação, a candidatura Eduardo Gomes." 110

Na mesma data em que Silo Meireles divulgava este texto, o candidato da U.D.N. prosseguia em seus pronunciamentos anticomunistas, iniciados desde sua presença na formatura do C.P.O.R. (Centro Preparatório de Oficiais da Reserva) de Belo Horizonte, em setembro. Falando em Sorocaba, Eduardo Gomes afirmava que "se o capitalismo dominador leva à opressão do proletariado, a chamada ditadura em nome do proletariado, que está sendo experimentada na Rússia, constitui também uma forma de escravidão..." 111

A dissidência limitou-se a criticar a proposta de aliança política com Vargas; desconhecemos quaisquer críticas à atuação sindical ou condução do movimento operário que tenha sido formulada, escapando a este marco. A imprensa do P.C.B. se dedicou, após a expulsão formal do grupo, a criticá-lo como sendo constituído de "traidores" e adjetivos semelhantes. Desconhecemos réplica e, ao que tudo indica, ela não ocorreu.

O's Socialistas

4

"Os agrupamentos pequeno-burgueses e esquerdistas afloram em abundância em 1945", diz Carone¹¹² e se refere à articulação de três organismos:

13

14

15

12

10

a *União Democrática Socialista* (composta de intelectuais pequeno-burgueses e tênue número de operários), surgida em São Paulo em 1943 e cuja ação principal se deu no movimento estudantil; a *Esquerda Democrática* (formada em parte por pessoas que participaram da fundação da U.D.N., "antigos membros da Aliança Nacional Libertadora, . . . de alguns ex-membros do P.C.B., de socialistas independentes e socialistas católicos . . . "), que acaba por absorver a U.D.S. e o pequeno grupo sobrevivente do *Partido Socialista Brasileiro*, de 1934, que voltou a lançar manifesto em maio de 1945. 113

Além desses organismos, temos de considerar o também heterogêneo grupo, constituído em sua maioria de ex-trotskistas (antigos militantes da *Liga Internacional*, isto é, do *Partido Operário Leninista*, principalmente) que edita, a partir de 1945, o jornal Vanguarda Socialista, no Rio de Janeiro.

A publicação, que visava "fazer propaganda da idéia socialista e preparar, sem imediatismo, quadros para o futuro", "não (sendo) órgão de nenhum partido, não (estando) sujeita a nenhuma disciplina partidária", "não (sendo) um jornal de agitação para a massa", definia-se como "um jornal de vanguarda", constituiu-se no principal veículos de debate de idéias políticas de esquerda editado na conjuntura. Recusando as matrizes stalinistas e trotskistas, com grau diferente de profundidade, seus editores buscaram formular

análises alternativas para a conjuntura.

5

Em face do sectarismo do P.C.B., o jornal era considerado simplesmente "trotskista" na imprensa do Partido. Muitos dos artigos publicados, ainda em 1945, poderiam ser mais bem classificados como orientados por uma perspectiva reformista, de tipo social-democrata; a transformação do jornal em veículo do novo P.S.B., a partir de 1948, sob o lema "Socialismo e Liberdade" veio a comprovar a tendência. No editorial que citamos, Diretivas, publicado no número 1, se diz que "Os atuais partidos comunistas representam de uma parte o passado e, da outra, os interesses do Estado soviético. Estão condenados à cisão em face das contradições sociais e políticas do mundo atual. Uma parte se transformará, definitivamente, em um instrumento totalitário da atual tendência à estatificação do capitalismo. A outra ... irá fundir-se às melhores forças proletárias que seguem hoje no campo da II Internacional e constituirão com outros grupos os futuros Partidos Socialistas, que serão a síntese de que de melhor trouxe o bolchevismo russo e o que de permanente e fecundo se contém no socialismo ocidental..."

Todos os grupos e organizações referidos aqui tiveram em comum a defesa da candidatura Eduardo Gomes, vista como representativa das tendências mais democráticas da sociedade brasileira. Persistiram nesta posição mesmo depois de o discurso do Brigadeiro assumir nítida definição anticomunista; a exemplo da dissidência do P.C.B., responsabilizaram a política de Prestes pelo fato.

A análise da Vanguarda Socialista considerava que a palavra de ordem da Constituinte "era justa e oportuna no começo deste ano (1945), quando a ditadura cambaleava, hesitante, e havia perdido a iniciativa, ao passo que as forças democráticas ainda não completamente definidas e arregimentadas, estavam na ofensiva". . . "Naquela época teria sido possível mobilizar todas as forças contra a ditadura e da derrubada desta teria resultado um governo provisório esteiado no povo e, por isso mesmo, com autoridade para convocar uma Constituinte soberania e livre."

10

11

13

A contra-ofensiva de Vargas, favorecida pelo P.C.B. provocando o "surto infeccioso do queremismo" tinha alterado o quadro político: a oposição se dividia, e "o lema da Assembléia Constituinte não podia mais servir de bandeira de agitação contra o Estado Novo; o apoio à candidatura Eduardo Gomes passou a ser o meio mais seguro è certo de levar o combate à ditadura até o fim". A "luta contra o fascismo estadonovista perdeu o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder, para tomar a aparência de uma 'campanha presidencial'". 115

Em outro texto, de outubro, apontava-se para o perigo de se insistir na palavra de ordem da Constituinte: "um caminho legal foi traçado pelo jogo e contrajogo das forças em presença, contra a vontade do próprio ditador", e uma "explosão social" poderia tomar "um caráter não revolucionário ou

progressista". 116 Temia-se a reprodução do fenômeno argentino.

O jornal, ao apontar o caminho das regras do jogo definidas por Vargas, minimizava o caráter reacionário das forças que apoiavam Eduardo Gomes: "um ramo arcaico e retrógrado do modo de produção ... conservadores, mas não fascistas". A postura liberal que assumiam os coronéis era associada àquela da nobreza territorial inglesa, que "ferida de morte pela lei que abolia os direitos sobre a importação de trigo", em 1846, "passou a sustentar as medidas liberais em favor do proletariado contra a burguesia industrial em ascensão", resultando daí a lei das 10 horas de trabalho etc. 117 O "liberalismo" destas forças sociais, em 1945, não era associado, assim, a um conluio com o imperialismo (ou a seus restos agonizantes), como pensava o P.C.B.

Carone, analisando a atuação dos grupos que enumera, diz que "o impasse entre objetivos e realização se deve não ao programa, mas ao limite imposto às suas atividades, pois a maior parte dos militantes não tem vivência dos problemas de outras classes; o seu trabalho político também é feito nas horas-extras e não permanentemente como o dos comunistas". 118

O "amadorismo" político parece efetivo, e a falta de ligação com o movimento operário no quotidiano de suas lutas faz ... com que o grupo que tenha uma proposta mais detalhada sobre a questão trabalhista — a U.D.S. —, acabe por diluir-se, como o do primeiro P.S.B., na "Esquerda Democrática" — que elege apenas dois constituintes: Domingos Velasco (Goiás) e Hermes Lima (Distrito Federal).¹¹⁹

Nenhuma proposta alternativa de organização e mobilização popular seria formulada; na luta sindical, não disputariam espaço ao P.C.B. Domingos Velasco, como foi referido em outra parte, criticou a constituição dos

Comitês Democráticos Populares através da imprensa. 120

Sem se constituir numa organização, o grupo de intelectuais da Vanguarda Socialista se limitava a divulgar artigos assinados que criticavam a passividade do P.C.B. frente à legislação social implantada por Vargas, no que não chegava a se constituir numa plataforma de ação sindical. Uma pequena nota publicada em novembro fala da necessidade de revogar o Imposto Sindical, "porque ele era usado corruptamente";¹²¹ análises abrangentes como as que surgem a propósito da conjuntura política, não ocorrem a propósito da luta sindical.

Com a queda de Vargas e a definição da candidatura Fiuza, a Vanguarda Socialista divulgará sucessivas matérias ofensivas ao P.C.B., adjetivando de "pecebentos" seus quadros, num procedimento que não contribuía, segura-

mente, nem para popularizar Gomes nem para elevar o nível do debate

político sobre a conjuntura. 122

Em janeiro de 46, a publicação se assume como questionada pelo fato de não ter avançado na direção de uma definição partidária; "passada a campanha eleitoral, corre o risco de ficar na rabada da U.D.N. Critica-se, então, a proposta da E.D.,123 mas, já em abril, no Congresso que a organização realiza, o grupo da Vanguarda Socialista estará presente, participando da estruturação do novo P.S.B., do qual os marxistas não terão controle. 124

As outras esquerdas, praticamente sem raízes entre os trabalhadores, tendo em comum apenas a rejeição — por razões distintas — do Partido Comunista, não alcançariam nenhuma influência sobre a condução das lutas

populares.125

A união da teoria revolucionária com o movimento espontâneo dos trabalhadores não se daria, também, pela ação de quaisquer outros partidos alternativos ao P.C.B.

NOTAS

(1) O Globo, 03-03-1945.

(2) O Comício da Praça da Sé, promovido por estudantes, resultou em dez feridos. A nota dos promotores descreve o ocorrido: "Havíamos decidido fazer o primeiro comício democrático destes últimos dez anos e propagamos amplamente nossa iniciativa, sem a menor malícia... no entanto, a polícia secreta da ditadura através de agentes provocadores, especializados na técnica das ruas, não mais metralharam o povo, como em novembro de 1943. Resolveram a situação embriagando uma série de garotos, dando-lhes certa quantia que, aliás, valeu protestos entre alguns elementos menos remunerados..." A partir daí, ocorreu a pancadaria. A Secretaria de Segurança Pública desmentiu os estudantes, dizendo em nota oficial que "o comício foi interrompido pela chuva e presença de trabalhadores que regressavam das oficinas e de inúmeros populares que aclamavam incessantemente o nome do presidente Getúlio Vargas". Folha da Manhã, 04-03-1945.

(3) Foi o caso do comício promovido "em homenagem à FEB", no Rio de Janeiro, dia 23 de março. João Neves da Fontoura desiste da palavra, frente aos protestos da multidão; Álvaro Ventura, então Secretário-geral do P.C.B., ao falar, se identifica como

comunista, Folha da Manhã, 24-03-1945.

5

(4) Realizada em 1943, forma um Comitê Central que tem Prestes como Secretário-

-geral e adota a palavra de ordem de apoio "incondicional" a Vargas.

(5) Francisco Weffort, "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil — A Conjuntura do Pós-guerra", Estudos CEBRAP (São Paulo, abril/junho de 1973).

(6) Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins, Modus in

Rebus — Partidos e Classes na Queda do Estado Novo (São Paulo, 1973), mimeo.
(7) Francisco Weffort, Sindicatos e Política (tese apresentada para concurso de livre-docência) (São Paulo, 1973), xerox. A tréplica específica aos argumentos de Maria Hermínia e Carlos Estevam, é o texto Dejemonos de Farsas Inutiles — História Crítica ou História Ideológica? (São Paulo, 1973), mimeo.

(8) Luiz Werneck Vianna, Liberalismo e Sindicato no Brasil (Rio de Janeiro, Paz

e Terra, 1976).

(9) Arnaldo Spindel, O Partido Comunista na Gênese do Populismo (Análise da Conjuntura da Redemocratização no Pós-Guerra), (São Paulo, Símbolo, 1980). (10) Maria Hermínia Tavares de Almeida, Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945), Tese de doutoramento, DCS-FFLCH (São Paulo, USP, 1978).

(11) Ricardo Maranhão, Sindicato e Democratização — Brasil, 1945-1950 (São Paulo,

10

11

13

14

Brasiliense, 1979).

(12) Palavras de Stalin, referidas por Prestes ("Organizar o Povo para a Democracia". Discurso pronunciado no Estádio do Pacaembu, julho de 1945), Luiz Carlos Prestes, Problemas Atuais da Democracia (Rio de Janeiro, Vitória, 1947), p. 82.

(13) Luiz Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", discurso pronunciado no Estádio de São Januário, a 23-05-1945), op. cit., p. 80.

(14) Idem, "Organizar o Povo para a Democracia", op. cit., p. 100. (15) Idem, "A Situação no Brasil e no Mundo", entrevista a O Globo, publicada em 15-03-1945, op. cit., p. 73.

(16) Leôncio Basbaum, História Sincera da República, vol. III — De 1930 a 1960,

3.ª ed. (São Paulo, Alfa-Omega, s/d), p. 129. (17) Luiz Carlos Prestes, "A Situação no Brasil e no Mundo", op. cit., p. 69.

(18) Idem, ibidem, p. 71. (19) Idem, ibidem, p. 69.

(20) Analisando a derrota da A.N.L., Prestes vai mais além, dando a entender que

a "União Nacional" teria sido possível também em 1935:

"O erro estava em não estarmos à altura dos acontecimentos, em não termos conseguido ampliar a frente, a União Nacional, em não termos conseguido desmascarar por completo a propaganda fascista" (grifo nosso), Luiz Carlos Prestes, "O P.C.B. Quer, Precisa, Deseja ser Compreendido", discurso pronunciado no Parque 13 de Maio, em Recife, no comício "O Nordeste a Luiz Carlos Prestes", em 26 de novembro de 1945, op. cit., p. 169.

(21) Idem, "A Situação no Brasil e no Mundo", p. 71; "Organizar o Povo para a Democracia", p. 108; "O P.C.B. Quer, Precisa, Deseja ser Compreendido", p. 170-171.

(22) Na entrevista a O Globo, Prestes buscava no relatório das indústrias Matarazzo, recém-divulgado, apoio para sua tese a propósito das reivindicações antifeudais da burguesia industrial. Contudo, uma outra leitura do fragmento referido pelo dirigente comunista permitiria outras conclusões: Prestes propõe uma alteração nas relações sociais de produção no campo; o industrial pretende modernizar o processo técnico de produção, referindo-se à obsolescência das instalações fabris da indústria nacional.

(23) Questionável também é o argumento de que "o aumento do nível de vida das massas camponesas" diminuiria o êxodo rural e consegüentemente aumentaria o salário nominal do operariado (pela diminuição da oferta urbana da força de trabalho).

Defendendo o "desenvolvimento capitalista" do meio rural, Prestes esquecia-se do corolário social observado sempre que tal ocorrera: a separação entre produtores e meios

de produção é que moveu, historicamente, o homem, do campo para a cidade.

O êxodo rural depreciara efetivamente a remuneração da força de trabalho urbana, e a burguesia industrial disso se beneficiava; apesar disso, queixas de empresários sobre "a falta de braços" para a indústria eram comuns. Caberia indagar que interesse teria, por outro lado, a burguesia em apoiar medidas que na ótica de Prestes fariam cessar o fluxo campo-cidade. Na verdade, as propostas concretas que o P.C.B. vai encaminhar mais à frente a propósito da questão agrária, são bem mais tímidas: dizem respeito apenas à "melhoria do abastecimento nas grandes cidades".

(24) Idem, ibidem.

(25) Francisco Weffort, op. cit., p. 80.(26) Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins, Modus in

Rebus — Partidos e Classes na Queda do Estado Novo.

(27) Dada uma ausência de hegemonia, "segmentos da burocracia estatal" são capazes de "formularem uma política industrializante", à revelia de seus principais beneficiários, "os grupos industriais já instalados no Brasil". Até a entrada do Brasil na guerra, a "ação industrializante do Estado é compatível com o atendimento dos interesses dominantes, ainda que não resulte deles". Após, contudo, a política crescentemente intervencionista do Estado começa a chocar-se com os anelos das frações de classe proprietária, forçada a arcar com parte do ônus da política de industrialização", Maria Hermínia Tavares de Almeida, Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945).

(28) Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 246-252.

(29) O autor nos remete à leitura que Vargas faz do golpe de 29 de outubro, em discurso no Senado a 3-7-1947, criticando a política econômica de Dutra, sob uma ótica nacionalista. Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 247.

(30) "Movimento Unificador dos Trabalhadores".

(31) Para Werneck Vianna, desde 1944, ocorrera um progressivo abandono do regime corporativo-autoritário pelas frações das classes dominantes e, com o isolamento político de Vargas, este proporia "um novo sentido para a mobilização das classes subalternas". "Ao invés de procurar orientá-las para dentro do aparelho estatal, como no início da década, com o objetivo de mantê-las sob controle, perceberá no movimento

operário e sindical o melhor aliado para a defesa de suas posições. Daí a permissão tácita para a organização do MUT em 30 de abril de 1944 e a celebração, em novembro do mesmo ano, de um Congresso Sindical em Minas Gerais. O interlocutor do chefe de Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa de assalariados em geral, para o que se despoja do fraseado de colaboração entre as classes". Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 248-239.

(32) Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 252-253.

O autor desconhece a ação espontânea dos trabalhadores, (objeto dos Caps. II e III de nossa dissertação) que antes da diminuição da atuação repressiva do Estado, já se fizera sentir, questionando a camisa de força da política de Vargas. Justificando a postura do P.C.B., a nosso ver, deixa clara uma percepção do processo que nega aos trabalhadores na conjuntura um papel de sujeito histórico: sua ação resulta de um antedatado "afrouxamento de controles" por parte do MTIC. Vai mais além, quando fala que "uma pauta operária economicista, promovendo a eclosão de aguerridos combates de classe, politizava-se malgrado ela mesmo, e não necessariamente a seu favor". Os trabalhadores quando encontraram espaço para agir... agiram contra seus próprios interesses estratégicos...

(33) Arnaldo Spindel, op. cit., p. 53.

Análises que negam a determinação último da proposta Stalin sobre a política dos

PC na guerra e no pós-guerra imediato não são originais.

Claudin refere-se à interpretação proposta por Giorgio Amendola, do PC italiano: "A dissolução da IC ... não teria tido lugar se Stalin não tivesse considerado vantajoso tal ato para a política soviética. Porém, a coincidência entre os interesses da URSS e os do movimento operário, que havia sido condição mesma da existência da IC, se afirmava agora no momento da dissolução: o que era um impedimento para a ação estatal da URSS era também um impedimento para o desenvolvimento da iniciativa política de cada um dos partidos comunistas, os quais tinham agora absoluta necessidade de autonomia e independência para cumprir sua função nacional."

O pensamento de Claudin sobre a questão: ao se dissolver, a IC ditava uma nova linha política, que nada tinha a ver com a realização da "autonomia e independência" dos PC. Giorgio Amendola, "Veintecinque anni dopo la Scioglimento dell'Internazionele Comunista". Crítica Marxista n.º 4-5, 1968, p. 70-71, apud Fernando Claudin, *La Crisis del Movimiento Comunista*, tomo I. (Ruedo Iberico, 1970).

(34) Arnaldo Spindel, op. cit., p. 54.

(35) Idem, ibidem, p. 56-57.

(36) A propósito, ver, por exemplo, Luiz Carlos Prestes, "Organizar o Povo para a Democracia", op. cit., p. 101-106.

(37) Arnaldo Spindel, op. cit., p. 48-49.

(38) No Pleno Ampliado do C.N. em agosto de 1945, Prestes listava "providências

imediatas a urgentes", que se esperava fossem postas em prática por Vargas:

"1. Equilíbrio orçamentário, vigorosa redução das despesas, suspensão de todas as obras suntuárias e não urgentes, tanto pelo Governo Federal como pelos Estados e Municípios. 2. Nenhuma emissão de papel-moeda, seja para o que for, e redução ao mínimo indispensável do apelo ao crédito. Suspensão da compra de ouro pelo Tesouro. 3. Estímulo à produção de víveres, especialmente nas proximidades dos centros de maior consumo, com a entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente. Estímulo e apoio ao cooperativismo livre e democrático, pelo crédito barato e, se possível, sem juros; auxílio financeiro e técnico ao pequeno agricultor e, se for necessário, fixação e garantia de preço mínimo para a produção aconselhada pelo governo. 4. Redução do imposto de consumo e de todos os impostos sobre as trocas internas que devem ser o mais rapidamente possível desembaraçadas de todos os obstáculos atuais. 5. Aumento de impostos sobre a renda de maneira mais progressiva. Um novo imposto sobre capital. Empréstimos forçados sobre lucros extraordinários em escala fortemente progressiva. 6. Reduzir ao mínimo qualquer tabelamento de preços, cujo único fim deve ser o de evitar a especulação e o açambarcamento dos produtos de primeira necessidade. 7. Eliminação na medida do possível do intermediário na venda de nossos produtos ao estrangeiro, como já se vinha fazendo (...) com o cacau. 8. Imposto de 50 a 100% sobre valorização de imóveis a ser cobrado entre vivos, bem como das heranças. 9. Melhoria lenta, mais firme da taxa de câmbio do cruzeiro sobre moedas estrangeiras. 10. Utilização imediata dos saldos-ouro no estrangeiro para ajudicação de navios, material ferroviário, usinas e material elétrico, caminhões,

tratores e máquinas agrícolas. 11. Elevação de 100% ... sobre o salário mínimo e de

todos os salários inferiores a Cr\$ 1.500,00.

Luiz Carlos Prestes, "Os Comunistas na Luta pela Democracia", Informe Político Apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do P.C.B. em agosto de 1945, op. cit., p. 147. (39) Luiz Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso",

op. cit., p. 93.

(40) Idem, "Organizar o Povo para a Democracia e o Progresso", op. cit., p. 117.

(41) Diretrizes, 23-06-1945.

(42) Luiz Carlos Prestes, "O P.C.B. na luta pela Paz e pela Democracia", Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno Ampliado do Comitê

Nacional do P.C.B., em janeiro de 1946, op. cit.

(43) Hélio Silva cita que Hildebrando Costa Barbosa, Prestes Maia e Edson Passos foram consultados, mas que não aceitaram candidatar-se, Hélio Silva, op. cit., p. 200. Carlos Lacerda refere ainda Luiz Frederico Carpenter e Fernando Azevedo, entre os cogitados. Para o então jornalista, "Prestes não conhecia bem o passado de Fiuza", Carlos Lacerda, O Rato Fiuza (Rio de Janeiro, Moderna, 1946), p. 16.
(44) Carlos Lacerda é um dos que afirmam a hipótese. Vargas não teria apoiado

o candidato do P.C.B. porque isso "daria vitória a Eduardo Gomes". Idem, ibidem, p. 11.

(45) Luiz Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op. cit., p. 91.

(46) Idem, "Os Comunistas na Luta pela Democracia", op. cit., p. 161.

(47) João Amazonas, op. cit., p. 17.
(48) "Devemos estudar e debater em amplas assembléias de massa, nos sindicatos, o aumento de salários, utilizando os recursos do entendimento pacífico entre patrões e operários, as convenções coletivas de trabalho, o dissídio coletivo e, inclusive, solicitar ao governo medidas sobre o assunto."

"O aumento de salários e a luta pela fixação de salários profissionais é uma necessidade urgente e devemos, portanto, esclarecer os patrões resistentes de que sua atitude

é contrária aos seus próprios interesses e aos da nação.

Tanto a burguesia, pela falta de mercado interno, que cada dia mais se reduz, está ameaçada de restringir sua produção, como o proletariado de sofrer a falta de trabalho. Mas evitemos cair num trabalho puramente agitativo em torno do aumento de salários que, na verdade, mobiliza amplas massas. Em geral, porém, obtida a vitória, mesmo parcial, o entusiasmo arrefece e volta-se à situação anterior de apatia e desinteresse pelo Sindicato, se não se liga essa luta à grande e permanente luta pela criação de condições tavoráveis que permitam melhorar constantemente o nível de vida da classe operária." João Amazonas, op. cit., p. 17.

(49) Luiz Carlos Prestes, "O P.C.B. Quer, Precisa, Deseja Ser Compreendido",

op. cit., p. 174.

(50) João Amazonas, op. cit., p. 19.

Como exemplo da possibilidade de colaboração "progressista" de classes, era referido o acordo entre a CTAL e a indústria petrolífera do México e "o rumo que toma a C.I.O. nos Estados Unidos, estabelecendo ligações de entendimento entre o proletariado e a burguesia americana para a solução pacífica das questões de produção".

Um bom exemplo de formulação do coorporativismo subjacente à tese da União Nacional surge no Editorial da Folha do Povo de 01-01-1946: "Um por todos, todos

por um" (a propósito da questão dos aluguéis).

"Organizemos comitês democráticos, mistos de proprietários e inquilinos, para discutirmos organizadamente a questão. É uma fórmula democrática e justa ... Não há problemas particulares ou de classe a resolver antes da solução nacional e coletiva dos problemas de nossa pátria. E estes, só com a união de todos, poderão ser resolvidos."

(51) É nossa tarefa, no momento, fazer uma vigorosa campanha a favor dos seguintes pontos ... primeiros passos para alcançar a liberdade sindical: 1. Diretorias eleitas livremente e empossadas sem a homologação ministerial. 2. Autonomia administrativa, compreendendo a dispensa de previsões orçamentárias e a simplificação da contabilidade sindical. 3. Autonomia dos atos das Assembléias Gerais que ainda hoje dependem da aprovação ministerial. 4. Estatutos amplos, sem a padronização obrigatória." João Amazonas, op. cit., p. 21).

(52) Francisco Weffort, Sindicato e Política, Ricardo Maranhão, Sindicatos e Demo-

cratização.

(53) Ricardo Maranhão, Sindicatos e Democratização, p. 44 e 49-50.

(54) Hoje, 18-12-1945. A proposta fora levantada pelo então Secretário-geral da UGT — Uruguai, Enrique Rodrigues, em palestras no Rio e São Paulo, Hoje, 15-12-1945.

(55) Luiz Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op. cit., p. 83.

(56) Arnaldo Spindel, op. cit., p. 54.(57) Luiz Carlos Prestes, "Os Comunistas na Luta pela Democracia", op. cit., p. 160.

(58) Respondendo à diligência do Supremo Tribunal Eleitoral, em setembro de

1945, o P.C.B. dizia:

No Programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios filosóficos marxistas-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido como fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso de nossa Pátria."

A deliberação de conceder Registro Provisório ao P.C.B., assumida um mês depois,

era justificada, no parecer do Relator, no seguinte trecho:

"Será um partido comunista sui generis; um comunismo que esvaziou toda substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas um partrido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, a respeito dos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma à inglesa." P.C.B. Processo de Cassação do Registro (1947) (Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980), p. 99.

(59) Exemplo dramático dessa evolução é o que ocorre em Pernambuco.

Gregório Bezerra chegou a Recife em maio de 1945, encarregado de reorganizar o P.C.B. "No início, reunimo-nos com três companheiros", narra ele em suas Memórias, I p. 313. Em dezembro, o Partido contava com um jornal diário e conseguiu eleger no Estado três deputados federais.

(60) Assis Chateaubriand, o arquianticomunista, escrevia em 1943: "com a destruição que vem sofrendo a URSS, muito tempo ainda após o fim da guerra, não representará

uma ameaça para o mundo ocidental", Diário de Pernambuco, 25-05-1943.

(61) A começar por Sobral Pinto, advogado de Prestes, e muitos escritores paulistas próximos aos intelectuais marxistas. A propósito, Nelson Werneck Sodré, Memórias de um Escritor (I) (Rio, Civilização Brasileira, 1970), Hélio Silva, Por Que Depuseram Vargas, p. 19.

(62) As grandes personalidades brasileiras de 1945 eram, sem dúvida, Vargas,

Prestes, Eduardo Gomes e Dutra.

(63) "O que convém ao nosso povo, aos homens sensatos e honestos de todas as classes, é que as próximas eleições constituam mais um fator, e considerável, de unificação nacional, de paz, de ordem e tranqüilidade. E como conseguir isto?" (...) "De uma única maneira: pela organização do povo em organismos que lhes sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e nos bairros, comitês democráticos-populares que unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão ... as organizações democráticas populares da cidade, da região e do Estado, até a grande União Nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas que realmente lutem pela União Nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas. É evidente, desde logo, que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos órgãos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defenderem aquele programa e de participarem ativamente dos grandes e graves problemas nacionais do momento".

Luiz Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op. cit., p. 90. (64) Em junho, Domingos Velasco, da Esquerda Democrática, critica publicamente

os C.D. Diretrizes, 04-06-1945.

4

5

(65) Consultamos a respeito as coleções dos jornais Hoje, Tribuna Popular, Diretrizes, Correio da Manhã, Folha do Povo. Os jornais do P.C.B. trazem colunas diárias onde a atuação dos Comitês é divulgada.

(66) O "Comitê Democrático dos Professores do Distrito Federal", pretende melhoria salarial para a categoria, "liberdade sindical" e levanta também bandeiras políticas

10

("liberdade de palavra, reunião e organização partidárias, voto secreto, Constituinte, extinção do Tribunal de Segurança Nacional"), *Diretrizes*, 16-08-1945. O Comitê Democrático Vanguardeiros Rodoviários do Pernambuco lança manifesto típico de oposição sindical, *Folha do Povo*, 23-02-46. O Comitê Democrático dos Funcionários Municipais de Santos pede abono de Natal ao Prefeito; além de negar, o Edil afirma não reconhecer a representatividade do postulante, *Hoje*, 28-12-1945. O Comitê Democrático dos Lapidários (Uberaba-MG) "quer organizar um sindicato", *Diretrizes*, 28-06-1945, entre outros.

(67) Anotamos a prática referida, por exemplo, em Paulista, Pernambuco, Folha

do Povo, 01-01-1946, 02-04-1946.

(68) Diretrizes, 15-08-1945, noticia que 123 alunos foram alfabetizados pelo C.D. de Copacabana, Rio de Janeiro. Em Recife, onde houve ampla campanha neste sentido, uma "escola-modelo" mantida em Olinda alfabetizava 257 alunos, sendo 64 adultos, Folha do Povo, 28-02-1946. Em abril de 1946, na Grande São Paulo, funcionavam 14 cursos de alfabetização, além de 4 de corte e costura e 4 outros de taquigrafia, flores,

tricô, formação de rádio técnico, Hoje, 17-04-1946.

(69) Numa região onde a Igreja era o "maior inimigo do P.C.B.", no dizer de Gregório Bezerra, os Comitês Democráticos serviam para desmistificar a imagem dos comunistas. O exemplo abaixo, que trata de C.D. suburbano do Recife, é delicioso: "Teve lugar, domingo, a festa do Capim, do padroeiro São Severino dos Ramos. A noite da novena foi patrocinada pelos comunistas de Bomba Grande, e foi uma das mais bem organizadas, excedendo em brilhantismo a todas as demais. Uma banda de música contratada pelos noiteiros era bisada vezes seguidas, a pedido dos assistentes dos festejos ... O povo porém achou estranhável que o vigário não comparecesse para o anunciado sermão. A tarde realizou-se concorridíssima procissão, sendo que a ornamentação do andor esteve a cargo dos comunistas de Bomba Grande ...", Folha do Povo, 28-02-1946.

(70) "Coleta para morador necessitado" é relatado pelo C.D. da Lapa, São Paulo, Hoje, 08-01-1946. Dois C.D., pelo menos, oferecem "serviço médico gratuito", em

São Paulo, Hoje, 08-05-1946.

3

5

(71) Hoje, 15-12-1945.
(72) Os C.D. foram responsáveis pela mobilização de massa para os comícios de Prestes, a recepção à filha de Prestes (Anita Leocádia), em sua peregrinação pelo país. Em 1946, a campanha contra a Constituição de 1937 foi realizada a partir dos C.D., em São Paulo, principalmente, a campanha contra o regime de Franco teve a mesma base.

(73) Pedro Pomar, Os Comunistas no Movimento de Massa, Informe ao "Pleno de

Vitória" (Rio, Horizonte, 1945), p. 47.

(74) Não recolhemos informações sobre a realização ou não destes congressos.

Divulga a proposta (p. ex.) Diretrizes, 10-07-1945.

(75) "Em continuação ... publicamos hoje frases sugeridas que devem ser incluídas em parte nos volantes a serem feitos por todas as entidades populares, as quais são as seguintes: O Povo Está Farto de Saber — Abaixo as Filas — Procuremos e Denunciemos os Responsáveis pelo Câmbio Negro — Três Milhões de Horas de Trabalho Por Dia São Perdidas nas Filas, Somente em São Paulo — ... O Povo Brasileiro Clama Contra a Exploração dos Magnatas e Imperialistas — ... O Povo não é Tatu, Precisa de Casas para Morar. Os Trusts de Materiais de Construção e os açambarcadores de terrenos são os causadores da falta de habitação para o povo — ...", "Vida nos Comitês", Hoje, 16-05-1946. "A Comissão Organizadora de Democratização e Reivindicação Populares está trabalhando ativamente para mobilizar o povo contra a atual falta de pão ... Assim está distribuindo amplamente a todos os Comitês Democráticos da Capital e dos subúrbios as seguintes sugestões: 1. Tirar volantes com frases bem sugestivas... 2. Promover comícios e sabatinas até mesmo nas casas dos membros de Comitês, em torno da necessidade urgente de uma ampla união do povo brasileiro para solucionar os gravíssimos problemas de ordem econômica e política que atingem o Brasil ... 5. Promover uma grande campanha para divulgar e vender o jornal democrático popular, que é o Hoje, nos bairros e nos locais de trabalho...". (Vida nos Comitês". Hoje, 18-05-1946).

(76) Em várias cidades era comum o mesmo espaço físico abrigar o Comitê, a sede do MUT e não raro a sede provisória do P.C.B. Quando o MUT foi considerado ilegal, várias sedes de Comitês foram fechadas pela polícia. Como exemplo, ver no Hoje,

14

10-06-1946 o fechamento do C.D. de Marília, São Paulo. Ainda no Estado de São

Paulo, depredações de Comitês foram comuns a partir de junho de 1946.

(77) Um bom exemplo, de como o P.C.B. inclusive favoreceu isso, está na aliança que realizou com o P.S.P., de Adhemar de Barros, em São Paulo. No caso, o candidato, frente à "carestia de vida", colocou caminhões que vendiam gêneros alimentícios a preços baixos nos bairros, com apoio dos C.D.

(78) José Albertino Rodrigues, op. cit., p. 129.

(79) A desmobilização dos ex-combatentes deixou a maior parte deles desassistidos; muitos, doentes e feridos, morreram em absoluta miséria. As reivindicações dos desmobilizados encontraram amplo respaldo popular, e foram assumidas pela maioria das correntes políticas. Sobre a situação dos ex-combatentes no pós-guerra imediato, ver, por exemplo, David Nasser, Para Dutra Ler na Cama (Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1947), p. 17 a 30.

(80) A Associação dos Ex-combatentes de São Paulo, que se dizia "apolítica", dirigida que era por um anticomunista, foi questionada em suas posições pelo Hoje, que contrapôs à esta perspectiva a da Associação do Rio de Janeiro, que assumia posi-

ções contra o integralismo etc. Hoje, 29-12-1945, 07-01-1946).

Note-se que as reivindicações específicas, imediatas, não eram, no caso, descuradas pelo P.C.B. Como exemplo de difusão de entidade, que nasceu com a participação do P.C.B., anotamos a fundação do "Clube 2 de Dezembro", em Caruaru, Pernambuco que "reúne ex-combatentes, contra o integralismo", Folha do Povo, 03-01-1946.

(81) Pedro Pomar, op. cit., p. 48-51.

À reorganização da Juventude Comunista, criticada por Basbaum ("... notei que a tendência era formá-la exclusivamente com jovens estudantes, deixando de lado a juventude operária", in Uma Vida em Seis Tempos, (São Paulo, Alfa-Omega, 1976), p. 198, foi entregue a Apolônio de Carvalho e teve vida legal efêmera. A orientação proposta para a "Juventude..." aparece no folheto Os Problemas da Juventude Brasileira (Rio de Janeiro, Horizonte, 1947), deste último dirigente.

(82) Luiz Carlos Prestes, "O P.C.B. na Luta pela Paz e pela Democracia". Informe

ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do P.C.B. Hoje, 15-01-1946.

(83) Idem, ibidem, Leôncio Basbaum refere, a propósito da Conferência Nacional de julho de 46, que os delegados estrangeiros presentes "não podiam ocultar suas dúvidas sobre essa linha, mas confiaram em Prestes que se poderia tornar um líder da América". Leôncio Basbaum, op. cit., p. 199. No mês seguinte Browder já estaria expulso do PC-USA.

(84) O clima de euforia resultante dos resultados eleitorais, referido por Basbaum, op. cit., não evitaria, a nosso ver, que a clara inviabilidade de uma fórmula de curto prazo de acesso ao poder fosse considerada na reformulação levada a efeito pelo P.C.B.

(85) A propósito, ver Capítulos I e III.

(86) Luiz Carlos Prestes, "O P.C.B. na Luta pela Paz e pela Democracia".

(87) Dentre estas autocríticas vale consultar Luiz Carlos Prestes, "Forjar a Mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo", Problemas n.º 19, (Rio de Janeiro, junho-julho de 1949) e o "Informe do C.E. do C.N. do IV Congresso do P.C.B. em novembro de 1954", in INQUERITO POLICIAL MILI-TAR 709, O Comunismo no Brasil, v. I. (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966).

(88) A propósito, Leôncio Basbaum, op. cit., p. 192, 197-198; Gregório Bezerra, op. cit., v. I, p. 338. Não tratamos aqui do grupo que é expulso do P.C.B. em janeiro

de 1946. Sua ação será referida mais à frente.

5

(89) Ricardo Maranhão, op. cit., p. 65. (Depoimento de um militante).

(90) Gregório Bezerra, op. cit., p. 324-345.

(91) Em 1929, sob a direção de Mário Pedrosa, recém-chegado da Alemanha, formou-se no Rio de Janeiro o "Grupo Bolchevique Lênin", reunindo principalmente operários gráficos. A "Liga" foi fundada em São Paulo, com a presença de "Aristides Lobo, Benjamin Peret, Manoel Medeiros, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Salvador Pintaude, João Mateus, intelectuais e operários". "Logo a seguir funda-se a seção da Liga no Rio, da qual participam Rodolfo Coutinho, Octaviano Du Pin Galvão, José Neves, João Deladéa e outros". A República Nova..., p. 270.

(92) A divergência dizia respeito à palavra de ordem "defesa incondicional da URSS", levantada pelo ex-dirigente bolchevique e refutada por J. P. Cannon, nos

10

15

Estados Unidos.

(93) Ronald Chilcotte, The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration (New York, Oxford University Press, 1974), p. 50.

(94) Edgard Carone, O Estado Novo (São Paulo, Difel, 1976), p. 219.

- (95) Hermínio Sacheta, entrevista ao autor, dezembro de 1979.
- (96) O TRABALHO e CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. 50 anos de Combate Trotsky, São Paulo, 21-08-1980.

(97) Hermínio Saccheta, entrevista.

(98) As informações entre aspas são da entrevista com Hermínio Saccheta, que refere a existência de "muito material" produzido clandestinamente pelo grupo.

(99) O "Programa...", divulgado inicialmente sob o título "A Agonia do Capita-

lismo e as Tarefas da IV Internacional" pretendia cobrir "a ação entre os dias atuais e o início da revolução", nas palavras de Trotsky. Pretendia "ajudar as massas, no processo de luta cotidiana a fazer a ligação entre suas reivindicações atuais e o progresso da revolução socialista", "ajudar a superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução", que caracterizaria a "nova época" e "a falta de maturidade do proletariado e de sua vanguarda", debitada à conta da "traição das direções tradicionais".

Uma "História da IV Internacional", ainda que desautorizada posteriormente pelos seus dirigentes, foi publicada na revista Quatrièmme Internationale, em 1958. Os textos entre aspas são da série, assinada por Michel Pablo (pseud.). "Vingt Ans de la IVeme Internationale. 1938-1958 (Histoire de ses idées et de ses luttes"), idem (Paris, janeiro de 1958), p. 64. Durante a guerra a organização fundada por Trotski sofreu, em plano mundial, a repressão burguesa com redobrada força: os Estados aliados à URSS podiam inclusive justificar as medidas policiais assumidas contra os trotskistas com o fato de que eles eram considerados por Stalin como aliados da política eixista. Tal ocorreu nos Estados Unidos, França, Inglaterra, entre outros países.

(100) A propósito, ver as edições de 07-09-1945 e 09-11-1945.

(101) Nas eleições para as constituintes estaduais, em 1947 a palavra de ordem era "Vote em branco para as Presidências", e "Pelas chapas populares contra a reação", isto é, voto nos candidatos do P.C.B. para deputado, num "apoio crítico à plataforma pequeno-burguesa que defendem", Orientação Socialista, 05-01-1947.

(102) Vanguarda Socialista, 08-02-1946, noticia ação do P.S.R. no sindicato dos Jornalistas; Orientação Socialista, 05-11-1946 sobre a atuação de Domingos Taveira, presidente do Sindicato dos Trobalhadores no Indicatria do Vidro Critais a Espelhos de

dente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vidro, Cristais e Espelhos de

São Paulo. (103) "A boa vizinhança do esquerdismo e do oportunismo no seio do P.S.R.",

Vanguarda Socialista, 18-01-1946.

(104) "O P.S.R. na luta contra o oportunismo", Vanguarda Socialista, 08-02-1946.

"Murilo" publicou uma tréplica dizendo que o artigo de "CC Iperoig" "só fez confirmar as críticas", uma vez que "desde março de 1945 até agora, isto é, quase um ano, o P.S.R. só realizou duas ações a favor do direito de greve e da autonomía sindical". "O P.S.R. só age quando tem possibilidade de fazer discursos". "Será que os 'marxistas' do P.S.R. acreditam que só a agitação das palavras de ordem em assembléias e congressos bastam para mobilizar as massas? Onde fica o trabalho diário de organização...?", "O P.S.R. e a Luta pelo Direito de Greve e a Autonomia Sindical", Vanguarda Socialista, 22-02-1946.

(105) "Plano de Reivindicações Transitórias" (...) "1. Pela liberdade e autonomia sindicais irrestritas e pelo direito de greve em toda plenitude. 2. Pela extinção de toda polícia e de todos os órgãos especializados na repressão do movimento operário. 3. Direito sem limitação de organização, reunião e manifestação de pensamento oral e escrito. 4. Pelo reconhecimento legal dos Comitês de Fábrica criados como contrapeso à vontade da administração capitalista. 5. Pela abolição do segredo comercial e instituição do controle operário na indústria... 7. Pela expropriação dos Bancos particulares e passagem do sistema de crédito para as mãos do Estado. 8. Expropriação, pelo Estado, sem indenização ou compra, das indústrias monopolistas e dos trusts e monopólios imperialistas. 9. Pelo confisco dos lucros obtidos com a guerra. 10. Pela expropriação de todas as fortunas acumuladas, direta ou indiretamente no exercício dos cargos públicos. 11. Centralização num Instituto Único de Pensões e Aposentadoria de todos os Institutos atualmente existentes e entregue sua direção a um Comitê constituído exclusivamente de delegados eleitos pelos próprios contribuintes. 12. Taxação apenas aos ricos, através dos impostos diretos e supressão de todos os impostos indiretos... 13. Reforma do Imposto de Renda, com taxas altamente progressivas sobre as grandes fortunas e abolição de qualquer tributo sobre os que vivem de salários e ordenados. 14. Nacionalização das terras e entrega das mesmas aos que nelas trabalharem; abolição de todas as formas de trabalho anacrônicas como a 'meia', a 'terça' e as várias modalidades de arrendamentos. 15. Reforma completa da Lei Eleitoral. O direito de voto deve ser extensivo aos soldados, marinheiros e outras praças de pré e aos analfabetos. A Lei Eleitoral deve igualmente garantir de modo efetivo a representação das minorias, autorizando o registro de candidatos avulsos e de organizações proletárias legitimamente socialistas (...). Orientação Socialista, 05-01-1947.

(106) Idem, 20-10-1946, 05-04-1947.

(107) Idem, 05-12-1946. Como vimos, a proposta de frente com os anarquistas etc.

era perseguida. Cabe aqui um breve registro.

Em maio de 1947, voltou a ser editado em São Paulo A Plebe, sob a direção de Edgard Leuenroth, na linha anarco-sindicalista. No Rio de Janeiro os anarquistas desde o início de 1946 publicavam Ação Direta, com periodicidade semanal.

Em 1946 chegou a ser constituída uma União Anarquista, em São Paulo; no Rio funcionava uma Ação Libertária. A leitura da coleção dos dois jornais permite verificar que só após o Congresso da CTB é que os remanescentes anarquistas começam a pretender alguma ação sindical mais coordenada. A continuidade do Congresso após a proibição ministerial, diz a Ação Direta, "dá-nos bastante fôlego para iniciarmos desde já os pródomos da nossa campanha dentro dos sindicatos do Ministério e fundar o Sindicato de Ofícios Vários ... célula geradora do futuro sindicato de classe independente ("Preparo da Ação Sindical", Ação Direta, 20-10-1946).

Até aí, além de matéria doutrinária, o jornal carioca dava destaque à oposição antifranquista, publicando matérias inclusive em língua espanhola. Em dezembro, inicia-se uma virulenta campanha contra as eleições: "Trabalhadores! Não Votem!"

é a manchete da edição de 30-12-1946.

A influência dos círculos anarquistas era já, no entanto, mera sobrevivência. Lembrados quando das comemorações de antigas lutas, os militantes eram chamados a usar da palavra em sindicatos "históricos", como o dos Gráficos de São Paulo, da Construção Civil, em Santos ou dos Sapateiros, no Rio de Janeiro.

A Plebe de junho de 1947 publicou um longo texto: "As Reivindicações do Proletariado", que primava por desconhecer a situação dos sindicatos "oficiais", então, em grande número, sob intervenção. Voltados para um passado glorioso, e de mãos limpas abjurando a "política", os heróicos e idosos libertários viviam ainda em outro tempo.

(108) Entrevista com Hermínio Saccheta.

(109) A "Comissão Nacional de Organização Provisória" foi a principal organizadora da "Conferência da Mantiqueira". (110) Silo Meireles, Carta Aberta a Luiz Carlos Prestes, Uberlândia, folheto,

22-11-1945.

(111) Eduardo Gomes, Campanha de Libertação (São Paulo, Martins Editora, 1946), p. 280-281.

(112) Edgard Carone, op. cit., p. 187

(113) A propósito, ver Manifesto da U.D.S., da E.D. e do P.S.B., in Edgard Carone, A Terceira República (São Paulo, DIFEL, 1976), p. 432-447.

(114) Vanguarda Socialista, 31-08-1945

5

(115) Idem, "Posição Política", 31-08-1945. (116) Idem, "A Provocação Queremista", 05-10-1945. (117) Idem, 31-08-1945.

(118) Edgard Carone, O Estado Novo, p. 187. (119) O "Manifesto" da U.D.S. fala em "Liberdade e autonomia dos sindicatos e direito de greve; Melharia e aplicação eficiente da legislação trabalhista. Abolição do sistema especial empregado nas indústrias consideradas de guerra. Pagamento dobrado das férias e descanso obrigatório. Justiça gratuita para os trabalhadores. Extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados do campo"; "Ajustamento dos salários ao custo de vida e conversão dos abonos de salários, Instituto único de previdência... Participação dos sindicatos no controle de suas rendas, para solução do problema da casa para o trabalhador" etc. Edgard Carone, A Terceira República, p. 441.

O Programa da Esquerda Democrática coloca a "autonomia sindical e direito de greve" como um de seus "princípios"; como "reivindicações imediatas", proteção do trabalho sob todas as suas formas, com a ampliação e aperfeiçoamento da legislação vigente, "salário mínimo justo, capaz de assegurar ao trabalhador sua manutenção e de

sua família e a educação de seus filhos, salário igual para trabalho igual, sem distinção de idade e sexo" etc. Idem, ibidem, p. 444-445. O Manifesto do P.S.B. é bastante superficial.

(120) O pensamento político de Domingos Velasco está explicitado em *Rumos Políticos* (Rio de Janeiro, Agir, 1946), trata-se da republicação de artigos editados pelo Diário de Notícias (DF), em 1946: "Carta a um Comunista", "Carta a um Católico", "Carta a um Integralista" etc.

(121) Vanguarda Socialista, 23-11-1945.

(122) Idem, nov./dez., 1945. (123) "Pode a muitos parecer que a Esquerda Democrática é a expressão concreta de uma tal realidade (o núcleo de um Partido Socialista). Se bem que tenhamos razões para pensar que ainda não é este o caso, não nos move aqui a menor intenção de hostilidade àquela organização. Ao contrário, desejaríamos ser desmentidos pelos fatos." "Mas, por seu núcleo dirigente, pela sua programação e seus documentos ideológicos, pelas tendências de muitos de seus chefes, não temos grande esperança de que a Esquerda Democrática chegue a se constituir como um partido de massa e militante. É ainda uma organização muito limitada em seu escopo, tímida na ação, cada vez mais oscilante entre a burguesia liberal e a 'linha justa'. Uma teoria parece dominar parte de seus elementos responsáveis, segundo a qual o partido não é um 'partido de classe', não seguirá uma linha de luta de classes, nem se guiará por uma determinada ideologia política." "Essa mesma teoria parece crer que o proletariado brasileiro ou não exercerá um papel cada vez mais eminente no desenvolvimento político do Brasil, ou de qualquer modo é monopólio patenteado do P.C.B. Eles parecem concordar com uma divisão de forças: ao P.C.B., o proletariado; a eles, a pequena burguesia...", "Como chegar ao Partido Socialista", Vanguarda Socialista, 18-01-1946.

(124) O jornal relata o Congresso da Esquerda Democrática, comentando as concessões que o grupo mais à esquerda, de origem marxista, teria sido obrigado a aceitar; "conciliou-se na Convenção", para que, mais tarde, "se ganhe a hegemonia no Partido". A direita do Congresso, "minoritária", era formada pela delegação do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A "esquerda" somava os grupos de São Paulo, Sergipe, Bahia,

Rio Grande do Norte, Vanguarda Socialista, 19-01-1946.

2

3

4

5

6

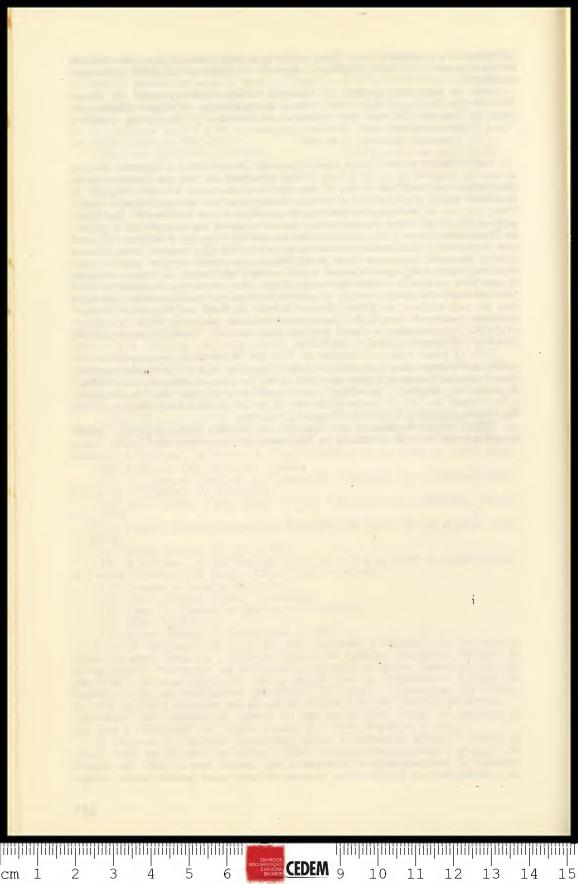
(125) Hermínio Saccheta, na entrevista que nos concedeu chegou a afirmar: "apesar de tudo, o que havia de combativo no movimento operário estava no P.C.B.".

13

10

11

15



NAS ORIGENS DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

O caso de Alexandre Siciliano (1860-1923)

Edgard Carone

Poderíamos dizer que Alexandre Siciliano nasceu em 27 de maio de 1860, em S. Nicola Arcela, na Calábria. Seu avô materno é rico proprietário de terra, mas seu pai é de origem nobre e vive em grande dificuldade financeira. Por esta razão um dos seus irmãos, acompanhado de um tio, viaja para o Brasil em 1865, fixando-se em Piracicaba, Província de São Paulo. Alexandre Siciliano o segue quatro anos depois, também acompanhado por outro tio. Lá começa a trabalhar no armazém do irmão e inicia seus estudos. Em 1881, com 21 anos, casa-se com a filha de um rico fazendeiro local, o Coronel João Frutuoso Coelho. Em 1887, depois de vender o armazém de Piracicaba, ele e os parentes se transferem para a cidade de São Paulo, onde, no mesmo ano e no espaço de um mês, Alexandre funda o Banco Ítalo-Brasileiro e a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo. Numa descrição exterior esta é a trajetória de um imigrante bem sucedido ou, em outros termos, o retrato de um self made man.

O exemplo de Alexandre Siciliano repete-se no Brasil em milhares de casos, onde o modesto imigrante se torna poderoso industrial: são os Matarazzo, Pinotti Gamba, Pugliesi-Carbone, Scarpa, Poletti, Bacchi, de origem italiana; ou Jaffet, Calfat, Andraus, de origem libanesa; ou Renner, de origem alemã, só para nos limitarmos a alguns nomes. No entanto, esta ascensão social, traço fundamental para a sociedade brasileira do fim do século passado e começo deste, é um aspecto mal analisado na nossa literatura histórica, apesar de alguns trabalhos valiosos aparecidos nos últimos anos. A história de vida de Alexandre Siciliano é, no nosso ponto de vista, uma contribuição para o aprofundamento da problemática das raízes da industrialização brasileira, porque alguns dos fatores indicados pelos estudiosos são demonstrados e, por sua vez, ela comprova a existência de outros fatores até então desdenhados, o que nos leva a concluir que precisamos aprofundar melhor o conhecimento do fenômeno da industrialização brasileira.

Quando Francisco Siciliano e o seu tio Pasquale Alarico chegam a Piracicaba, em 1865, ou Alexandre Siciliano e Raffaello Altiere demandam a mesma cidade, em 1869, eles chegam a uma região que está-se expandindo do ponto de vista da produção e do povoamento. Piracicaba é um vilarejo

10

11

13

que existe desde a segunda metade do Século XVIII. Em 1821 é que se torna Município, mas sua prosperidade se inicia a partir de 1840 e 1850. Neste momento decai a produção do açúcar que começa a ser substituída pelo café. A rubiácea, depois de ocupar as terras férteis do Vale do Paraíba, começa a invadir a região central de São Paulo (Campinas, Capivari, Itu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba). A produção passa de 70.378 arrobas, em 1836, para 491.397, em 1854, e 3.008.350, em 1886. E a população que era de 102.733, em 1836, passa a 126.429, em 1854, atingindo 299.216 em 1886. (A população de Piracicaba é a seguinte: 10.291, em 1836; 5.095, em 1854 — o município é desmembrado; 33.055, em 1886.) De uma maneira geral, "o açúcar, a princípio, e depois o algodão [Cuja produção maior é no Século XX] [e no meio destas fases o café], conservaram um nível elevado de progresso (...). Por outro lado, a abertura de novas zonas sertanejas da Mogiana e da Paulista fizeram de Campinas e Piracicaba bocas de sertão providencialmente próximas do centro paulistano, que consolidaram suas raízes, com a transferência para elas do comércio, das escolas, da Justiça destinada a reger a vida do hinterland." (Sérgio Milliet, Roteiro do Café, p. 44.)

Particularmente, Piracicaba se beneficia não só destes fatores, como de outros. O seu solo é de excelente qualidade, composto de terra roxa, de aspecto avermelhado e sem acidentes geográficos que dificultem o trabalho agrícola, tendo ainda a vantagem da topografia da região declinar suavemente em direção aos rios Piracicaba e Tietê. A totalidade das suas terras é aproveitada para a agricultura — café, cana —, enquanto as partes mais baixas e atingidas pela geada são cultivadas por cereais — milho e feijão. A produção de alimentos é vendida em grande parte para os novos municípios vizinhos (Lençóis, Botucatu), que começam a se povoar nesta época e possuem grande porcentual de terras de segunda e até de terceira qualidade (campos): à intensificação do comércio de cereais, facilitada pelas comunicações fluviais e ferroviárias, acrescenta-se o comércio de sal, produto caro e raro, que vem do litoral e que tem em Piracicaba um dos seus entrepostos; e, também, neste momento, dá-se a instalação da colônia militar de Itapura, para cujo trânsito a cidade se torna passagem obrigatória.

Segundo um viajante que visitou Piracicaba em 1860-1861, "o aspecto geral da cidade é risonho e agradável: ruas largas e desassombradas, prédios regulares, praças espaçosas, se bem que adornadas de poucos e insignificantes edifícios". Noutra parte fala que "os edifícios públicos... são aqui de mesquinha aparência", dando como exemplo a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, a Santa Casa ou o teatro local. (Augusto Emílio Zaluar, Peregrinação pela Provincia de São Paulo, p. 150-151). No entanto, o surto de desenvolvimento da Zona Central da Província, que começara entre as décadas de 1840 e 1850, ainda não produzira total efeito no extremo geográfico mais para o interior, que é Piracicaba: a região e a cidade vão sentir o resultado geral da onda de progresso a partir da década de 1860, momento da chegada dos irmãos Siciliano.

Para Prudente de Morais, que nasceu na cidade e que escreve sobre ela em 1878, sete anos antes existiam 855 casas no perímetro urbano, que passam a ser quase 1.000 em 1877; a população é de 5.000 habitantes e no Município vivem mais de 13.000. Piracicaba é a terceira cidade do interior da Província, depois de Campinas e Sorocaba, tendo pequena população escrava, que soma ao todo 5.339 almas, enquanto a primeira delas possui

10

11

13.412 e Bananal 8.141. Neste momento, existem na área urbana três igrejas, nova Casa da Câmara e Cadeia, teatro moderno, ponte metálica sobre o Rio Piracicaba (construída em 1863, após desabar a de madeira), cinco escolas públicas e várias particulares (como o Colégio Piracicabano, 1881), um Gabinete de Leitura etc. Nestes vinte anos surgem a fábrica de tecidos — com 50 teares e 2.500 fusos, com 70 operários e capacidade de produzir 2.400 metros de pano diariamente — e a Estrada de Ferro Ytuana, cujos trilhos atravessam a cidade em 1876, e que é construída, em parte, com o dinheiro dos fazendeiros da região; torna-se mais intensa a navegação do Rio Tietê, em direção a Lençóis, Jaú etc., aparecem duas fábricas de carruagens, que constroem diversos modelos de passeio e carga, como trolys, tilbury, carroças etc.; instala-se a Caixa Econômica do Estado (1860) etc. E, principalmente, proliferam dezenas de Armazéns, isto é, alto comércio que vende mercadorias diversas, desde tecidos importados e nacionais, calçados, armarinhos, chapéus, máquinas agrícolas etc.

A existência de um mercado interno é fator acentuado pelos nossos atuais historiadores quando tratam de demonstrar o novo surto de desenvolvimento da sociedade brasileira a partir da segunda metade do Século XIX, ou quando explicam a origem do nosso processo industrial. Para a gênese da nossa indústria, no entanto, podemos acrescentar uma outra série de fatores importantes para a análise da situação até o início do Século XX, porque mais tarde a eles se acrescentam outros elementos. Para Caio Prado Júnior existem os seguintes fatores: a carência financeira do País que impedia grande importação de tecidos, num momento onde a população aumentava mais do que as exportações; a existência de tarifas alfandegárias (1844, 1879, 1897); a abundância de uma matéria-prima fundamental e encontrável em quase todo Brasil, que é o algodão; e, finalmente, a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata. A estes fatores objetivos se soma o problema da acumulação capitalista, isto é, de onde vieram os recursos financeiros que deram impulso à industrialização. Como bem diz Caio Prado Júnior, "a acumulação capitalista é no Brasil um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente". Estes lucros podem-se originar do café ou de lucros de momentos de grande atividade financeira (Encilhamento), da inflação que se acelera com a República, e "nos próprios lucros diretos e normais da indústria e do comércio, e é condicionada sobretudo pelo caráter particular de seus detentores. Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros observa-se que boa parte deles é formada de indivíduos de origem modesta que, estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguem, graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o caso particular de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permite tal regime de vida". (Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil, p. 269-270 e 275-276).

É natural que os primórdios da ascensão de Alexandre Siciliano — como milhares de outros — se deva a vários dos fatores que descrevemos: existência de um dinâmico mercado interno, ligado ao desenvolvimento da

6

13

15

14

12

10

cultura cafeeira; acúmulo de fundos realizado com sacrifício; lucros diretos e normais no comércio; constância e grande persistência individual. Dentro destas características, a sua pessoa se confunde com a de milhares de outros seus contemporâneos, que vieram pobres e se enriqueceram. Nada o distingue, nesta primeira fase de sua existência, tudo nos leva a crer que o menino de nove anos iria repetir o fenômeno comum na sociedade paulista.

No entanto, alguns incidentes particulares tornam singular a vida de Alexandre Siciliano. Como dissemos, ele vem ao Brasil em 1869, com nove anos de idade. Em Piracicaba, onde vai morar com o irmão e o tio, estuda as primeiras letras e, depois de fazer o secundário, recusa-se a freqüentar a Faculdade de Direito de São Paulo. Quer continuar a trabalhar com o irmão e os parentes, no armazém fundado pelo seu irmão que, segundo um dos seus biógrafos, "é um verdadeiro empório como é de uso no interior do Brasil. Armazém de atacado e varejo, com tecidos de lã e de algodão, ferragens, utensílios de vários gêneros, produtos alimentares". (Gli Italiani nel Brasile, p. 136).

As informações sobre o sucesso de seu trabalho são escassas, mas pelo dinheiro que Alexandre possui quando se transfere para São Paulo, podemos concluir que o comércio forneceu, a ele e a todos, um grande cabedal financeiro.

Nestes anos que vive em Piracicaba vai-se dar um acontecimento insólito, que é seu casamento, em 1881, com Laura Augusta de Melo Coelho, filha do rico fazendeiro Coronel João Frutuoso Coelho: "era esta uma família financeira e politicamente muito importante do Estado de São Paulo. A esposa era prima do Senador Carlos Botelho, que é ainda hoje [1922] uma das mais brilhantes personalidades políticas paulistanas. Esta união demonstra em que alta consideração foi tido o jovem Alexandre Siciliano em Piracicaba. Jamais um casamento, apesar da diferença de nacionalidade, foi tão bem sucedido". (Gli Italiani nel Brasile, p. 136. O grifo é nosso). A ressalva confirma que o acontecimento não é comum numa sociedade onde a oligarquia dominante olhava com desprezo o imigrante, vendo nele um ser inferior e destinado a praticar trabalho rude; mesmo que muitos deles tivessem ascendido econômica e socialmente, as ligações matrimoniais entre a elite agrária ou urbana brasileira e os filhos de estrangeiros são raras e vistas com desconfiança, situação que deixa de existir entre nós só após a Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, as comunidades estrangeiras italianos, libaneses, japoneses, alemães —, para se preservarem, procuram manter seus hábitos e costumes, além de se localizarem residencialmente próximos uns dos outros e manterem, com o casamento entre si, um vínculo estreito com a comunidade. Esta relação recíproca pelo casamento é a tônica que se repete não só entre as camadas ricas, mas também entre os pobres: os exemplos de Matarazzo, Pinotti-Gamba, Crespi, ou Calfat e Jaffet, servem para ilustrar casos da primeira categoria, onde a ligação matrimonial é quase total entre pessoas da mesma nacionalidade.

Mesmo sem negar o valor de sua capacidade de trabalho, nem que sua fortuna fosse inicialmente fruto de sua perseverança, o casamento representou para Alexandre Siciliano um dos fatores básicos de sua trajetória futura. De todas as análises existentes sobre a gênese de nossa industrialização, nunca foi posto em questão o problema da ligação matrimonial. Talvez por

10

11

12

13

14

ser aspecto mal estudado ou não ser comum na época, de qualquer maneira a relação não pode ser desprezada, ainda mais que o exemplo de Alexandre Siciliano é ilustrativo. Aparentemente o casamento não lhe trouxe, de maneira imediata, maiores benefícios pecuniários, mas prestígio e ascensão social. Mesmo que o sogro, o Coronel João Frutuoso Coelho, fosse dono de grande fortuna, nada de novo transparece na atividade comercial de Alexandre Siciliano (nem os seus biógrafos assinalam tal fato), pois não se tratava de ampliar uma atividade que já era próspera, pela simples razão de que o mercado local não permitia uma expansão além de certo limite. Isto só seria possível na Capital da Província, São Paulo, para a qual se transferem ele e os seus, no ano de 1887.

Nos seis anos que se passam entre o seu casamento e sua mudança para São Paulo (1881-1887), Alexandre Siciliano entra em contato, através da família da mulher, com o mundo da classe dominante. Como vimos, Laura Augusta é sobrinha do senador estadual¹ Carlos José Botelho, parente do Conde de Pinhal, nascido em Piracicaba, formado em Medicina, mas exercendo cargos políticos importantes no Estado, tendo sido até Secretário da Agricultura. Por intermédio da relação familiar ele pôde vencer toda oposição que se poderia apresentar a um adventício, como é o seu caso. Porque, pelo que se pode averiguar, as empresas de origem imigrante — comércio e indústria — funcionam na base de uma direção própria, sem interligação administrativa ou de interesses mais profundos com os membros da classe dirigente agrária ou urbana. A oligarquia agrária, particularmente, é de origem brasileira e, além do capital que emprega na agricultura, dedica-se também ao comércio e à indústria; politicamente hegemônica, ela não pretende confundir-se com os novos ricos, que despreza e tolera. O máximo que se pode verificar é a ligação tênue entre alguns membros da classe dominante e certas firmas estrangeiras, como é o caso da Light, na qual pessoas da família Rodrigues Alves trabalhavam como altos funcionários.

Em que medida poderíamos avaliar os benefícios que Alexandre Siciliano obteve através da ligação com a família de sua mulher? Em primeiro lugar, sabemos que uma das razões de sua mudança para a próspera São Paulo foi o desejo de produzir industrialmente máquinas para beneficiar e polir o café e o arroz, que simplificavam os processos existentes e foram idealizadas por seu irmão Francisco. O objetivo, como veremos, vai-se concretizar, mas se o resultado se limitasse a isso Alexandre Siciliano repetiria, ipsis litteris, o que milhares de outros imigrantes tinham realizado ou realizariam posteriormente — incluindo neste rol o próprio Francisco Matarazzo,

o mais bem sucedido de todos.

Depois de uma permanência de dois anos em São Paulo (1887-1889), onde naturalmente articula contatos, Alexandre Siciliano funda, no espaço de um mês, o Banco Ítalo-Brasileiro e a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo. É através da existência e funcionamento destas empresas que podemos analisar o problema da relação familiar e o da sua ligação com os grupos dirigentes da oligarquia.

O Banco Italo-Brasileiro, nascido com o capital de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis), pretende ser um "instituto financeiro com caráter italiano". (In Memorian, p. 8). O fenômeno é comum, pois os imigrantes, ricos e pobres, mandam substanciais quantias de dinheiro para seus familiares na Itália.³ Assim, estas instituições financeiras se beneficiam grandemente

13

14

12

10

11

de uma clientela e que patrioticamente prefere mandar seu pecúlio através de um Banco de sua nacionalidade; além disso, o lucro dos bancos é apreciável, não só pela boa clientela, mas também porque o dinheiro a ser enviado para o estrangeiro leva de dois a três meses para atingir o seu destino e a instituição se beneficia com o depósito durante este prazo. Esta é a razão da proliferação de bancos fundados por imigrantes, como é o caso do Banco Matarazzo, que pertence ao próprio Matarazzo, a Banca Francese e Italiana per l'America del Sud, do qual Pinotti-Gamba é um dos fundadores etc.

Além desta possibilidade de negócio, o Banco Ítalo-Brasileiro vai-se beneficiar de outra modalidade especulativa, possível devido à relação decorrente da questão familiar. Em princípio, o elo que se forma entre Alexandre Siciliano e membros do sistema dominante se dá especificamente na organização da administração superior da empresa: nas suas diretorias — do Banco e da Companhia Mecânica —, participam pessoas proeminentes do sistema oligárquico, tanto político como econômico. Segundo um dos seus biógrafos, que elogia o fato, a Diretoria do Banco é a seguinte: "Presidente, Doutor Jorge Miranda (irmão do Senador Francisco Glicério); Diretores: Doutor Rivadávia Corrêa (que foi por diversas vezes Ministro de Estado e Senador); Alexandre Siciliano, Doutor Bianchi Bettoldi, Doutor Abílio Viana (todos capitalistas)." (Gli Italiani nel Brasile, p. 143).

Não cabe alongarmo-nos sobre a pessoa e a ação política dos senadores federais Francisco Glicério, irmão de Jorge Miranda, e Rivadávia Corrêa, o primeiro deles paulista, o segundo gaúcho, ambos estreitamente ligados ao Estado de São Paulo. Para resumir alguns dados, podemos dizer que Francisco Glicério é republicano histórico; durante a constituição do primeiro ministério, influi na escolha de nomes paulistas, foi ministro no Governo Deodoro da Fonseca (1889-1891), tem papel proeminente no governo paulista; ocupa por muitos anos o cargo de Senador Federal etc. Rivadávia Gorrêa, por sua vez, se forma em Direito na Faculdade de São Paulo; lá permanece e faz parte da Constituinte paulista (1891); elege-se deputado pelo Rio Grande do Sul; torna-se ministro no Governo Hermes da Fonseca (1910-1914).

Os cargos políticos de Rivadávia Corrêa e Francisco Glicério — o último, sem dúvida, influindo no nome do irmão — lhe dão grande força e possibilidade de pressão no plano da administração pública. Desta maneira eles representam o elo entre a empresa e os contratos de serviço público, razão significativa para a prosperidade das novas instituições fundadas por Alexandre Siciliano. Assim, se completa o inovador círculo Siciliano, círculo que começa com o casamento, continua quando é aceito entre os membros da classe dirigente e tem seu desfecho na organização de suas empresas que, além dos serviços ordinários, mantém relação estreita com a máquina executiva dominada pela oligarquia. Isto é pouco comum a qualquer empresa de origem imigrante, a não ser ocasionalmente, quando Francisco Matarazzo produz munição para o Governo de Washington Luís, em 1930.

Como dissemos, o Banco Ítalo-Brasileiro realiza operações normais, mas de início faz um contrato com o Governo de São Paulo para a introdução de 50.000 imigrantes italianos.⁵ A imigração subsidiada, como é chamada, se distingue daquela onde o imigrante vem por conta própria e representa vasto investimento pecuniário feito pelo Estado.⁶ Este não só subsidia o agente europeu que contrata os que querem vir ao Brasil, como fornece

10

gratuitamente a todos os imigrantes a passagem, a alimentação e todas as despesas até que ele chegue a São Paulo, na Hospedaria do Imigrante. Só depois que o trabalhador faz o acordo com o fazendeiro é que o Estado deixa de ter gastos. Assim, o contrato entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco é um negócio de grande vulto financeiro, comum na época, mas neste caso particular a relação surge com uma instituição que não pertence ao sistema e se dá, também, muito aceleradamente, muito próximo ao período da inauguração do Banco. Assinalamos o fato sem a intenção de denunciar algum subentendido, que não existe, mas para afirmar que o objetivo visado — o contrato — já era uma intenção articulada no momento da fundação da instituição.⁷

A Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, fundada quase ao mesmo tempo que o Banco Ítalo-Brasileiro, é a empresa que dá prestígio mais duradouro a Alexandre Siciliano, pois enquanto cresce e sobrevive ao seu idealizador, falecido em 1923, a instituição financeira desaparece alguns anos após a sua fundação, por razões que nenhum de seus biógrafos elucida. Assim, o comum é identificarmos o nome de Siciliano com as atividades de industrial e de planejador da valorização do café, como veremos. A primeira delas é de ação ampla e, apesar de ser fruto de sua iniciativa, identifica-se com o fenômeno que assinalamos atrás: na diretoria da Companhia Mecânica há elementos da classe oligárquica e parte de sua produção destina-se a preencher encomendas públicas. A primeira diretoria, segundo um dos biógrafos, é composta do "Doutor Augusto de Souza Queiroz, Presidente; Doutor Elias Antonio Pacheco Chaves; Conde Alexandre Siciliano, Diretor; Cândido Lacerda Franco; Doutor Carlos Paes de Barros. São estes os nomes das quatro famílias mais importantes do Estado de São Paulo." (Gli Italiani nel Brasile, p. 146. O grifo é nosso.)

A afirmação é verdadeira e bem significativa. A escolha representa a união de Alexandre Siciliano com a nata da oligarquia paulista, não só na sua expressão econômica, mas social e política. Os Souza Queiroz, família poderosa, ligada a uma série de outras famílias, possuem vastas fazendas de café; Elias Chaves é fazendeiro e exportador de café, sócio do Conselheiro Antonio Prado e dono do famoso palacete dos Campos Elíseos, posteriormente propriedade residencial do Governador do Estado; Lacerda Franco, rico fazendeiro e industrial; Paes de Barros, rico fazendeiro. Todos, direta ou indiretamente, através da família e dos colaterais, dominam a política

paulista.

2

4

A fábrica fundada por Alexandre Siciliano se situa no bairro do Pari, zona baixa da capital, cortada por estradas de ferro. Ampliada em várias épocas, ela é composta de diversas seções, todas amplas e com máquinas as mais modernas. Localizada num terreno com 42.000 m², divide-se em seções de fundição, oficina agrícola, fábrica de prego, oficina mecânica, oficina especial (acessórios de automóvel) e depósito. O corpo principal das quatro primeiras seções é de 1889.

Vamos resumir o conteúdo de cada uma das partes:

1. Fundição: dois fornos para a fundição de metal, um de 3 mil quilogramas e outro de 5 mil; aparelhagens complementares: prensa pneumática, máquina de pressão, dois possantes guindastes. Capacidade: 350 toneladas de fundição de ferro por mês.

13

14

15

12

10

- 2. Oficina agrícola: elaborada especialmente para a montagem do invento de seu irmão, que idealizara as máquinas de benefício de arroz e café.
- 3. Fábrica de prego: produz parafusos, pregos, porcas, rebites, arruelas e até enxadas.
- 4. Oficina mecânica: aparelhagens modernas, com 30 possantes tornos, perfuradoras, martelos. É responsável pela fabricação de máquinas, de pontes ferroviárias, de grandes trabalhos de estrutura, além de objetos de arte, feitos de ferro e bronze.

5. Oficina especial: material para reparo de automóveis. (Il Brasile

Gl'Italiani e la Guerra, p. 219-220).

Este conjunto de atividades dá à empresa um grande dinamismo. Como dissemos, a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo produz para o mercado interno em geral e recebe encomendas dos poderes públicos. É a relação destes dois campos que facilita a sua expansão, pois, além de ser uma das poucas companhias paulistas que fabricam material pesado e produtos mecânicos variados, ela encontra encomendas garantidas, o que em

grande parte a afasta da concorrência estrangeira.8

Por um levantamento de algumas de suas obras, assinaladas aqui até o ano de 1922, podemos avaliar a importância das encomendas públicas: Reservatório de água de Cabuçu, construído de cimento armado e mais de 20 quilômetros de encanamento até atingir a cidade de São Paulo; Reservatório de Água da Várzea do Carmo; dois grandes Reservatórios da Moóca e do Araçá, também de cimento armado e cada um deles para 6 milhões de litros; reparo de cinco ex-vapores alemães retidos em Santos; superestrutura metálica da cobertura do Teatro Municipal; ponte metálica no Rio Pinheiros. Além destas encomendas do Estado, contrata com o Governo Federal, em 1920, a execução de "uma das maiores obras públicas jamais realizadas no Brasil", que é o nosso arsenal da Marinha e as docas anexas, ambas na Ilha das Cobras, Baía do Rio de Janeiro.

Para firmas particulares realiza algumas obras grandiosas que marcaram o seu tempo, pelo arrojo da iniciativa como pela técnica usada: superestruturas metálicas para as coberturas da Casa Alemã, do pavilhão do Jardim de Infância e dos teatros Santana e São José; pontes ferroviárias das estradas de ferro Mogiana e Araraquarense; realização de um projeto idealizado por Alexandre Siciliano Júnior, de um alto forno para a Companhia Siderúrgica Mineira, em Sabará, para 25 toneladas de ferro guza, em 24 horas etc. (Il Brasile Gl'Italiani e la Guerra, p. 220-221; Gli Italiani nel Brasile, p. 146.

O Estado de São Paulo, 06-10-1917).

A capacidade produtiva da fábrica deve-se, em grande parte, à divisão de trabalho idealizada por Alexandre Siciliano. Não só ele cria seções distintas, mas entre elas existe certa interligação, que lhes permite economia na produção. Por sua vez, certo de seu objetivo e calçado em grande capital inicial da empresa, ele começa o seu empreendimento de maneira grandiosa para a época, utilizando grande número de operários, formas de energia moderna e de grande potência e uma divisão administrativa complexa, mas necessária para seus objetivos. Pelos dados de 1896, sabemos que a Companhia Mecânica possui operários; em 1928, continua a ser a mais importante oficina mecânica, com exceção daquelas que pertencem às Estradas de Ferro— Araraquarense, Sorocabana, Paulista etc. Nesta época ainda possui o

capital de 5.000:000\$000, ocupa 237 operários, utiliza motor de 57 cavalos, continua com os cinco fornos em funcionamento e capacidade de 26.000 quilos de ferro. Para preencher suas necessidades e expansão, poucos anos depois da fundação da Companhia Mecânica, abrem-se escritórios em Londres, "para aquisição da matéria-prima que a pusesse em condições de sustentar qualquer concorrência" e também se ocupar, ao mesmo tempo, das suas operações bancárias; além de Londres, funda as filiais do Rio de Janeiro, Santos, Nova York e Gênova.

Complementariamente a este quadro central da atividade de Alexandre Siciliano, devemos recensear outras realizações suas no campo industrial: a fábrica de tijolos e de cerâmica, no bairro da Água Branca, com ramal ferroviário e produção de 30.000 tijolos por dia, fabrica também manilhas, material para saneamento usado pelas prefeituras de São Paulo, Santos, Recife etc.; nela, em 1928, utiliza 205 operários. No Rio de Janeiro, Alexandre Siciliano inaugura em 1889 a sua fábrica de óleo, que cresce com o tempo: em 1920, utilizava 15 prensas hidráulicas, a produção é de 10.000 litros de óleo de coco e 10.000 litros de óleo de rícino. Em Barretos, cidade do interior do Estado, situa-se a Companhia Frigorífica e Pastoril, que é a primeira a enviar carne congelada para a Itália (novembro de 1914). Finalmente a Companhia Frigorífica de Santos, sob a direção de Roberto Simonsen, é a última destas realizações de Siciliano que, depois de um contrato com a Prefeitura, monopoliza a distribuição de carne na cidade. (Gli Italiani nel Brasile, p. 145-152; Il Brasile Gl'Italiani e la Guerra, p. 220. Sobre os operários e outras informações das fábricas: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928).

Nestes anos todos, enquanto se volta basicamente para os seus interesses industriais, Siciliano não deixa de se preocupar com outros problemas. É que seu mundo não é estanque, ao contrário, está envolvido por toda uma atmosfera de relações com a agricultura, com o universo da oligarquia agrária. Ainda mais, é neste ambiente que vive Alexandre Siciliano, quando restde em Piracicaba ou passa a morar em São Paulo. Aí a razão de sua ligação com os problemas do café, prática que exercita na Sociedade Paulista de Agricultura, da qual Carlos Botelho é um dos fundadores, e aglutina a elite rural da época.

É na Sociedade Paulista de Agricultura que apresenta o seu Projeto de Valorização do Café, em 1903, e que, com pequenas modificações, será posto em prática pelo Convênio de Taubaté (1906). A razão da sua intervenção é a existência de uma crise profunda no comércio e no preço do café.

Durante todo o Século XIX, o Brasil aumenta intensa e ininterruptamente a sua cultura de café. Como o mercado consumidor — Europa e Estados Unidos — é maior do que a produção, esta pode desenvolver-se livremente, fator que beneficia o Brasil, onde existem terras abundantes para o seu cultivo. Depois de ocupar a região do Vale do Paraíba, o café se esparrama pelo oeste paulista, região que será cortada pelas estradas de ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana. No fim do Século XIX, a produção iguala o consumo e teremos a primeira crise do produto: a razão exterior foi a seca na Rússia em 1891-1892, que provoca a queda da produção de cereais, refletindo-se na Europa em 1893, o que por sua vez acaba produ-

zindo efeitos negativos na economia americana em 1895. O mau resultado da economia capitalista provoca o desaceleramento do comércio de café, a criação de estoques nos países produtores, e a baixa catastrófica do preço.

Em 1890 o preço da saca de café é 102 francos/ouro; em 1891, 108; em 1892, 88; em 1893, 95; em 1894, 100; em 1895, 94; em 1896, 87, a partir da crise, em 1897, chega a 58, em 1898, baixa para 39; e vai permanecer entre 39 e 42 francos até o fim da crise, em 1907. Por sua vez, os estoques que variavam em torno de 2.000.000 de sacas, a partir de 1897 passam para mais de 5.000.000 (1898), e atingem limite superior a 11.000.000 (a partir de 1902). (Documentos Parlamentares, Valorização do Café, I, p. 401).

A baixa de preço é assustadora, o volume de café estocado é amedrontador — praticamente a produção de um ano. A situação de instabilidade durará 10 anos, entre 1897 e 1906 e neste período os Congressos da Lavoura adotam resoluções para tentar salvar a lavoura; no Congresso Nacional aparecem vários outros projetos. Uns e outros pedem que o Governo intervenha e compre os estoques; ou compre e queime o excedente; ou emita e empreste aos cafeicultores. Estas idéias não podm ser postas em prática, em grande parte porque o País passa por graves dificuldades financeiras, que serão remediadas pelo Funding Loan, acordo com o banqueiro inglês Rotschild; em parte porque os projettos não são viáveis. (Documentos Parlamentares, Valorização do Café (1895-1906), 2 v.; Afonso de Taunay, Pequena História do Café; Edgard Carone, A República Velha, I, Instituições e Classes Sociais). Quem vai levar em conta fatores mais amplos e mais realistas é Alexandre Siciliano.

É durante a sessão da Sociedade Paulista de Agricultura, em 1903, que ele apresenta o seu projeto. Dois anos depois, o Governo do Estado de São Paulo praticamente oficializa a sua idéia, quando manda imprimir o seu projeto em plaqueta, pela Imprensa Oficial. Entre um momento e outro ele introduz pequenas modificações na redação original, por sugestão de associações ou grupos ligados ao café.

O plano da valorização do café recebe críticas, mas Siciliano, que conhece bem o problema do café e justifica solidamente seus argumentos, desenvolve um projeto lógico e que não foge a certas regras da economia liberal, mesmo quando fala em intervenção do Estado. Assim, o que pretende é um meio termo entre o intervencionismo e o livre mercado: ao mesmo tempo que procura sanar os males da crise, não pretende tirar a iniciativa dos fazendeiros e do mercado intermediário.

O projeto Alexandre Siciliano se compõe de sete itens: seria um acordo entre o sindicato (organização a ser fundada) e o Governo Federal, com a duração de oito anos; e o Governo proibiria novas plantações de café por seis anos (arts. 1.º e 2.º). O sindicato obrigar-se-á a comprar até 15 milhões de sacas de café, podendo chegar a 16 milhões; se a safra for maior, o Governo adquirirá o excesso desta quantia e, "no caso que ao sindicato não convenha que esse excesso seja armazenado ou vendido, deverá o Governo destruí-lo, preferindo os cafés de qualidades mais baixas que forem encontrados no mercado". (art. 3.º). O sindicato pagará preços mínimos pelo café oferecido, ao câmbio de 12 d., até o limite de 15 a 16 milhões de sacas: no primeiro ano, será pago o preço de 5\$500 por 10 quilos de café tipo 7;

10

11

12

6\$000 no segundo ano, 6\$500 no terceiro, até o fim do contrato "os preços mencionados acompanharão as oscilações do câmbio, até o limite de 8 d. na baixa e o de 16 d. na alta". (art. 4.°). O Governo pagará ao sindicato, por cada saca exportada, "como remuneração para garantír os preços mínimos", o prêmio de 1\$500 por saca no 1.° ano, 1\$750 no 2.° ano, 2\$000 no 3.° ano em diante, até o limite das 15 ou 16 milhões de sacas (art. 5.°). Se os Estados julgarem conveniente, poderão criar um imposto adicional de 1\$000 sobre o café exportado que lhes permitirá fazer face ao déficit sobre o prêmio a ser pago ao sindicato ou para ajudar a compra do excesso dos 16 milhões de sacas (art. 6.°). Finalmente, o sindicato depositará uma caução de 1 milhão de libras, como garantia do contrato, em algum banco da Inglaterra ou da França (Sociedade Paulista de Agricultura, Valorização do Café, p. 1-2).

O projeto de 1905 introduz algumas modificações, não de substância e sim de detalhes: aumenta a tabela do preço mínimo, fala na compra de 12 milhões de sacas e não mais de 15 ou 16 milhões, estipula em francos a forma de pagamento do Governo ao Sindicato (por saca exportada) e diz que, ao finalizar o contrato, o Governo se obriga a comprar todo o estoque do sindicato a 75 francos a saca. (Valorização do Café: Estudo sobre o Pro-

jeto de Alexandre Siciliano, p. 21-24).

O plano, que seria tentado por iniciativa privada, não se torna viável porque em 1906 temos uma colheita de café colossal, que faz crescer assustadoramente o estoque de café, cujo nível naquele momento atinge a casa dos 11 milhões de sacas. Diante desta situação, os Governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se reúnem e, depois de um acordo, assinam o famoso Convênio de Taubaté. A idéia de Alexandre Siciliano é vitoriosa e vai-se mostrar plausível: os Estados produtores vão fazer empréstimo estrangeiro, compram o café existente no mercado, determinam preços mais altos para o produto; a partir de 1907, quando os países consumidores necessitam fazer novos estoques, eles são obrigados a pagar o valor imposto pelo Convênio de Taubaté. Em 1910, o preço do café volta a superar os 100 francos/ouro por saca. 11

Este homem integrado à sociedade brasileira, ligado intrinsecamente ao sistema dominante, com as filhas casadas com pessoas pertencentes à elite tradicional brasileira, 12 este homem não deixa de manter o espírito de italianità, ou como diz um biógrafo, "o seu coração conservou-se sempre italiano, palpitou sempre pela pátria longínqua..." Esta divisão entre a mãe pátria e a nova terra de adoção é uma questão crucial para o imigrante, que quase sempre sonha em retornar, mas tem que sobreviver materialmente no lugar para onde se mudou. O laço de afetividade entre pátria e indivíduo não é só aquele expresso unilateralmente pelo desejo e sonho do homem que teve que imigrar, mas está umbilicalmente interligado a todo um mecanismo de pressão e valores que se localiza na sua terra natal — sua família, os interesses da pátria, acontecimentos inusitados que o obrigam à atitude de solidariedade (catástrofes sísmicas, secas, guerras etc.).

As respostas a estas questões são diversas e vão do simples retorno do imigrante à sua terra natal até aquela em que ele se mobiliza militarmente a favor da pátria, como na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ou na Guerra da Abissínia (1935-1936). Estes e outros casos envolvem pequeno

número de indivíduos — comparando o total imigratório —, mas o fenômeno em si comprova o espírito simbólico da *italianità*. Forma permanente e básica deste espírito de *italianità*, no entanto, é o auxílio em dinheiro que o italiano envia aos seus e que representa uma renda financeira contínua e básica para o Estado italiano. Com o fascismo no poder, a partir de 1922, este auxílio tomou em muitos casos uma feição de solidariedade política, como é o do legado de Rodolfo Crespi que, ao morrer na década de 1930,

deixa parte de sua fortuna para Benedito Mussolini.

Alexandre Siciliano se comporta, normalmente, dentro do espírito comum de italianità. A demonstração é variada: aparece quando não quer se naturalizar brasileiro, no momento em que o Governo Brasileiro, através do Decreto de 1890, facilita a naturalização do estrangeiro; quando se nega ser deputado podendo sê-lo só se fosse brasileiro; no momento que trabalha na Câmara Italiana de Comércio, em São Paulo; quando ajuda a Sociedade Italiana de Beneficência do Hospital Humberto I.º; quando é Presidente da Sociedade de Assistência Civil Pró-Pátria, para ajudar aos italianos da Península; quando manda dinheiro para a Itália destinado a famílias que foram prejudicadas com a Primeira Guerra Mundial; quando beneficia o Instituto de Órfãos, na Itália, durante a Primeira Guerra Mundial; quando auxilia o Governo Italiano, trocando carne congelada por Bônus de Guerra; ou quando doa 20.000 liras ao Governo italiano, enquanto a colônia italiana em São Paulo arrecada meio milhão de liras para o mesmo destino. O reconhecimento por estas e outras ações leva o Rei a nomeá-lo Cavaliere Unificiale della Corona D'Itália, Comendador e, finalmente, em 1921, Grande Ufficiale della Corona d'Italia. A estes títulos acrescenta-se o de Conde, que recebe do Papa. Desta maneira, Alexandre Siciliano chega ao pináculo de sua ascenção social. Ao morrer no dia 22 de fevereiro de 1923, deixa atrás de si todo um passado de esforço e de sucesso.

NOTAS

(1) Durante a Primeira República (1889-1930), certos Estados brasileiros possuíam Câmara de Deputados e Senado Estadual, denominado vulgarmente por Senadinho, para distinguir do Senado Federal.

(2) A análise se restringe até a década de 1930.

(3) Para darmos um exemplo: os italianos em São Paulo enviaram para a Itália em 1905, 12.599.535,95 liras; em 1906, 12.866.583,42 liras. (São Paulo na Exposição, 1908).

(4) É ampla a bibliografia sobre ambos. Para uma visão sintética e básica, consultar o excelente livro de Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil, (1889-1917), 2 volumes.

(5) A notícia, sem maiores detalhes se encontra no Almanacco per l'anno 1897, p. 71-72, editado pela Tribuna Italiana, São Paulo. Não encontrei nenhuma referência

sobre o contrato em qualquer das biografias consultadas.

(6) Para mostrar a importância do gasto feito pela Província e, depois, o Estado de São Paulo, podemos dizer que entre 1881, começo do aceleramento do processo imigratório, e 1904, foram dispendidos quase 47 mil contos de réis, verdadeira fortuna

para a época

(7) A imigração italiana cresce intensamente na década de 1890. Segundo as estatísticas, em 1890 entraram no Brasil 20.991, em 1891, 84.486, em 1892, 34.274, em 1893, 48.739, em 1894, 31.548, em 1895, 106.525, em 1896, 69.458, em 1897, 76.451, em 1898, 34.391, e em 1899, 20.704. De outra parte, dos 735.086 imigrantes de todas nacionalidades, 596.004 foram subsidiados, enquanto 139.082 vieram por conta própria ou espontaneamente. Consultar Lucy Maffei Hutter, Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889); Edgard Carone, A República Velha, I, Instituições e Classes Sociais; São Paulo na Exposição (1908).

(8) Em São Paulo, em 1896, temos a existência de 31 fábricas de produtos mecânicos.

(9) Os reservatórios de água são construídos numa altura pouco acima do solo,

e ocupam boa parte de um quarteirão de 100 m².

(10) Em 1900 temos 12.677.000 sacas; 14.810.000, em 1901; 12.874.000, em 1902; 10.584.000, em 1903; 10.844.000, em 1904; 11.015.000, em 1905; 19.884.000, em 1906.

(11) Sobre o Convênio de Taubaté ver a bibliografia citada anteriormente.

Alexandre Siciliano é um dos conselheiros de Epitácio Pessoa, Presidente da República, quando este realiza a 3.ª Valorização do Café (1920). Ver La Valorizzazione del

Caffé e l'Opera del Conte Alessandro Siciliano.

(12) Alexandre Siciliano e sua mulher Laura de Mello Coelho Siciliano têm quatro filhos: Ana Teresa se casa com o Barão Jaime Smith de Vasconcelos, carioca, cujo avô fora Barão no Império; Violeta se casa com José Mariano Carneiro da Cunha, de família tradicional de Pernambuco; Alexandre Siciliano Júnior se forma em Engenharia na Alemanha (não há informação sobre seu casamento); Paulo forma-se engenheiro na Inglaterra e casa-se com uma inglesa. (Gli Italiani nel Brasile, p. 137).

Lançamentos da Editora Escrita

História do Olho — Georges Bataille

As Onze Mil Varas — Apollinaire

Papel & Tinta — Maria Angélica de Oliveira

Prosa Viva — Antologia de Contistas Brasileiros

Os Contos de Maldoror - Lautréamont

O Empinador de Estrela — Lourenço Diaféria

Glauber Rocha — O Leão de Veneza — Pedro Del Picchia e Virgínia Pureza.

Lula e a Greve dos Peões — A. Possidonio Sampaio

Estrela Vulgar — Cristina Santero, Cristina Mutarelli e Zezé Guerra

Próximos lançamentos

O Homem que Soltava Pum — Mário Prata

A Última Bala do Cartucho — Wladyr Nader

Peça por reembolso postal, desde já, à Editora e Livraria Escrita Ltda. Rua General Jardim, 570 01223 — São Paulo (SP)

SOBRE A "GUERRA DO FIM DO MUNDO"

Carlos Eduardo Berriel

Este pequeno artigo não pretende fazer justiça ao último livro de Mário Vargas Llosa. Se, como diz Roberto Schwarz, "Em literatura, o básico da crítica marxista está na dialética de forma literária e processo social", este trabalho não realiza o básico, pois atém-se a observações sobre o "processo social". Mas talvez valha a pena.

Mário Vargas Llosa propôs-se a vários desafios em sua última obra: atravessar os limites da literatura brasileira, pioneiramente descendo dos Andes para o sertão baiano; depois, retomar um tema que parecia destinado a permanecer monopólio de Euclides da Cunha, de *Os Sertões*: empreitada atemorizadora, para dizer o mínimo; e, no percurso deste trabalho, relevar características do sentido essencial da história do Brasil.

Vamos por partes.

Como sabemos, até hoje o Brasil e os demais países da América Latina estiveram voltados em sentidos excludentes, ignorantes reciprocamente. A grande curiosidade que existe hoje no Brasil pela literatura genericamente dita "latino-americana" é relativamente recente, dez ou quinze anos no máximo, notadamente a partir de Cem Anos de Solidão. Curiosamente, houve em 1981 o lançamento no Brasil da novela El Mundo es Ancho y Ajeno (Grande e Estranho é o Mundo) de Ciro Alegría, e passou despercebido que este livro já havia sido traduzido e publicado aqui, em 1944, sem que na época tivesse havido maiores curiosidades.

Temos agora que Vargas Llosa vem resgatar um tema, que se revela insuficientemente percebido, o das rebeliões camponesas do sertão brasileiro e desta forma forçar fronteiras sabidamente negativas. Este tema, das rebeliões camponesas, tem sido explorado por pesquisadores de vinculação acadêmica, principalmente a partir da década de 70. Por exemplo, Hobsbawn e Ralph Della Cava. Mas, na ficção, só agora temos estas manifestações.

É preciso lembrar que o episódio de Canudos marca um momento decisivo da história do Brasil. Ocorreu nos primeiros anos da República e mexeu com o papel do exército nacional naquele contexto, que em certo sentido ainda é o atual. O caráter bonapartista do exército brasileiro, que atuou decisivamente para o fim da Monarquia e reclamava para si a função de unifica-

10

11

dor nacional; "O Exército é fator de união", como reza atualmente a

propaganda.

O pensamento dominante do exército brasileiro funda-se no positivismo de Augusto Comte, como se sabe, e este pensamento é muito exigente: exige a ordem social para que se possa ter progresso. Assim, subverte-se de saída a própria dinâmica da realidade, que só avança pelo conflito. E funda-se, pela força das armas, a prática particular brasileira de só realizar avanços num quadro de conciliação com o atraso, configurando um reformismo pelo alto característico da "via prussiana" de que Lênin falava, ao estudar o caminho alemão para o "capitalismo verdadeiro."

Sendo a República, dentro da ótica positivista, um grande progresso histórico brasileiro, qualquer convulsão social será vista como um ataque direto e frontal contra a instituição republicana, logo, monarquista e

retrógrada.

Canudos foi vista desta forma, e também foi encarada como atentatória à unidade nacional. A relativa autonomia dos estados durante a Monarquia e a República Velha, resultado do interesse das oligarquias agrárias, entrava em choque com o projeto que o exército tinha para o país. Assim, por mais este motivo, Canudos foi identificado com os interesses dos grandes proprietários de terras.

Um erro de interpretação cria outros.

A Guerra de Canudos, com as conseqüentes reportagens de Euclides da Cunha, entre outros,² e seu subseqüente *Os Sertões*, tiveram o condão de apontar para a consciência social brasileira a existência do sertão, do sertanejo, do país que não é litoral. O que se sabia a esse respeito até então? Praticamente nada. *O Sertanejo* de José de Alencar é típico desta época de pouco conhecimento do Brasil extralitoral. O Romantismo pouco avançou quanto à aquisição da consciência objetiva desta realidade, enquanto que os relatos de sábios viajantes europeus pouco faziam neste sentido. Os letrados conheciam o camponês europeu — quando conheciam — e o sertanejo brasileiro era apenas uma incógnita inimiga da civilização.

É interessante observar que a ignorância das elites quanto ao mundo do sertão só é comparável com a ignorância do sertanejo com relação ao mundo do litoral, dominante. Incompreensão mútua, mas que em nada estor-

vava o exercício de dominação de um sobre o outro.

E este fenômeno foi corretamente apreendido por Vargas Llosa em A Guerra do Fim do Mundo. A profunda miséria dos sertanejos, fruto da secular expoliação colonial, do latifúndio, do capitalismo hipertardio, explode em revolta contra o inimigo certo, mas figurado de modo equivocado. Em 1899, Antônio Conselheiro impede a cobrança de impostos: "Os arrecadadores de impostos expropriariam para a República tudo o que houvesse (...) O Conselheiro deu aos seres deste afastado rincão uma grave primícia: o Anticristo estava no mundo e se chamava República."³

O engano quanto à justificação num contexto de acerto quanto à distinção do inimigo continua: a República foi instalada para restaurar a escravidão, abolida pelo Império; o Cão (a República) promovia o Censo para saber a cor das pessoas, na intenção de reescravizar os negros, ao mesmo tempo que indagava da filiação religiosa para promover a perseguição dos católicos pelos cães, ou Maçons, ou Protestantes, ou ateus. Todos estes nomes designavam o Anticristo.

Da parte oposta tem-se idêntica confusão: na medida em que os jagunços lutavam contra a República, os republicanos passam a acreditar que eles são manipulados e instigados pelos monarquistas, ainda atuantes na Bahia naquela época. Note-se que estes monarquistas baianos são os donos dos grandes latifúndios da região, o próprio poder oligárquico. E para dar a cor do absurdo, os republicanos passam a ver ingleses — tradicionais aliados dos monarquistas brasileiros — nas próprias trincheiras dos sertanejos de Canudos.

No contexto da disputa entre monarquistas e republicanos, interessantíssima é a figura do Coronel Moreira César, braço armado de Floriano Peixoto e enviado para destruir Canudos. Moreira César, autêntico porta-voz e agente da modernização pelo alto — traço característico da via brasileira, colonial, de desenvolvimento capitalista — tem o discurso do exército brasileiro:

"Não vim à Bahia para intervir nas lutas políticas locais (...) O Exército está acima das querelas das facções, à margem da politicagem. O 7.º Regimento está aqui para debelar uma conspiração monárquica. Porque atrás dos ladrões e dos loucos fanáticos de Canudos há uma conjura contra a República. Esses pobres diabos são um instrumento dos aristocratas que não se conformam com a perda de seus privilégios, não querem que o Brasil seja um país moderno. De certos padres fanáticos que não se conformam com a separação da Igreja do Estado porque não querem dar a César o que é de César. E até da própria Inglaterra, pelo visto, que quer restaurar esse Império corrompido que lhe permitia apropriar-se de todo o açúcar brasileiro a preços irrisórios. Mas estão enganados. Nem os aristocratas, nem os padres, nem a Inglaterra voltarão a ditar a lei no Brasil. O Exército não o permitirá."⁴

Assim, Moreira César subentende — e isto é revelador — que a massa camponesa não pode ter movimento próprio: sempre há de ter alguém dissidente do poder, mas membro da elite, que dá diretrizes para esta mesma

massa, por si só inerte, incapaz de atos mesmo que espontâneos.

Dado este quadro de disputas no interior das classes dominantes, então divididas entre monarquistas e republicanos, é interessantíssimo perceber como afinal se articula a conciliação, justamente em oposição ao movimento pré-político dos camponeses. A oligarquia baiana, reunida com o Barão de Canabrava, proprietário das terras onde se situa Canudos, o líder dos monarquistas, argumenta para seus pares que:

"(...) há anos, toda nossa política tem consistido em impedir que o governo central interfira demasiadamente nos assuntos da Bahia (...) agora a única política que podemos adotar, a menos que queiramos o suicídio, é demonstrar a todo o país que não somos inimigos da República nem da soberania do Brasil. (...) Daremos a Moreira César e ao 7.º Regimento uma

grande recepção. Nós, não o Partido Republicano."5

E à argumentação de alguém, de que "É uma mudança brusca demais"; o oligarca responde: "Para defender os interesses da Bahia é preciso continuar no poder, e para continuar no poder é preciso mudar de política, pelo menos neste momento."

Reformismo pelo alto, vértebra do corpo da história do Brasil, verdadeira consigna da República Velha: como reforço simbólico, o oligarca baiano está olhando um camaleão ao pronunciar este discurso.

10

11

E à medida que o fenômeno de Canudos, com seu exército de milhares de sertanejos bizonhamente armado, vai derrotando o exército nacional sucessivas vezes, este acontecimento ininteligível para todos, isto vai levar a que as diferenças entre os donos do poder vá-se desfazendo rapidamente. O mesmo grupo monarquista, inimigo do florianista Moreira César, em determinado momento são assim descritos por Vargas Llosa:

"Na última vez que tinham estado reunidos aqui, a vinda de Moreira César era como o funeral dos Autonomistas da Bahia. Mas agora ardiam de impaciência por conhecer os detalhes de sua vitória contra aquela gente que o coronel pretendia fazer passar por restauradores e agentes da Inglaterra."6

É um giro de 180 graus nas relações do latifúndio com o Exército, no momento em que o campesinato age por si mesmo, ainda que da forma

pré-política como agiu.

"Não sei nem o entendo — disse o Barão, pesaroso. Supera tudo o que imaginava. E, apesar de tudo, acreditava conhecer esta terra, essa gente. Essa derrota não pode ser explicada pelo fanatismo de uns mortos de fome. Tem de haver alguma coisa mais." Nenhuma das personagens que atuam na saga de Canudos tem efetiva consciência das determinações do fenômeno central.

Existe uma isolada personagem de esquerda, o anarquista Galileu Gall. Escocês de origem, internacionalista por prática, frenólogo lombrosiano por formação, correspondente de obscura publicação clandestina na França, Galileu Gall mistura subjetivismo com vulgar empiricismo na sua leitura da realidade de Canudos — e nisto reside, na confusão mental do anarquista lombrosiano, um dos trunfos literários desta obra.

Galileu Gall procura adivinhar na cidadela de Antonio Conselheiro a própria prática — velada, é claro — da extinção do Estado. Pelo fato de os jagunços não usarem as moedas da República, comerciando apenas em moedas do Império com a efígie de Pedro II, Galileu via já o triunfo do trabalho comunitário, e no fim do comércio a extinção mesma das classes sociais.

O ascético revolucionário é usado e enganado pelos donos do poder na Bahia, mas mantém o propósito de ir até Canudos, até o Conselheiro e se colocar a serviço da causa que adivinhava libertária. Mas sequer chega a seu falanstério imaginário, morrendo absurdamente em luta corporal com um jagunço a quem admirava, por motivo que ele desprezava — tornara-se amante, desavisadamente, da mulher deste jagunço — vitimado por um critério de honra que ele não entendia e não endossava. Nem sequer chega a ver a resistência daqueles a quem queria servir. Nas suas palavras: "Aqueles pobres representam o que há de mais digno nesta terra, o sofrimento que se rebela."

Quem era mais visionário nesta tragédia?

NOTAS

(1) Roberto Schwarz, "Pressupostos, Salvo Engano, de 'Dialética da Malandragem'",

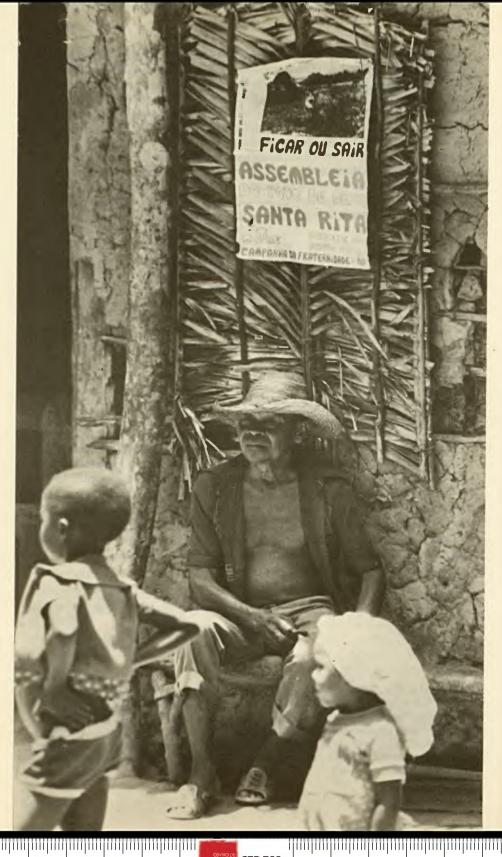
in Esboço de Figura, vários (São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979), p. 133.

(2) Walnice Nogueira Galvão, no seu excelente trabalho "Os Sertões" para estrangeiros, in *Gatos de Outro Saco* (São Paulo, Brasiliense, 1981), informa que "Todos os jornais brasileiros mandaram enviados especiais ao palco da guerra." (p. 76). Mas estes repórteres não entenderam nada do que estava-se passando, fornecendo relatos distorcidos e alimentando os preconceitos da época.

(3) Vargas Llosa, A Guerra do Fim do Mundo (Rio, Francisco Alves, 1981), p. 33.
(4) Idem, ibidem, p. 151.
(5) Idem, ibidem, p. 172.
(6) Idem, ibidem, p. 279.
(7) Idem, ibidem, p. 344.
(8) Idem, ibidem, p. 249.

CEDEM 9

cm



CEDEM 9 10 11 12 13 14 15

VIDA E MORTE DAS LIGAS CAMPONESAS*

Por J. Chasin e Ester Vaisman

I — Origem e Existência das Ligas

J. Chasin — Sabemos que você é agrônomo e que foi presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Como o agrônomo virou líder camponês?

Francisco de Assis — Desde o tempo de estudante já participava de movimentações políticas de cunho nacionalista como, por exemplo, a luta do petróleo e outras. Fui presidente do Centro Acadêmico da Escola de Agronomia durante 3 mandatos (50-52), fui fundador e presidente da União Estadual dos Estudantes. Assim, além da participação no movimento estudantil, enquanto presidente do Centro Acadêmico, havia participado da organização de um sindicato em Areia (PB). Lá havia uma tecelagem onde 90% dos operários eram mulheres e a fábrica desrespeitava continuamente a legislação trabalhista, por exemplo, demitindo mulheres que estavam grávidas. Algumas, inclusive, chegaram quase dar à luz no recinto da fábrica, pois procuravam esconder a gravidez até o último momento, para não perderem o emprego. Em função disto, se resolveu organizar um sindicato para inicialmente lutar pela aplicação da legislação trabalhista. Foi um sindicato muito combativo. Uma vez houve uma greve e a polícia foi lá, as mulheres enfrentaram a polícia, conseguiram romper o cerco e fizeram uma passeata na cidade e a fábrica teve que aceitar a reivindicação que era a readmissão de quatro operárias.

Como agrônomo, sentindo o problema do campo, foi fácil me engajar no movimento das Ligas Camponesas.

E. Vaisman — Quando começou o seu engajamento nas Ligas Camponesas?

Francisco de Assis — Começou com a organização da primeira Liga que foi a de Sapé (PB) e por fim de todas as Ligas que se organizaram aqui na Paraíba. Inicialmente, não tinham o nome de Ligas, tinham o nome de

^(*) Depoimento de Francisco de Assis Lemos e Souza, ex-presidente da Federação das Ligas Camponesas do Estado da Paraíba. Deputado Estadual cassado, eleito em 1962 é, atualmente, com 53 anos de idade, professor da Universidade Estadual de Londrina.

Associação de Trabalhadores Rurais; tinham seu estatuto e eram entidades legais. O nome Liga Camponesa foi dado pela imprensa local e nacional, a exemplo das organizações camponesas da Europa.

J. Chasin — Como essas organizações legais, essas associações, concebiam os seus objetivos, o seu modo de atuação junto aos trabalhadores rurais?

Francisco de Assis — Vamos mostrar como se deu a luta dos camponeses em Pernambuco e na Paraíba para se ter uma idéia.

Em Pernambuco, a luta nasceu no engenho Galiléia, cujo proprietário tinha-se afastado do estado durante muito tempo. Os trabalhadores, que lá moravam, ficaram na fazenda mesmo com a ausência do dono, continuaram a plantar etc. Um dia, depois de muito tempo, apareceu um herdeiro, que ninguém conhecia, para assumir o engenho e modificar tudo aquilo que existia. Os trabalhadores se organizaram e entraram com um processo na justiça e contrataram como advogado Francisco Julião que era, já na época, deputado pelo Partido Socialista Brasileiro. A coisa demorou de tal maneira que o próprio Julião chegou à conclusão de que, através da Justiça, não se podia chegar a nenhuma solução e que, afinal, era um problema político. Na época era governador Cid Sampaio, usineiro, mas que, apesar disso, tinha sido eleito com o apoio das forças de esquerda, inclusive do próprio Partido Comunista. Era Secretário da Fazenda, Miguel Arraes e Prefeito do Recife, Pelópidas Silveira. Julião achava que o caminho seria a desapropriação do Engenho Galiléia e a sua entrega a uma cooperativa dos trabalhadores. E foi o que aconteceu. A Assembléia aprovou, o Cid Sampaio sancionou e afinal o movimento camponês em Pernambuco começou com uma vitória política. O movimento foi-se expandindo e o resultado foi a organização dos trabalhadores, e a coisa foi-se estendendo para a área das usinas em Pernambuco. As reivindicações, nessa área da agroindústria, eram de tipo operário, ou seja: extensão da CLT aos trabalhadores da indústria do açúcar, salário mínimo, repouso remunerado, férias etc. Então, a Liga Camponesa ficou fazendo o papel do sindicato.

Aqui, na Paraíba, só havia 3 usinas e a principal era de Renato Ribeiro Coutinho. Nelas havia um castigo chamado cabocó, que era aplicado aos trabalhadores cujo comportamento desgostasse a direção da empresa. Era um tanque cheio de água, onde era colocada a pessoa, que ficava dia e noite com a água até a boca, e não podia mexer-se, senão morreria afogado. Era um castigo tremendo e todo o mundo morria de medo. Quando se falou em associação de trabalhadores, aqui, houve uma reação brutal das usinas; durante muito tempo não se conseguia associar os trabalhadores. Aqui na Paraíba havia uma luta política muito grande entre o PSD e a UDN. Na região da várzea havia dois setores do PSD, que combatiam a UDN, liderada por Renato Ribeiro Coutinho. Em Sapé era o Deputado Ramiro Fernandes e em Santa Rita o Deputado Heraldo Gabeira. Quando se organizou em Sapé a primeira Associação dos Trabalhadores, foi com uma reunião em que estavam presentes o Deputado Ramiro Fernandes, o padre local, diversos vereadores, autoridades, representantes do governo do Estado. Tudo se passou como se aquilo fosse a criação de mais uma entidade beneficente, era do interesse do PSD organizar aquela associação, pois esta se tornaria uma extensão da luta política do partido. Foi registrada e começou com um pequeno número, sob a liderança de um sapateiro, João Alfredo, conhe-

10

11

cido como "Nego Fubá", que começou, então a arregimentar os trabalhadores. Depois apareceram João Pedro Teixeira e outros líderes que foram-se organizando e a Associação passou a tomar um outro caráter, deixando de ser uma entidade reboque do PSD.

J. Chasin — Precisamente, o que pretendia o PSD ao "colaborar" para

a criação dessas organizações?

Francisco de Assis — Era organizar o seu eleitorado. J. Chasin — Nada mais que um curral eleitoral...

Francisco de Assis — A partir de Sapé o movimento assumiu caráter reivindicatório, sobretudo nas áreas fora do cultivo de cana, onde o sistema de trabalho era bastante diferente. Para que o camponês morasse na fazenda, num barraco de taipa e sapé e ter o direito de plantar, em torno de sua casa, a lavoura de subsistência, ficava com a obrigação de dar trabalho de graça de um, dois, três até quatro dias por semana ao proprietário da terra. Chama-se cambão, mas em algumas regiões também é conhecido por obrigação. Quando se perguntava ao trabalhador: "O que você é?" Ele dizia: "Eu sou obrigado do Seu Fulano de Tal." Em outras regiões chamava-se sujeição, então o trabalhador dizia: "Eu sou sujeito do Seu Fulano...". A principal reivindicação das Ligas Camponesas, aqui na Paraíba, já que a agroindústria do açúcar era inexpressiva (em comparação com a de Pernambuco), era a liquidação do cambão. Além disso, outro problema que havia era o foro da terra que era altíssimo. A gente fazia as contas com base no salário mínimo da época, se os dias de trabalho gratuitos fossem pagos, dava para comprar com sobra as áreas que eles utilizavam. Em Rio Tinto o cambão era de 4 dias e às vezes chegava a 5. Todas as terras do município, tudo mesmo, até as casas, a igreja etc., pertenciam à Família Lundgren. Eles usavam os trabalhadores do campo para trabalharem para eles de graça. Existia camponês que nasceu e viveu ali sem nunca ter visto dinheiro na vida.

Em torno desse problema o movimento foi-se expandindo e houve época que nós tivemos 14 associações aqui, em Sapé, com mais de 10.000

associados e em Rio Tinto com grande número também.

E. Vaisman — O número total de camponeses associados foi de quanto? Francisco de Assis — Eu tenho a impressão que ultrapassamos 40.000 associados. Em Sapé, no prazo de 3 horas, se colocava mais de 10.000 camponeses na cidade; tal era o nível de organização que os camponeses já tinham. As Ligas tinham uma organização que era quase de tipo militar, o toque de reunir era feito através de foguetões. Assim, se queríamos fazer uma reunião em Sapé, soltávamos os foguetes na sede da Liga. Logo em seguida, em várias fazendas, onde se ouvia os foguetões, os delegados das Ligas também tinham seus foguetões e soltavam também. Assim o raio da ação atingia uma área muito grande e imediatamente os camponeses paravam com o que estavam fazendo e marchavam para a sede da Liga. Confiava-se de tal maneira na Liga que os camponeses atendiam rapidamente e se concentravam na sede da Liga. Isso aconteceu da mesma maneira em Alhandra, Mamanguape e outras localidades.

Enquanto as sedes das Ligas, em Pernambuco, eram nas fazendas, aqui as sedes ficavam nas cidades. Em Pernambuco muitas sedes foram destruídas facilmente, porque ficavam dentro das propriedades e os donos das terras chegavam a qualquer hora e simplesmente derrubavam as sedes. Na cidade

10

11

era mais difícil, porque a população toda tomava conhecimento e nunca tivemos nenhuma invasão.

O movimento em Pernambuco ficou muito na dependência da figura de Julião. Isso foi muito negativo, porque, qualquer erro que uma liderança deste tipo venha a cometer, o movimento não tem condições de evitar que esta conduta prejudique todo o processo de luta. Aqui, na Paraíba, evitamos de todas as formas que o movimento ficasse identificado com a figura de A ou B. Mas isso, é óbvio, não evitou as tentativas de divisão por conta das eleições. Mas, enquanto as cúpulas se dividiam, a massa continuou unida e firme dentro do mesmo propósito. Então, uma característica básica do movimento, aqui na Paraíba, é que ele ficou fora das usinas, só no final é que ele começou a caminhar para dentro delas, porque o nível de mobilização era tão intenso que as usinas já estavam cercadas, por todos os lados, por toda uma movimentação.

E. Vaisman — E como foi a organização dos trabalhadores das usinas? Francisco de Assis — Os trabalhadores das usinas tinham grande dificuldade para se organizarem, porque as usinas tinham um serviço de espionagem que já era um prosseguimento de toda uma máquina usada nas eleições. No período eleitoral, os fazendeiros, sobretudo os usineiros daqui da várzea do Paraíba, traziam seus eleitores, colocavam num determinado local, davam comida etc. O voto era através de uma cédula que o candidato dava. Então, eles tiravam a roupa do eleitor e este era examinado, depois, acompanhado de 3 ou 4 elementos de confiança, ia até a seção eleitoral, votava, e era examinado novamente, para ver se de fato tinha votado no candidato que a usina exigia. Depois eles passavam a vigiar o trabalhador para ver se ele ia até as reuniões das Ligas. Se eles fossem às reuniões estavam sujeitos a

Somente um processo muito árduo, onde se demonstrasse a importância das Ligas, é que levaria o trabalhador, apesar de todas as barreiras, a ter confiança na Liga. Inicialmente, era lógico, que à medida que os camponeses fossem se organizando, era necessário mostrar algumas conquistas para demonstrar que a sua associação faria com que eles saíssem da situação difícil em que se encontravam. Então, a partir de determinado momento, o movimento camponês da Paraíba já tinha uma repercussão fora do Estado e, inclusive, fora do país. Em virtude disso, João Goulart aceitou a idéia de organizar uma forma de prestação de serviços ao camponês, que era a saúde. Assim foram criados, de uma vez só, 7 postos do SANDU. Para trabalhar nestes postos, foram nomeados pessoas de absoluta confiança do movimento camponês. Mas, dois senadores, Argemiro Figueiredo, líder do PTB e Rui Carneiro do PSD e Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, tudo fizeram para conseguirem essas nomeações, com o objetivo de satisfazer seus cabos eleitorais, mas, apesar de todas essas pressões, os camponeses fecharam questão e o Presidente da República foi obrigado a aceitar a imposição dos camponeses. Depois vieram os postos de venda de alimentos, uma agência do Banco do Brasil para financiar o pessoal sem terra em Sapé. Tudo isso fazia com que os camponeses sentissem que a sua luta estava tendo resultados e o grande objetivo final era acabar com o cambão, levar a legislação trabalhista para o campo e finalmente todas aquelas medidas capazes de encaminhar uma solução para a questão agrária.

sofrerem o cabocó.

J. Chasin — Você mencionou SANDU, Banco do Brasil... Signifi a que o movimento necessitava de um acerto com o Estado? Ele extraía disto parcela de sua força, na medida em que conseguia fazer que o Estado atendesse determinadas reivindicações?

Francisco de Assis — É, realmente eram pressões que o movimento fazia. E se chegasse a reforma agrária, teria sido uma medida conquistada

ao Estado.

No período final, se estava conseguindo acabar com o *cambão* em algumas áreas. Inicialmente, grupos de camponeses passavam de fazenda em fazenda, pressionando para que o *cambão* acabasse, estabelecendo um acordo com o fazendeiro. Depois, as próprias Ligas se encarregavam do encaminhamento destas negociações.

E. Vaisman — Os latifundiários tiveram alguma reação frente a este

tipo de luta?

Francisco de Assis — Com o avanço do movimento, aqui na Paraíba, foi organizada a Associação dos Proprietários Rurais, composta pelos elementos mais violentos, que tentavam a qualquer custo impedir o avanço do movimento. Em Sapé, onde havia um foco bem forte de camponeses organizados, houve o assassinato de Alfredo Nascimento, que era um líder na Fazenda Biriri, cujo proprietário era Pedro Ramos. Depois, o assassinato de João Pedro Teixeira por gente da polícia do Estado, que servia de capanga para Agnaldo Veloso Borges. Assim, no final, o movimento teve que enfrentar essa organização de proprietários, que tinham armas, capangas etc. Já em Pernambuco, os camponeses enfrentaram os usineiros isoladamente.

No episódio da morte do tesoureiro da "Liga dos Latifundiários", Rubens Régis, estavam presentes, Agnaldo Veloso Borges, Joacil Pereira, César Cartaxo, Fernando Meireles, todos proprietários que, pessoalmente foram destruir casas de camponeses numa fazenda do agrônomo Dorval Gomes, que não tinha pedido a eles para fazer aquilo. Nessa ocasião ocorreu a morte de Rubens Régis e houve um aguçamento muito grande dos conflitos. Tanto que as lideranças camponesas, com receio de serem assassinadas, publicavam notas nos jornais, boletins, referindo que se acontecesse algo com os líderes camponeses, então fulano e fulano seriam eliminados. Era uma forma de defesa.

J. Chasin — A partir de que ano os choques chegam a esse ponto?

Francisco de Assis — A partir de 61-62. No final o próprio governador do Estado, Pedro Gondim, criou um quartel de polícia em Sapé, sob o comando de Luiz de Barros, para tentar impedir o avanço do movimento camponês.

J. Chasin — E quanto à questão, muito controvertida, da passagem das

Ligas a Sindicato?

Francisco de Assis — Na campanha eleitoral de 1962, havia uma divisão no movimento camponês; de um lado havia o grupo liderado por Julião, querendo levar o movimento para a guerrilha; parte deste grupo era composto por pessoas que haviam sido expulsas do partido comunista. Aqui na Paraíba, o Freire e o Antonio José Dantas, este último encarregado de organizar a Liga de Santa Rita, essa Liga a gente nunca conseguiu organizar. E não conseguia porque simplesmente os diretores desapareciam. Esse movimento estava isolado e totalmente rompido com as forças populares da época. Esse

grupo tentou tomar conta do movimento aqui na Paraíba e, de fato, conseguiram conquistar algumas lideranças, muitas na base do dinheiro. Essas lideranças eram: Joaquim Ferreira Filho, Ofélia Amorim, Elias de Alhandra, Manuel de Deus de Mamanguape e a Elizabeth, esposa de João Pedro, que era presidente da Liga de Sapé. Entraram para o processo eleitoral e lançaram candidaturas, sobretudo de Elizabeth, para dividir o movimento camponês. Em Sapé, que era o grande foco da luta camponesa, tive 1001 votos e Elizabeth 41. Aqui em João Pessoa fui muito bem votado e ela chegou aos 700 votos. No total, se não me engano, ela chegou a 1200 votos, que é uma votação bem expressiva, mas não foram votos do movimento camponês. Nesta altura, já existiam também pessoas que não tinham nada a ver com o movimento, mas que queriam aproveitar-se dele por motivos políticos pessoais. Estávamos preocupados com tudo isso, e, depois das eleições, quando vimos a nossa corrente ficar fortalecida, verificamos que tínhamos um caminho urgente, de transformar as Ligas em Sindicatos, porque, aí, só os camponeses poderiam participar das diretorias. Esta é a razão fundamental da passagem das Ligas para Sindicatos.

Discutimos também a questão do atrelamento do Sindicato ao Estado. E achamos que era melhor correr este risco, do que permitir que as Ligas se tornassem campo de carreirismo político e de outras tantas coisas, que iriam desiludir os camponeses em lugar de fazer crescer o movimento. E nós tínhamos lutado para que a luta político-partidária não dividisse o movimento. Veja o exemplo de Elizabeth, que sem dúvida era uma batalhadora. No momento em que os camponeses perceberam que a candidatura dela iria

dividir o movimento, não votaram nela.

Estava claro que a proposta de guerrilha não atraía o camponês. Iam para ela indivíduos que não tinham nenhuma raiz componesa.

Julião, que era um indivíduo voltado, em todas as suas horas, para a luta camponesa, foi vítima desse grupo que, querendo mostrar que era o mais avançado da época, levou Julião a tomar uma posição que o prejudicou e assim também ao movimento camponês. Ele passou a desempenhar uma série de tarefas que o afastaram do contato com os camponeses e, afinal, o que se viu foi que ele quase perdeu a eleição para deputado federal; além disso, perdeu a liderança no movimento para o Gregório Bezerra. Assim, o que se assistiu naqueles tempos foi uma desagregação total das antigas lideranças, que causaram vários prejuízos à unidade da massa camponesa. Mas conseguimos retomar e fazer com que o movimento crescesse extraordinariamente. As duas maiores concentrações camponesas do Nordeste foram feitas aqui. No primeiro de maio, onde mais de 20 mil camponeses se deslocaram para a cidade, e também na visita de João Goulart, quando ele iria fazer um discurso sobre a reforma agrária e sobre aquela desapropriação das margens das estradas.

Eu até hoje acho que Julião foi envolvido. É é natural, tendo em vista o endeusamento da figura dele, identificando, inclusive, a sua figura com todo o movimento. É, se a pessoa não tiver uma formação muito segura, acaba sendo envolvida.

E. Vaisman — Qual era o tipo de reforma agrária que se pretendia? Francisco de Assis — Aí que era o problema. Ninguém havia parado para refletir que tipo de reforma agrária deveria ser feita. Os camponeses

10

11

12

queriam que ela tivesse como resultado as condições necessárias para que eles pudessem cultivar a terra, tirar dela o seu sustento.

Os latifúndios improdutivos, as terras mais férteis (as da várzea do rio Paraíba) tinham que ser transformadas em áreas de cultivo de alimentos. A idéia não tinha um contorno mais claro, não estava, no entanto, errada. Hoje estou convencido que, se a gente tirasse essa cana-de-açúcar da zona da mata, onde há terras melhores e não há problemas de seca, e enchesse tudo aquilo com alimentos, dava para abastecer o Nordeste, o Brasil inteiro e ainda dava para exportar. Ao passo, o que temos? Usinas atrasadas, vivendo na base de subsídios do IAA e, mesmo assim, só atingindo metade da produtividade do Estado de São Paulo, por exemplo.

Assim, a conquista da reforma agrária, por ser algo que se punha como distante, a longo prazo; a gente não tinha refletido como ela deveria configurar-se inteiramente. Mas, em compensação, havia reivindicações imediatas que estavam conduzindo este processo, que era o caso do "cambão", a "conga" (onde o camponês, que quisesse plantar mandioca, dava uma parte da farinha para o fazendeiro) e o "pulo da vara" (onde era estabelecido o tamanho da área que o camponês deveria carpir por empreitada; na ausência de um instrumento adequado de medição, o latifundiário utilizava um pedaço de madeira, que era disposto no terreno de tal forma que, na verdade, o pedaço de terra que o camponês carpia era bem maior do que o referente para pagamento), em torno das quais os camponeses se mobilizavam, visando o término dessas várias formas de trabalho gratuito.

II — As Ligas e o Golpe

J. Chasin — Mais atrás você mencionou a instalação de um quartel de polícia em Sapé para reprimir o movimento. No meio de tanta luta e hosti-

lidade, as Ligas chegaram a sentir que 64 estava no ar?

Francisco de Assis — Às vésperas do golpe ocorreu um fato interessante. Numa noite, um grupo de camponeses veio a minha casa dizendo que estava disposto a invadir e tomar o quartel de polícia em Sapé. Aí eu disse que aquilo que eles estavam querendo era uma coisa difícil, porque, mesmo que conseguissem tomar o quartel, a polícia daqui de João Pessoa iria para lá e, se não bastasse, seria mobilizada a polícia de Pernambuco e até o próprio exército, enfim, iria ser uma chacina. Eles me disseram que não importavam as consequências e que a decisão final era invadir o quartel. A gravidade era tanta que fui até o Rio de Janeiro mobilizar as principais entidades da época para que viessem para cá. Assim, no dia 31 de março, haveria um primeiro comício preparatório para a vinda de uma delegação composta pelo Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, Deputado Sérgio Magalhães, o representante do PUA, Osvaldo Pacheco, o presidente da UNE, e o Rafael Martinelli, Presidente da Federação dos Ferroviários. Eram sete representantes de diversos setores da opinião nacional, que viriam a Paraíba, fazer concentrações em João Pessoa, Sapé, Santa Rita, Campina Grande etc. para denunciarem o governo do Estado, para forçarem o governador Pedro Gondim a retirar o quartel de polícia de Sapé. Esse primeiro comício iria ser realizado em Cruz das Armas; quando chegamos lá não havia ninguém e fomos informados que o pessoal que já tinha chegado

havia sido preso. Depois disso fui à casa do Deputado Zé Maranhão e figuei conversando até cerca de 23 horas, ele me deixou em casa e por acaso liguei o rádio; fiquei sabendo que estava havendo uma movimentação que partia de Minas Gerais com o fim de derrubar o governo. Quando vi que este movimento havia recebido o apoio de Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e também do General Amaury Kruel, cheguei à conclusão que, mesmo que houvesse resistência, a luta demoraria no mínimo 2 meses. Saí avisando os companheiros para não dormirem em casa, orientando para que procurassem um local para se esconderem; e que uma alternativa seria irem para Recife, entrar em contato com Arraes, para saberem como organizar uma resistência àquela manobra. Fui, então, em companhia do ex-delegado do Tribunal de Contas, Laurindo Albuquerque, numa kombi, para Recife, diretamente para o Palácio do Governo. Chegando lá encontramos Arraes, D. Madalena e mais cinco pessoas. Aquela altura, Arraes nos revelou que tinha mantido contato com João Goulart, pedindo a substituição do General Justino do comando do IV Exército, pelo comandante da VII Região Militar, General Altair Franco Ferreira. Jango teria respondido para que Arraes não se preocupasse, porque o General Justino havia acabado de telefonar, prestando solidariedade ao governo. O Arraes telefonou para o Ministro Abelardo Jurema, pedindo que ele convencesse Jango a não confiar em Justino e que fizesse a mudança no comando. Mas, a essa altura, as ligações telefônicas do Palácio com o resto do país foram cortadas; a telefônica informava que era um defeito momentâneo e que logo as ligações seriam restabelecidas. Nesse momento, disse a Arraes que ele não deveria ficar no Palácio, que deveria sair, procurar a casa de um amigo e, quando fosse de manhã, fizesse uma proclamação ao povo de Pernambuco, convocando a população para comparecer ao Palácio do Governo. Uma outra pessoa, cujo nome não me recordo, dizia que Arraes não deveria deixar o Palácio e, mesmo que fosse preso, não deveria deixar o posto do governo. Aí eu disse que, se isso acontecesse, dificilmente iria ocorrer alguma resistência ao golpe aqui no Nordeste. Mas a idéia que dominou foi a de que Arraes deveria permanecer no Palácio. Então, Arraes pediu que alguns companheiros e eu fôssemos com a kombi, que tinha a placa de João Pessoa, darmos uma volta em frente aos quartéis para verificarmos se havia alguma movimentação. Nós passamos e constatamos que não havia nada que chamasse atenção, não havia nenhuma movimentação. Quatro horas depois fizemos de novo esse mesmo trajeto e não notamos nada. Já ao amanhecer fomos fazer uma nova inspeção; logo ao sair do Palácio, ao chegarmos ao Parque 13 de maio, notamos que estava totalmente tomado por tropas armadas de metralhadoras. Voltamos imediatamente e comunicamos ao governador o que estava acontecendo. Então ele ligou para o General Justino, este informou que aquilo não era nada e que o IV Exército estava solidário com o Presidente da República. Ao mesmo tempo, aproveitava para pedir a Arraes que recomendasse ao comandante da polícia do estado que suspendesse a construção de trincheiras no quartel da polícia de Pernambuco, para que não houvesse nenhum problema no IV Exército. Logo em seguida, entrava um emissário do mesmo General Justino, pedindo a suspensão da greve que havia sido deflagrada em Pernambuco para que, dessa forma, o General tivesse condições de sufocar a iniciativa de alguns coronéis, que estavam tentando organizar algum movimento

10

11

em favor do golpe; se a situação estivesse calma, seria mais fácil estabelecer esta unidade entre o governo do Estado e o IV Exército, em defesa do governo João Goulart. E, realmente, Arraes e todos os presentes concordaram com esta idéia e convocaram todos os líderes sindicais de Pernambuco (obviamente, todos que era possível localizar) para que comparecessem a uma reunião no Palácio e debatesse esta questão. Vieram todos e se reuniram. No momento em que estavam debatendo, às 8h05m o "Repórter Esso", em edição extraordinária, informou que o IV Exército, através de um manifesto, tinha-se declarado ao lado das forças contrárias ao Presidente João Goulart. Naquele instante estava tudo encerrado. Nesta altura, as tropas do Parque 13 de maio, sem que tivéssemos notado, tinham avançado e já estavam cercando todo o Palácio. Todos se retiraram. Eu mesmo atravessei bem no meio das tropas. Gregório Bezerra, num jipe velho, também atravessou no meio das tropas e ninguém foi preso. Só Arraes e sua família ficaram no Palácio. Uma comissão formada por três coronéis, Costa Cavalcanti, Ivan Rui e Dutra de Castilhos, vinha como emissária do IV Exército negociar com Arraes aquilo que a imprensa noticiou e que eles confirmaram. Em primeiro lugar, queriam que Arraes ligasse ao Jango pedindo que ele renunciasse. Arraes se recusou. Vieram com uma segunda proposta: Arraes permaneceria no governo, só que o secretário da segurança e o comandante da polícia seriam indicações do exército. Arraes recusou, dizendo que como governador era ele quem nomeava seus secretários. Então veio uma terceira proposta: se Arraes renunciasse não aconteceria nada com ele. Mais uma vez Arraes se recusou e então foi preso. A essa altura cada um de nós procurou esconder-se como pôde, pois não havia mais condição de resistência.

J. Chasin — Uma vez vitorioso o golpe, o que foi feito das Ligas Camponesas aqui na Paraíba?

Francisco de Assis — Todas as lideranças camponesas foram presas pela polícia, pelo exército. No meu caso, fui preso e depois tive que sair da Paraíba, pois não havia mais condições de viver aqui e fui para o sul do país. Depois não tive mais notícias, a não ser esporádicas, do que tinha acontecido com os diversos líderes camponeses.

Estive preso em vários quartéis, inclusive em Pernambuco e Fernando de Noronha, respondi inquérito no CENIMAR e terminei, na época de João Alfredo (Nego Fubá) e Pedro Fazendeiro, no Quartel do 15 aqui em João Pessoa. Estava numa cela e João Alfredo em outra. Numa noite, antes do meu interrogatório, veio um tenente chamado Falcão (ele tinha uma mancha no rosto) e jogou água em cima de mim. Ele repetia essa "operação" de duas em duas horas durante a noite toda para que eu não dormisse. Naquele mês de setembro estava fazendo frio e João Alfredo jogou uma coberta para que eu pudesse me proteger do frio. Foi uma noite de preparação para o meu interrogatório, que fazia parte do inquérito que era comandado pelo Major Cordeiro.

Nesse período de cela, depois de um dos interrogatórios, João Alfredo voltou dizendo: "eu não vou mais sair daqui, porque o Major Cordeiro quer que eu confesse que estava presente numa reunião do Partido Comunista, e eu neguei o tempo todo". Aí aconteceu algo inesperado: nessa mesma noite João Alfredo foi solto e, é lógico, ficamos todos contentes. Ainda estavam presos: João Manuel de Carvalho, Pedro Fazendeiro, Antonio Fer-

nades, que era prefeito de Rio Tinto, e eu. Dias depois Manuel era solto. No dia 7 de setembro, à noite, Pedro Fazendeiro foi solto, Antonio Fernades deu-lhe um dinheiro dizendo que pegasse um táxi em frente aos guardas do quartel. Pedro Fazendeiro pegou um monte de jornais velhos para vender (ele estava sem dinheiro, 6 meses preso) e um joguinho feito de madeira que era o nosso passatempo... Mas, não teve conversa, ele falou que era da filha dele, pegou o brinquedo, meteu no bolso e levou embora. Ficamos contentes, pois pensávamos que logo chegaria a nossa vez! No domingo, que era dia de visita, a mulher de Pedro Fazendeiro vinha chegando e eu disse: "Dona Maria, como vai e Pedro como está?" Aí ela disse: "Vim visitá-lo." Então todos viraram espantados, "Mas Pedro foi solto esta semana." A reação dela foi: "Será que aquele homem está louco, ele passa 6 meses preso e não volta para casa?" "Será que aquele maluco foi para Sapé?". Aí então ficamos perturbados. Com toda aquela recomendação não tinha nenhum sentido Pedro ter ido para Sapé. Recomendei, então, à Dona Maria que fosse falar com o Comandante do IPM aqui na Paraíba, para saber onde Pedro Fazendeiro estava. Eu imaginava que ele tinha sido solto do quartel, mas estava preso na polícia ou tinha sido transferido para outro setor. Aí Dona Maria disse: "Mas antes eu preciso falar com o João Alfredo, pra dar um recado da filha dele." Aí então foi que percebi o que havia acontecido, e combinei com a minha mulher que só saía da prisão acompanhado por familiares. Em seguida, recomendei a todos que fizessem o mesmo. Em Recife também era assim, soltavam o sujeito do quartel, o pegavam na esquina e depois desapareciam com ele, enquanto no quartel ficava um documento que atestava a soltura dele.

J. Chasin — E vestígios de João Alfredo e Pedro Fazendeiro nunca mais apareceram?

Francisco de Assis — Só quem podia dizer sobre a saída deles do quartel é o Major Cordeiro, que era responsável pelo inquérito, foi o homem que deu soltura a ambos, fora do expediente, à noite.

Há uma versão que foram encontrados cadáveres que podiam ser deles na estrada Campinas Grande-Caruaru, mas não há certeza. Nesta altura, já não importa encontrar os cadáveres, mas os responsáveis. O Major Cordeiro — José Benedito Montenegro Magalhães Cordeiro — era um homem muito ligado aos latifundiários e inimigo feroz das forças populares. Uma vez numa reunião estudantil, ele e o Joacil Pereira arrombaram a porta da Faculdade de Direito com um ariete.

E. Vaisman — Por que as Ligas Camponesas não esboçaram qualquer resistência ao golpe de 64?

Francisco de Assis — Naquela época os camponeses estavam conscientizados que seus inimigos eram os latifundiários, seus capangas e a polícia. Já contra o exército não havia entre os camponeses uma posição definida, mesmo porque havia o exemplo do General Mota, comandante do Grupamento de Engenharia aqui em João Pessoa, que não era inimigo do movimento camponês. Ele não deixava, por exemplo, que o Renato Ribeiro Coutinho aparecesse ao lado dele nos palanques. E este latifundiário era um homem muito ligado às Forças Armadas; de tal maneira que portava armas privativas do exército. Além disso, no dia de seu aniversário, a banda marcial do 15.º Regimento de Infantaria ia tocar a alvorada em frente à sua casa,

10

11

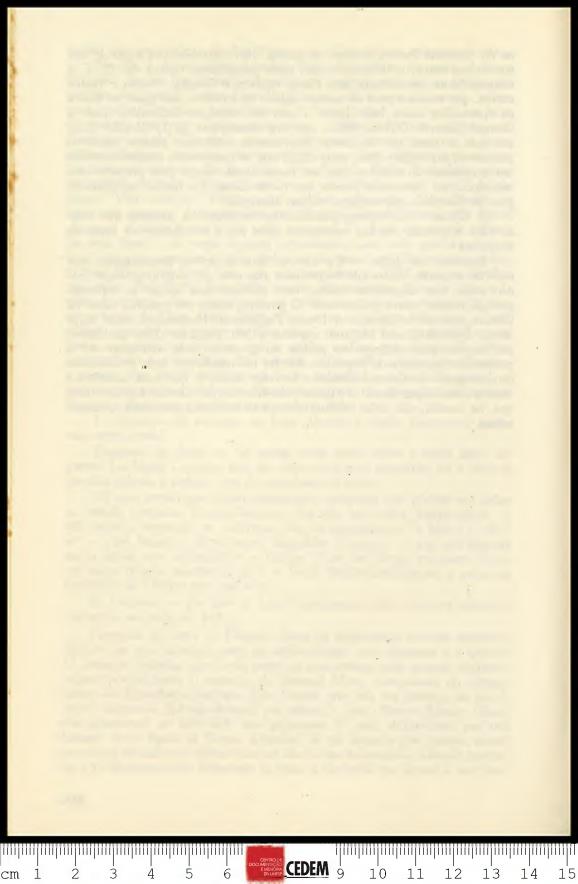
12

na Av. Epitácio Pessoa, às cinco da manhã. Havia também um stand de tiro com o seu nome, e tinha uma sala, onde despachava, dentro do 15. E o General Mota não admitia isso. Havia também o General Osvino e tantos outros, que estavam mais ou menos ligados às reformas, das quais se falava na época. Por outro lado, havia o caso dos inimigos declarados, como o Coronel Ednardo D'Ávila Mello, que era comandante da IV Região. Mas, em todo o caso, não tínhamos propriamente nenhuma palavra contra o exército e, em função disso, seria difícil que os camponeses reagissem contra um movimento do exército. Mas, se tivesse havido tempo para preparar uma resistência, eu não tenho dúvida que ela se daria, em função inclusive do grau de disciplina que as Ligas tinham alcançado.

J. Chasin — Em suma, pensando no conjunto dos aspectos que você abordou e apoiado em sua experiência, qual foi o erro básico da esquerda

no pré-64?

Francisco de Assis — Eu não sei bem se houve, propriamente, um erro da esquerda. Acho que houve mais um erro do próprio governo. Ele não tinha nem dispositivo militar nem político para apoiar as reformas que ele mesmo estava prometendo. O governo estava em minoria, tanto na Câmara, quanto no Senado. A Frente Parlamentar Nacionalista tinha cerca de 60 deputados, num conjunto superior a 300. Basta-lhe dizer que houve um comício aqui, defronte ao palácio do governo, onde insultaram até a mulher do presidente da República. Ele foi informado que tudo isto contava com o apoio do Coronel Ednardo D'Ávila Mello, e que uma alternativa seria a substituição deste. O Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, disse que, na ocasião, não tinha nenhum coronel de confiança para fazer a substituição...



RESENHAS

1930 — O Silêncio dos Vencidos

Edgard de Decca

Brasiliense

3

4

5

6

O livro 1930 — O Silêncio dos Vencidos de Edgar de Decca é hoje considerado nos meios acadêmicos como "ousado" e de "profunda sensibilidade", já que o autor pretende fazer a revisão da historiografia brasileira, no que se refere a alguns temas, períodos e métodos até hoje "tradicionalmente aceitos". O autor fundamenta-se na abordagem teórica que se propõe a encontrar o chamado "contradiscurso" que procura desfazer o discurso ideológico dominante, evidenciando-lhe as contradições internas. O contradiscurso não se propõe a um mero preenchimento de vazios que são deixados necessariamente pelo discurso ideológico. É um "outro" discurso cujo maior escopo é revelar os "vencidos" da luta de classes.

De Decca construirá seu "discurso crítico" a partir da discussão que fará do final dos anos vinte. Seu objetivo será o de buscar o significado histórico anterior à criação do discurso ideológico, "lacunar", que até hoje

sustenta o tema "Revolução de 30".

A "Revolução de 30", nos diz De Decca, "tomada como um 'fato' que divide cronologicamente a história da República, ... aparece nas análises como um corpo de representações pontilhado de espaços em branco, lacunas que o discurso acadêmico deve preencher para alcançar a verdade oculta desse acontecimento" (p. 48); trata-se, pois, segundo o autor, de demonstrar que "a produção acadêmica, colocando-se frente a esse campo de representações, procura enunciar um discurso capaz de não só dar substância aos elementos existentes na explicitação do 'fato histórico', como também preencher as lacunas e os espaços vazios nele enunciados". (p. 48-49).

De Decca critica a produção acadêmica que até hoje seguiu este procedimento, de preencher lacunas deixadas por um discurso "vencedor", o qual

10

11

14

institucionalizou, no caso, o tema Revolução de 30. Tal procedimento fez com que permanecessem em "silêncio" setores sociais "vencidos" naquele processo. Procurará então fazer emergir o significado do "insucesso político" dos setores sociais "vencidos" no processo de 30, e por isso afastados da criação ideológica posterior a este momento. Criar-se-á uma "memória histórica" pelos "vencedores", e é esta "memória histórica" que o autor quer desfazer, demonstrando que até hoje a história tradicionalmente aceita é uma história escrita sob a ótica desta "memória", portanto, analisada segundo os limites e cristalizações impostos pelo "vencedor".

Sua posição é que toda a produção acadêmica pós-30 nada fez senão confirmar acriticamente a "memória histórica" imposta pelos "vencedores", limitando-se a preencher-lhe os espaços em branco, sem tentar superá-la. No entanto, o texto carece de indicações mais precisas, de trechos específicos das obras dos historiadores pertencentes a esta fase, onde tal procedimento analítico se deu. Não é suficiente, ao nosso ver, remeter o leitor de O Silêncio dos Vencidos às obras de Boris Fausto e Luis Werneck Vianna referentes à ocorrência ou não de revolução burguesa no Brasil (p. 50). Era mister haver ressaltado as leituras específicas, por um lado, para substanciar suas interpretações e, por outro, para que não se entenda que o autor de O Silêncio dos Vencidos não avalia as distinções entre os historiadores brasileiros que se preocuparam com este tema. Ainda mais porque De Decca pretende na livro "discutir a produção acadêmica sobre a Revolução de 30" (p. 44).

Continuando sua intenção de desmontar a "memória histórica", 1930 é visto pelo autor como um marco a ser criticado. É um marco, a seu ver, para quem o fez. Analisá-lo não implica a compreensão do verdadeiro significado "da produção das relações históricas" (p. 79). De Decca pretende "periodizar a história para além do marco da revolução de trinta", admitindo a "existência de várias propostas de revolução em torno de trinta" e acompanhando "a direção dos acontecimentos a partir do embate dessas propostas entre si e com outras propostas políticas que se definiriam muito distantes da categoria de revolução". Direção tal que "relativizava a eficácia de algumas propostas e intensificava a de outras". (p. 79).

É sob essa perspectiva que De Decca verá no ano de 1928 o verdadeiro momento revolucionário. 1928 é tomado a partir de São Paulo, uma vez que "em São Paulo foi jogada intensamente a questão democrática no âmbito do capital e do trabalho, isto é, entre o proletariado e a burguesia industrial". (p. 80). Também porque em 1928 foi o ano catalisador das várias propostas revolucionárias, inclusive a da revolução democrático-burguesa, propugnada pelo Bloco Operário Camponês. É na efervescência de 28 que o BOC, o Partido Democrático, os Tenentes liderados por Prestes e outros setores sociais, discutirão os "temas" da revolução, da democracia e da industrialização, do ponto de vista do autor.

O BOC tem para o autor importância capital na medida em que, ao ser o representante do movimento operário, é capaz de indicar-lhe uma política autônoma, através da proposta de revolução democrático-burguesa. Pela autonomia proposta pelo BOC à classe operária, tornava-se necessário para os outros setores sociais, tanto os da oposição quanto os da situação (o governo do Partido Republicano), aglutinar o BOC para neutralizá-lo,

através, segundo a interpretação de De Decca, da discussão dos mesmos "temas" que também eram levantados pelo BOC: revolução, democracia e industrialização.

Edgar De Decca ao analisar o ano de 1928, para desfazer a "memória histórica" dominante, não se interroga sobre o que significou 1930, porque esta é uma questão que na sua lógica não se põe; 1930 é uma "construção simbólica" cuja maior significação foi o ocultamento da luta de classes (p. 69). Ou, como nos diz em outra passagem, a revolução de trinta "é uma produção da memória histórica de um processo político e idéia central do sistema de poder organizado pelos vencedores na luta" (p. 109).

O autor, a nos dizer que 1930 é uma "construção simbólica" e que neste campo simbólico reside "o momento mesmo da ideologia", limita seu trabalho ao nível do discurso das classes sociais, impedindo que se possam apreender as reais transformações que se verificaram a partir de 30. Está pautado por uma concepção através da qual luta de classes é muito mais um entrechoque ideológico das representações, que cada classe faz de si, ou como nos diz: "as classes aparecem no social através de suas dimensões simbólicas" (p. 74), do que o antagonismo gerado pela exploração do trabalho que uma classe exerce sobre a outra.

Com relação ainda à manutenção da "memória histórica", por parte das obras acadêmicas que tentaram explicar 1930, De Decca nos remeterá a uma discussão sobre como a maioria destas obras se pauta "por fora da práxis proletária", isto é, "desloca-se para o nível de axiomas e seus compromissos são exclusivamente teóricos, ou se se quiser, 'científicos'". (p. 68).

No sentido de nos dar uma alternativa de análise da revolução democrático-burguesa, De Decca nos diz que é possível "uma leitura da revolução burguesa capaz de trazer à tona o eco das experiências da luta da classe operária". (p. 80). Com relação à forma, a seu ver axiomática de interpretar a revolução democrático-burguesa, De Decca nos mostra a concepção leninista como a responsável pelas várias interpretações acadêmicas que excluíram a práxis proletária das interpretações sobre aquela. Neste sentido, "Lênin como um vencedor na história, acabou servindo de matriz para a estratégia dos PC de vários países — inclusive o Brasil — a partir da década de 20, e também acabou por constituir em matriz teórica da produção acadêmica sobre a revolução burguesa". (p. 65).

Paralelamente, De Decca vê nos trabalhos de Lênin uma "ambigüidade" (p. 66), porque "Se na maior parte das discussões a revolução burguesa aparece como uma dada direção política — e, neste caso, é uma tarefa do proletariado — em algumas passagens das obras citadas tal problemática permite desdobramentos que deixam de apontar essa direção política como seu critério definidor." (p. 66). É sobre tais passagens que ele conclui que nelas a revolução burguesa "aparece, menos como direção política do proletariado dentro de um ciclo determinado do capitalismo e mais como axiomas teóricos aplicáveis às múltiplas realidades históricas". (p. 67).

De Decca vê ainda que "a ênfase do discurso leninista marcava a missão histórica progressiva do capitalismo . . . rebaixando ao mesmo tempo o problema da direção política do partido do proletariado" e, mais adiante, ". . . a problemática da revolução burguesa tende a suspender por tempo indeterminado as contradições entre capital e trabalho, privilegiando ao mesmo

tempo a destruição das estruturas feudais e o desenvolvimento das forças

produtivas". (p. 65, nota 26).

No que se refere à leitura que De Decca faz de Lênin, consideramos que há equívocos que os limites deste trabalho apenas nos permitem indicar. Em primeiro lugar, reportamo-nos às suas colocações concernentes à concepção leninista enquanto matriz teórica da estratégia do P.C.B. na década de 20. Há uma falha nesta consideração, uma vez que o autor não discute a questão de orientação dada à III Internacional que "após a fase de fertilidade e hegemonia de Lênin, ... viu-se tolhida em suas virtuosidades e foi, pouco a pouco, transformando-se, até a consolidação do predomínio staliniano, que foi em grande parte responsável naquele período pela penetração no P.C.B. das teses que, dado seu grau de generalização e sua referência aos países asiáticos, pouco tinham a ver com a particularidade brasileira".²

É impossível considerarmos a orientação do P.C.B. como sendo fundamentada na essência do pensamento de Lênin, uma vez que os militantes brasileiros, em função mesmo de sua gênese específica, não consideraram a particularidade histórica do Brasil, e do seu movimento operário, assumindo mecanicamente as teses da Internacional, esta já igualmente desviada daquela orientação inicial, ao desprezar precisamente a questão da particularidade nas análises de situações concretas, categoria dialética nunca abandonada por

Lênin em suas formulações.

Com respeito à questão da "ambigüidade" que De Decca encontra em Lênin consideramos que o autor de O Silêncio dos Vencidos limitou sua discussão sobre a teoria de Lênin em duas obras, nas quais o revolucionário russo dava maior ênfase à compreensão da especificidade da estrutura econômica na Rússia de começos deste século. Em contrapartida, para compreendermos a totalidade do pensamento de Lênin, é necessário se ter em conta que seu maior mérito está em ter resgatado do marxismo a categoria dialética da particularidade, que o remete à análise concreta de situações concretas, dimensão metodológica que impede generalizações abstratas, "axiomáticas" ou "ambiguas", bem como qualquer seccionamento entre o pensamento político e o econômico de Lênin como quer De Decca.

Da mesma forma, a questão da missão histórica progressiva do capitalismo, em contrapartida ao problema da direção política do proletariado, bem como a da suspensão das contradições entre o capital e o trabalho, privilegiando a destruição das estruturas feudais e o desenvolvimento das forças produtivas, demonstram mais uma vez a não apreensão por De Decca da categoria da particularidade em Lênin. Consideremos os dois momentos históricos que suscitaram de Lênin teorizações sobre a revolução democrática: em 1905, o aprofundamento da dominação burguesa e o desenvolvimento das forças produtivas levariam o proletariado a um recrudescimento da luta de classes. Esta ampliação o levaria a avançar na revolução democrática até o fim, pois que, no dizer de Lênin, "a burguesia inevitavelmente se afastará de sua realização consequente". 3 Em 1917, a situação era bem outra. A revolução democrático-burguesa chegara ao seu limite. O desejo de transformação das massas, captado por Lênin, levou-o a retirar qualquer apoio ao Governo Provisório, propugnando todo o poder aos Sovietes de Deputados e Operários, como "única forma possível de governo revolucionário".4 Mais uma vez, em dois momentos históricos diferentes, Lênin ateve-se à análi-

10

11

12

14

3

4

5

se concreta de situações concretas, imprimindo ao movimento revolucionário russo duas táticas compatíveis com os momentos respectivos.

Da discussão que De Decca faz sobre Lênin com seu propósito de revisão "radical" da historiografia brasileira ele também recusa a debilidade histórica da burguesia nacional, pois que, se a produção acadêmica — indistintamente tomada — até hoje esteve submetida à matriz teórica de Lênin no que diz respeito à revolução burguesa, está implícita nesta matriz a "idéia de que a burguesia industrial é 'débil' nos países atrasados". (p. 65, nota 26).

De Decca no transcorrer do Capítulo IV mostrará que a burguesia industrial brasileira possuía um projeto político para o Brasil antes de 1930, conforme nos diz nestas passagens "...entendo a criação do CIESP e a formulação do tema da industrialização, isto é, como projeto político da grande indústria capaz de organizar a vida estatal sob novos impulsos e sem grandes traumatismos para a classe dominante. A fundação dessa entidade não apenas indica uma ampliação das agências 'privadas' do Estado, mas aponta também na direção de um projeto político gestado no interior da burguesia industrial, capaz de organizar de ponta a ponta uma vida estatal que em 1928 estava submetida por todos os lados pelo espectro da revolução social". (p. 149). Desdobrando este tema, De Decca concluirá adiante: "Falar em industrialização sob a ótica da burguesia industrial significa ultrapassar o CIESP e alcançar uma posição de partido — o P.R.P., que conjugava vários segmentos da classe dominante — cuja eficácia conduzisse à realização de um projeto político capaz de eliminar ao mesmo tempo a viabilização de outros, em 1928." (p. 158-159).

Conforme estas citações, De Decca vê a burguesia industrial brasileira em condições de imprimir um projeto político ao país de maneira autônoma. Esta posição é derivada da compreensão que o autor faz da luta de classes, porque se sua análise coloca-se ao nível das representações, a burguesia se aparece forte e autônoma. A pauta desta concepção gira no âmbito do aspecto subjetivo dos agentes sociais — por exemplo, a opção por um partido político — e não pelas condições objetivas que geram e determinam dialetica-

mente o elemento subjetivo da ação dos setores sociais.

O que escapa a De Decca não é que a debilidade de uma burguesia se revela na existência ou não de um projeto, mas na natureza concreta deste projeto. Natureza que se põe no caso mesmo da aliança com os setores da classe dominante — o P.R.P. — esta é a única forma que a burguesia industrial brasileira tem para se consolidar. É precisamente esta aliança com os setores de base agrária que impõe a natureza-limite do seu projeto. Tem que se compor com o "velho" para poder gerar o "novo". É na necessidade de aliança com estes setores que a debilidade se revela. Por outro lado, De Decca privilegia a "dimensão simbólica" negando a dimensão concreta de ser da burguesia que é originária historicamente de uma estrutura de exploração colonial, cujo desenvolvimento capitalista esteve sempre controlado e voltado para fora, não pôde concretizar autonomamente a revolução democrática. Para sobreviver como classe social transformadora ela deve manter-se como apêndice do capital internacional e, internamente, impedir rupturas drásticas com a ordem anterior. A burguesia industrial engendrada na particularidade da via colonial "não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se. assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de

subordinação estrutural ao imperialismo".5

A não autonomia da burguesia e o seu não rompimento violento com os setores hegemônicos agrário-exportadores não se desdobram em frouxidão quanto à exploração do trabalho, dá-se mesmo o contrário. Está-se diante de uma violência impar quanto às formas de exploração e repressão aos setores populares e, principalmente, ao movimento operário. Isto significa que a burguesia emergente da via colonial não pode realizar suas tarefas econômicas nem suas tarefas políticas.

As questões encaminhadas da obra de De Decca, aqui apenas de forma preliminar, exigem desdobramentos posteriores, pois há no bojo desta obra uma concepção de história que consideramos próxima do presentismo subjetivista, conforme nos é apresentado por Adam Schaff. Este autor nos diz: "o que caracteriza o presentismo, e isto em todas as suas variantes, é que ... para ele a história equivale ao pensamento sobre a história. Portanto, o processo histórico desaparece na realidade e só o pensamento permanece. Não o pensamento sobre este processo, mas o pensamento criando a história".7

Ao eliminar o processo histórico objetivo, e o conhecimento objetivo desse processo, esta concepção fica por gravitar em uma órbita fenomênica relativista, que retira do conhecimento seu caráter de classe transformador

da realidade.

Terezinha Ferrari

NOTAS

(1) As passagens de Lênin as quais De Decca se refere encontram-se nas seguintes obras: El Desarrollo del Capitalismo en Russia e El Programa Agrário de la Social Democracia en la Primera Revolucion Rusa, 1905/1907.

(2) Ricardo Antunes, Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil — Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora (São Paulo, Autores Associados/Cortez

Editora, 1982), p. 161.

(3) Lênin, Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática (Livra-

mento), p. 98.

(4) "Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução", Obras Escolhidas (São Paulo, Alfa Ômega), v. 2, p. 14.

(5) Escrita Ensaio n.º 8, p. 76. (6) Adam Schaff, História e Verdade (São Paulo, Martins Fontes, 1978), Capítulo I, Segunda Parte.

(7) Idem, ibidem, p. 134.

Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil — Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora

Ricardo Antunes

Autores Associados/Cortez Editora

Quem optar pela perspectiva de que o conhecimento histórico e social é possível somente a partir da "análise concreta de situações concretas", terá

pela frente, principalmente na historiografia brasileira, árdua tarefa de demolir teses e mitos que se fossilizaram na consciência da maior parte de nossos historiadores. E, como não poderia deixar de ser, com conseqüências tão danosas e nefastas à prática social das massas, trabalhadoras do Brasil. Caminho difícil, mas tão necessário prática e teoricamente, este de quem se recusa a tomar as manifestações fenomênicas, pelo todo, e para quem a nominação de momentos da vida social é o recurso torpe e maroto dos que, diante da complexidade do real, abandonam a ciência pela magia, objetivando escamotear a multiplicidade das determinações sociais. Não dentro de uma cartola como nos bons circos, mas por trás de um nome, um mito, como nas "boas academias" brasileiras

Não é outro o caminho, nem a perspectiva, que toma e se coloca Ricardo Antunes em seu trabalho Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil — Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora, publicado por Autores Associados/Cortez Editora. Sua preocupação fundamental é dar à questão da consciência de classe do proletariado brasileiro, relegada pela maior parte de nossos cientistas sociais a um plano inferior, "o seu justo e devido valor". Posição de segundo plano, que expressa na realidade quase que um consenso da historiografia brasileira, na medida em que a resposta mais difundida da questão é aquela que atribui ao proletariado brasileiro um estado — pela vontade de muitos, permanente —, de inconsciência de classe. Esta colocação tem como fundamento explicativo, de um lado, a "origem rural" e o "ideal de ascensão social" — que faria de nossos operários presas dóceis nas mãos do populismo - e, de outro, o impedimento do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado determinado pelo fato de terem sido absorvidos nas cidades por "oficinas artesanais" e "manufaturas" e não por indústrias

Negando que estas interpretações pudessem dar conta da questão por se limitarem a explicação da inconsciência operária às suas manifestações "empíricas", "psicológicas", "individuais", Ricardo Antunes vai buscar na práxis do proletariado brasileiro, no momento de sua formação, "um cami-

nho que possibilite tentar contribuir para esta discussão...".

Antes, porém, de partir para a análise concreta, discute a formação e o desenvolvimento da consciência humana, deparando-se diante da relação entre ser e consciência, objeto e sujeito. As respostas dadas à questão no âmbito da filosofia burguesa — que tem em Hegel seu ponto mais elevado — oscilantes entre o materialismo vulgar e o idealismo, não deram conta da problemática, uma vez que "separam mecanicamente consciência e matéria, razão e realidade, não conseguindo apreender o verdadeiro conhecimento do real...". Este dilema burguês terá sua superação definitiva com Marx que, apontando o primado da matéria sobre a consciência, o homem como "produto e agente da sociedade" e sua práxis como unidade do pensamento e da ação, desfaz neste enlaçamento "qualquer antinomia radical entre consciência e matéria..."

A intervenção humana na realidade, para o marxismo, é sempre mediada pela consciência que a reflete, tornando-a passível de transformação, respeitando suas determinações concretas. Este processo dado pela capacidade humana posta pelo trabalho — "protoforma de toda práxis social" — se constitui, para essa filosofia, no decisivo da distinção ontológica do ser social.

Ressaltando o lado ativo do sujeito na construção de sua existência, acrescenta-se como essencial para o materialismo dialético e histórico, a determinação social do pensamento, negando qualquer colocação transcendental ou naturalista da consciência humana.

A partir desta ótica, o autor parte para a compreensão da formação e desenvolvimento da consciência dentro do Capitalismo. Nesta sociedade, que fetichiza e coisifica a essencialidade humana pelo seu modo de produção, a classe operária encontra-se subordinada não só materialmente como também espiritualmente ao capital. O proletariado, portanto, não tem na sua imediaticidade uma consciência de classe, que reflita adequadamente sua existência, por estar permeada pela ideologia burguesa. No entanto, posta-se diante de dois momentos conflitantes: "de um lado a coisificação ou reificação e, de outro, a insatisfação oriunda da sua posição de classe dentro do processo de produção...".

A superação deste estado de falsa consciência, da consciência real para a consciência de classe, a consciência possível; o trânsito do "em si" ao "para si", implica para o marxismo "na fusão da práxis com a concepção socialista...". A determinação do agente, do sujeito viabilizador desta fusão, remete Antunes, sem pretender esgotá-la, ao debate desenvolvido historicamente no seio do movimento operário internacional, em relação ao papel desempenhado pela vanguarda e pelo partido, na organização e formação da

consciência de classe do proletariado.

Tanto Kautsky quanto Rosa Luxemburgo, como assinala Antunes, por itinerários diversos, mas objetivamente tributários de concepções mecanicistas, rompem "com a riqueza dialética que existe entre teoria e prática operária...". O primeiro, desvinculando o surgimento do partido das relações econômicas, da luta de classes, e privilegiando o desenvolvimento científico como determinante para a produção teórica revolucionária, independente da ação operária concreta. A segunda, que formula sua concepção num momento de aguda crise imperialista, aponta as relações econômicas e suas crises como condição essencial para o surgimento da consciência revolucionária. Desta forma, cai num espontaneísmo e nega objetivamente o papel da vanguarda de educador e elaborador da teoria revolucionária, deixando o surgimento da consciência de classe "submissa às crises do capitalismo". Prossegue ainda Antunes, que Rosa Luxemburgo "não deu a devida importância ao elemento ativo e consciente", e que isto "impossibilitou-a de formular a relação de reciprocidade entre o partido e a classe".

A superação da separação entre vanguarda e massa, teoria e prática, será feita pela concepção leniniana de partido onde é concebido como "produto e produtor do movimento operário". Em sua luta contra os fatalistas — mecanicistas e espontaneístas — Lênin assinalava que uma crise econômica não implica imediatamente crise revolucionária, e que nem é detonadora da transformação da falsa para a verdadeira consciência do proletariado. Este trânsito é fruto da união das lutas econômicas espontâneas das massas e da teoria revolucionária. Esta, por sua vez, não é desvinculada da materialidade social, como queria Kautsky. A missão do partido é aqui entendida como forja da razão dialética, que deve ser a expressão e compreensão da totalidade, do grau de desenvolvimento da luta de classes, à qual deve estar "colado", enlaçado, para ser efetivamente a formulação da pré-ideação revolucionária que antecipe e prepare a práxis libertadora e produtora da multi-

10

11

14

2

3

4

5

lateralidade humana. Neste sentido, a vanguarda operária em relação de reciprocidade, de fusão com o movimento espontâneo de massas, promove a superação do "em si" ao "para si". Recupera-se, desta forma, a dimensão ontológica intrínseca ao ser social, de unidade entre teoria e prática, pensamento e ação, ponto central da filosofia marxista.

Assumidos estes pressupostos e seguindo a metodologia do filósofo Georg Lukács, para a compreensão da questão da consciência de classe, Ricardo Antunes define três momentos como necessários para se alcançar a particularidade da formação da classe operária brasileira: "primeiro, estudar a gênese e a inserção da classe operária no processo de produção; segundo, ver em que medida a classe operária procurou colocar-se acima da imediaticidade e assim superá-la; e, terceiro, ver até que ponto foi captada a totalidade do real na sua essência".

O primeiro momento de seu estudo irá colocar o autor diante do debate da forma específica de objetivação capitalista no Brasil. Desde logo, aponta para "duas vertentes deformadoras" que não conseguem apreender sua particularidade. A primeira que se limita a reproduzir aqui, "momentos vividos pelo capitalismo clássico" e, a segunda, que apanha somente traços singulares de nossa realidade. Para Antunes, "a primeira vertente acentuava o universal perdendo a possibilidade de apreensão do singular, a segunda perdeu-se na singularidade ao distanciar-se do universal".

Descartando velhas teses e mitos, que colocam como antagônicos os interesses da agricultura e da indústria — produzidos pelos descaminhos metodológicos que não articulam "as relações e mediações entre o singular, o particular e o universal" — e retomando algumas contribuições de J. Manuel C. de Melo, Sérgio Silva, Francisco de Oliveira, o autor acaba por assumir, desdobrar e enriquecer a perspectiva analítica de Via Colonial para a compreensão do capitalismo brasileiro, formulado por J. Chasin. A organização e a constituição de nossa economia e poder, desde a sua gênese, estiveram subordinadas aos interesses e ditâmes do capital internacional, que determinou o caráter retardatário e hipertardio de nosso desenvolvimento industrial. Este processo não se dá por uma via revolucionária de transição, mas por uma via reformista, onde o que o marca é a conciliação entre o latifundio e os interesses industriais e o total afastamento da participação econômica, política, social e cultural das massas populares. É neste prisma que Antunes concebe a Revolução de 30, como uma transição reacionária, pelo alto, que marca o fim da dominação agroexportadora e o início do predomínio econômico industrial, sem contudo alterar a estrutura latifundiária. Concilia-se o velho — os interesses agrários — com o novo — os interesses industriais - o que demonstra para Antunes "a incapacidade dos novos grupos dominantes em formular um projeto econômico para os demais setores subalternos da sociedade". Grife-se, aqui, o caráter específico de incompletude de nossa burguesia, incapaz por sua origem colonial de levar "a fundo e a cabo" as tarefas revolucionárias econômicas, políticas e sociais de suas co-irmãs européias e americanas. Desmistifica-se, a partir destas colocações, teses que indicam a possibilidade de uma Revolução Democrática Burguesa, e de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, que permearam e permeam certas concepções que acabam subordinando os verdadeiros interesses da classe operária.

O processo de industrialização brasileira tem como particularidade seu nascer envolto a uma economia predominantemente agrária e de constituição direta à grande indústria, em passar como nas formações clássicas pela produção artesanal e manufatureira. Será dentro deste universo, que teremos a constituição específica da classe operária brasileira, determinada pelas contradições intrínsecas a este processo, que faz com que não possa crescer, "limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada". Acrescenta, ainda, que apesar das condições favoráveis para o seu desenvolvimento, na medida em que se forma no bojo do trabalho mecanizado, a classe operária brasileira é marcada por sua incompletude, determinada pelo "atraso do elemento subjetivo", que a impossibilitou de transitar do "em si" ao "para si".

É na análise concreta deste curso específico, de gestação contraditória, das relações com o Estado, com outras classes sociais e no seu próprio interior, que Ricardo Antunes propõe-se a tratar a questão da inconsciência operária. Não será simplesmente apontando como fundamento explicativo a idéia de "jovem proletariado rural", privilegiadora da empiricidade do real, que a problemática estará solucionada. Indaga e nos faz indagar Antunes: "o proletariado, posto em termos universais, não teve em sua grande parte uma constituição oriunda de um contexto agrário? E o proletariado russo, revolucionário em 1917, não teve na sua origem um peso agrário funda-

mental?".

Partindo para o exame das lutas operárias e suas concepções políticas e sindicais até 30, acaba por concluir pelo seu caráter não revolucionário. Presa ideologicamente ao anarquismo e anarco-sindicalismo, as manifestações operárias foram incapazes de uma efetiva prática política de classe, limitando suas ações ao universo economicista. A partir da falência política e ideológica destas tendências e como seu fruto, é que se tem a formação do Partido Comunista Brasileiro, visto como um salto qualitativo, uma vez que apreende "a dimensão política da classe operária".

Com a emersão do elemento industrializante em 30, ocorre o fortalecimento do estado burguês, de um lado, como elemento viabilizador do novo processo de acumulação e, de outro, como condição necessária para a repressão e controle do movimento operário sindical, para que este não pudesse obstruir os interesses da débil burguesia nacional. Este traço marcante do ponto de vista analítico da via colonial, determina a hipertrofia do aparelho estatal, que se contrapõe à visão de "Estado de Compromisso", que não consegue "romper com a caracterização do Estado enquanto árbitro entre as elites".

As novas relações que se estabelecem entre o Estado e a classe operária se pautam por um aspecto contraditório onde no plano da política sindical temos "uma atuação de controle e desmobilização por parte do Estado..., decorrente da necessidade de controlar politicamente a classe operária, através da dissolução de seus organismos independentes", e no plano da legislação do trabalho o "não controle" do Estado corresponde a uma atuação concreta de luta social dos trabalhadores, que desmistifica o "Mito da Outorga".

A esta tendência do Estado de destruir as organizações sindicais independentes dos trabalhadores, suas principais categorias profissionais entre 30 e 35 (metalúrgicos, gráficos, hoteleiros, bancários, trabalhadores da Light,

10

11

14

2

3

4

5

ferroviários, têxteis e comerciários), respondem com manifestações de resistência e de luta pela preservação da autonomia e liberdade sindical, ocupando a maior parte de suas ações neste período. Analisando exaustivamente esta movimentação, Antunes determina como sua marca essencial a ausência de direcionamento político, concluindo que esta condição fez com que a classe operária se mantivesse "nos limites da consciência contingente, da falsa consciência", não indo além dos limites de uma atuação espontânea.

Reafirmando o pressuposto leniniano de que a objetivação da verdadeira consciência de classe operária, é produto da fusão, da relação de reciprocidade entre os interesses cotidianos do movimento espontâneo de massas — que é fonte da "teoria de transformação revolucionária inspirada na razão dialética" — e da vanguarda, do partido, Antunes parte para a apreensão das concepções que informaram a atuação destas manifestações. Sem dúvida nenhuma, neste período, em função da debilidade de outras organizações operárias, o P.C.B. foi o organismo político de maior penetração na massa trabalhadora. O por que este partido não conseguiu criar condições para a superação do limite de consciência espontânea para a consciência de classe, e nem a elaboração de uma proposta de transformação para a sociedade brasileira, remete o autor à gênese do P.C.B. Este processo de formação tem como específico, diferentemente de outros partidos comunistas, sua emersão originária do anarco-sindicalismo e não de cisões de organizações socialistas; o fato de não ter sido "herdeiro de uma tradição teórica própria da burguesia", a ser superada pelo partido revolucionário, e da "ausência absoluta de uma tradição marxista no Brasil". Aliada a estas determinações internas, somam-se as externas dadas pela concepção stalinista, mecanicista e sectária, predominante na III Internacional a partir de 1928, que se reproduz no débil P.C.B. que acaba por entender a Revolução de 30 como uma disputa entre o imperialismo inglês e americano e que, portanto, à classe operária não cabia nenhuma intervenção. A estreiteza desta visão, que isolou a classe operária e impossibilitou a elaboração de uma política de frente, com o campesinato e a pequena burguesia, impediu o "P.C.B. de elaborar uma proposta que iniciasse o processo de uma ditadura democrática cuja função seria impedir que a transição burguesa seguisse a via reacionária, pelo alto".

Apesar da fragilidade ideológica, pressionado pela realidade, em 1935 com a formação da Aliança Nacional Libertadora, o P.C.B. supera a concepção sectária de frente até então adotada, e aponta como questão fundamental de que "a democracia a ser buscada só encontrava possibilidade de concretização através da intervenção efetiva da grande massa popular brasileira", e via a questão da resolução econômica como prioritária. (Ver neste mesmo número, textos de Caio Prado Jr. publicados em A Platéa de 1935.) Esta formulação correta que apreende marcas essenciais da particularidade brasileira, o nexo dialético da questão democrática e a situação de miserabilidade das massas trabalhadoras, e a colocação de que a democracia em nosso país tem na classe operária seu sujeito e suporte central de uma frente, infelizmente é gradativamente abandonada pelo P.C.B. ao longo de nossa história, encontrando-se na atualidade totalmente subordinada à visão liberal de frente democrática, onde a hegemonia é conferida à burguesia.

Para Ricardo Antunes, apesar de justa aquela formulação, chega tardiamente, num momento em que os setores burgueses já se encontravam solidificados e coesos. O momento propício desta política seria 30, onde as classes

10

11

3

dominantes achavam-se num momento de reequacionamento, para a implementação do novo processo de acumulação de capital, o que abriria espaço para uma ação mais conseqüente, por parte do proletariado. A história concreta da classe operária de 30 a 35, leva à conclusão que na "incapacidade de compreender o todo social, a consciência operária não conseguiu superar os limites da falsa consciência", uma vez que "o projeto político de sua vanguarda foi incapaz de possibilitar" o trânsito do "em si" ao "para si".

Claro, pioneiro, rigoroso e revolucionário, Classe Operária, Sindicatos e Partidos Políticos no Brasil — Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora é bem-vindo à historiografia brasileira, rica em mitologia e

pobre de "análises concretas de situações concretas".

Paulo Douglas Barsotti

Sobre Educação, Política e Sindicalismo - V. I

Maurício Tragtenberg

Autores Associados/Cortez Editora

O primeiro volume da obra de Maurício Tragtenberg reúne 14 artigos publicados em diferentes datas, além de debates e depoimentos sobre a problemática educacional brasileira.

Crítico, polêmico e comprometido com a nossa realidade histórico-social, Maurício Tragtenberg nos oferece dados fecundos para o questionamento e reflexão sobre a instituição escolar, enquanto organização burocrática dominante comprometida com o sistema político-econômico vigente, ou seja, a universidade enquanto expressão da dominação burguesa. Todavia, essa relação entre a dominação e o saber é encoberta pelo manto da "neutralidade cultural" e o mito de um saber "objetivo", acima das contradições sociais.

Segundo o autor, "a universidade não pode ser vista no âmbito da ótica funcionalista de Althusser ou Bordieu, como formadora de idéias e pessoas 'a serviço de', mas como parte de uma rede complexa de interações entre os distintos mecanismos da superestrutura (instituições e ideologias, sistema político e realidade cultural"). (p. 71). Maurício recorre aos clássicos quando afirma ter a escola "seu papel na reprodução das relações sociais de produção" (p. 43), ou seja, "a escola não cria a divisão em classes, mas contribui para esta divisão e reprodução ampliada". (p. 44).

Na verdade, a educação reflete a própria estrutura autocrática do poder no quadro do sistema econômico-político do capitalismo retardatário brasileiro, funcionando entre outras como "o grande mecanismo de exclusão, a escola irá realizar e garantir a hegemonia dos setores dominantes na medida em que dela estão excluídas as grandes massas rurais e ponderáveis massas urbanas". (p. 62). Nesse contexto, cabe à universidade formar "a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento

10

11

12

13

14

2

3

4

5

dos assalariados; nas suas escolas de direito forma os aplicadores de legislação de exceção; nas escolas de medicina aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema". (p. 11). E, ainda, obedecendo à lógica de exploração racional do trabalho, "a pedagogia burocrática ao acentuar o conformismo, o espírito acrítico do aluno, forma a futura mão-de-obra que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os 'servos' do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada". (p. 155). A Universidade, nesse sentido, "é a formadora dos 'recursos humanos' para a burocracia das empresas privadas e do Poder Público". (p. 71).

Tragtenberg, ao abordar essas questões, capta a particularidade específica do capitalismo brasileiro hipertardio ("super-retardatário"), caudatário do imperialismo, caracterizado pela hipertrofia do Estado e a exclusão e superexploração que atinge as massas trabalhadoras, bem como a natureza reacionária da burguesia brasileira. Nesse sistema inscreve-se a universidade, de um lado "é a porta que dá acesso ao desempenho às funções hegemônicas, obedecendo ao processo de industrialização, onde a alta densidade tecnológica implica funções de supervisão exercida por 'acadêmicos' " (p. 62) e, por

outro lado, levando à exclusão grandes massas populares.

Porém, assim como o capitalismo gera as suas antíteses, no caso da universidade brasileira a luta ideológica coloca-se em seu interior, na medida em que a ciência se expresse da perspectiva dos interesses populares; desse modo, um novo espaço vem sendo aberto hoje "onde a crítica ao sistema se dá e a resistência também". (p. 153).

O importante a ressaltar, segundo Tragtenberg, é a questão da responsabilidade social do intelectual e a finalidade social de sua produção, fato já tantas vezes apontado por Paulo Freire, ponto em que ambos os autores

convergem.

"A separação entre 'fazer' e 'pensar' se constitui numa das doenças que caracterizam a delinqüência acadêmica — a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação inerente à responsabilidade social do intelectual". (p. 16). Ou, ainda, numa outra passagem significativa: "o problema dos fins do conhecimento e da responsabilidade social do cientista coloca-se agudamente para uma época histórica que conheceu o nazismo, a guerra do Vietnã, o terror policial na América Latina legitimado pela doutrina da 'infiltração', a utilização das universidades e conhecimento das ciências sociais para o genocídio: tudo o que situou a instituição científica como um dos instrumentos dos grupos repressivos hegemônicos". (p. 21).

O autor acompanha o evolver histórico da universidade brasileira como "parte do todo social captado por suas determinações econômico-sociais", mostrando que "a educação, como a religião e o direito não têm uma história à parte". (p. 21). Nesse sentido, a universidade segue as necessidades dos diferentes momentos do processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil. Assim posto, a universidade está longe de ter o "pretenso" caráter humanista e liberal que a caracterizou na última passagem de século, transformando-se numa universidade "tecnocrática", com sua estrutura organizacional hierárquica e burocrática, a qual exige exames de seleção para o bedel e a simples "cooptação" dissimulada através de concurso ou não, para os cargos de confiança, gerando o que o autor denomina de "regime da incom-

petência treinada". A percepção crítica do autor não permanece apenas no combate à burocracia mediocrizante da universidade a qual estabelece "uma certa 'ditadura acadêmica' em que a dissensão é punida com o ostracismo..." (p. 162), mas ainda adverte: "sacerdotes, os professores desenvolvem um trabalho contínuo e sutil para a conservação da estrutura de poder e, em geral, da desigualdade social existente"... e "Paralelamente, a Escola desenvolve o processo de 'socialização', ou seja, da aceitação do existente como o desejável." (p. 53).

Tragtenberg nos introduz no universo da ciência submetida aos interesses das classes dominantes, mostrando o complexo dinamismo das forças que pretendem manter a todo o custo o "status quo" e a "domesticação" dos oprimidos. A isso acrescentaríamos que, através de uma "nova pedantocracia", a universidade envolve hoje um "novo" conteúdo "crítico" como

arma de combate ao marxismo e seus fundadores.

Em sua totalidade o livro de Tragtenberg assume grande importância, na medida em que fornece uma visão geral e particularizada de problemas relevantes e atuais ligados à Educação em seu aspecto mais amplo. Longe de ser uma análise fria, as discussões realizadas pelo autor, seja sobre Universidade e Hegemonia, Mobral e CEB (Comunidades Eclesiais de Base) ou a "crise" do Pós-graduação, captam o seu sentido político e ideológico o qual é desmascarado e ressaltada a necessidade da apreensão do saber acompanhado da reflexão crítica, único meio para que o homem se torne um ativo transformador do mundo. A "apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinqüência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico". (p. 12).

Numa sociedade dividida em classes como a brasileira, "o cultivo de ideologia livre de valores é paralelo à despreocupação sobre as implicações éticas e políticas do conhecimento" (p. 18), valendo observar que, sendo o autor um intelectual (antiacadêmico), as suas idéias contêm um apelo à ação transformadora e se inserem na luta contra a autocracia burguesa e suas

múltiplas formas de dominação.

Elisabeth Juliska Rago

10

11

14

3

4

5

OPINIÃO DO LEITOR

São Paulo, 5 de outubro de 1982.

A Revista Escrita Ensaio Sr. Redator,

Estamos encaminhando cópia da carta que o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, enviou ao líder Yasser Arafat, presidente da OLP, com respeito aos últimos acontecimentos no Líbano; e também da carta-resposta do Sr. Arafat ao Sr. Lula.

Lembramos que o Partido dos Trabalhadores é o único que tem apoiado a causa árabe-palestina em todas as suas dimensões. O presidente do partido, Sr. Lula, candidato ao governo do Estado de São Paulo, tem-se pronunciado em favor de causa (vide comícios no Butantã e no Pari), apoiando a criação de um estado palestino na Palestina, pedindo a retirada do exército de Israel do Líbano e condenando as ações genocidas do sionismo e do imperialismo.

Para esclarecimento da opinião pública, solicitamos a publicação dessas cartas no próximo número dessa conceituada revista.

Cordialmente,

SOUHEIL SAYEGH

Membro da Comissão de Relações Internacionais PT — Partido dos Trabalhadores Vice-presidente da Federação de Entidades Árabes do Brasil Diretor da Federação de Entidades Árabe Palestino Brasileiras São Paulo, 18 de julho de 1982.

Exmo. Sr. Yasser Arafat Presidente do Comitê Executivo da OLP E Comandante-em-Chefe da Resistência Palestina

Prezado Senhor,

Profundamente chocado e indignado com a invasão genocida do Líbano, que trouxe a morte, destruição e sofrimentos desconhecidos na história recente dos povos para libaneses e palestinos, desejo transmitir-lhe, em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, nossa total e inabalável solidariedade.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, desejo afirmar-lhe que o Partido dos Trabalhadores não irá ficar como mero observador do sofrimento dos heróicos e estóicos povos libanês e palestino, sofrimento que da OLP e das forças nacionalistas libanesas. Tomaremos todas as medidas possíveis visando as ações concretas e imediatas que possam ajudá-los na sua luta, que é a luta pelo Direito, pela Justiça e pela Liberdade. Além de cartas às autoridades brasileiras, manifestações públicas e outras formas de ação, me coloco à sua disposição para quaisquer medidas conjuntas que possamos tomar, assim como estou disposto a ir a Beirute agora mesmo para verificar, com meus próprios olhos, a peste que se abateu sobre os povos árabes no Líbano.

A magnitude da tragédia vai além da capacidade de descrição, e também desejo transmitir-lhe que o Partido dos Trabalhadores não irá se limitar a notas de condenação ou à retórica.

Apresento-lhe minhas saudações e fique certo, Sr. Presidente, que a resistência dos povos libanês e palestino contra este genocídio irresponsável já faz parte da Página de Honra que a História reserva para si, e onde se inscreve com o próprio punho os nomes dos mártires da Liberdade, da Justiça, do Direito e da Paz.

10

11

12

13

14

PT Saudações

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

Presidente do Partido dos Trabalhadores

2

3

4

Saudações Revolucionárias

Recebi com grande interesse e apreciação o seu telegrama de solidariedade onde o Sr. denuncia a agressão e invasão Israelense e os atos de extermínio no Líbano e expressando a sua prontidão de vir a Beirute para investigar os crimes israelenses contra a população libanesa e palestina.

Estes crimes foram cometidos com o total apoio e aprovação da administração do governo dos E.U.A., que causaram 30.000 vítimas entre mortos e feridos, 10.000 desaparecidos, 1.000.000 de desabrigados, além da destruição de cidades, municípios, aldeias e campos de refugiados palestinos.

Eu expresso aqui a minha apreciação pelo seu partido em apoiar e divulgar a justa razão da nossa revolução para denunciar a selvagem agressão israelense e as suas propagandas, mentiras controladas pelo imperialismo para distorcer os fatos. Estou confiante que a multiplicação e a coordenação destes esforços, regionalmente e internacionalmente, farão mostrar a verdadeira alegação do inimigo reduzindo assim a sua influência junto à opinião pública. Estas coordenações irão mais do que nunca unir todas as forças revolucionárias contra o imperialismo, racismo e sionismo, para enfrentar essa invasão que é considerada a mais selvagem e brutal cometida por forças hostis à liberdade dos povos desde a Segunda Guerra Mundial. Nós lhe desejamos as boas vindas na heróica e sitiada Beirute como damos as boas vindas a todos os homens e mulheres livres do mundo que desejam vir e ver pessoalmente que o Libano, os libaneses e os palestinos foram sujeitos no caminho da destruição, das matanças em massa, mutilação e dispersão numa escala improcedente nos tempos modernos. Saúdo-o calorosamente e ficarei ansioso para reunir-me com você em Beirute, o paraíso dos heróis.

Com os meus melhores desejos de progresso e prosperidade para os militantes do seu partido, em servir o amigo povo brasileiro e a causa de todos os seus militantes e pela causa da paz e da justiça.

Revolução até a Vitória.

YASSER ARAFAT

Chefe do Comitê Executivo da OLP e Chefe Comandante de todas as forças da Revolução Palestina.

NÚMEROS ANTERIORES DA NOVA ESCRITA/ENSAIO

ensaio

MOVIMENTO OPERÁRIO:



Novas e velhas lutas

N.º 6

Debate com Delellis, Ibrahlm, Gato, Flores e Bigode / Importante é a base / Os erros de Osasco / A aliança Operário-estudantil / As greves espontâneas / O Pré-64 / O Populismo / As greves políticas / O quebra-quebra do 1.ª de maio / Greves de ontem e de hoje / O fundo de greve é necessário? / Abalxo a estrutura sindical! / Um partido do trabalhador (esgotada)





N.º 7

O día a dia das greves — Maria Dolores Prades e Maria Aparecida Paula Rago / O arrocho treme nas bases do ABC — debate com 'Ihadores das bases do Sindicato de São Bernardo — Osmar, 'Wagner, Melão, Lima e Osvaldo / A greve no cinema — de! os cineastas Sergio Segall, Roberto Gervitz, Renato Tapajós e tista de Andrade /As máquinas param, germina a democrar' sin / Os sindicatos (1) e (II) — F. Engels.



EMOCARCIA BURGUESA E DEMOCARCIA SOCIALISTI PLOTETTAN FERRANIDES A RESSOA & O POCÍTICO.

N.º 8

A pessoa e o político — Entrevista com Florestan Fernandes / Democracia burguesa e democracia socialista — Entrevista com Georg Lukács / Reacionarismo e xenofobla na Paraíba — Rubens Pinto Lyra / Particularidade e objetivação do capitalismo — Maria Angélica B. Rodrigues / Notas sobre o "Modo de produção escravista colonial" — Antonio Carlos Mazzeo / A greve no ABC/1980 — Wagner Lino Alves / Sindicato e política: caso da Zona da Mata de Pernambuco (1968/1974) — Mauro Guilherme Pinheiro Koury / Carta a um camarada — Lênin / Resenhas



N.º 5

Lula: Retrato de Corpo Inteiro — Entrevista / Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade — J. Chasin / "Sobre Lênin" — Entrevista com G. Lukács / Gramsci e Eles — Carlos Eduardo Berriel / Max Weber na Assembléia — M. Tragtenberg / Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma Reinterpretação — Décio Saes / Tecnologia e Agricultura — Manuel C. de Andrade / O Movimento Sindical e a Crise — Maria Dolores Prades e Marilene G. S. Pottes / El Salvador e Guatemala: Literatura e Libertação Nacional — Apresentação de Vanya Sant'Anna / A Greve da Flat — Entrevista / Resenhas / Opinião do Leitor

Nas livrarias ou pelo reembolso postal EDITORA E LIVRARIA ESCRITA LTDA.

CEP 01223

cm 1 2 3 4 5 6 CEDEM 9 10 11 12 13 14 15



E MAIS:

2

cm

3

4

- Dialética do Sionismo Maurício Tragtenberg
- O P.C.B. e as Outras Esquerdas —
 Da anistia de 1945 à posse de Dutra Silvio Frank Alem
- Nas Origens do Capitalismo Industrial Edgard Carone
- Sobre a "Guerra do Fim do Mundo" Carlos Eduardo Berriel
- Vida e Morte das Ligas Camponesas

11

13